

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FaE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais  
no período de 1854 a 1889**

**Eduardo José Pereira Maia**

**BELO HORIZONTE  
2014**

**Eduardo José Pereira Maia**

**A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais  
no período de 1854 a 1889**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho

Coorientador: Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira

Linha de Pesquisa: História da Educação

**BELO HORIZONTE  
2014**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte e respeitados os direitos autorais.

Catálogo na publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Departamento de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

MAIA, Eduardo José Pereira.

A Geografia escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889. Eduardo José Pereira Maia; Orientador Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho — Belo Horizonte - MG, 2014.

Tese (Doutorado) — FaE — UFMG — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação: História da Educação.

(LC HV- a preencher pela biblioteca)

**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Faculdade de Educação**

**Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social**

Tese intitulada “A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889”, de autoria do doutorando Eduardo José Pereira Maia, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – FAE/UFMG – Orientador

---

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira – FAE/UFMG – Coorientador

---

Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves – UFTM

---

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto – USP

---

Profa. Dra. Francisca Isabel Pereira Maciel – FAE/UFMG

---

Profa. Dra. Mônica Yumi Jinzenji – FAE/UFMG

---

Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira – UEMG

---

Prof. Dr. Tarcisio Mauro Vago – FAE/UFMG

---

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2014.  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte, MG – 31270-901 – Brasil.

Dedico este trabalho a professora Tomoko Iyda Paganelli e ao professor Antônio Rezende. Duas grandes referências de vida, pelo exemplo de humildade, inteligência e gentileza. Seres iluminados que marcaram minha vida profundamente, pelo carinho que me dedicaram sem receberem nada em troca.

Registro minha admiração e carinho à professora Tomoko, pesquisadora competente na área do Ensino de Geografia e que desde a graduação me considerava um colega de trabalho. Sempre solidária, apreciava meu trabalho como professor da escola básica e me incentivou a ingressar no mestrado.

Ao professor Rezende, que assim que conheci tive oportunidade de falar da minha pesquisa de mestrado, passamos a ter longas conversas sobre a academia: orgulho e vaidade. Nessas conversas, pude compreender que esses seriam os maiores desafios que enfrentaria e que deveria evitar caso quisesse construir uma trajetória acadêmica.

À minha família, Ângela e Caio, pelo carinho e por me ensinarem que  
o *bom samaritano* começa em casa.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos:

À Universidade Federal de Viçosa, na figura de Fernando Trivellato, secretário do Departamento de Geografia e a Suely e a Margarida da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Aos colegas professores do Departamento Geografia que me incentivaram à pesquisa.

Aos amigos, Luciana Ávila, Maria Isabel, Camila Zucon, Alessandra Campos, Gustavo Iorio, Laurent Vidal, Willer Barbosa, Laura Pronsato, que tiveram mais próximos no momento em que decidi iniciar o doutorado.

À Leila e ao Marco Silami, que acompanham minha trajetória profissional desde a época do mestrado.

Na FaE, primeiramente agradeço a meu orientador professor Luciano Mendes, que acolheu esse rebelde desorientado pesquisador, com carinho, austeridade e dedicação que eu nem sempre soube entender.

Ao caríssimo professor Marcus Taborda, que, embora soubesse do desafio que iria enfrentar, aceitou o convite de me coorientar.

Aos professores do GEPHE, Thais Nivia, Cynthia Greive e Luiz Alberto pelas disciplinas que cursei e a Andréa Moreno, Cristina Gouveia, Bernardo, Meily, Mônica, Ana Galvão e Tarcísio, pelas aulas que recebi.

Aos funcionários da Secretaria, Rosemary, Dani e Ernani, pela paciência em atender aquele que sempre procurava os seus serviços quando estava fora do prazo.

A Alexandra, bolsista de apoio técnico à época de meu ingresso e se tornou amiga com o tempo.

Ao seu Valdir, por aqueles cafezinhos.

Aos colegas de turma, Lucas Pereira, Maria Clara, Leonardo Palhares, Cássia Danielle, Flávia Gontijo, Juliana, Igor, Solyane, Érica Dumont, Fernando Conde, Carol Mafra, Valquíria, Rodrigo, Ailton Vitor, Fabiana Dias, Flávia Alcantara e Itacir.

Ao “Pensar Educação, Pensar o Brasil”, pelo Programa de rádio que vai ao ar toda segunda-feira à noite e pelos seminários das últimas quintas-feiras de cada mês.

E aos meus amigos e colegas do projeto “Moderno, Modernidade e Modernização” – MMMM, Pensar e GEPHE e HISTORIAR, por tudo que aprendi e pelas alegrias que tive ao conviver com todos: Cecília, Matheus, Cleide, Bruno, Henrique, Marileide (Du), Raquel, Fabiana Silva, Luisa, Bruna, Carol Mostaro, Juliana Handan, Maria do Carmo (Carminha),

Vanessa, Nelma, Verona, Priscila, Vânia, Taciana, Nathália Gil, Leide, Marcos Vinícius, Rita Lages, Anna Luiza, Verona, Rosana Areal, Ilka, Adriana Leon, Alice, Leonardo Gomes, Priscila, Diogo, Elisangela e Ramona.

Aos colegas do grupo de pesquisa em Geografia e Educação – GeoFae: professora Maria de Fátima, Ana Simões, Maria Luiza, Maria Aparecida Guatimosin (Cida), Álida, Carla Juscélia, Danielle Colucci, Antoniel e Paulo.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro e da Biblioteca Nacional, lugares que frequentei por vários meses.

À professora Magna Rodrigues, pela revisão e formação deste trabalho.

Às professoras Maria Adailza Martins de Albuquerque e Isabel Cristina Alves da Silva Frade por participarem da qualificação. Se não consegui aproveitar as valiosas contribuições para esta tese, com certeza, serão utilizados em outras pesquisas.

Aos professores Manoel Fernandes de Sousa Neto, Tarcisio Mauro Vago, Amanda Regina Gonçalves, Mônica Yumi Jinzenji, Francisca Isabel Pereira Maciel e Vera Lúcia Nogueira, por aceitarem o convite para participar da banca.



## RESUMO

Este estudo tem por objetivo compreender a história da Geografia escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889. Trata-se de uma análise do processo de escolarização da Geografia mineira e, conseqüentemente, no Brasil durante a segunda metade do século XIX. A tese parte do pressuposto que o ensino da Geografia não estava restrito ao Colégio Pedro II e que seu processo de constituição não foi pela simples vulgarização do saber acadêmico e científico. Ao contrário disso, foi um processo lento de disciplinarização, no qual os autores de manuais e os professores das escolas primárias, normais e secundárias tiveram um papel fundamental. Com esse trabalho, objetivou-se também analisar as finalidades do ensino de Geografia para além do prescrito, em investigação que combinou a análise da prescrição e das práticas cotidianas. As principais fontes analisadas, além da legislação, foram os programas escolares, os relatórios da diretoria de ensino, as provas e os exames, as atas e os pareceres, reunidos no Arquivo Público Mineiro (APM); os manuais escolares de Geografia e Corografia que foram pesquisados nos acervos da Biblioteca de Livros Didáticos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (BLD/FEUSP), da Biblioteca Nacional (BN), da Biblioteca Estadual de Minas Gerais, e da Biblioteca Digital do Senado Federal; o Núcleo de Memória do Colégio Pedro II (NUDOM); e outros documentos através do banco de dados de livros escolares brasileiros (LIVRES). Os conteúdos referentes à Geografia do Brasil e da província mineira compunham uma parte significativa das provas e exames. Isso revelou a importância atribuída ao conhecimento do território nacional no período. O número significativo de manuais didáticos de autores brasileiros que circulavam no Império durante a segunda metade do Século XIX mostrou que havia uma produção própria do conhecimento geográfico, contrariando antigas concepções de que a Geografia ensinada no Brasil provinha exclusivamente de autores estrangeiros.

**Palavras-chave:** História da Geografia; Ensino de Geografia; Manuais Escolares; Minas Gerais.

## RÉSUMÉ

Le but de cette étude est de comprendre la Géographie scolaire pendant la période comprise entre 1854 et 1889 dans la Province de Minas Gerais. Il s'agit d'une analyse du processus de scolarisation de la Géographie de Minas Gerais et par conséquent au Brésil pendant la deuxième moitié du XIX<sup>ème</sup> siècle. La thèse suppose que l'enseignement de la géographie n'a pas été limité au Colégio Pedro II et que sa constitution n'a pas été simplement par la vulgarisation du savoir académique et scientifique. C'est justement le contraire. Le processus de la disciplinarisation a été lent, dans lequel les auteurs des manuels et les professeurs des écoles primaires, normales et secondaires ont joué un rôle fondamental. Avec ce travail ci, on a eu pour but d'analyser la géographie au-delà de ce qui est prescrit et cette recherche a provoqué des enquêtes qui ont établi les analyses de la prescription et des pratiques quotidiennes. Au-delà de la législation, d'autres sources principales ont été analysés: les programmes scolaires, les rapports du conseil d'administration, les contrôles et les examens, les minutes et opinions qui se trouvent à l'Archive Publique de Minas Gerais; les manuels des écoles de Géographie et Corographie qui ont été recherché à la Bibliothèque des Livres Didactiques de la Faculté de Pédagogie de l'Université de São Paulo, à la Bibliothèque National, à la Bibliothèque de l'État de Minas Gerais, et à la Bibliothèque Digitale du Sénat Fédéral; au Centre de Mémoire du Colégio Pedro II; et d' autres documents par la base de données des livres scolaires brésiliens. Les contenus concernant la Géographie du Brésil et de la Province de Minas Gerais ont composé une partie importante des contrôles et examens. Cela a révélé l'importance donnée à la connaissance du territoire national pendant cette période historique. Le nombre significatif de manuels didactiques des auteurs brésiliens qui circulaient dans l'Empire pendant la deuxième moitié du XIX<sup>ème</sup> siècle a montré qu'il y avait une production propre de la connaissance géographique, ce qui était contraire aux vieilles conceptions qui affirmaient que la Géographie enseignée au Brésil venait exclusivement des auteurs étrangers.

**Mots-clé:** Enseignement de la géographie, Histoire de la Géographie, Minas Gerais; Les manuels scolaires.

## ABSTRACT

The present work aims at understanding the history of School Geography in Minas Gerais province between 1854 and 1889. This is an analysis of the schooling process of Minas Gerais Geography and, hence, Brazilian Geography during the second half of the nineteenth century. We claim that the teaching of Geography was not restricted to Pedro II School and its creating process was not the simple extension of academic and scientific knowledge. On the contrary, it was a slow process of disciplinarization, in which the textbook authors and primary, secondary and normal schools' teachers played a key role. We also aim at analyzing the goals of Geography teaching beyond the manuals' prescription; our research combined the prescription analysis and daily practices. Our main sources, in addition to legislation, were school programs, reports of the education board, tests and exams, minutes and reports gathered in Minas Gerais Public Archive (APM); Geography and Chorography textbooks, examined in collections of the Library of Textbooks in the Faculty of Education of the University of São Paulo (BLD / FEUSP), National Library (BN), State Library of Minas Gerais, and the Digital Library of the Federal Senate; the Center for Memory of Pedro II School (NUDOM); and other documents on the Brazilian Schoolbooks Database (LIVRES). The content relating to Brazilian and Minas Gerais province Geography comprised an expressive portion of tests and examinations. This showed the importance of the knowledge of the national territory in the period. The significant number of textbooks written by Brazilian authors circulating in the Empire during the second half of the nineteenth century pointed out that there was a national production of knowledge in the field, contradicting old assumptions that Geography teaching in Brazil was exclusively produced by foreign authors.

**Keywords:** History Geography; Teaching Geography; School Books; Minas Gerais.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Contracapa de <i>Lições Geographia particular do Brazil</i>	62
Foto 2	Tese de concurso do Colégio Pedro II	88
Foto 3	Contracapa do Juízo sobre as Obras <i>Corographia Paraense e Ensaio corographico sobre Província do Pará</i>	90
Foto 4	Folha de rosto da Tese concurso Colégio Pedro II (01)	144
Foto 5	Capa da Tese concurso Colégio Pedro II (02)	145
Foto 6	Tese concurso Colégio Pedro II (01)	146
Gráfico 1	Títulos dos manuais didáticos de Geografia	83
Mapa 1	Mapa Orográfico e Hidrográfico da Província do Rio Grande do Sul	118
Quadro 1	Dissertações e teses sobre história da Geografia escolar – 1973-2013	30
Quadro 2	Relação dos Manuais escolares de Geografia do século XIX	65
Quadro 3	Ano de publicação dos manuais didáticos de Geografia	81
Quadro 4	Profissão/ocupação dos autores dos manuais escolares	84
Quadro 5	Obras escritas por autores estrangeiros ou traduzidas em língua portuguesa	94
Quadro 6	Manuais adotados no Colégio Pedro II	97
Quadro 7	Leis Mineiras que mencionam a matéria Geografia – 1854-1880	124
Quadro 8	Geografia nas instituições de ensino mineiras – 1840-1888	127

## LISTA DE SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros  
APM – Arquivo Público Mineiro  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEDIPE-GEO – Centro de Documentação, Informação e Pesquisa sobre Ensino de Geografia  
ENGH – Encontro Nacional de Geografia Histórica  
ENEG – Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor  
ENHPG – Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico  
ENPEG – Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia  
FBN – Fundação Biblioteca Nacional  
FFLCH-USP – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
IP – Instrução Pública  
NUDOM – Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II  
PP – Presidência da Província  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
SGRJ – Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro  
SP – Seção Provincial  
UNESP – Universidade Estadual Paulista  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA ESCOLAR BRASILEIRA NO SÉCULO XIX	28
1.1 A Corografia e a Geografia no Brasil	47
1.2 A Geografia Escolar	55
CAPÍTULO II – OS MANUAIS DIDÁTICOS	59
2.1 Coleta de dados	59
2.2 Classificação	63
CAPÍTULO III – A GEOGRAFIA ESCOLAR NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS	99
3.1 Os compêndios adotados em Minas Gerais	107
3.2 Os manuais	115
3.3 O uso dos manuais	121
CAPÍTULO IV – O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS	123
4.1 A Geografia e as instituições mineiras	126
4.2 O ensino de Geografia na Província de Minas Gerais	129
4.3 A Cosmografia e a Geografia Astronômica	137
4.4 Os conteúdos de Geografia nos concursos para professores	142
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	160

## INTRODUÇÃO

O todo sem a parte não é todo,  
A parte sem o todo não é parte,  
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,  
Não se diga, que é parte, sendo todo.  
(Gregório de Mattos, Crônica do Viver Baiano Seiscentista).

O presente trabalho busca estudar a história da Geografia escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889. Trata-se de uma investigação para analisar o processo de escolarização da Geografia em Minas Gerais e, conseqüentemente, no Brasil durante a segunda metade do século XIX. Nesta tese, o vocábulo “escolarização” será entendido como “processo de produção de referências sociais, significados e transmissão do conhecimento” a partir da escola. Essa é uma das acepções propostas por Luciano Mendes de Faria Filho (2002, p.16) e tem significativa importância para a compreensão da história da disciplina Geografia, objeto central desta pesquisa.

Neste estudo, definiu-se o marco temporal a partir da criação do liceu mineiro, quando, também, grande parte das instituições de ensino foram criadas em Minas Gerais, conforme Paulo Krüger Correa Mourão (1959), Leonardo Santos Neves (2006) e Cynthia Greive Veiga (2011), e no Brasil, segundo José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008) e Gondra e Osmar Schneider (2011).

Nota-se, por meio de uma cuidadosa revisão de literatura referente ao tema em questão, que os pesquisadores dedicados à história da Geografia não analisaram as instituições escolares do Império, com exceção ao Colégio Pedro II, considerado modelo e difusor do conhecimento nas províncias do Império.

As pesquisas encontradas, por seguirem uma tendência dos textos clássicos da história da Geografia, dos autores Pasquale Petrone (1979), Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1980), Nelson Werneck Sodré (1982), Manuel Correia de Andrade (1992), José Veríssimo da Costa Pereira (1994), Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (1999) e Ruy Moreira (2010), consideraram que o ensino de Geografia só foi institucionalizado no Brasil a partir da década de 1930 e, portanto, sugerem que o estudo da história dessa disciplina só deveria abranger o período dessa data em diante. O que existiu antes disso deve ser considerado história do pensamento geográfico.

Na análise das pesquisas em Geografia escolar e saber escolar, destaquei duas questões que merecem maior atenção. Uma delas é o processo de escolarização da Geografia como marco de compreensão para história da Geografia no Brasil. Os estudos, no entanto, não

consideraram a *forma escolar* da Geografia como conhecimento com possibilidades de grandes estudos e o saber escolar fora julgado inferior e, por isso, grande parte das pesquisas o negligenciaram.

Nesse sentido, a segunda questão diz respeito às exigências metodológicas de escolha das fontes de pesquisa. Como a Geografia escolar era considerada um saber menor, inexpressivo e produto exclusivo das leis, a escolha das fontes de estudos ficou limitada aos programas oficiais. Poucas investigações experimentaram uma análise que saísse dos decretos do Império. Exceção feita aos manuais didáticos que, por se constituírem em sua própria materialidade em artefato escolar<sup>1</sup>, receberam maior atenção, por parte, dos pesquisadores da história da Geografia. Em função disso e a partir dos trabalhos e pesquisas existentes, propus outra possibilidade de análise, ou seja, utilizar as fontes que, por diferentes motivos, foram esquecidas, sobretudo, aquelas que foram consideradas até pouco tempo raras ou mesmo inexistentes, tais como, provas, exames e atividades de alunos.

Apresento, portanto, alguns fatores que considero responsáveis pelos processos de institucionalização das disciplinas escolares. No geral, as disciplinas escolares se identificam e se justificam por quatro formas principais a partir de um saber reconhecido fora da escola.

A primeira consiste no fato de que uma disciplina é a atividade coletiva das pessoas que a praticam. A Geografia que se ensina, logo, constitui-se no que os professores, autores de manuais escolares, decidem ensinar. Determinam, portanto, as finalidades e criam através de uma imagem positiva e de caráter útil. E, nesse caso, obtêm êxito quando há uma resposta positiva da sociedade e, no que diz respeito à Geografia, o reconhecimento de um saber considerado imprescindível ao conhecimento do território, base para formação de uma nação moderna e civilizada.

A segunda é a distinção entre uma disciplina e outra, em uma referência ao seu objeto de estudo, ou seja, o tema, as matérias ou os conteúdos específicos. É o campo que ganha delimitação e é qualificado e caracterizado por um “vernáculo” ou léxico peculiar.

A terceira é pelo uso de metodologias de ensino particular que se constitui em razão do objeto que se tem de ensinar. E no que se refere à Geografia, o uso de Mapas, Globo, Atlas, imagens, etc..

E a quarta é pela forma como se manifesta nas atividades que se opera em diferentes

---

<sup>1</sup> A concepção livro didático como artefato escolar se inscreve no que Jean-Claude Forquin (1993, p. 167) chamou de “conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, ‘normalizados’ e ‘rotinizados’ sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no âmbito das escolas”. Os manuais escolares foram produzidos, portanto, para o mundo escolar com a finalidade de colaborar no processo de ensino de forma sistematizada.



níveis de ensino, bem como as repercussões dos conhecimentos geográficos aprendidos na escola e fora do ambiente escolar.

A Geografia do período imperial, entretanto, foi concedida como “pré-história” da Geografia que viria ser instituída com os cursos de graduação em Geografia na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1934 e da Universidade do Distrito Federal em 1935. Essa concepção levou a uma interpretação equivocada de que, para se compreender a Geografia brasileira, deveria, primeiramente, olhar para a ciência de referência, considerando a Geografia escolar à vulgarização de um saber maior — processo que Yves Chevallard (1991) denominou de transposição didática.

Nas consultas às pesquisas sobre a história da Geografia brasileira<sup>2</sup>, encontrei e identifiquei três grandes grupos de trabalhos dignos de nota, os que se dedicaram ao saber geográfico de forma genérica (a história do pensamento geográfico); os interessados nas instituições geográficas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), fundada em 1883; e uns poucos ligados ao ensino.

As referências sobre ensino estão, na maioria das vezes, associadas ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e, mais recentemente, na última década, às pesquisas que recaíram sobre os manuais didáticos escolares (QUADRO 1). Quanto ao período estudado, por um lado, são poucos os trabalhos dedicados aos anos compreendidos entre 1838 e à primeira década do século XX. Por outro, a maior parte dos estudos focam os anos entre 1910 e 1945. Mais especificamente, entre 1910 e 1930, as pesquisas incidem, em especial, sobre Carlos Delgado de Carvalho<sup>3</sup> e suas obras. Os trabalhos que compreendem os anos de 1930 a 1945 tratam dos recém-criados cursos de Geografia em nível superior em São Paulo e no Rio de Janeiro nos anos de 1934 e 1935, criados pelos programas das reformas educacionais de Francisco Campos em 1931 e de Gustavo Capanema em 1942. E, também, sobre a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), fundada em 1934, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4</sup>, em 1938. É importante registrar que a maioria das teses indica que a política de construção da nação brasileira e de seu território foi pouco significativa no período

---

<sup>2</sup>Para isso, foram consultados os trabalhos dos últimos 40 anos, a considerar teses de doutorado, dissertações, livros, capítulos de livros e trabalhos apresentados em congressos, em encontros científicos na área de Geografia ou na área de Educação.

<sup>3</sup>Carlos Miguel Delgado de Carvalho atuou no IHGB e na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e lecionou no Colégio Pedro II, foi autor de vários livros didáticos de Geografia e da *Methodologia do ensino geográfico – introdução aos estudos de geografia moderna*, pela editora Vozes de Petrópolis, em 1925.

<sup>4</sup>Em 1936, foi criado o Instituto Nacional de Estatística e, no ano de 1938, foi transformado em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo Decreto Lei nº 218 de 26 de janeiro. (*Revista Brasileira de Geografia*, abril de 1939, v. 1, n. 2.).

imperial e tributam exclusivamente ao republicano todo o investimento no sentido de construção da identidade nacional brasileira, conforme Genylton Odilon Rêgo da Rocha (2000; 2009) e Vanderli Custódio (2010). Como explicam Adriany de Ávlia Melo et al.<sup>5</sup> (2006) no trecho abaixo:

[...] a Escola Pública (e com ela o Ensino da Geografia) voltada para um grande contingente de pessoas teve início no século XIX na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos [da América do Norte]. No Brasil, isso só aconteceu depois de 1930, com a expansão urbana, a efetiva formação do mercado nacional, a diversificação do processo de industrialização e a nova exigência de trabalhadores alfabetizados. (p. 2685).

Em outro trabalho intitulado *As trajetórias da Geografia e seus reflexos nos primeiros anos de escolarização no Brasil*<sup>6</sup>, a autora Ínia Franco de Novaes (2007) inicia a história da Geografia escolar a partir do Colégio Pedro II, em 1837, e só retorna à discussão sobre Geografia escolar, a partir de 1930. O que foi denominado no artigo de institucionalização da Geografia escolar brasileira. O texto segue descrevendo a influência francesa na Geografia da Universidade de São Paulo (USP), do Colégio Pedro II e da AGB e, a discussão sobre escola retorna e se encerra, em 1971, com um breve informe da Lei nº 5692/71 e a Licenciatura Curta em Estudos Sociais. De acordo com Novaes (2007):

Em 1837, foi fundado, no município da Corte, no antigo Seminário de São Joaquim, o Colégio Pedro II, com o objetivo de ser referência curricular para os estabelecimentos de ensino secundário público e privado. A Geografia, nesse nível de ensino, aparecia para inovar o currículo oficial, rompendo com o ensino retórico e literário, e com o objetivo de aprimorar os conhecimentos da futura elite dirigente. Infelizmente, esta institucionalização se deu de maneira acrítica diferente do papel revolucionário que teve na Europa, e limitada ao nível secundário, pois fazia parte dos exames de seleção para o curso superior, menos para o curso de medicina. (s/p).

A autora destaca que há um atraso dos estudos sobre Geografia no Brasil em relação aos países da Europa. Inclusive generalizaram em relação a todos os países europeus.

No que diz respeito ao ensino de Geografia, Melo et al. (2006) e Novaes (2007) seguiram a mesma orientação teórica utilizada por Vânia Rubia Vlach (1988) e Genylton

---

<sup>5</sup>Trabalho intitulado *História da geografia escolar brasileira*: continuando a discussão, publicado nos anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, em 2006.

<sup>6</sup>Consta nos anais do 6º Encontro Nacional de Ensino de Geografia, em 2007.

Odilon Rêgo da Rocha (1996; 2000; 2007), pois defenderam que a Geografia escolar iniciou-se com o Colégio Pedro II. Esses autores argumentam igualmente que o ensino de Geografia sofreu algumas alterações “pouco importantes” nas reformas durante o Império, só retornou ao centro dos debates a partir da República, sobretudo após a institucionalização da Geografia acadêmica, com a criação dos cursos universitários. Para Rocha (2007), o marco das mudanças foi o parecer de Rui Barbosa de 1882<sup>7</sup>. E, para Vlach (1988; 2004), foi a publicação do *Compêndio de Geografia Elementar*, de Manuel Said Ali Ida, em 1905. O movimento que realizei nesta pesquisa caminhou em outro sentido. Quero comprovar que não só havia Geografia, mas que ela “se tornou uma disciplina acadêmica” através da escola, conforme defendeu Yvor Goodson (1990) em seu texto “Tornando-se uma disciplina acadêmica: padrões de explicação e evolução”.

Nesta pesquisa, defendo a tese de que a versão escolarizada do saber geográfico não tinha a finalidade de atender a um interesse supostamente maior em decorrência da concepção de transposição didática. Todavia, o saber geográfico, ainda que em processo inicial, foi se constituindo, no século XIX, em saber escolar organizado, em uma disciplina. Considero, também, que mesmo a forma acadêmica dos cursos universitários do século XX viria a ser resultado da versão escolarizada do século XIX.

Nesse sentido, considerei a Geografia escolar quanto às finalidades da própria escola e busquei compreender que conteúdos e métodos pedagógicos eram utilizados, e que, embora distintos, não estão separados. Para André Chervel (1990), os métodos são componentes internos do ensino e, portanto, fazem parte do conjunto das intenções da escola:

[...] o conjunto dessas finalidades consigna à escola sua função educativa. Uma parte somente entre elas obriga-a a dar instrução. Mas essa instrução está inteiramente integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar, ou o ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua função consiste em colocar um conteúdo de instrução a serviços de uma finalidade educativa. (p. 188).

Portanto, para o autor, ao estudar a história das disciplinas escolares, deve-se considerar a história de seus conteúdos e métodos em relação às “finalidades de objetivos” aos resultados concretos e às “finalidades reais”. Ao buscar, entretanto, a compreensão dessas finalidades, fez-se necessário uma análise de leis e decretos, discursos oficiais impressos nos programas, planos de estudos e materiais didáticos. Entretanto, é o próprio Chervel que chama a atenção para distinguir as finalidades de objetivos das finalidades reais. Posto que a escola

<sup>7</sup>O parecer atribuído a Rui Barbosa consta do Reforma do ensino secundário e superior. Parecer e projeto escritos com Thomas do Bomfim Espindola e Ulisses Machado Pereira Viana.

não se limita a reproduzir os saberes produzidos fora dela, ela se apropria, transforma e recria um saber e uma cultura própria. E, com isso, constituem-se as disciplinas escolares.

Darei, seguindo as orientações de Chervel (1990), especial atenção aos conteúdos, tendo em vista que, são os conteúdos específicos de uma disciplina que a diferencia das outras e a torna única naquele contexto histórico. O referido autor considera que:

[...] todas as disciplinas, ou quase todas, apresentam-se sobre este plano *corpus* de conhecimentos, providos de uma lógica interna articulados em torno de alguns temas específicos, organizados em planos sucessivos claramente distintos e desembocando em algumas idéias simples e claras [...]. (p. 203).

Por isso, compreende-se que estudar os conteúdos de uma disciplina é mais do que se debruçar sobre o que está explícito. Faz-se necessário uma verificação dos materiais produzidos no exercício escolar. Mais uma vez, Chervel chama a atenção sobre a necessidade de considerar uma combinação de variáveis das partes que constituem a complexidade das disciplinas escolares. Ele inclui, entre essas variáveis, os exercícios escolares, que têm a função de controle, e as provas do exame final, que possuem um peso considerável sobre o desenvolvimento da disciplina.

Para responder como o saber geográfico se organizou como disciplina escolar em Minas Gerais no século XIX, propus-me a assinalar quais são as finalidades educativas, conforme Chervel (1990), desse conhecimento. E, nesse caso, identificar as finalidades da cadeira de Geografia que estavam para além dos exames preparatórios às academias do Império, exigência já definida pela legislação em 1831. Para isso, analisei os conhecimentos geográficos ou conteúdos da disciplina de Geografia que estavam presentes nos programas escolares, manuais didáticos, provas e exames. A escolha da província mineira se deu por duas questões: a primeira, por se tratar de uma das mais importantes províncias do século XIX, que, embora fosse um centro expressivo de poder político, fora tratada como mais uma província que deveria submeter-se às decisões da Corte. O segundo, pelo histórico de organização urbana que ocorreu na Província de Minas Gerais. A experiência da mineração e das atividades urbanas, juntamente com os seminários para educação religiosa, levaram-me a crer que a presença da Geografia na escola mineira foi concomitante ou mesmo antecedeu-se ao Colégio Pedro II.

Priorizei, ao seguir a proposta de Chervel (1990), a finalidade educativa da prática escolar. Deduzi, uma vez que os conteúdos da disciplina estavam presentes nas provas e nos exames, aqueles que deveriam de fato ter sido ensinados. O conhecimento e a prática, duas

dimensões do processo de escolarização que, na visão de Faria Filho (2002), fazem parte dos elementos-chave de composição do fenômeno educativo<sup>8</sup> são as bases que sustentam essa tese.

Portanto, para análise dos conteúdos, que foram se definindo e sendo definidos como conhecimentos geográficos escolares — por isso, também identificados como os pressupostos que alicerçam e formam o escopo de conhecimento da ciência geográfica, segundo Antônio Carlos Robert de Moraes (1991) —, selecionei os seguintes indicadores:

- a extensão real e precisa da Terra;
- a formação de um repositório de informações sobre os diferentes lugares;
- a cartografia e a representação gráfica;
- a elaboração de cartas e mapas mais precisos;
- a explicação racional do mundo, em contraposição à ordem teológica;
- a compreensão acerca das formas de poder e da organização dos Estados; pelo território;
- a produtividade dos solos e os lugares de recursos naturais;
- a distribuição e composição populacional;
- as condições do ambiente para reconhecimento localização e distribuição das espécies.

Como há poucas pesquisas no âmbito da história da Geografia escolar, busquei, como forma de compensar essa lacuna, alguns canais de interlocução com a historiografia da educação. Esses canais estão presentes, prioritariamente na história do currículo e das disciplinas escolares, em trabalhos dedicados à cultura escolar, às práticas pedagógicas das disciplinas — materiais didáticos e saberes escolares — e aos processos de escolarização em Minas Gerais.

Entre as pesquisas, irei considerar os diálogos e as contribuições dos estudos de Rita Cristina Lima Lages e Silva, *O ensino de Francês na instrução pública em Minas Gerais em 1831 e 1855* (2007), que trata sobre o ensino da língua francesa em Minas Gerais, investigações essas que foram fundamentais para que eu pudesse compreender o processo de conformação de uma prática cultural presente no discurso oficial em um saber escolar. Tal análise refere-se, principalmente, aos relatórios dos presidentes de província, de instrução pública e da documentação escolar.

---

<sup>8</sup> Faria Filho(2002) indica quatro dimensões que compõem processo educativo: os tempos, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares.

No estudo sobre o ensino de filosofia de Ângelo Filomeno P. Leite (2005), intitulado *A formação da cultura filosófica escolar mineira no século XIX — uma filosofia de compêndio*: um estudo sobre a disciplina de filosofia no Liceu Mineiro (1854-1890), pude acompanhar a distribuição das cadeiras do ensino secundário. O que me auxiliou no mapeamento da disciplina de Geografia nos colégios da província.

A tese *Por uma nova Arithmética — um saber métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil no oitocentos*, de Elenice de Souza Zuin (2007), possibilitou-me a percepção de como um saber útil e prático legitima-se a partir do processo de escolarização. Nesse seu trabalho sobre os manuais didáticos, encontrei uma chave de entrada para compreensão da organização de um saber difuso em disciplina escolar. Assim, também, com o trabalho de Wagner Rodrigues Valente (2006), *Dos exames para as provas e das provas para os exames*: Contribuição à história da avaliação escolar em matemática, sobre a história da matemática, em que destaca as diferenças entre as provas e os exames.

Na disciplina de História, estabeleci uma interlocução mais próxima com os trabalhos de Thais Nivia de Lima e Fonseca (2006), *História e Ensino de História*; Circe Bittencourt (2008), *Livro didático e saber escolar – 1810-1910*; e Beatriz Boclin Marques dos Santos (2011), *O currículo da disciplina escolar história no colégio Pedro II*. Tais estudos me ajudaram a pensar a escolarização da disciplina de Geografia na relação com o projeto de nação produzido durante o Império. Além de me auxiliar na identificação dos processos de construção de identidades nacionais e da própria nação, não somente pela elaboração de uma história nacional, mas por construção de uma Geografia do território.

Com o auxílio dessa literatura, as recentes pesquisas em história da Geografia escolar e as fontes, encontrei argumentos para refutar a ideia de institucionalização da Geografia somente na década de 1930. Dessa forma, tenho a oportunidade de responder a seguintes indagações: Como a Geografia escolar esteve organizada no século XIX? Quais os motivos da cadeira de Geografia estar presente nos programas escolares? Quem eram os professores dessa matéria? E quem eram os autores dos manuais escolares?

Para responder a essas questões, busquei a fundamentação em Goodson (1990), Chervel (1990) e Dominique Juliá (2002), pois defendem que cada disciplina ou matéria escolar tem sua própria história e, por isso, deve ser contextualizada no tempo e no espaço. Desde aquelas que vêm de uma tradição acadêmica até aquelas que, a exemplo da Geografia, têm início no currículo escolar ou na cultura escolar e, posteriormente, ganham status acadêmico, conforme S. W. Wooldridge e W. Gordon East (1967) e Goodson (1990).

Como já havia mencionado anteriormente, a ideia de maior aceitação, nas pesquisas da área de Geografia<sup>9</sup>, ocorre porque a evolução dessa disciplina está dependente da “*ciência mãe*”, segundo Levon Boligian (2003), portanto, na noção de transposição didática. Nesse caso, é importante ressaltar que tanto Goodson (1990) quanto Chervel (1990) e Juliá (2002) rejeitam a ideia de uma disciplina escolar como mera *transposição didática*. Esses autores concebem as disciplinas escolares como entidades epistemológicas relativamente autônomas e deslocam o acento das decisões, das influências e de legitimações exteriores, em direção à escola, inserindo o saber por ela produzido em uma *cultura escolar*. As disciplinas escolares se formam no interior dessa *cultura escolar* e possuem objetivos específicos e, muitas vezes, irredutíveis aos das *ciências de referência*. Em suas argumentações, Chervel (1990) concebe a escola como uma instituição que obedece a uma lógica particular e específica, da qual participam vários agentes, tanto internos como externos, mas que deve ser entendida como lugar de produção de um saber próprio.

Goodson, entretanto, não desconsidera que uma disciplina escolar possa vir — e de fato venha — de uma tradição acadêmica. O autor aponta que a perspectiva de ciência de referência ou transposição didática não é a única possibilidade explicativa na construção de uma disciplina. Assim, considera que “o contexto escolar é, sob muitos aspectos, muito diferente do contexto universitário”. Goodson (1990) afirma que:

A tradução da “disciplina” para a “matéria” escolar, portanto, exige uma considerável adaptação e como resultado, “muitas matérias escolares dificilmente podem ser chamadas de disciplinas e muito menos de forma de pensamento. Muitas não são claras a respeito de seus conceitos mais frutíferos, formas de explicação e metodologia específica”. Em segundo lugar, as matérias escolares são com frequência divorciadas de sua disciplina-base ou não têm uma disciplina-base. Muitas matérias escolares, portanto, representam comunidades autônomas. (p. 234. Grifo no original).

O autor argumenta que muitas matérias escolares são anteriores a sua suposta disciplina “*mãe*”. Quando faz referência ao ensino primário e secundário, ele afirma que há três tipos de tradições existentes que as disciplinas do ensino primário e as do secundário disputam, entre si: a tradição acadêmica, de caráter propedêutico, abstrata científica e descontextualizada; a utilitária, preocupada com a formação básica e guiada para o mundo do trabalho e a pedagógica, com ênfase no desenvolvimento infantil e preocupada com a

---

<sup>9</sup>AGUIAR, Luana M.; COUTO, Marco Antônio C. *Panorama da produção de trabalhos sobre ensino nos Encontros nacionais de geografia*, publicado em 2007, no Encontro de Prática de Ensino em Geografia e o Arquivo do Centro de Documentação, Informação e Pesquisa Sobre ensino de Geografia – CEDIPE-GEO da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

aprendizagem dos conteúdos.

O que será demonstrado nesta pesquisa é justamente o processo ou as etapas de construção da disciplina de Geografia, no nível da prescrição e da prática. Nesse sentido, a existência e as definições dos conteúdos da cadeira de Geografia ou daquilo que se constituiu como currículo dessa disciplina foram realizados em dois níveis de análise que se relacionam: *o nível da prescrição e o nível da interação* (GOODSON, 2002. Grifo meu). Há, portanto, neste estudo, um esforço em trabalhar com duas dimensões situadas na confluência da história do currículo com a história das disciplinas escolares — o currículo escrito, promulgador e legitimador do processo de escolarização e o currículo praticado no cotidiano da sala de aula. Esse esforço foi necessário para identificar em que medida as práticas coincidiram com as finalidades de objetivos da disciplina e quais resultados elas produziram. E, especialmente, relacionar os conteúdos ensinados na cadeira de Geografia às suas finalidades educativas, além de identificar a constituição da própria disciplina expressa no currículo escrito (pré-ativo) ou em parte dele. Ao ancorar, a investigação em parte na teoria de construção social das disciplinas escolares, consegui situar o conhecimento geográfico naquilo que Goodson (1990, p. 106) irá chamar de “[...] a relação entre o conteúdo e a forma da disciplina escolar, assim como temas relacionados com a prática e o processo escolar”<sup>10</sup>.

E, nesse sentido, as contribuições de Chervel (1990) às reflexões sobre cultura escolar foram essenciais. Para o autor, os estudos das disciplinas enfatizam o caráter particularmente criativo da instituição escolar, diferente de meras vulgarizações de conhecimentos, conforme propõe Chevallard (1991). Para Chervel (1990), as disciplinas são criações espontâneas do sistema escolar.

[...] o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também a cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. (p. 184).

Ao destacar a escola, o autor põe em evidência as disciplinas escolares e, por consequência, seus conteúdos, elementos centrais nos quais essas disciplinas se constituem. A preocupação de Chervel é com a ideia de vulgarização, que retira das disciplinas escolares a condição de existência autônoma, ao considerar que a configuração de uma disciplina não é resultado direto da combinação de métodos pedagógicos e saberes científicos. Ao invés de

---

<sup>10</sup> “... la relación entre el contenido y la forma de la disciplina escolar, así como temas relacionados con la práctica y el proceso escolar.” (Tradução minha).



relacionar a história das disciplinas às categorias externas, ele dedica-se “a encontrar na própria escola os princípios de uma investigação específica” (CHERVEL, 1990, p. 184).

E, para esse desafio, o primeiro fato investigado pelo autor foi a gênese dos conhecimentos escolares ou, ainda, como a escola produz as suas disciplinas de ensino. O segundo foco de investigação foram os objetivos das disciplinas escolares. E a terceira preocupação apontada por Chervel, objetivo deste trabalho, diz respeito ao funcionamento das disciplinas ou como elas são operadas e quais são os resultados de seu ensino.

Assim, enquanto Chervel (1990) ajudou-me a compreender a importância da cultura escolar, Goodson (1990; 1998; 2002) contribuiu para meu entendimento do processo de emergência e evolução das matérias escolares. Três pontos de sua teoria se inscrevem como contribuição. Primeiro, as matérias escolares não são entidades isoladas. Segundo, uma matéria escolar cumpre, em seu processo de implementação, uma trajetória que passa da legitimação “acadêmica” à aceitação utilitária. Terceiro e último ponto, o surgimento das matérias escolares representa uma ameaça ao produzir uma tensão na disputa por espaços e recursos.

Como já foi mencionado, meu objetivo com este trabalho é analisar a constituição e a consolidação do ensino de Geografia nas escolas da Província de Minas Gerais no período de 1854-1889. Pensar a Geografia no Brasil, sem pensar nas províncias e tomar o ensino de Geografia do Colégio Pedro II como referência é também ignorar o papel desempenhado pelas diferentes regiões do Brasil na construção da história brasileira. Nesse sentido, ao escolher a disciplina Geografia das escolas mineiras como objeto de estudo empreendo um esforço teórico e metodológico de articular regional e nacional.

Como fonte de pesquisa, usei as legislações imperiais e provinciais, manuais didáticos<sup>11</sup>, periódicos de circulação no período e, principalmente, exames, provas e pareceres que indicam mais precisamente quais foram os conteúdos tratados nas escolas. As fontes foram pesquisadas em dois conjuntos de acervos que chamei de geral e específico. Quanto a acervo específico, refiro-me àquele que conta com a documentação oficial das escolas mineiras, fundamentalmente, o Arquivo Público Mineiro (APM). E, no geral, considero o

---

<sup>11</sup>De acordo com Alain Choppin (2000), os livros escolares são classificados em duas categorias: os que são destinados nomeadamente ao uso escolar e aqueles que adquirem essa dimensão, quando a escola faz uso deles. O autor, ainda classifica os livros escolares ou didáticos em quatro tipos: os manuais, que são obras concebidas para serem utilizadas nas aulas, com a intenção de servir como suporte escrito ao ensino de uma disciplina escolar. Os livros que ele chama de “edições clássicas”, composto por obras da literatura e que são adequadas ao uso escolar; as obras de referência que são os dicionários, atlas, e compilações adaptadas e utilizadas na escola, e as obras paraescolares, que consiste em um conjunto diverso e heterogêneo que são destinados a resumir, reforçar e exercitar os conteúdos ensinados nas aulas. Nesta tese, utilizarei o termo manual escolar que compreenderá também as obras de referência e as obras clássicas.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Biblioteca Nacional (BN), o Real Gabinete Português de Leitura, o Arquivo Histórico Nacional; a Biblioteca Estadual de Minas Gerais, a biblioteca digital do Senado Federal; o Núcleo de Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), a Biblioteca de Livros Didáticos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (BLD/FEUSP) e banco de dados LIVRES do Centro de Memória da Educação da FEUSP.

Na investigação dos documentos das instituições escolares de ensino secundário da Província de Minas Gerais realizada no APM, dediquei atenção àqueles que tinham a referência à cadeira de Geografia, basicamente nos período de 1854 a 1889. O ano de 1854, data de criação do Liceu Mineiro<sup>12</sup> e de outros estabelecimentos de ensino até 1889, quando considerei ter encontrado um número expressivo de documentos que pudessem representar a Geografia mineira da segunda metade do século XIX. Levei em conta também que, nesse período, já existiam na província, além do Liceu Mineiro, mais de duas dezenas de instituições secundárias funcionando regularmente. Vale considerar que inúmeras instituições do secundário foram criadas, anexadas e extintas na Província de Minas Gerais. Nos documentos atinentes a todos os colégios, externatos, seminários e Liceu Mineiro pesquisados, constatou-se a existência da cadeira de Geografia em atividade.

Nesta pesquisa, apresento um trabalho em dois planos, isto é, as fontes documentais que caracterizam as orientações oficiais e os documentos produzidos a partir dessas orientações, que estão circunscritos à prática pedagógica escolar. E, como roteiro, foram considerados oito aspectos:

1. a presença da disciplina nos planos de estudos, considerando a frequência da Geografia nos programas oficiais, na legislação e nos relatórios de instrução pública;
2. o nome atribuído à disciplina Geografia, levando em conta a terminologia utilizada no período e suas adjetivações;
3. os conteúdos abordados na Geografia ou considerados geográficos e como os seus conteúdos prescritos aparecem: planos de estudo, livros de texto e programas;
4. o peso que a Geografia tinha nos programas, considerando o tempo dedicado aos estudos ao estudo da disciplina no calendário escolar;

---

<sup>12</sup>Segundo a legislação, nesses estabelecimentos deviam ser ensinados os conteúdos Grammatica e Filologia da lingua Nacional; Grammatica Latina e Poetica; Francez; Inglez; Geografia; Historia; Philosophia, Rhetorica, Mathematicas elementares e Pharmacia do 1º anno.

5. os objetivos explícitos e implícitos da disciplina;
6. os discursos que a autorizam e legitimam como disciplina escolar;
7. a formação dos professores, especificamente nas avaliações dos concursos públicos e, também nas suas teses;
8. os registros da prática escolar cotidiana: exames e provas, pareceres, ou outro registro possível.

Devo esclarecer que a forma da escrita, mais do que uma técnica, reflete a minha forma de ler. E, por isso, na intenção de ser o mais objetivo possível, preferi desenvolver este texto em primeira pessoa do singular, isto para convidar o leitor a compartilhar das inquietações e reflexões que me acompanharam nos últimos quatro anos.

Esta tese é composta por quatro capítulos. O texto consiste de uma narrativa que se articula em dois momentos: uma delas sobre a história da Geografia no Brasil e, especificamente, na Província de Minas Gerais; e outra em torno da história dos conteúdos de Geografia ensinados nas escolas mineiras na segunda metade do século XIX. Optei por utilizar os quadros para mencionar as informações de maior volume, principalmente a lista das pesquisas, manuais e instituições de ensino que seria enfadonha no meio de texto corrido e pouco produtivo, se colocado em anexo. Pelas mesmas razões, recorri às notas de rodapé para citar as biografias dos autores do século XIX e indicar as referências complementares que são necessárias ao entendimento deste estudo.

O primeiro capítulo, intitulado “A história da Geografia e a Geografia escolar brasileira no século XIX”, traz, a partir de uma revisão crítica historiográfica, um panorama dos estudos que contêm as principais interpretações da história dessa disciplina e que foram e ainda são utilizadas como a principal referência para os professores e pesquisadores. Ao discorrer sobre a história da Geografia, venho mostrar que, não obstante as contribuições de uma vasta literatura, há inúmeras lacunas a serem preenchidas. Portanto, o objetivo do capítulo foi mostrar que o processo de escolarização da Geografia é também o de sua institucionalização. Trata-se de uma adequação aos propósitos desta tese e merece um exame mais atualizado à luz de novas fontes e de diferenciadas teorias e metodologias de pesquisa.

No segundo capítulo, “Os manuais didáticos”, traço um panorama das obras de uso escolar para o ensino de Geografia. Trata-se de uma proposta de mostrar como a disciplina esteve presente na produção didática e na vida da sociedade letrada do Império. Mesmo considerando a produção didática como fonte fundamental, concentro minha análise nos manuais indicados pelos programas e que foram citados em outras fontes, sobretudo nas provas e exames. Apresento uma lista de aproximadamente 140 títulos, muitos dos quais

tiveram mais de uma edição e fazem parte da cultura escolar no Império.

No terceiro capítulo, “A Geografia escolar em Minas Gerais”, volto a minha atenção ao ensino de Geografia, considero os condicionantes para o processo de escolarização na província mineira. Analiso os conteúdos das cadeiras de Geografia e das matérias de Corografia e Cosmografia para demonstrar como o saber geográfico difuso configura-se como disciplina. Trato da dimensão interativa da disciplina, tenho como ponto de partida a ideia de currículo pré-ativo e os agentes e sujeitos dessa construção permanente: o currículo prescrito, contido em leis, regulamentos, planos, currículos, manuais didáticos, programas e no currículo ativo expresso, principalmente nas avaliações dos alunos: exercícios, provas e exames.

E, por último, apresento as considerações finais da tese. Aponto os resultados da investigação que não trazem uma conclusão em definitivo, mas uma apreciação dos limites e possibilidades da pesquisa. São, portanto, as consequências de uma investigação exaustiva e minuciosa, que permite continuar, acender o debate em torno das questões defendidas e, também, superar uma etapa de discussões já iniciada há algumas décadas.

## **CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA ESCOLAR BRASILEIRA NO SÉCULO XIX**

Neste capítulo, faço uma revisão crítica das pesquisas em história da Geografia escolar no Brasil, uma análise de como o tema foi tratado nas últimas décadas, bem como as relações com a Geografia brasileira no século XIX. Apresento um panorama geral das pesquisas dedicadas ao saber geográfico escolar, analiso os estudos que estabelecem um diálogo mais próximo da história da disciplina Geografia e proponho uma reflexão para compreender o processo de escolarização dessa disciplina.

Para esse fim, realizei uma investigação durante os últimos quatro anos das pesquisas dos programas de pós-graduação, teses e dissertações desde 1970, dos trabalhos das três edições nos Encontros de História do Pensamento Geográfico e dos artigos publicados nos dez últimos anos dos Encontros Nacionais de Práticas de Ensino em Geografia (ENPEG's). Com relação às pesquisas, considere, inicialmente, as produções de estudiosos preocupados com a história do pensamento geográfico brasileiro e encontrei três referências merecedoras de nota: os que se dedicaram ao saber geográfico de forma genérica, os interessados nas instituições geográficas, a exemplo da SGRJ e do IHBG, e uns poucos ligados ao ensino<sup>13</sup>.

Procurei identificar e localizar quais os temas mais focalizados: Como os temas têm sido abordados? Quais as abordagens metodológicas empregadas? Quais as contribuições e pertinência dessas publicações para a área de Geografia e Educação? Quais as principais fontes utilizadas nas pesquisas? E a impressão mais marcante foi que os temas vinculados à Geografia escolar não têm sido levados em conta para compreensão da história da Geografia brasileira.

Nos trabalhos, especialmente sobre o ensino, com a temática história da Geografia escolar, por um lado, notei um distanciamento do campo de história da Educação, principalmente, história das disciplinas escolares e, ao mesmo tempo, certa indiferença com instrumentais teórico-metodológicos imprescindíveis às pesquisas em histórias das disciplinas escolares. Por outro, a maior parte das pesquisas segue a tese predominante de que a Geografia moderna no Brasil se instituiu com o surgimento dos cursos de graduação em Geografia na década de 1930. A concepção é, antes desse período, só havia as bases para

---

<sup>13</sup>É raro encontrar pesquisas e textos que declaram investigar história da Geografia ou história da Geografia escolar. Com as palavras-chaves, na maioria das vezes, não foi possível essa identificação, o que sobressai são as palavras: escola, currículo, pensamento geográfico, livro didático, ensino de Geografia, Geografia escolar.

desenvolvimento científico da Geografia ou um pensamento geográfico como observado no texto de Moraes (1991), a propósito da institucionalização da Geografia no Brasil.

Pode-se dizer que o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, apresentava todas as condições para uma ampla disseminação do discurso geográfico e uma rápida institucionalização da Geografia. Como uma hipótese de trabalho, pode-se considerar que a primeira coisa em parte ocorreu, mas não a segunda. Isto é, as teses da Geografia conheceram certo destaque sem que a disciplina conhecesse uma objetivação institucional. Na verdade, esta só vai ocorrer no final da década de 1930. Tem-se, assim, um debate marcadamente geográfico (com muitas alusões a autores e a teorias da Geografia) sem que se tenha de fato geógrafos ou cursos de Geografia no país. (p. 170).

Nesse sentido, compreendo que, pela história do pensamento, é possível fazer história de uma ciência sem que ela existisse, embora se admita, com isso, a inexistência da própria ciência.

Para Manoel Fernandes de Sousa Neto (2001), essa noção de pensamento geográfico, por um lado, ampliava o campo de investigação dos estudos em história da Geografia e, por outro, diminuía os riscos de se fazer a história de uma ciência tida como inexistente. Ainda, segundo o autor, os trabalhos que seguiram ao texto de José Veríssimo da Costa Pereira, “A Geografia no Brasil”, publicado em *História da Ciência no Brasil*, por Fernando de Azevedo (1956<sup>14</sup>), tiveram uma perspectiva internalista e memorialista da ciência geográfica. Por isso, somente, a partir da década de 1980, pode-se falar em uma historiografia do pensamento geográfico. Foi possível, inclusive, a constituição de um campo de investigação próprio.

Essa tradição afetou de maneira significativa as pesquisas em ensino de história da Geografia que abordavam os anos anteriores a 1930, pois, admitiu-se que não havia ciência geográfica no século XIX no Brasil.

No entanto, a partir da década de 1990, sobre a tutela do campo<sup>15</sup> de história do pensamento geográfico, passou-se a admitir a existência de um discurso geográfico no século XIX. Todavia, consideravam a institucionalização da Geografia científica datada da década de 1930 em diante. Haveria a história do pensamento geográfico, mas não poderia existir a história da Geografia em si, pois não havia geógrafos formados, mesmo com esse pensamento, realizou-se importantes avanços na produção e história da Geografia.

---

<sup>14</sup>A referência utilizada nesta tese foi o exemplar da terceira edição de 1994, publicado pela editora da UFRJ.

<sup>15</sup>Para o conceito de campo ver: BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n. 39, São Paulo, Editora Ática, 1983.

A seguir, o quadro 1 aponta a quantidade e as principais teses e dissertações que têm foco na história da Geografia escolar. Constatei que, em quatro décadas, foram realizadas poucas pesquisas com a temática história da Geografia escolar, apenas 33 trabalhos<sup>16</sup>. E, raros foram são os trabalhos que circularam em forma de artigos de revistas especializadas ou em eventos — congressos e encontros da área de Geografia ou mesmo na área de Educação.

**Quadro 1 – Dissertações e teses sobre história da Geografia escolar – 1973-2013<sup>17</sup>**

ANO	TÍTULO	AUTOR	PESQUISA/INSTITUIÇÃO
1973	<i>A Geografia e os estudos sociais.</i>	ISLER, Bernardo	Doutorado: UNESP – Presidente Prudente
1985	<i>O ensino de Geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971.</i>	COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno *	Mestrado: UNESP – Rio Claro
1988	<i>A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico.</i>	<b>VLACH, Vânia Rubia Faria *</b>	Mestrado: Universidade de São Paulo
1990	<i>Origens e consolidação didática na Geografia escolar brasileira.</i>	PEREIRA, Diamantino Alves Correia *	Mestrado – Universidade de São Paulo
1994	<i>O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira 1913 a 1945. **</i>	FERRAZ, Claudio Benito Oliveira	Mestrado – Universidade de São Paulo
1996	<i>Trajatória da disciplina Geografia no currículo escolar – 1838-1942.</i>	<b>ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da *</b>	Mestrado: PUC - Universidade Católica de São Paulo
1996	<i>A natureza no ensino de Geografia de 1º e 2º graus: perguntas ao passado.</i>	LOURENÇO, Claudinei ***	Mestrado: Universidade de São Paulo
1996	<i>A Geografia nas propostas curriculares 1930-1992.</i>	MEDEIROS, Edna Maria Ribeiro de	Mestrado: Universidade Federal de Pernambuco
1996	<i>A relação conteúdo-método no ensino de Geografia-estudo sobre o desenvolvimento da ciência geográfica e sua repercussão em programas de ensino no Brasil (período de 1978/90).</i>	ZANATTA, Beatriz Aparecida	Mestrado: Universidade Federal de Goiás
1998	<i>A política educacional no Brasil e o ensino de Geografia: caminhos e descaminhos.</i>	POLONI, Delacir Aparecida Ramos ***	Doutorado: Universidade de São Paulo.
1999	<i>Geomorfologia e Geografia escolar: o ciclo geográfico Davisiano nos manuais de metodologia do ensino (1925-1993).</i>	CARVALHO, Alcione Luis Pereira	Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>16</sup> Por se tratar de um trabalho minucioso, exaustivo e muito disperso, é provável que existam pesquisas que eu não tenha mencionado. O levantamento foi realizado até março de 2013, as defesas realizadas após essa data não foram incluídas.

<sup>17</sup> As dissertação e teses foram identificadas a partir das referências dos trabalhos de Antônio Carlos Pinheiro: *Trajatória da pesquisa Acadêmica sobre o ensino de geografia no Brasil – 1972-2000* (2003) e *O Ensino de Geografia no Brasil – Catálogo de Dissertações e Teses* (2005).

Continuação

ANO	TÍTULO	AUTOR	PESQUISA/INSTITUIÇÃO
2000	<i>Análise da cartografia brasileira. Bibliografia da cartografia na Geografia no período de 1935-1997.</i>	ARCHELA, Rosely Sampaio. ***	Doutorado: Universidade de São Paulo;
2001	<i>Ensino de Geografia: histórias e práticas cotidianas.</i>	<b>PEZZATO, João Pedro.</b> ***	Doutorado: Universidade de São Paulo;
2001	<i>Trajelórias do ensino de Geografia no Brasil: 1978-1996.</i>	MELO, Adriane Ávila. *	Mestrado: Universidade Federal de Uberlândia;
2004	<i>A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do Século XIX ao Século XX.</i>	SANTOS, Vera Maria dos.	Mestrado: Universidade Federal de Sergipe;
2004	<i>Lugar: conceito geográfico nos currículos pré-ativos – relação entre saber acadêmico e saber escolar.</i>	<b>ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de.</b> ***	Doutorado: Universidade de São Paulo;
2004	<i>Carlos Miguel Delgado de Carvalho: a iconografia como recurso didático. Um estudo de caso – Geografia do Brasil (1913).</i> **	SCABELLO, Andréa Lourdes Monteiro.	Doutorado: Universidade de São Paulo;
2006	<i>Concepções de nação e estado nacional dos docentes de Geografia – Belo Horizonte no final do segundo Milênio.</i>	GAUDIO, Rogata Soares. Del. ***	Doutorado: Universidade Federal de Minas Gerais;
2006	<i>A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de Geografia na ótica da análise do discurso.</i>	SILVA, Jeane Medeiros.	Mestrado: Universidade Federal de Uberlândia;
2007	<i>Um olhar sobre a trajetória da Geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a Geografia atual.</i>	PESSOA, Rodrigo Bezerra.	Mestrado: Universidade Federal da Paraíba;
2007	<i>Geografia e ensino no Brasil e em Cuba: um estudo histórico-geográfico comparado.</i>	OLIVEIRA, Cesar Alvarez Campos de.	Doutorado: Universidade de São Paulo;
2007	<i>Mandando Adotar: livros didáticos e história da Geografia no Rio Grande do Sul para escolas elementares (1896-1902).</i>	ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro de.	Mestrado: PUC-Rio Grande do Sul;
2008	<i>História da disciplina Geografia – contribuições da memória de uma educadora.</i>	LAUBSTEIN, Geórgia Stefânia Piceli.	Mestrado: UNESP-Rio Claro;
2009	<i>O ensino de Geografia no projeto educacional de Rui Barbosa.</i>	MOUNUL, Najla da Mehanna.	Mestrado: Universidade Estadual de Maringá;
2009	<i>As reformas educacionais após a abertura política no Brasil e na Espanha: uma análise crítica do ensino médio e da Geografia.</i>	SENE, José Eustáquio de. ***	Doutorado: Universidade de São Paulo;
2009	<i>A região nordeste nos livros didáticos de Geografia: uma análise histórica.</i>	LOPES, Lucineide Fábila Rodrigues.	Dissertação: Universidade Federal da Paraíba;
2010	<i>A cartografia nos livros didáticos e programas oficiais no período de 1824 a 2002: contribuições para a história da cartografia escolar no Brasil.</i>	BOLIGIAN, Levon.	Doutorado: UNESP-Rio Claro;



Continuação

ANO	TÍTULO	AUTOR	PESQUISA/INSTITUIÇÃO
2010	<i>A cartografia escolar e o ensino de Geografia no Brasil: um olhar histórico e metodológico a partir do livro didático (1913-1982).</i>	OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de.	Mestrado: Universidade Federal da Paraíba;
2011	<i>A institucionalização da Geografia escolar e sua espacialidade nos oitocentos (1843-1889) na província capixaba.</i>	OLIVEIRA, Mizael Fernandes de.	Mestrado: Universidade Federal do Espírito Santo;
2012	<i>A bibliográfica didática de Geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930 ...).</i>	<b>SILVA, Jeane Medeiros.</b>	Doutorado: Universidade Federal de Uberlândia;
2012	<i>Os exercícios nos livros didáticos de Geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930).</i>	FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa.	Mestrado: Universidade Federal da Paraíba;
2012	<i>O nordeste nos livros didáticos de Geografia de 1905-1950.</i>	SILVA, Maria Ediney Ferreira da.	Mestrado: Universidade de São Paulo;
2012	<i>Geographia do Brazil: A construção da nação nos livros didáticos de Geografia da primeira república.</i>	CARVALHO, Naiemer Ribeiro de.	Mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais;

Notas: \* Esses pesquisadores não continuaram as investigações sobre história da Geografia escolar nas teses de doutorado.

\*\* A pesquisa não é especificamente sobre a história da Geografia escolar, porém de alto valor para o debate no campo.

\*\*\* As pesquisas de mestrado desses pesquisadores não trataram especificamente da história da Geografia escolar.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda hoje, entre os trabalhos mais conhecidos e de maior repercussão estão os de Vlach<sup>18</sup>, *A propósito do ensino de Geografia*: em questão, o nacionalismo patriótico (1988), e de Genylton Odilon Rego da Rocha, *Trajatória da disciplina Geografia no currículo escolar – 1838-1942* (1996). Esses autores, por terem protagonizado um dos primeiros debates acadêmicos em torno das concepções de Geografia escolar do século XIX, são mencionados neste texto com maior frequência. Um motivo, da escolha desses dois autores, foi para situar os leitores na temática e, outro, identificar os avanços que foram possíveis depois dessas duas significativas pesquisas para a história da Geografia brasileira.

Em 1996, na *Trajatória da disciplina Geografia no currículo escolar – 1838-1942*, um dos objetivos de Rocha era mostrar que os conteúdos trabalhados em sala de aula no século XIX não abordavam a Geografia brasileira de forma tão profunda e sistemática para afirmar que a Geografia escolar serviu para difundir uma ideologia do nacionalismo patriótico,

<sup>18</sup>Vânia Rubia Faria Vlach foi pioneira ao pesquisar o ensino de Geografia no Império brasileiro.

principal tese de Vlach, em 1988. Afirmou do mesmo modo que os conteúdos dessa matéria, bem como sua presença no “currículo” escolar, eram insuficientes para que houvesse uma compreensão de Brasil, considerando que há influência das “matrizes europeias”, especialmente a francesa, que priorizava a Geografia universal. Para Rocha (1996), nem uma das disciplinas consideradas por Vlach como basilares, e a Geografia era uma delas, teve a mesma importância que as letras clássicas<sup>19</sup>. Em seus argumentos, acrescenta que a difusão da ideologia do nacionalismo no século XIX não era possível, visto que a maioria da população não sabia ler e escrever.

Mas a proposta de difusão era justamente nas escolas, onde estava a parte da sociedade letrada. E, no caso, do Império Brasileiro, em 1867, por exemplo, havia pelo menos 105.000 alunos em escolas públicas e particulares do Império, conforme José Liberto Barroso (1867) e, em 1875, foi possível contar cerca de 185.000 alunos nos estabelecimentos educacionais ou escolas (GONDRA; SCHUELER, 2008). A conclusão de Rocha foi que, em alguns momentos da história brasileira, a Geografia escolar contribuiu para incutir o nacionalismo, mas segundo ele, isso não ocorreu durante o Império. Afirma Rocha (1996):

[...] as evidências históricas nos levam a crer que não foi este o principal objetivo que motivou os nossos legisladores, quando resolveram incluir o ensino desta disciplina, pela primeira vez, em nossas escolas. (p. 62).

O autor, porém, não apresenta evidências que mostram uma conclusão contrária e não informa quais objetivos a que ele mesmo se refere. Caso os objetivos do ensino de Geografia não tenha sido o de incutir a ideologia do nacionalismo, tampouco seria o de inserir uma disciplina que tivesse a função de “mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço”, para Yves Lacoste (1985, p. 31), como acredita Rocha (1986).

Lacoste irá fazer referência a “duas Geografias”: a do Estado Maior e a dos professores. Sugere que esta última, acadêmica ou escolar, é inferior àquela. O fato de transportar diretamente essa concepção para o caso brasileiro é muito complexo, não somente pelos motivos históricos. Mas, sobretudo, porque grande parte dos professores de Geografia e, principalmente, autores de manuais escolares, compunham o quadro político do que se pode chamar no Brasil, por analogia, de “Estado Maior”, pelo menos no que se alude ao século XIX. Importantes professores de Geografia exerceram funções estratégicas no Império e muitos foram senadores, deputados e presidentes de província.

---

<sup>19</sup> Em referência ao seu argumento que se baseia no número de aulas de Geografia previstas para o Colégio Pedro II.

No entendimento de Rocha (1996), a Geografia do século XIX é “acrítica reprodutora do modelo francês”, sugere que pouco ou quase nada tenha contribuído na formação da identidade nacional brasileira. Ao contrário de Vlach (1988, 2010) e Demétrio Magnoli (1997), que defendem a tese de que não só há uma intencionalidade no processo de construção do ideal de nação, mas que a ideia de território ganhou centralidade no período 1822 a 1934 e contou com colaboração fundamental do ensino de Geografia. O julgamento de Rocha (1996), entretanto, tornou-se recorrente entre pesquisadores da área do ensino de Geografia.

Rocha, na pesquisa sobre o ensino de Geografia do Colégio Pedro II, concentra-se na legislação imperial e investiga as fontes produzidas fora da escola e para escola. Um dos limites e divergências imposto ao seu trabalho está justamente no que trata da legislação, tendo em vista que, na sua interpretação, o que está prescrito é suficiente para considerar que ensinado de fato.

Quando se olha para a prescrição e prática, percebe duas coisas, a prescrição não é garantia de que de fato foi ensinado e que o prescrito não é a única e exclusivamente a imposição das “classes dominantes”, para Faria Filho (2002). Posto que a legislação é muito mais dinâmica, há a possibilidade de relacionarem-se as várias dimensões do fazer pedagógico ao passar pela política educacional até chegar às práticas de sala de aula e vice-versa.

Ainda para Rocha (1996), a Geografia:

Ao se mostrar simplória, inútil, sem nenhuma aplicação prática fora da sala de aula, nossa disciplina tem como objetivo afastar toda e qualquer reflexão política sobre o espaço, negligenciando, assim, o saber estratégico que por ela poderia ser veiculado. (p. 90).

A conclusão do autor, pelo próprio fundamento que orienta o seu julgamento me intriga profundamente. Se o ensino de Geografia durante o Império era elitista e atendia à classe dominante, qual era a função de uma matéria, considerada, por ele, tão desprezível?

Há um entendimento diferente sobre a importância da Geografia escolar no século XIX, ponderando que a versão escolarizada do saber geográfico não tinha um fim em atender a um interesse supostamente maior, uma interpretação recorrente da noção de concepção de transposição didática de Chevallard (1991). A minha compreensão é que o saber geográfico do século XIX ganha visibilidade a partir da disciplina escolar e mesmo a Geografia lecionada nas universidades brasileiras, a partir da década de 1930, é herança dessa versão escolarizada

do século XIX. Assim, deve-se considerar o saber geográfico no século XIX, útil e necessário, aos poucos letrados, ou, no dizer de Ilmar Rohloff de Mattos (2004), à “boa sociedade” para que tivesse o conhecimento dos limites internos e externos do Estado-Nação e, com isso, manter a unidade territorial do Império.

No caso a história da construção do campo de pesquisa em história da Geografia explica, em certa medida, o enraizamento das concepções a respeito da Geografia escolar. Segundo Manoel Fernandes (2006), durante o 10º Encontro Nacional de Geógrafos em Recife, no ano de 1996, criou-se um eixo temático chamado “Geografia Puras e Impuras” com o objetivo de acolher os trabalhos que não se encaixassem nas propostas tradicionalmente abordadas pelos pesquisadores da história da geografia brasileira. Em torno desse eixo temático, organizou-se uma mesa redonda que tratou do “Pensamento Geográfico antes de 1930”. Isso significa que não havia um fórum de debates sobre a história da Geografia, sobretudo do século XIX, e, evidentemente, também não havia muitas pesquisas sobre esse período. O resultado acadêmico daquele eixo temático foi o I Encontro da História do Pensamento Geográfico Brasileiro realizado em 1999, três anos de trabalho e a materialização de um projeto que implicaria na consolidação do campo conhecido como: história do pensamento geográfico.

Os trabalhos do I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico (ENHPG), em 1999, tiveram como um dos frutos a publicação da revista *Terra Brasilis*, n. 1, 2000, dedicada à Geografia escolar, que proporcionaram inúmeras possibilidades reflexivas. A edição dessa revista trouxe quatro excelentes textos dedicados ao assunto: “O compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil”, manual didático de autoria de Tomaz Pompeu de Sousa Brasil<sup>20</sup>, o Senador Pompeu<sup>21</sup> (SOUSA NETO, 2000); em que o autor procurou identificar a concepção do Senador Pompeo concernente à “sciencia geographica” e como ele tratou a formação do Estado-Nação brasileiro. Dois trabalhos sobre Delgado de Carvalho, um deles intitulado “Entre a ciência e a política: um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho”, de Perla Brígida Zusman e Sergio Nunes Pereira (2000), cujos autores refletiram sobre a contribuição de Delgado de Carvalho para construção das bases da Geografia científica e escolar no Brasil. E outro, “Delgado de Carvalho e a orientação

---

<sup>20</sup> Tomás Pompeu de Sousa Brasil nasceu em Santa Quitéria, na freguesia de Sobral no Ceará em 1818, foi ordenado presbítero em 1841 e recebeu o grau de Bacharel em Direito em 1843, em Olinda. Instalou a pedido do presidente da província Inácio Correia Vasconcellos o Liceu do Ceará, onde foi diretor e professor das cadeiras de História e Geografia. Foi membro do IHGB, deputado e Senador do Império. Fonte: CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Correspondência do Senador Pompeu*. Fortaleza: Instituto Nacional do Ceará.

<sup>21</sup> Irei me referir a Tomás Pompeu de Sousa Brasil como Senador Pompeu, Tomás Pompeu, e para citá-lo, simplesmente, Brasil.

Moderna no Ensino de Geografia Escolar Brasileira” (ROCHA, 2000), dedicado às concepções teórico-metodológicas da década de 1920. Nesse trabalho, o autor ilustra a contribuição de Delgado de Carvalho na elaboração de um manual para professores. E, por fim, o texto “História o Pensamento Geográfico no Brasil: elementos para um programa de pesquisa”, de Lia Osório Machado (2000). Esse artigo, não obstante a sua importância, passou longe da perspectiva escolar. Trata-se de uma importante entrevista contendo as experiências e as sugestões da professora Lia Osório aos pesquisadores em história do pensamento geográfico — a autora enfatiza a quase inexistência de pesquisas a respeito da Geografia do período Imperial brasileiro.

Em 2009, ocorreu o II ENHPG na Universidade de São Paulo (USP), dez anos após o primeiro, nesse encontro, foram publicados apenas dois trabalhos sobre história da Geografia escolar — “Ensino de Geografia e história do pensamento geográfico: notas a respeito do papel da ideia de território no Brasil (1822-1934)”, de Vlach, texto que faz parte do livro *Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil*, publicado em 2010, e “Educação, Geografia e escola: Geografia escolar e as Influências pedagógicas institucionais até a década de 1960”, de Thiago Souza e João Pedro Pezzato, publicado nos anais do encontro.

Em seu artigo, Vlach (2010) destacou o papel do ensino de Geografia nas escolas de primeiras letras, embora, em suas referências, mencione que os saberes geográficos nessa modalidade de ensino foram apenas postos indiretamente, ou como bem definiu Jeane Medeiros Silva (2012), “os conteúdos implícitos”. No entanto, ao trazer a noção de território como conceito central para formação da nação, não mobiliza a escola em si, mas se utiliza das publicações do IHGB — legislação, discursos, relatórios e a obras de referência e textos clássicos. No meu entendimento, para compreender a construção da noção de território brasileiro através da Geografia escolar, faz-se necessária uma investigação das fontes produzidas para a escolar, mas a partir da escola. E, nesse sentido, constatei a ausência de uma interlocução com as pesquisas de história da Educação na bibliografia dos trabalhos analisados. Isso denota que o nível de diálogo estabelecido com as pesquisas sobre a história das disciplinas escolares e a história do currículo, em especial a Geografia, foi superficial. Quanto aos trabalhos de Vlach, faço referência ao texto de 2010, considerando que, em 1988, o campo de história da Educação também estava se consolidando.

No trabalho de Thiago Tavares de Souza e João Pedro Pezzato (2009), publicado nos anais do II ENHPG e o artigo “A Geografia escolar no Brasil, de 1546 até a década de 1960”, publicado na coletânea *História do Pensamento geográfico e epistemologia no Brasil*, em

2010, pretenderam analisar as influências pedagógicas institucionais. Os autores Souza e Pezzato (2010) iniciam o texto da seguinte forma:

O presente artigo tem por objetivo trazer uma trajetória do ensino de Geografia no Brasil desde 1549 até 1960, apresentando as tendências teóricas e metodológicas, assim como os fatores históricos e sociais que influenciaram neste percurso [...]

[...] propomos uma periodização da história do ensino de Geografia no Brasil dividida em três fases: 1549 a 1920; 1920 a 1960 e 1960 aos dias atuais. (p.1).

Tais autores, ao justificarem a opção pelo período que compreende de 1549 a 1920, esclarecem que a trajetória da Geografia escolar no Brasil:

[...] inicia-se com a vinda dos jesuítas ao Brasil, tendo como um dos objetivos a educação dos colonos e índios, e termina na década de 1920, período de inserção da Geografia nos currículos escolares, na universidade e do movimento da Escola Nova. (p. 76).

Os autores deixam claro que estão preocupados em produzir um quadro geral sobre a Geografia escolar no Brasil, porém, com uma literatura pouco atualizada, não foi possível atingir os seus objetivos. Tomam como marco inicial o ano de 1549, citam o ano de 1584 (edição do *Ratio Studiorum*, p. 5), e encerram o período colonial com a data de 1759 (“*expulsão dos jesuítas da colônia*”, p. 6). Retomam o recorte temporal a partir da criação do Colégio Pedro II, em 1838, e reaparecem, em 1920, com a escola nova.

Ao elegerem um período longo e ao utilizarem a perspectiva de currículo oficial, realizam somente parte do trabalho, pois atuaram apenas em uma das dimensões do que se pode chamar de iniciativas de construção de um currículo. Os autores, assim como Rocha, partem do pressuposto de que o que está na lei era ensinado, “o mito da prescrição”, conforme afirmou Goodson (2002), e concluem, equivocadamente, que a inserção da Geografia nos currículos escolares ocorreu na década de 1920.

Essa divisão em períodos demasiadamente longos demonstra o entrave teórico-metodológico que encontrei em grande parte dos trabalhos e que precisa ser problematizado: a periodização.

Além dessa questão, é necessário que se possa compreender o ensino de Geografia através de outro lugar diferente da Corte, do Colégio Pedro II, conforme feito por Maria Adailza Martins de Albuquerque (2012) ao apresentar argumentos e fontes que indicam que já existiam experiências de ensino de Geografia, mesmo antes de 1838, na Província da Paraíba.

E, nesse sentido, concordo com a autora que, para se compreender a Geografia brasileira, é necessário reconhecer as contribuições da Geografia ensinada nas províncias do Império. Uma concepção compartilhada, por Faria Filho (2009), quando alerta “que não é possível entender os projetos de Brasil sem que entendamos o lugar ocupado pela “região”, dentro desses mesmos projetos”. Por essa razão, eu defendo não ser possível compreender a história da Geografia brasileira, sem considerar o lugar que essa disciplina ocupou nas províncias. O que felizmente tem acontecido, considerando os trabalhos de Rogada Soares Del Gaudio (2006), Geórgia Stefânia Piceli Laubstein (2008), Lucineide F. Rodrigues Lopes (2009), Mizael Fernandes de Oliveira (2011) Maria Edney Ferreira da Silva (2012) e Pedro do Nascimento Gomes (2012).

Os resultados dessas mudanças também apareceram no III ENHPG e I Encontro de Geografia Histórica, realizado em 2012. Nesse evento, o eixo História da Geografia Escolar, com nove artigos, entre os quais, dois deles são estudos que podem ser classificados como regionais. Um deles “Geografia Escolar nos Currículos: o lugar da resistência em Fortaleza 1901-1919” (GOMES, 2012), em que o autor analisa a experiência de ensino de Geografia em duas escolas: a escola Moderna do Ceará, fundada em 1911, e a Escola Operária Secundária, em 1915. Essas instituições criadas e mantidas pelo Grupo Libertário de Estudos Sociais do Ceará propunham, segundo o autor, um currículo diferenciado e destinado aos operários. Os livros didáticos não eram os mesmos usados nas instituições oficiais e, no caso da Geografia, eles utilizavam o manual do geógrafo anarquista francês Élisée Reclus, traduzido por Ramiz Galvão e publicado pela Garnier, em 1900. O artigo “Um debate acerca da origem da Geografia escolar no Brasil” (ALBUQUERQUE, 2012), cuja autora irá tratar do papel das províncias na origem da Geografia escolar brasileira e tem e como objetivo central questionar a ideia de que o Colégio Pedro II foi o marco principal da origem da Geografia escolar no Brasil. Além disso, Albuquerque (2012) propõe uma reflexão mais ampliada sobre o uso das fontes que, segundo ela, estão restritas a documentos “*oficiais*”.

Os trabalhos recentes, portanto, vêm mostrar que os ventos têm soprado em outra direção, mesmo que com intensidade de brisa. Todavia, esses estudos são capazes de produzir uma virada historiografia em relação à Geografia brasileira.

As críticas dessa análise vêm afirmar que as pesquisas, aqui citadas, realizadas por geógrafos e geógrafas trataram da história da Geografia, da história da Educação e da história do Brasil. Assim como esses autores, estudei história da Geografia escolar. A diferença, portanto, está em trazer as reflexões a partir da Geografia ensinada nas escolas e em afirmar que este estudo é sobre a história da Geografia no Brasil.

E, por isso, reconheço a dificuldade em discorrer sobre a história de uma disciplina, seja científica ou escolar. Nesse caso, a única opção é iniciar pelo que afirmam que ela foi. Então, é dessa forma que conduzirei esta narrativa.

O viajante naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em nota do prefácio do seu livro *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, em 1830, confere ao padre Manoel Ayres de Casal<sup>22</sup>, autor da *Corografia Brasílica* – ou relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil, publicada em 1817, o título de Pai da Geografia brasileira. Não foi conhecido outro autor que tenha recebido esse título, sendo assim, pode ser um bom ponto de partida para traçar uma história da Geografia no Brasil. Aliás, em 1868, o Senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil foi reconhecido por Cândido Mendes de Almeida<sup>23</sup>, em uma carta<sup>24</sup> de 30 de setembro, que encaminhou o seu recém-publicado *Atlas do Império do Brasil* (1868), como o primeiro geógrafo brasileiro.

O que interessa nessas afirmações não é mostrar a sua veracidade, mas entender as razões que levaram ou o que levou Saint-Hilaire a conferir esse título a Aires de Casal. Analisei o contexto histórico dessas declarações, não para identificar a importância das obras Aires de Casal, do Senador Pompeu e de Cândido Mendes, mas para conhecer as concepções sobre a Geografia do século XIX que foram produzidas desde então.

Inúmeras declarações, fatos e personagens, mesmo antes do século XIX, mostraram-me que outros sujeitos poderiam ter recebido esse título. Pode ser considerada, por exemplo, as descrições literárias dos cronistas do século XVI a respeito de a natureza e o homem na América portuguesa como obras de geógrafos. Entre os autores e obras dessas descrições, destacam-se dois grupos, o primeiro de escritores portugueses que contam com a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500), sobre as primeiras impressões da nova terra e seus habitantes; *História da Província de Santa Cruz* (1576), de Pero Gândavo; *Tratados da Terra e da Gente do Brasil* (1583<sup>25</sup>), de Fernão Cardim; *Tratado descritivo do Brasil* (1587), de Gabriel Soares de Sousa, e *História do Brasil* (1627<sup>26</sup>), do Frei Vicente Salvador. E, o segundo grupo formado por escritores não portugueses: Hans Staden, *Duas Viagens ao Brasil* (1557); André

<sup>22</sup>Não se sabe muito sobre o Padre Manoel Ayres de Casal, Augusto Victorino Sacramento Blake, (1900) afirma que nasceu em 1754.

<sup>23</sup>Cândido Mendes de Almeida, nascido em Brejo no Maranhão em 1818 e falecido no Rio de Janeiro em 1881, foi advogado, Senador do Império, professor no Liceu de São Luiz, chefe de seção da secretaria do império, jornalista, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio e presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, da Sociedade de Geografia de Londres e da Sociedade de Geografia de Paris.

<sup>24</sup>Ver: CÂMARA, José Aurélio Saraiva (1960).

<sup>25</sup>A edição utilizada nesta tese foi publicada em 2000.

<sup>26</sup>A edição utilizada nesta tese foi publicada em 1906 e está disponível na Biblioteca Digital Brasileira da USP.



Thevet, *As singularidades da França Antártica* (1557), e Jean de Léry, *Viagem a Terra do Brasil* (1578).

A marca dessas primeiras crônicas descritivas foi o caráter informativo sobre os aspectos gerais da terra, seus habitantes e até mesmo descrições fantasiosas, como foi o caso de André Thevet (1944) e Jean Léry (2006) nos desenhos que ilustravam os “índios” brasileiros. Esses representaram os habitantes da colônia portuguesa com formas e hábitos esdrúxulos e se atentaram pouco ao território. Nos séculos XVII e seguintes às descrições pormenorizadas da América portuguesa, direcionaram a atenção à exploração do território, principalmente dos recursos naturais nas descrições dos rios e os aspectos gerais sobre a riqueza do Brasil. Ambrósio Fernandes Brandão, em *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618<sup>27</sup>), contribuiu com estudos sobre os aspectos sociais e econômicos do nordeste. André João de Antonil, em *Cultura e Opulência no Brasil* (1711<sup>28</sup>), abordou os aspectos econômicos, ao destacar a crise da economia açucareira e descrever as rotas para ouro em Minas Gerais.

Esses autores, através das narrativas que viriam a ser histórico-descritivas, ao enfatizarem o traçado da costa, dos cursos de águas, do litoral com seus agrupamentos humanos e das montanhas, forneceram significativas fontes de interesse geográfico.

A partir do século XVII e XVIII, a descrição das crônicas surge com contornos *cientificistas*, pois, além das observações dos relatos das paisagens, passa a incluir a astronomia e a história natural. As descrições já acompanhavam as representações cartográficas e a distribuição e distinção das espécies animais e vegetais.

Mesmo a figura de Alexandre Rodrigues Ferreira, citado por José Veríssimo Pereira (1994), cognominado o Humboldt brasileiro, foi ignorada nas pesquisas que contribuiriam para a história da Geografia brasileira. Rodrigues liderou a expedição, *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, realizada sete anos antes por Alexander Von Humboldt. Empreendimento financiado pela coroa portuguesa à época do Marques de Pombal e que tinha o objetivo de explorar as riquezas no interior do território colonial português.

Com todos esses antecessores no trato com a “terra brasileira”, é muito curioso justamente o autor de um livro chamado *Corografia Brasílica* receber o título de pai da Geografia.

Um motivo provável por que o Ayres de Casal recebeu o título de pai da Geografia brasileira, exclusivamente, talvez fora em razão do *Corografia Brasílica*. Porém, é preciso

---

<sup>27</sup> A edição utilizada nesta tese foi publicada em 2009 pela editora Itatiaia.

<sup>28</sup> A edição utilizada nesta tese foi publicada em 1997 pela editora Itatiaia.

saber até que ponto a Corografia escrita pelo autor teve influência no ensino de Geografia nas escolas primárias e secundárias ao ponto de chamar a atenção, tanto pelos elogios, como foi o caso de Basílio Quaresma Torreão<sup>29</sup> (1824) e Joaquim Manoel de Macedo<sup>30</sup> (1873<sup>31</sup>) quanto pelas críticas que recebeu desde Capistrano de Abreu<sup>32</sup> nos finais do século XIX até Caio Prado Junior na introdução da edição *fac-símile* de *Corografia Brasílica* de 1945, publicada há cento e oito anos depois da primeira de sua primeira edição, em 1817<sup>33</sup>. No texto, Prado Junior deixa claro que sua crítica à obra de Aires de Casal foi em função do contorno oficial da concepção de Geografia. Uma obra que recebeu a chancela da Imprensa Régia e que foi responsável, por conferir o título de Pai da Geografia a Aires de Casal e, talvez, o principal motivo pelo qual influenciou os autores estrangeiros. Em seu texto, sobre a Corografia de Aires de Casal, Prado Junior utiliza, na maioria das vezes, fontes secundárias, o que não se constitui exatamente um problema, considerando que, na década de 1940, não havia uma tradição de pesquisa histórica e de preservação de acervos. No entanto, quando cita as fontes, o autor o faz sem questionar o seu conteúdo, reproduz assim opiniões e, por muitas vezes, ignora outros documentos, mesmo que esses tenham existido e fossem de fácil acesso. A seguir, é possível observar como Prado Junior (1957) utilizou a obra do autor Joaquim Manoel de Macedo como referência:

A corografia brasílica se tornará uma espécie de **‘livro sagrado’ da Geografia brasileira**, e ainda, em 1873 Joaquim Manoel de Macedo, cujas **obras de história e Geografia** constituíram os principais e quase únicos manuais de ensino daquelas matérias por muito tempo (e só foram **substituídas pelos de Joaquim Maria de Lacerda** que ainda alcançaram as gerações vivas), afirmava de Aires de Casal, no prólogo às suas *Noções de Corografia* que era ‘o mestre e guia de quantos tem escrito depois dele.’ (p. 183. Grifos meus).

<sup>29</sup> Basílio Quaresma Torreão foi o primeiro autor brasileiro de um compêndio de Geografia Universal. Nascido em Pernambuco e falecido no Rio de Janeiro em 1867. Professor de Geografia e História, era sectário da independência da Província de Pernambuco e, por tomar parte na Revolução Pernambucana de 1817, foi preso. Foi um dos professores das aulas que se abriram na cadeia da Bahia, onde fez três cursos de Geografia e compôs um compêndio de Geografia universal.

<sup>30</sup> Joaquim Manoel de Macedo nasceu em 1820 e faleceu em 1882. Foi médico, professor, romancista, poeta, teatrólogo, jornalista, historiógrafo, político, membro do conselho diretor da instrução pública da corte, foi sócio e secretário do IHGB, comendador da Ordem da Rosa e comendador da Ordem de Cristo. Redigiu *A Nação* e a revista *A Guanabara*. Colaborador de: *Biblioteca Brasileira*, *Correio Mercantil*, *O Globo*, *Jornal das Famílias*, *A Manhã*, *Marmota Fluminense*, *Ostensor Brasileiro*, *A Reforma*, *A Rosa Brasileira*, *Revista Popular*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, *Semana Ilustrada*, *Minerva Brasiliense*.

<sup>31</sup> *Noções de Corografia do Brasil*, obra produzida em dois volumes, encomendada para a Exposição Internacional de Viena, em 1873.

<sup>32</sup> Capistrano de Abreu nasceu no Ceará, em 23 de outubro de 1853, e viveu no Rio de Janeiro de 1875 até 1927, quando morreu. Foi historiador, jornalista, membro do IHGB e professor do Colégio Pedro II.

<sup>33</sup> Texto publicado também na segunda edição de *Evolução Política do Brasil* e outros estudos em 1957.

Joaquim Manoel de Macedo, ao referir-se a Aires de Casal como “o mais antigo corógrafo”, tem claro que a Corografia trata de um quadro geral do Brasil ou particular das províncias do Império. E, nesse sentido, para compor esse quadro geral os “corógrafos”, utiliza como referência os estudos de Geografia, História e Engenharia. Consta, na sua biografia, segundo Sacramento Blake (1898) e Jeane Medeiros da Silva (2012), que Macedo<sup>34</sup> escreveu, além da literatura, manuais didáticos de Corografia e História, não há títulos de Geografia entre as suas obras.

O livro *Noções de corographia do Brasil* foi publicado como manual escolar em 1873, adotado no Colégio Pedro II, em 1878, para as aulas de História e Chorographia do Brazil, permaneceu indicado na reforma de 1882. Nesse mesmo ano, foi adotado, para a matéria de Geografia (provisoriamente), o manual do Joaquim Maria de Lacerda<sup>35</sup> com o título: *Pequena Geografia da infância para uso das escolas primaria* (1880). E, também o *Elemento de Geografia Moderna* de Pedro de Abreu<sup>36</sup> (1862). Antes disso, desde 1858, os manuais dedicados à corographia e à Geografia foram os do Senador Pompeo, e, desde 1862, o manual destinado à Geografia foi o de Pedro de Abreu.

A compreensão sobre a *Corografia Brasília*, de Prado Junior, em comparação com outro autor do século XIX, evidencia o uso indiscriminado das fontes, como aponta Prado Júnior (1954; 1957):

pode-se dizer que o prestígio da *Corografia Brasília* só declina depois do aparecimento das traduções, feitas por Capistrano de Abreu, das obras de Sellin e de Wappaeus, já no penúltimo decênio do século passado, e que introduziram nos estudos geográficos do Brasil o sôpro renovador cuja falta há tanto já se fazia sentir. (p. 36; 1957, p. 183).

Na comparação do trecho extraído das obras de Prado Junior, com a crítica de Capistrano de Abreu (1988), pode-se identificar que são as mesmas. Um exemplo evidente de que o primeiro acreditou fielmente no segundo.

Dadas estas explicações posso concluir. Existe em nossa literatura livro como este que rápida e precisamente nos informe do estado geral do Brasil? Não o conheço. E por isso abalancei-me a traduzi-lo, certo de que prestará bons serviços em quanto não ficar terminada a tradução do Manual da

<sup>34</sup> *Lições e Historia do Brazil*, publicado em 1861.

<sup>35</sup> Joaquim Maria de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro em agosto de 1838 e faleceu em Paris em 31 de dezembro de 1886. Formado em Direito, foi membro da Arcádia de Roma e de inúmeras instituições literárias da Europa. Além de manuais de Geografia escreveu manuais de História, Matemática e Português.

<sup>36</sup> Pedro José de Abreu nasceu na Bahia, Bacharel em Letras pelo Liceu baiano, foi professor do Colégio Pedro II, autor do Manual escolar adotado no mesmo estabelecimento, escrevendo também *Elementos de Geographia Moderna e Cosmographia*.

Wappaeus, mais antiquado porém, mais amplo, mais profundo. (ABREU, 1888, s/p).

Porém, a crítica de Capistrano de Abreu tem extensão bem maior, pois, além da crítica a Aires de Casal, ele amplia o julgamento a todos os manuais impressos antes da sua tradução de *Geografia Geral do Brasil*<sup>37</sup>. E, talvez, pela intenção de se afirmar como autor de manuais escolares, pode-se compreender o seu interesse em desqualificar os livros anteriores. O mesmo não pode ser dito sobre Prado Junior, que a princípio me parece que não tinha essa intenção. Como historiador e geógrafo, fundador da AGB, foi secretário e presidente, porém foi reconhecido mais como historiador do que geógrafo, segundo Azib Nacib Ab'Sáber (1989). No entanto, deixou referências marcantes para renovação da Geografia brasileira, especialmente sobre a formação do estudo do território e do pensamento social brasileiro, com a autoria dos clássicos como: *A formação do Brasil contemporâneo* (1941) e *História Econômica do Brasil* (1945).

A *Corografia Brasílica* foi a primeira descrição publicada sobre a totalidade do Reino do Brasil, o que é um grande mérito. Antes dela, havia os relatos de viagens e as expedições de mapeamento, reconhecimento e exploração da coroa portuguesa que descreviam apenas partes do “território brasileiro”. E é possível que Saint-Hilaire tenha se amparado, para conferir a paternidade da Geografia brasileira à Aires de Casal, no fato de ser uma obra sobre todas as províncias do reino. Além disso, o livro foi publicado no Brasil, o que motivou muitos autores estrangeiros a utilizá-lo como fonte em seus compêndios de Geografia geral, na parte referente ao Império do Brasil, e em dicionários geográficos, a exemplo, do *Dicionário Geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*, de Milliet de Saint-Adolphe, traduzido por Caetano Lopes Moura<sup>38</sup> e publicado no Brasil em 1845. É certo que muitos autores brasileiros publicaram livros de Geografia ou Corografia e tiveram como fonte a *Corografia Brasílica*. Contudo, em uma análise mais apurada, nota-se que a maioria consta de atualizações e correções das informações fornecidas por Aires de Casal. Aliás, os autores posteriores muitas vezes consultavam as mesmas fontes bibliográficas que foram utilizadas como referências pelo cômico em sua obra.

Para Prado Junior (1945;1957), sobre o pai da Geografia brasileira<sup>39</sup>:

<sup>37</sup> João Capistrano de Abreu foi o tradutor da obra *Geografia Geral do Brasil*, de Alfred W. Sellin, publicado em 1889.

<sup>38</sup> Caetano Lopes Moura nasceu em 1780 na Bahia e faleceu em 1860 e Paris. Foi médico e historiador, tradutor da obra: *Dicionário histórico, descritivo e geográfico do Império do Brasil*.

<sup>39</sup> Em 1957, publicado no livro *Evolução Política do Brasil outros Estudos na parte intitulada Estudos históricos* com subtítulo: Aires de Casal, o Pai da Geografia Brasileira e sua Corografia.

Embora autor de uma Geografia, e apesar de sua *sympathia* por esta sciencia encantadora como escreve na dedicatória ao Rei, Aires de Casal nada tem do homem de ciência no sentido próprio da palavra. Ignora as mais elementares noções científicas do seu tempo, a ponto que se chega às vezes a ter a impressão, lendo sua obra, de que desconhecia a própria existência das ciências naturais ...

[...]

[...] não são apenas rudimentos da ciência que faltam ao nosso autor. Não se percebe nele vocação ou instinto científico algum, isto é, qualidade de observação, análise, comparação e síntese, que fazem a base do pensamento nas ciências. Nada disso êle possui; é um simples colecionador e registrador de fatos.

[...]

Numa palavra, Aires de Casal foi um erudito. A sua formação cultural é daquela que, na falta de outra expressão poderíamos chamar “clássica”, em oposição à científica propriamente dita. (1945, p. 8-9).

Ao que parece, o adjetivo de “pai da geografia” conferido por Saint-Hilaire a Aires de Casal deixou Prado Junior muito incomodado, mas o motivo desse incômodo não ficou esclarecido. A obra de Aires de Casal não foi produzida para fins escolares e não há registros de que foi utilizada nas escolas. No entanto, a influência que a *Corografia Brasílica* exerceu foi inegável, embora tenha ficado circunscrita, em grande parte, às referências dos autores nos prefácios e nas apresentações das suas obras didáticas.

Pode-se admitir até que o Aires de Casal não fosse “um homem de ciência”, todavia os argumentos de Prado Junior para desqualificar a *Corografia Brasílica* não reuniram elementos suficientes à crítica e, por vezes, ocorre de maneira ambígua. Na crítica, ao destacar a ausência de mapas na obra e afirmar que ali estava o seu maior defeito, o autor cita como exemplo o Ensaio “Corográfico do Pará”, de Antônio Ladislau de Monteiro Baena<sup>40</sup>, publicado em 1839, que também não contém nenhuma imagem ou mapa, como “nitidamente” superior: “[...] é de lamentar que não tivesse com ele ilustrado a Corografia, o que serviria pelo menos para não abrir o péssimo precedente de livros de Geografia sem o elemento essencial desta matéria que são as cartas e mapas.” (1945, p. 32).

Vale lembrar que não era comum o uso de mapas nas obras de Corografia, mesmo no final do século XIX. Na Europa no século XVII, as bases científicas da cartografia estavam sendo postas. A necessidade de cartas topográficas e mapas mais precisos demandavam

---

<sup>40</sup> Antônio Ladislau de Monteiro Baena nasceu em Lisboa e faleceu no Pará em 1850, foi militar, professor, historiador, biógrafo, teatrólogo, cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Moço fidalgo da Casa Imperial, Sargento-mor de Artilharia.

grandes operações geodésicas e matemáticas para sua elaboração. Esse progresso alcançaria Portugal e, por consequência, refletiria-se no Brasil com a sua imensa extensão de terras não mapeadas como laboratório.

No século XVIII, por necessidade de definição dos limites entre Portugal e Espanha, Dom João V expediu um alvará de 1729, dirigido ao vice-rei do Brasil que determinou, citado por Jaime Cortesão (2009):

[...] Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, e em especial ao vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, governadores do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Pernambuco, Maranhão, capitão mor da Parahyba, e mais capitães-mores de outra capitánias, districtos, villas e freguezias dos sertões do dito Estado, officiaes das camaras das cidades e villas d'elle, ouvidores-geraes das comarcas, juizes de fora e das terras, provedores minha fazenda, thesoureiros e almoxarifes, e assim também aos donatários das terras da corôa sitas no dito Estado do Brasil, ou seus tenentes e, ouvidores, que hei de por meu serviço e muito conveniente ao governo e defesa ao mesmo Estado, boa administração da justiça, arrecadação de minhas fazendas; e para se evitarem as duvidas e controversias que se tem originado dos novos descobrimentos, que se tem feito nos sertões daquelle Estado, de poucos annos a esta parte, fazerem-se mappas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas também pelos sertões, com toda distincção, para melhor se assinalem e conheçam os distritos de cada bispado, governo, capitania, comarca e doação; para esta diligencia nomeii dois religiosos da capitania de Jesus, peritos nas matemáticas, que são Diogo Soares e Domingos Capassi [...]. (2009, p. 227).

O impacto desse ato foi muito significativo, tendo em vista o aumento das contribuições dos relatos de viagens, relatórios, diários, cartas e mapas que foram publicados durante o século XVIII. Entre eles, o mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional, por José Monteiro de Carvalho, em 1752, e o mapa da capitania de Minas Gerais dividido em comarcas, por José Joaquim da Rocha, em 1778, de acordo com Paulo knauss et al. (2010).

Os mapas eram uma preocupação constante dos governantes, considerados os olhos do Rei. Pois, através dos mapas, a coroa aumentava suas informações sobre o território e as suas posses. E, isso, para o mundo significava garantir o processo civilizador e a denominação das vastas regiões do Império português. Sabia-se que mapear era conhecer, domesticar, submeter, conquistar e controlar.

No entanto, as demarcações dos limites das faixas de fronteiras eram a maior preocupação nesse período, o que seria de fundamental importância para garantir a configuração que, em 1822, constituiria o Império brasileiro. Na esteira dessas delimitações entre nações, foram levantados os cursos d'água com suas possibilidades navegáveis e os

itinerários para rotas de comércio, definiram coordenadas precisas que teriam grande importância no século XIX. Foram dezenas de demarcadores responsáveis pela elaboração de roteiros, relatos de viagens, cartas e mapas. Muitos desses relatos de cunho geográfico inauguraram nova forma de descrição da paisagem com as narrativas das cidades e das atividades econômicas que havia existido. Essa iniciativa foi coroada com a criação do Real Arquivo Militar, em abril de 1808<sup>41</sup>, e, em seu regimento, previa-se guardar, conservar, examinar, corrigir e elaborar cartas. Além do mais, ficavam sob a responsabilidade do arquivo os “projetos de estradas, navegação fluvial, canais e portos”, tudo o que dizia respeito à defesa das fronteiras e “projetos de campanha”.

[...] um Arquivo central onde se reúnam e conservem todos os mapas e cartas tanto das costas, como do interior do Brasil, e também de todos os meus Domínios Ultramarinos ... O Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 7 de Abril de 1808. (BRASIL, 1891, s/p).

No regulamento do decreto, consta também que “todas as cartas” geográficas ou topográficas de todo Brasil e dos domínios ultramarinos deveriam ser confiados aos cuidados do arquivo. No documento, inclui-se também que o inventário deveria ser conservado em segredo e nada poderia sair do arquivo sem ordens da Secretaria de Estado da Guerra<sup>42</sup>.

Com exceção de poucas cartas e mapas que representavam as principais cidades e rotas de transporte terrestres ou fluviais que atendiam ao comércio, não existia um quadro mais completo geral das províncias ou do Império. Devo esclarecer que a maior parte do acervo sobre o território brasileiro veio de Portugal, segundo Cortesão (2009). As compilações eram extensas e não forneciam detalhes sobre a distribuição territorial das vilas, cidades e dos elementos naturais do Império brasileiro e das províncias. Havia também a indefinição dos limites do país, um problema que permaneceu até o século XX. Além disso, a impressão dos mapas era muito cara e transportá-lo aos manuais didáticos ficava ainda mais oneroso. Essas peculiaridades da cartografia podem, a princípio, esclarecer os motivos da ausência de mapas nos livros de Geografia ou Corografia publicados no início do século XIX. Conforme Enali Maria De Biaggi (2010, p. 2): “A cartografia não é uma simples técnica, mas um verdadeiro discurso que contribui para a compreensão e a estrutura da sociedade em seu território.”

---

<sup>41</sup> BRASIL, Leis. *Colecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 12-15.

<sup>42</sup> O Real Arquivo Militar era um órgão anexo à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, também dependente do Erário Régio e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. (ALMEIDA, 2013, s/p).

Ainda, segundo De Biaggi (2010), somente em meados do século XIX, com as fronteiras internas e externas mais bem delimitadas e após a formação do corpo diplomático do Império em 1851, apareceram novos e mais elaborados mapas. Juntam-se a isso, a quantidade e a ampliação das expedições como, por exemplo, a comissão científica do Império (1859-1861), a comissão geológica Imperial de 1875 e a comissão da carta geral do Império (1862-1878).

No contexto escolar, o Senador Cândido Mendes de Almeida publica, em 1868, o *Atlas do Império do Brasil*, destinado à instrução pública no Império, em especial aos alunos do Colégio Pedro II. Em 1882, foi publicado, no Rio de Janeiro, outro atlas com mesmo título, de autoria do Barão Homem de Mello<sup>43</sup> e Francisco Antônio Pimenta Bueno<sup>44</sup>. A existência e a adoção do atlas nas escolas do Império indicam que havia uma preocupação de incluir os mapas nas aulas de Geografia, ao contrário do que afirmaram José Veríssimo (1906) e Prado Junior (1945; 1957) ao mencionarem sobre os compêndios escolares de Geografia.

### 1.1 A Corografia e a Geografia do Brasil

A expressão “corografia” surgirá novamente como título de livro no ano de 1829, com a *Corographia ou abreviada historia geographica do Imperio do Brasil*, de Domingos José Antônio Rebello<sup>45</sup>; em 1833, no manual didático de Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva<sup>46</sup>, *Corographia paraense ou descrição física, histórica e política da Provincia do Gram-Pará*, e no *Ensaio Corográfico sobre a Provincia do Pará*, de Ladislau Baena, de 1839. Depois disso, na segunda metade do século XIX, em 1854, foi publicada a *Chorographia do Brazil*, de

---

<sup>43</sup> Barão Homem de Mello nasceu em Pindamonhangaba, São Paulo, no ano de 1837 e faleceu em Campo Belo, Minas Gerais. Foi Advogado, professor, poeta, funcionário público, dignitário da Ordem da Rosa, sócio honorário IHGB e membro da Sociedade de Geografia do Brasil, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

<sup>44</sup> Francisco Antônio Pimenta Bueno nasceu em Cuiabá no ano de 1836 e faleceu no Rio de Janeiro em 1888. Engenheiro militar, sócio do IHGB, oficial da Ordem da Rosa e cavaleiro da Ordem de Avis e da Ordem do Cruzeiro.

<sup>45</sup> Domingos José Antônio Rebello nasceu em Salvador. Era diretor da companhia de seguros Comércio Marítimo e sócio do IHGB.

<sup>46</sup> Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva nasceu em Coimbra. Foi Comendador da Ordem da Rosa, cavaleiro do Cruzeiro e de Cristo. Sócio do IHGB. Membro efetivo das sociedades de Agricultura, Comércio e Indústria e da filomática de química da Bahia. Escreveu ainda: *Ensaio histórico, estatístico e geográfico sobre o Império do Brasil* (1847) e *História corográfica e contemporânea do Império do Brasil*. Junto com Alexandre Moraes, escreveu *Ensaio Corographico do Império* em 1853.



João Felix Pereira<sup>47</sup>. Porém, só aparecerá como matéria escolar em 1855, segundo o plano de estudos aprovado pelo Decreto imperial nº 1556<sup>48</sup>.

**Plano dos Estudos**  
CAPITULO UNICO

**Art. 1º Os estudos que formam o curso de ensino do Colégio de Pedro 2º, dividem-se em estudos de 1ª e de 2ª classe.**

**§ 1º Os da 1ª classe são:**

Gramática nacional;

Latim, compreendendo gramática, versão para a língua nacional de trechos de autores designados pelo Conselho Diretor, construção de períodos curtos, e temas;

Francês;

Inglês;

Explicação desenvolvida dos Evangelhos, e noções de moral; Aritmética, e Álgebra até equações do 2º grau, Geometria e Trigonometria retilínea;

**Geografia e historia moderna;**

**Corografia e historia do Brasil;**

Ciências naturais, nos termos do Art. 79 do Decreto de 17 de Fevereiro de 1854;

Desenho e musica;

Dança e exercícios ginásticos.

**§ 2º Os da 2ª classe são:**

Alta latinidade e versão para o latim de trechos dos clássicos portugueses;

Grego;

Alemão;

**Geografia e Historia antiga;**

**Geografia e Historia da idade media:**

Filosofia racional e moral;

Retórica e Poética;

Italiano. (BRASIL,1855).

A partir desse período, passam a existir duas matérias, Geografia e Corografia, que compõem os conhecimentos sobre as paisagens dos lugares, a superfície da Terra, a descrição física e humana geral e, em especial, do Império ou das províncias. Como consta no plano de 1855, a Geografia era associada à História Moderna e a Corografia à História do Brasil. Mas qual o significado de Corografia? Por que estava junto à História do Brasil e não à Geografia?

Segundo o dicionário de D. Rafael Bluteau e Antônio de Moraes Silva (1789, p. 332 e 658), corografia significa “descrição particular de algum reino, ou região” e a Geografia, “descrição das terras e mares, seus rumos, distâncias, confrontações, situação, &c. § Diz-se

<sup>47</sup> João Felix Pereira Cirurgião e médico pela eschola de Lisboa, professor de geografia, cronologia e historia, no Liceu nacional da mesma cidade.

<sup>48</sup> BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1855.

Geografia política, a que dá razão às divisões dos estados, formas de governo...”. À primeira vista, na definição apresentada no dicionário, parece não haver muita diferença entre as duas, entretanto, pode-se observar que a Corografia trata de uma descrição particular, uma descrição pormenorizada de uma região ou lugar, no caso as províncias. Já o dicionário de Antônio de Moraes Silva, de 1899, nos fornece a seguinte definição: “(do Gr. Chóra, paiz, e graphós eu descrevo). Descrição, representação de alguma região de uma paiz, de uma porção grande de território”, conforme Luiz Maria da Silva Pinto (1832) e Antônio de Moares Silva (1890).

Para Jean-Marc Besse (2000, p. 22), “um inventário minucioso das realidades próximas...”. Ainda, para esse autor, a Corografia é uma arte de atenção aos detalhes e uma arte do inventário. É certo que, na primeira metade do século XIX, no Brasil, a Corografia constitui uma parte significativa das publicações sobre as províncias e, na segunda metade, sobre Império do Brasil. De fato, as fontes revelam que a maior parte dos manuais didáticos sobre as províncias tinham em seu título o nome Corografia e pelo menos oito títulos foram publicados como Corografia do Brasil, incluindo a obra de Joaquim Manoel de Macedo de 1873, *Noções de Chorographia do Brasil*, preparada exclusivamente para exposição universal em Viena no mesmo ano em que viria a ser adotado no Colégio Pedro II. E a *Chorographia do Brazil*<sup>49</sup> do Dr. Joaquim Maria de Lacerda, autor de livros de Geografia que tiveram suas publicações desde 1870 até as primeiras décadas do século XX.

Em uma reflexão mais atenta e com o auxílio da literatura especializada, identifiquei que não havia inicialmente diferença no método entre as duas definições, mas no objeto. A Corografia trata da descrição da paisagem, em francês, *landschaft*, enquanto a Geografia trata da descrição da superfície da Terra e compreende as grandes massas, ou grandes conjuntos como os continentes, países, mares, populações, raças, limites territoriais. A Geografia, portanto, aborda não só as regiões em particular, como todo o globo. Assim foi compreendida, no início do século XIX, pelo menos antes dos trabalhos de Karl Ritter e Alexander Von Humboldt. Ritter transformou a Corografia em estudos comparados da paisagem (MOREIRA, 2008) e Humboldt foi responsável por trazer a explicação das diferenças de forma organizada e sistemática. Em o *Cosmos – Essai D’une description physique du monde*<sup>50</sup>, apresentou os argumentos para a compreensão das leis da natureza e do princípio de unidade da natureza.

---

<sup>49</sup> Resumo de *Chorographia do Brasil*, pelo Dr. Joaquim Maria de Lacerda. Revisto, augmentado e posto de acordo com os pontos do programa para os exames geraes de preparatórios, por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.

<sup>50</sup> Tradução em francês do título em alemão, *Kosmos, Entwurf einer physischen Weltbeschreibung, Stuttgart et Tübingen*, Cotta, 1845-1862.

Na Corografia não existia o caráter explicativo, mas ilustrativo. Esperar, portanto, da Corografia, um caráter mais científico, do que ilustrado, é uma pretensão inatingível. Para se elaborar uma Corografia, é necessário que se tenha conhecimento geográfico e histórico sobre determinado lugar. Entretanto, não se exigia do corógrafo que ele observasse *in loco*, realizando expedições ou trabalhos de campo. Essas eram atribuições dos naturalistas, geólogos, engenheiros militares, topógrafos e geógrafos.

A partir dessa perspectiva, pode-se compreender a Corografia como um estágio da Geografia, e isso não quer dizer que a esteja tornando menor. No entanto, pode-se afirmar com nível de segurança razoável, pois tanto a Geografia quanto a Corografia do início do século XIX atendiam aos seus próprios propósitos: a “Geographia” dedicava-se aos assuntos gerais e a Corografia ocupava-se exclusivamente da descrição do Império e, mais particularmente, das províncias, inclusive quanto a parte dedicada à introdução histórica. Nota-se, portanto, que o relato histórico dos manuais de Corografia e até mesmo nos de Geografia eram mais concisos quando comparados aos manuais aos textos didáticos para o ensino de História<sup>51</sup>. E, nesse caso, por falta de elementos mais conclusivos, não posso afirmar que se tratava da matéria de história. No entanto, há indícios que a Corografia fosse também uma etapa para construção do conhecimento histórico ou um adjetivo à História. Para Beatriz Santos (2011), uma espécie de história geográfica em que os aspectos históricos são acompanhados de elementos geográficos.

Ao considerar a Corografia do século XIX como um estágio e as descrições da paisagem e os estudos da Geografia regional como seu principal objeto, assumo que as contribuições corográficas nos trabalhos de Geografia foram imprescindíveis, porém não pela mudança em seu método descritivo, mas, sobretudo, pela permanência dele. Essa reflexão ajuda a compreender a construção do conhecimento geográfico e geográfico escolar, conforme definiu Fernand Braudel (1992), na longa duração. Tendo em vista que não houve rupturas que justificasse a existência de outra ciência, ao contrário, a Corografia, passou a fazer parte dos conhecimentos históricos ou geográficos.

Por não haver um sistema articulado de conhecimento em torno da Corografia, ela é a própria descrição, como uma espécie de gênero literário, presente nas crônicas e nos relatos de viagens ou extraído dos manuais de História. Mesmo quando se torna disciplina, em 1855, não se formou, em torno dela, a exemplo do que ocorreu com a Geografia e a História, um grupo socialmente reconhecido que discutia sobre as questões corográficas. E o simples fato

---

<sup>51</sup> A comparação foi realizada com os livros História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagem e Capítulo de História Colonial de José Capistrano de Abreu.

da existência de manuais escolares destinados ao seu ensino não foi uma condição para institucionalizá-la. A permanência da Corografia nos programas foi muito efêmera e, como não havia exigência nos exames das academias e para contratação de professores, ela pereceu. As vagas para professores públicos eram exclusivamente para as cadeiras de Geografia ou História, matérias de confluência com a Corografia.

Alfredo Moreira Pinto<sup>52</sup>, em seu manual escolar *Chorographia do Brasil*<sup>53</sup>, publicado em 1895, define “Chorographia é a descrição de um paiz ou de um estado” e trata de temas históricos e geográficos. Na parte introdutória, o autor inicia o parágrafo da seguinte maneira:

[noticia história] – descoberta a parte septentrional da America do Sul por Chistovão Colombo, que n’ella tocou em sua terceira viagem era questão de tempo a descoberta de todo o continente. Como quer que seja, foi o Brasil descoberto pelos hespanhoes em princípios de 1500 e a 22 de abril do mesmo anno, pelo portuguez Pedro Alvarez Cabral. (p. 2).

Ao referir-se ao Brasil, o autor inicia com a descrição do descobrimento do continente americano e o Brasil em 1500. Nessa abordagem histórica diacrônica, Pinto (1895) estende-se até 1821 e não consta, na introdução de sua narrativa, a descrição dos aspectos que se poderia chamar de geográficos. No entanto, na parte referente às províncias, ocorre exatamente o inverso: no capítulo que trata da Província de Minas Gerais, por exemplo, a referência é direta e imediata ao território.

Limites – confina ao N. com o estado da Bahia, ao S. com o Estado de S. Paulo e Rio de Janeiro, a E. os da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, O. com S. Paulo, Goiás e Mato Grosso.

As divisas, onde, aliás, há litígios sobre o território ocorrem, salvo os direitos ou pretensões diversas, pelas seguintes linhas conforme se lê no Atlas do Senador Candido Mendes. (s/p).

Além de iniciar o capítulo com um mapa, começa por descrever os limites, localização e superfície, menciona brevemente a constituição da capitania e continua com a descrição física: solo, relevo, clima, rios e cidades (localização, limites, relevo...). Um fato importante é a referência que o autor faz ao atlas de Cândido Mendes de Almeida. O que indica que as ideias circulavam e os autores dos manuais e professores tinham um papel fundamental para que isso acontecesse. Em *Noções de geographia do Brazil*, de 1883, Manoel José Pereira Frazão também credita a outros autores de manuais o uso que fez das informações. Cita que

<sup>52</sup> Alfredo Moreira Pinto era bacharel em letras pelo Colégio Pedro II, foi professor da escola militar e escreveu dezenas de manuais e dicionários escolares de geografia, história e corografia. Republicano convicto e habilidoso fazia das suas aulas palco de ações políticas contra a monarquia.

<sup>53</sup> Para a citação na tese, utilizei a 5ª edição do ano de 1895, porém consultei as edições dos anos de 1887 - 1891.

os autores que serviram de guia “foram a Geographia de Pompeo, dita de Abreu, Mappa do Brazil de Niemeyer e Bellegarde, os de Candido Mendes e a Geographia de Seitzlitz”.

Em *Noções Preliminares de Corographia da Provincia do Ceará*, de 1888, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti<sup>54</sup> destaca:

Por Corografia entende-se a descrição de uma parte limitada da terra, como um Estado, uma província, etc.

A corografia se divide em física e política. Corografia física trata das divisões naturais do território, que descreve, da sua configuração, da acidentação da superfície, das suas produções, dos fenômenos meteorológicos, que se dão na atmosfera, do clima [...]

A corografia política estuda a sua classificação como Estado ou província, a suas divisões legais ou convencionais, a sua população, as condições morais de seus habitantes, costumes, língua, religião, agricultura, indústria, comercio, riqueza, vias de comunicação, instituições, legislação, historia [...]

Na corografia física ha a estudar a parte solida e a parte liquida da região, de que se ocupa. (p. VII).

No trecho de Cavalcanti, encontra-se uma explicação bem detalhada do que ele compreendia como Corografia. Observa-se que, ao considerar como descrição, ele estende a concepção aos aspectos físicos e políticos. O que ele propõe é a descrição dos fenômenos ou eventos geográficos, o que o define como um corógrafo, considerando a significado grego *khorográphos* (1587), o que descreve a Geografia de um lugar.

Em *Resumo de Chorographia do Brazil* (1887), de Joaquim Maria de Lacerda, na apresentação do livro, o seu editor adverte ao leitor que “a presente obra é extraída do *Curso methodico de geographia*”, manual escolar do mesmo autor, que foi publicado em 1884. Essa advertência indica que a Corografia fazia parte da Geografia ou podia ser considerada uma etapa da construção do conhecimento geográfico. Uma curiosa informação da nota pode reforçar essa afirmativa: “O Resumo de Chorographia do Brazil, póde ser de grande proveito não só aos estudantes de preparatórios e *candidatos a empregos públicos*, como tambem a todos os que desejarem conhecer este bello e bem fadado paiz.” (p. VI).

No século XIX, alguns empregos públicos exigiam as matérias de “princípios geraes de geographia e historia do Brasil”<sup>55</sup>. Observei que a sugestão do editor refere-se à Geografia em um manual de Corografia, mas como não havia exigência para esta matéria em concursos

<sup>54</sup> José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, sobrinho do Senador Pompeu, nasceu em 1839 no Ceará e faleceu em 1891 no Rio de Janeiro. Matemático e ensaísta, foi também presidente da Assembleia Legislativa do Ceará de 1878 a 1880.

<sup>55</sup> *DIÁRIO de Minas*, nº 35, quarta-feira, 11 de julho de 1866.

públicos, reforça-se a questão de que a Corografia poderia ser considerada como uma etapa ou parte da Geografia. Além disso, notei também que há uma possibilidade de que os manuais didáticos tenham sido utilizados fora do ambiente escolar, satisfazendo a curiosidade daqueles que sabiam ler, interessados em conhecer o Brasil<sup>56</sup>, bem como servir de material de estudo para acesso e ascensão em cargos públicos, realizados por concursos, como exemplo, a publicação abaixo:

Pela tesouraria de fazenda se anuncia que, conforme ordens do tesouro nacional, se acha marcado o dia 23 do corrente para o concurso que tem de haver entre os praticantes da mesma tesouraria para preenchimento de um lugar de amanuense da secretaria que se acha vago, devendo o exame versar sobre as seguintes matérias: álgebra até equações de 2º grau, **princípios gerais de Geografia e historia do Brasil**, tradução correta das línguas inglesa e francesa, escriturarão mercantil por partidas simples e dobradas e pratica do serviço peculiar da repartição.

Ouro Preto, secretaria da tesouraria de fazenda de Minas Gerais em 7 de julho de 1866. – O oficial maior, José Pereira Ribeiro. (Grifos meus).

Quanto aos manuais de Geografia, eles exerceram um papel preponderante e diferiam das *Corographias*, que tinham como objetivo fazer apenas uma descrição orientada pelas paisagens ou fatos históricos. Os compêndios de Geografia, principalmente aqueles que recebiam pareceres das inspetorias de ensino, IHGB ou eram adotados no Colégio Pedro II. Esses traziam em seus conteúdos as definições necessárias à compreensão da ciência, as noções correntes sobre determinados estudos específicos, no caso da Cosmografia e Astronomia, as classificações de grupos sociais e de nações e as dimensões físicas e política do território.

Havia, porém, no século XIX, um interesse pela Geografia para além dos preparatórios, fosse pela necessidade do concurso público, fosse pela intenção de difundir um ideal de nação civilizada e moderna.

Daí-me a Carta de hum país, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos, e toda a sua Geografia física; informai-me de suas produções naturais, de sua Flora, de sua Zoologia, &c. e eu me comprometo á dizer-vos á priori, qual será o homem deste país, e que lugar gozará na historia, não acidentalmente, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; em fim á Idea que este paiz he chamado a representar. Cours de Philosophie – Paris, 1828. (BRASIL, 1864, s/p).

---

<sup>56</sup> A partir de 1881, David Augusto Corazzi publicou os primeiros volumes da biblioteca do povo e das escolas – entre os títulos publicados temos: *Geographia Geral de 1881* e *Chorographia do Brazil de 1882*.

A citação anterior extraída do *Compendio elementar de Geografia geral e especial do Brasil*, de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1864), é expressão de que a Geografia não deveria ser simplesmente uma matéria ensinada para o acesso aos preparatórios das academias. Houve uma preocupação em destacar os elementos essenciais para, em outras palavras, constituírem um Estado-nação civilizado: “...a carta [...] toda a sua Geografia física [...] suas produções naturais, [...] sua flora [...] a zoologia...”. Vale lembrar que esses elementos estavam entre aqueles que os críticos da Geografia brasileira utilizavam para julgar que essa matéria no período do Império era insuficiente. Um deles, José Veríssimo de Mattos Pereira em sua obra *A educação nacional* (1906), no capítulo intitulado “A geographia Patria e a educação nacional”, afirma que “os brasileiros não sabem Geografia” e, em suas críticas, assevera que os poucos compêndios existentes eram mal pensados e mal escritos. Até mesmo aqueles que aprovados e recomendados pelos conselhos de instrução pública careciam de qualidade, pois resumiam-se em enumerar as cidades, sem se preocuparem com o clima, a configuração física, o regime das águas, os produtos e as zonas de produção.

A Geografia, por definição, foi acolhida como a descrição da Terra e havia duas formas de descrevê-la: narra a paisagem através da escrita, da imagem pintada em um quadro ou por um mapa ou carta. Nesse sentido, tanto a cartografia quanto os desenhos e pinturas foram responsáveis em oferecer elementos para um estudo ou análise geográfica. Constatei isso também na Geografia escolar. Uma espécie de síntese entre as duas formas de descrever o mundo. São dois movimentos diferentes para dar visibilidade ao mundo, para Ítalo Calvino (1994 p. 99), “dois processos imaginativos: o que parte da palavra para chegar à imagem visiva e parte da imagem para chegar a expressão verbal” — a imagem visiva como a representação cartográfica do mundo que se vê e a expressão verbal de representação que se lê. É nesse movimento que se constitui a Geografia escolar, posto que ela também não é aquela do Estado Maior e tão pouco aquele saber ingênuo dos professores, como propôs (LACOSTE, 1985).

Nesse caso, a Geografia no início do século XIX foi mais Corografia do que cartografia. No entanto, durante o século XIX, na medida em que se exigia mais aplicabilidade e precisão nas informações sobre o território, foi incorporada a descrição à representação gráfica, próprios da cartografia. Também a Matemática e a Astronomia tiveram um papel fundamental e estiveram intimamente atreladas à cartografia e, portanto, à Geografia, a expressão — “olhar Céu e medir a Terra” revela o caráter da ligação desses saberes para composição das cartas e mapas, uma das formas de descrição de determinado território, o que se tornou de forma incontestável como um elemento geográfico.

## 1.2 A Geografia escolar

No final do século XIX, a Geografia já ocupava um lugar de destaque no “currículo” das escolas brasileiras e na Província de Minas Gerais, uma permanência de pelo menos cinco décadas, ao contrário da Inglaterra que, segundo Goodson (1990), onde só passou a fazer currículos das escolas secundárias nos anos finais do século XI.

No Brasil, a Geografia aparece como exigência nos preparatório dos cursos de ciências jurídicas em 1831 e, desde então, torna-se uma cadeira constante dos programas escolares nas instituições de ensino ou em aulas avulsas. Além da exigência nos exames das academias do Império e nos programas oficiais, encontra-se, no século XIX, uma vasta publicação de manuais escolares destinados ao ensino. Embora existissem indícios da presença da Geografia desde 1822 no Colégio do Caraça e até antes no Seminário de Mariana (MOURÃO, 1959), considerarei o ano 1831 como referência.

A Geografia permaneceu nos programas do Colégio Pedro II desde 1837. No Decreto nº 62 de 1841, era ensinada do 1º ao 7º ano; no programa de 1855, era ensinada do 3º ano ao 6º ano e, no Decreto nº 2006 de 1857, a Geografia já separada da cadeira de História é ensinada do 1º ao 5º como proposta de conteúdo no programa oficial.

Nesses programas, cabia à matéria de Geografia os seguintes conteúdos:

1º ano – Geografia, compreendendo unicamente a explicação dos principais termos técnicos e as divisões gerais do globo;

2º ano – Geografia, continuação (Ásia e África);

3º ano – Geografia, continuação (Europa, América, Oceania);

4º ano – corografia;

5º ano – continuação e repetição de corografia.

Em 1862, no Decreto nº 2883, a Geografia passou a ser ensinada no 1º e 2º ano; no 3º ano, era ensinada juntamente com Cosmografia; e, no 7º ano, junto com a Corografia. No programa de 1870, era denominada Geografia elementar e descritiva em geral; no 1º ano, com continuação de Geografia, especialmente a da Europa e da América; no 2º e 3º anos, era continuação da Geografia do 1º ano e incluída a Geografia antiga; e, no 7º ano, havia a Corografia do Brasil e a Cosmografia.

Os programas de 1876 e 1878, os mais reduzidos em todas as áreas de ensino, incluíam a Geografia, que era denominada e distribuída da seguinte maneira: Elementos de Geografia no 1º ano; Geografia no 3º ano e Cosmografia e Corografia do Brasil no 6º ano. Em



1870, a Geografia no 1º e 2º ano e a Corografia do Brasil no 7º ano. Pode-se contatar dessa forma que a presença da Geografia nos programas escolares do Colégio Pedro II<sup>57</sup> e nos estabelecimentos de ensino secundário do Império foi constante.

No programa de ensino do Colégio Pedro II para o ano de 1882, conforme parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 8.227 de 24 de agosto de 1881, tem-se um quadro mais completo dos conteúdos a serem ensinados na cadeira de Geografia. No artigo citado, estão discriminados os temas para serem tratados em Geografia, Cosmografia e Corografia:

### **GEOGRAPHIA**

- 1- Terra, sua superfície, seus movimentos, principais círculos que nela se traçam para localizar as terras e determinar as zonas termiais.
- 2- Divisão das terras e do oceano.
- 3- Clima e sua influência sobre a distribuição dos vegetais e animais pela superfície da terra.

#### **Das cinco divisões da terra.**

- 4- Mares, golfos, estreitos, seus acidentes físicos.
- 5- Ilhas, seus acidentes físicos.
- 6- Lagos, rios, lagunas, seus limites, suas dimensões e posições.
- 7- População absoluta e relativa. Governo e suas principais formas. Confederação. Estados soberanos e meio soberanos.
- 8- Divisão dos povos segundo seu desenvolvimento moral e suas raças.

#### **Dos principais países do globo:**

- 9- Posição, limites, superfície.
- 10- População, governo, religião.
- 11- Divisão, aspecto e clima.
- 12- Produção, comércio e indústria; importância política.
- 13- Cidades principais.

### **COSMOGRAFIA**

- 1- Universo. Astros, sua divisão e aglomeração em grandes grupos ou nebulosas.
- 2- Estrelas, planetas, cometas, estrelas cadentes, bólidos e aerólitos.
- 3- Sistema de Ptolomeu e de Copérnico.
- 4- Leis de Kepler.
- 5- Atração e repulsão.
- 6- Figura, rotação e revolução da terra.
- 7- Círculos da esfera.
- 8- Estações.
- 9- Posições da esfera e dias.
- 10- Lua.
- 11- Eclipses.

---

<sup>57</sup> BRASIL, decretos e regulamentos do Colégio Pedro II, 2012; DORIA, Escragnoille. *Memória histórica do Colégio Pedro Segundo, 1837-1937*. INEP: Brasília, 1997.

## CHOROGRAPHIA DO BRAZIL

- 1- Limites do Brasil e sua posição astronômica.
- 2- Etnografia e clima do Brasil.
- 3- Ilhas, estreitos e cabos principais do Brasil.
- 4- Baías e portos do Brasil.
- 5- Sistema orográfico brasileiro.
- 6- Sistema hidrográfico brasileiro.
- 7- Produções naturais do Brasil.
- 8- Indústria, agricultura, comércio e progresso material do país.
- 9- Sistema de governo e administração do Estado (militar, judiciário e eclesiástico).
- 10- Instituições e estatística.
- 11- Sinopse da Constituição Política do Império e Código Criminal.
- 12- Colonização e catequese.
- 13- Província do Amazonas.
- 14- Província do Grão Pará.
- 15- Província do Maranhão.
- 16- Província do Piauí.
- 17- Província do Ceará.
- 18- Província do Rio Grande do Norte.
- 19- Província da Paraíba.
- 20- Província de Pernambuco.
- 21- Província das Alagoas.
- 22- Província de Sergipe.
- 23- Província da Bahia.
- 24- Província do Espírito Santo.
- 25- Município Neutro.
- 26- Província de São Paulo.
- 27- Província do Paraná.
- 28- Província de Santa Catharina.
- 29- Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.
- 30- Província de Minas Gerais.
- 31- Província de Goiás.
- 32- Província de Mato Grosso. (BRASIL, 1881<sup>58</sup>).

Observei que o princípio geral que orientava os temas eram as leis dos movimentos e a Terra como sistema, a possibilidade de localização de um ponto na superfície da Terra, a divisão territorial e a distribuição dos elementos naturais, humanos e econômicos.

Quanto à superfície da Terra, implica considerar as divisões como elementos políticos de demarcação de território e poder. A classificação para fundamentar as diferentes escalas de relação com o mundo; os limites que demarcam as fronteiras ou áreas de conflito e divisão de recursos, a dimensão que define, em certa medida, a capacidade de controle territorial, a marca do império; e as leis da física que embasam cientificamente a Geografia da época a considerar que os fenômenos da natureza e as implicações para o estabelecimento da vida humana e a sua relação com meio são determinadas por leis universais. A Corografia segue as

---

<sup>58</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1881.

mesmas possibilidades explicativas dos conteúdos de ensino de Geografia, mas em escala de Brasil.

## CAPÍTULO II – OS MANUAIS DIDÁTICOS

Neste capítulo, dedico atenção especial aos manuais didáticos de Geografia. Tenho o objetivo de expor o quanto era profusa a produção de livros escolares dedicados ao ensino da Geografia, no século XIX. Há também a intenção de mostrar que, embora a instrução no Brasil estivesse sendo organizada, já havia interesse da elite pensante, especialmente dos professores e profissionais liberais em ensinar Geografia, principalmente a Geografia da nova nação independente. Inicialmente, explico os procedimentos da pesquisa indicando os procedimentos da pesquisa e levantamento dos manuais. Em seguida, apresento os manuais escolares e os classifico por ano de produção, autoria e local de impressão. E, por fim, apresento as principais características que os distinguem enquanto obras escolares, sobretudo, para o ensino de Geografia.

### 2.1 Coleta de dados

A pesquisa e a coleta de dados referentes aos manuais didáticos foram realizadas em dois momentos: o primeiro foi de identificação dos manuais citados em dissertações e teses e o segundo foi de localização dos exemplares<sup>59</sup>.

No levantamento inicial, consultei a pesquisa de Claudinei Lourenço (1996), que, em sua dissertação, relacionou cinquenta manuais didáticos de Geografia do século XIX e o livro de Elomar Tambara (2003), onde o autor catalogou cento e sete títulos, considerados, manuais escolares, e que avaliei como de Geografia. Com a listagem prévia das primeiras referências, busquei os manuais nos acervos das bibliotecas e arquivos. Entre estes, investiguei o banco de dados do projeto LIVRES do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP-FEUSP); no acervo da biblioteca virtual Manes e das bibliotecas digitais do Senado Federal do Brasil, Biblioteca Nacional de France – Base Gallica (BNF), Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Brasileira da USP; Coleção Brasileira da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Campinas (UNICAMP); Biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis; Biblioteca Luiz de Bessa (acervo

---

<sup>59</sup> Com essa opção é provável que tenha omitido títulos que foram mencionados em outros trabalhos. Os manuais utilizados nesta tese denominados **localizados** foram consultados e analisados, por esse motivo, distingui-os dos **identificados**, aqueles citados em outras pesquisas, mas que não foram por mim localizados. Durante a pesquisa, identifiquei, nas referências de outros autores, cerca de trinta e dois títulos, no entanto, não foi possível acessá-los.

de obras raras) e Biblioteca Nacional (Fundação Biblioteca Nacional – FBN); o Núcleo de Memória do Colégio Pedro II (NUDOM); e Arquivo Público Mineiro (APM).

Em 2012, através da tese de doutorado de Jeane Medeiros Silva, que catalogou cento e quarenta e cinco obras, pude acrescentar novas referências a minha listagem de pesquisa inicial. Então percebi que muitos manuais didáticos que constavam dos catálogos bibliográficos tinham informações incompletas, com títulos repetidos ou mesmo sem indícios de existência. O que se confirmou após identificar uma dezena de manuais didáticos registrados em catálogos e obras de referência, a exemplo de Sacramento Blake<sup>60</sup> (1883<sup>61</sup>), que apresentava informações de títulos inexistentes ou de autoria duvidosa, quando comparados aos registros das bibliotecas e aos próprios manuais escolares localizados. Como várias dessas informações foram utilizadas em inventários e pesquisas posteriores, observei que os equívocos se repetiam. Muitas vezes a alteração de apenas uma letra no nome do autor causava divergência ou mesmo a segunda edição de um mesmo manual que era contada como outro título. Os equívocos mais frequentes, no entanto, são referentes à duplicidade de títulos estrangeiros que foram traduzidos. Em muitos casos, apareceu a obra relacionada com nome do autor original e a mesma obra com nome do tradutor. Aconteceu também duplicidade quando a obra foi ampliada ou editada após a morte do autor. Os continuadores emprestavam seus nomes para garantir que o manual fora devidamente atualizado e, com isso, alguns pesquisadores, ao relacionarem as obras, incluíam os continuadores como os principais e únicos autores dos manuais didáticos. O que aconteceu com Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior<sup>62</sup>, responsável por atualizar as obras do seu tio Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro Junior e do Dr. Joaquim Maria de Lacerda. Constatei ainda que o uso de pseudônimo por parte de alguns autores também gerou duplicidade de títulos. Foi o caso, novamente, do cômico Joaquim Caetano Pinheiro Junior, que escrevia com codinome Estácio de Sá e Menezes.

Um exemplo significativo de omissão de uma letra e o que provocou um equívoco, uma “injustiça” histórica repetidas vezes, foi referente ao manual escolar de Luiza Candida de

---

<sup>60</sup> Augusto Victorino Alves Sacramento Blake nasceu em Salvador no ano de 1827. Foi médico, biógrafo e historiador. Publicou artigos nos periódicos *Ateneu*, *Guaicuru*, *Mosaico*, *Crepúsculo*, *Noticiador Católico*, *Borboleta* (de cuja redação fez parte) e no *Marmota da Bahia*. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Cearense de Letras e de outras associações culturais.

<sup>61</sup> E, nos volumes editados em 1893, 1895, 1898, 1899, 1900 e 1902.

<sup>62</sup> Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior, além de filho de Luiz Leopoldo Pinheiro, era sobrinho e afilhado do Cônego doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Nasceu em Campos em 13 de maio de 1855. Exerceu o magistério em Niterói, onde lecionou português e francês. Corrigiu e ampliou os manuais didáticos do seu tio e do doutor Joaquim Maria de Lacerda.

Oliveira Lopes<sup>63</sup>, *Lições de geographia particular do Brazil* (1877). Esse manual foi registrado nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro 1881-1882* e no *Catálogo da exposição de história do Brasil*, organizado por Ramiz Galvão<sup>64</sup>, em 1881, como de autoria de Luiz Cândido de Oliveira Lopes.

Em 1899, Sacramento Blake fez a correção quanto ao gênero, porém, equivocou-se no sobrenome e registrou o manual como de autoria de:

D. Luiza Carolina de Araujo Lopes — Diretora do colégio de educação para o sexo feminino que funcionou na rua Marquez de Abrantes com o título de Colégio de Santa Luzia, escreveu: - *Lições de Geografia particular do Brasil* (Rio de Janeiro [?]) 1877, in-8° - Acompanha este trabalho um lindo mapa do Brasil. (SACRAMENTO BLAKE, 1899, p. 484, vol. 5).

Tambara (2003, p. 158), Jeane Medeiros Silva (2006; 2013) e Alexandra Silva (2008), repetiram esse equívoco que, por sua vez, foi repetido por outros autores. No caso de Tambara, o autor relacionou como dois manuais um de autoria de Luiza Candida de Oliveira Lopes e outro com o mesmo título foi atribuído a Luiz Candido de Oliveira Lopes.

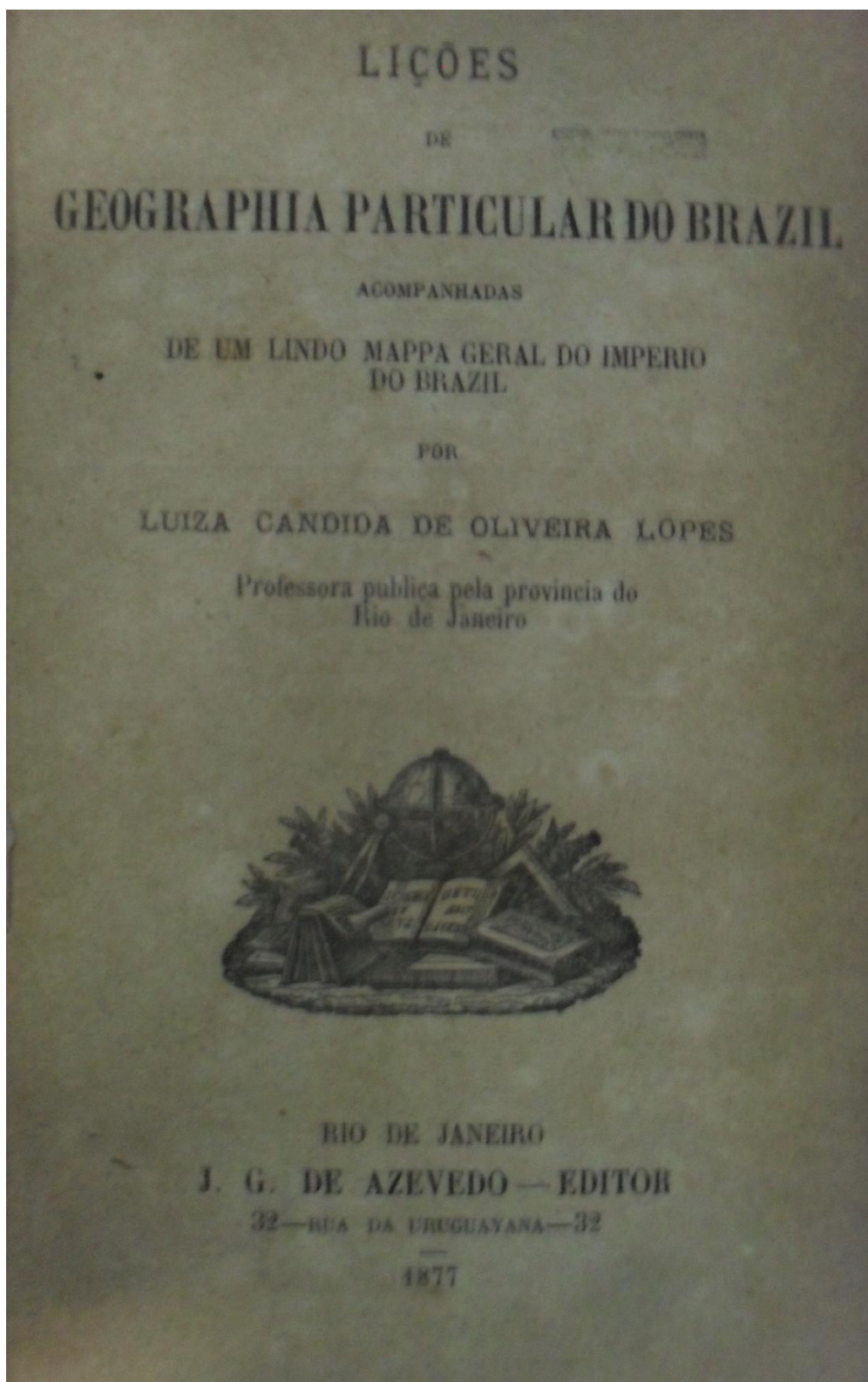
Com o intuito de corrigir e dar visibilidade a um livro didático de autoria de uma professora, apresento, a seguir, a foto 1 que registra a contracapa de *Lições Geographia particular do Brazil*.

---

<sup>63</sup> Consta que Luiza Candida de Oliveira Lopes foi professora primária na Província do Rio de Janeiro.

<sup>64</sup> Benjamin Franklin Ramiz Galvão nasceu no ano de 1846, em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1938. Foi ensaísta, filólogo, orador, médico, bacharel em Letras, membro da Academia Brasileira de Letras, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio fundador do Instituto dos Bacharéis em Letras. Foi diretor da Biblioteca Nacional, onde publicou anais e inúmeros catálogos para exposições internacionais.

Foto 1 — Contracapa de *Lições Geographia particular do Brazil*



Nota: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.  
Fonte: Autoria própria.

As trocas de nomes de autores de manuais escolares podem ter ocorrido com outros exemplares, o que explica essa imprecisão. Esse registro é um alerta sobre os cuidados e a

dificuldade que se deve ter ao trabalhar com esse material. O fato dos livros escolares não serem muito duráveis é outra imposição que o pesquisador enfrenta com esse tipo de fonte. E, por ser objeto de uso escolar, de muito manuseio, a dificuldade de preservação e a conservação se constituem em mais um fator de atenção do pesquisador que trabalha com esse material. Além disso, deve-se levar em conta que a circulação e dispersão dos livros como uma possibilidade real de perda desse objeto, principalmente, daqueles utilizados durante a primeira metade do século XIX, quando predominava no Império, as aulas avulsas. E, nesse caso, as referências mais próximas para acessar essas fontes são os registros catalográficos dos arquivos e bibliotecas ou nos anúncios da imprensa. É compreensível, portanto, encontrar ambiguidades nas citações de pesquisadores e bibliógrafos. E, no caso dos manuais de Geografia que requeriam constante atualização, as modificações podiam provocar dúvidas de interpretação e gerar duplicidade de título.

Se existe ambiguidade com relação aos manuais escolares não há, entretanto, dúvidas quanto à importância desses manuais e do conhecimento geográfico no século XIX. Pode-se confirmar essa importância, por seu registro nos programas escolares das escolas da Corte e das províncias e pelo significativo número de livros para fins escolares publicados no período, como consta no quadro 2 a seguir.

## 2.2 Classificação

No levantamento das fontes, identifiquei em torno de cento e oitenta referências e localizei cento e trinta e nove títulos. Estes foram classificados, selecionados e analisados. Entre os manuais analisados, encontrei livros de Geografia, Chorografia, Altas e dicionários que contêm indicações de uso escolar ou que foram utilizados reconhecidamente para esse fim. A partir dessas informações, conceituei-os como livro didático. As fontes revelaram inúmeras referências de que os manuais didáticos teriam sido utilizados para o ensino de Geografia em escolas primárias e secundárias durante a segunda metade do século XIX. Isso foi possível por constarem nos programas e na legislação escolar que deveriam ser adotados ou porque, em sua apresentação, exibiam o aviso, “de uso escolar”. Sobre essa informação constavam basicamente quatro formas de apresentação: para uso de um colégio específico; ao ensino da mocidade brasileira ou somente oferecido à mocidade brasileira, como pode ser verificado nas citações a seguir: “[...] Noções Elementares de Geographia. **Compiladas pra uso das**



**escolas primarias**, por Augusto Emílio Zaluar<sup>65</sup>.” (1878, grifos meus); “Compendio de Geographia da Provincia do Paraná. **Adotado ao ensino da modicidade brasileira** e acompanhado de cento e trinta notas instrutivas, por Luiz de França Almeida e Sá<sup>66</sup>.” (1871, grifos meus); “Geographia Moderna **para uso dos alumnos do imperial collegio Pedro II**, compilados por Pedro Jose de Abreu [...]” (1867, grifos meus); “Compendio de Geografia Universal. Extrahida de diversos autores, por Affonso José de Oliveira<sup>67</sup>, **offerecido à Mocidade Brasileira**.” (1836, grifos meus).

Entre os títulos consultados referentes à Geografia, Corografia, Cosmografia, encontrei as seguintes denominações: compêndio, lições, ensaio, tratado, epítome, noções, curso, princípios, resumo, rudimentos, pontos, elementos, esboço, corographia e geographia. Esses manuais foram escritos por pelo menos 107 autores e coautores distintos, o que significa que alguns deles escreveram dois ou mais títulos. Entre os autores que publicaram mais de três diferentes títulos estão Alfredo Moreira Pinto<sup>68</sup>, com nove títulos; Joaquim Maria de Lacerda, com sete títulos e Sebastião Paraná<sup>69</sup>, Raimundo Cyriaco Alves da Cunha<sup>70</sup>, Raul Villa-Lobos<sup>71</sup>, Henrique Augusto Eduardo Martins<sup>72</sup>, com três livros cada. Entre os que tiveram maior número de edições ou longevidade das publicações, estão Lacerda (1870-1934); Pinto (1869-1906); Sebastião Paraná (1887-1909); Abreu (1862-1882) e Brasil (1851-1869).

---

<sup>65</sup> Augusto Emílio Zaluar nasceu em Portugal em 1826 e se mudou para o Brasil no ano de 1849, onde publicou a maior parte de suas obras, pelas editoras Garnier e Francisco Alves. Publicou *O Doutor Benignus*, em 1875, pela Typografia Globo, que foi considerado o primeiro romance científico no Brasil. Ver: VENÂNCIO, Gisele Martins. *Pontes Sobre o Atlântico – Ensaio sobre relações editoriais e intelectuais luso-brasileiras (1870-1930)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2012.

<sup>66</sup> Luiz de França Almeida e Sá nasceu em 1847 no Rio de Janeiro, formou-se em agrimensura, no ano de 1868, na escola Central, era membro do IHGB, foi secretário de instrução pública da Província do Paraná.

<sup>67</sup> Affonso José de Oliveira declara-se Professor Substituto do Liceu de Pernambuco.

<sup>68</sup> Alfredo Moreira Pinto nasceu em 21 de maio de 1847, estudou no Colégio Pedro II e, em 1866, mudou-se para São Paulo para cursar direito, frequentou somente o primeiro ano. Voltou ao Rio de Janeiro e dedicou-se ao magistério, trabalhou como professor de geografia e história na Escola Militar do Rio de Janeiro. Não se sabe muito de sua carreira como professor, entretanto, publicou dezenas de manuais de geografia e história e apontamento para um dicionário geográfico, além disso, publicou traduções, livro de memória e romance.

<sup>69</sup> Sebastião Paraná nasceu em Curitiba no ano de 1864. Advogado e secretário da Junta Comercial do Paraná, foi lente de geografia geral e corografia do Brasil do Ginásio Paranaense e da Escola Normal. Exerceu ainda os cargos de Inspetor escolar, deputado do Congresso Legislativo do Estado, Diretor da Biblioteca Pública, superintendente do ensino, diretor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal.

<sup>70</sup> Raimundo Cyriaco Alves da Cunha nasceu na Província do Pará, funcionário público e professor da escola Normal, foi membro do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

<sup>71</sup> Raul Villa-Lobos nasceu em 1862 no Rio de Janeiro. Professor, oficial da Biblioteca Nacional, membro do Instituto dos bacharéis em Letras. Escreveu também a Inconfidência de Minas Gerais e seus efeitos e manuais escolares de história.

<sup>72</sup> Henrique Augusto Eduardo Martins nasceu no Rio Grande do Sul, no ano de 1853, era Matemático, físico, professor e engenheiro militar.

**Quadro 2 – Relação dos Manuais escolares de Geografia do século XIX**

<b>Nº DE ORDEM</b>	<b>EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO</b>	<b>AUTOR/TÍTULO</b>	<b>LOCAL/ EDITORA</b>
01	1809	DELAMARCHE, C. F. e. <i>Atlas de Géographie et historique.</i>	Paris: Chez l'auteur
02	1817	CAZAL, Padre Manoel Ayres de. <i>Corografia Brazílica ou relação Historico-geografica do Reino do Brazil.</i>	Rio de Janeiro: Imprensa Régia
03	1824	TORREÃO, Bazilio Quaresma. <i>Compêndio de geographia universal, resumido de diversos authores e offerecido á mocidade brasileira.</i> 528 p.	Londres: L. Thompson na Off. na officina portuguesa
04	1826	GALVÃO, Ignácio Aprígio da Fonseca. <i>Introdução da corografia Brasilica, da parte que trata da Bahia.</i>	Bahia
05	1827	GIRALDES, J. P. C. <i>Tratado completo de cosmographia e geographia historica physica e commercial, antiga e moderna.</i>	Pariz: em casa de Fantin, Livreiros; Rey e Gravier Livreiros e Aillaud, Livreiro
06	1829	REBELLO, Domingos José Antonio. <i>Corographia ou abreviada historia geographica do imperio do Brasil.</i> 266 p.	Bahia: Typographia Imperial e Nacional
07	1833	CERQUEIRA & SILVA, Ignácio Accioli de. <i>Corografia paraense ou descrição física, histórica e política da província do Gram-Pará.</i> 355 p.	Bahia: Typografia do Diario, rua do Tijolo, Casa nº 34
08	1834	PEREIRA, José Saturnino da Costa. <i>Diccionario topographico do Imperio do Brasil, contendo a descrição de todas as províncias em geral, e particularmente de cada huma de suas cidades, villas.</i>	Rio de Janeiro: Typographia R. Ogier & C., editores
09	1835	BEAUREPAIRE, Jacques Antonio Marcos de. <i>Compendio de geographia universal, contendo a divisão particular de todas as regiões do mundo conhecido, e com especialidade, do império do Brasil.</i>	Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa
10	1835	URCULLU, D. José de. <i>Tratado elementar de Geografia astronómica, física, histórica ou politica, antiga e moderna.</i>	Porto: Imprensa de Alvares Ribeiro
11	1836	PEREIRA, José Saturnino da Costa <i>Compendio de Geographia elementar para uso das escolas brasileiras.</i> (com estampas).	Rio de Janeiro: Typ. de R. Ogier

Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
12	1836	OLIVEIRA, Affonso José de. <i>Compendio de Geografia universal, extrahida de diversos autores.</i>	Recife: Typ. de M. F. de Faria
13	1838	ROCHA, Justiniano José da. <i>Compendio de Geografia elementar, oferecido ao governo de S.M.I e por ele aceito para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II.</i> 142 p.	Rio de Janeiro: Typ. Nacional
14	1838	BALBI, Adrien. <i>Tractado de geographia universal, physica, historica e politica.</i>	Paris: Casa J. P. Aillaud
15	1838	GAULTIER, Abade. <i>Lições de Geografia.</i>	Paris: Livraria Portugueza de J.P. Aillaud
16	1839	BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. <i>Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará.</i> 589 p.	Pará: Typ. Santos & Menor
17	1842	FREESE, João Henrique. <i>Compendio de Geografia e Historia seguido de um breve epítome sobre os Globos e seus circulos, e de uma tabela cronologica dos principais acontecimentos da história do Brasil, desde o seu descobrimento, até a coroação de S.M.I. o Sr. D. Pedro II.</i> 106 p.	Rio de Janeiro: Typ de J. E. S. Cabral
18	1845	SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet <i>Diccionario geographico, historico e descritivo do Imperio do Brasil.</i>	Paris: J. P. Aillaud
19	1845	SOUZA, Francisco Nunes de. <i>Noções elementares de geographia astronomica, fysica e politica, redigidas segundo um novo plano metódico, teórico e prático, e adaptadas para servir de compêndio nas academias, liceus, etc., como para ministrar os rudimentos de Geografia propriamente dita, sem auxílio e dependencia de professor.</i>	Rio de Janeiro
20	1846	ALBUQUERQUE, Salvador Henrique de. <i>Noções de geographia para uso das escolas.</i> 45 p.	Pernambuco: Typ. Universal
21	1846	CAVALCANTI, Luiz Paulino. <i>Geographia elementar.</i>	Pernambuco
22	185?	LEMOS & SÁ, Jorge Maria de. <i>Elementos de geographia.</i>	Maranhão

Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
23	1850	TRINOCQ, Camilo. <i>Resumo de geographia geral antiga e moderna Curso de estudos elementares.</i>	Rio de Janeiro: Girard e Christen
24	1851	TAVARES, José da Silva. <i>Elementos de geographia e cosmographia.</i>	Pariz
25	1851	BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. <i>Elementos de Geographia oferecida à mocidade cearense.</i> 276 p.	Fortaleza: Typographia de Paiva e Companhia
26	1852	BRANDÃO, Antônio Pinto da Costa de Souza. <i>Noções preliminares de geographia em forma de dialogo, com especial aplicação ao Imperio do Brasil.</i> 74 p.	Rio de Janeiro: Typographia francesa
27	1853	SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e; MORAES, Alexandre Jose de Mello. <i>Ensaio Corographico do Imperio do Brasil, oferecido e consagrado a sua majestade o senhor D. Pedro II.</i> 353 p.	Rio de Janeiro: Tip. Dois de Dezembro de Paula Brito
28	1854	SOUZA, Francisco Nunes de. <i>Geographia historica, fysica e politica do Brasil.</i>	Guanabara III
29	1854	PEREIRA, João Felix. <i>Chorographia do Brazil.</i>	Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista
30	1855	PEREIRA, Manoel Antônio Martins Pereira. <i>Breve noticia corographica do Imperio do Brasil.</i>	Recife: Typ. Universal
31	1857	PACHECO, José Praxedes Pereira. <i>Breves noções para se estudar com methodo a geographia do Brasil.</i>	Rio de Janeiro: Casa do autor e de todos os livreiros
32	1858	MOURA, Caetano de Lopes. <i>Tratado de Geografia universal, física, histórica e política.</i>	
33	1858	LEÃO, Manoel do Rego Barros de Souza. <i>Elementos de Geographia, compilados de diversos autores.</i>	Recife
34	1859	BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. <i>Compêndio elementar de Geografia geral e especial do Brasil.</i>	Rio de Janeiro: Brandão e Irmãos
35	1859	KOZERITZ, Carlos Von. <i>Compendio resumido de Geografia.</i>	Pelotas
36	1860	ESPÍNDOLA, Tomás do Bonfim. <i>Geographia Physica, politica, historica e administrativa da provincia de Alagoas.</i>	Maceió: Typographia do Jornal de Maceió

Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
37	1861	MOURE, J. G. Amedeo; Malte Brun. <i>Tratado de geographia elementar, physica, histórica, ecclesiastica e política do Imperio do Brasil.</i>	Paris: V. J. P. Aillaud, Moulomn & C.
38	1862	BORGES, Francisco José. <i>Epitome da Geographia e Historia do Brasil.</i>	Rio de Janeiro
39	1862	THIBAUT, José Vicente. <i>Geographia elementar metodica do Brasil, para uso das aulas do ensino primário.</i>	Rio Grande do Sul: Typ. do Echo do Sul de P. B. de Moura
40	1862	OLIVEIRA, J. J. Machado d'. <i>Geographia da provincia de S. Paulo.</i>	São Paulo: Imprensa da Provincia de São Paulo – Typ. Imparcial de J. R Azevedo Marques
41	1863	ABREU, Pedro José de. <i>Elementos de geographia moderna e cosmographia.</i>	Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro
42	1863	BERLINK, Eudoro Brasileiro. <i>Compendio de Geographia da provincia do Rio Grande do Sul.</i>	Porto Alegre: Typ. Do Deutsche Zeitung
43	1863	RUBIM, Joaquim Frederico Kiappe da Costa. <i>Lições historicas e geographicas do Brasil, extraídas dos melhores autores.</i> 86 p.	Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro
44	1863	GERBER, Henrique. <i>Noções geographicas e administrativas da provincia de Minas Geraes.</i>	Rio de Janeiro: Typographia de George Leuzinger
45	1863	FREITAS, Joaquim Pedro Correia. <i>Noções de Geografia e história do Brazil para uso das escolas primarias da provincia do Pará.</i>	Pará: Typ. Commercial de F. da Costa Júnior
46	1865	BURGAIN, Luiz Antonio. <i>Novas lições de geographia elementar sem decorar por meio de exercícos.</i>	Rio de Janeiro: Laemmert
47	1868	ALMEIDA, Candido Mendes de. <i>Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas.</i>	Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomatico
48	1868	CALLOGERAS, João Baptista. <i>Compendio de geographia e historia, seguido de um breve epitome sobre os globos e seus círculos por João Henrique Freese.</i>	Rio de Janeiro
49	1869	ARAUJO E SILVA, Domingos de. <i>Dicionário histórico e geográfico da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.</i>	Rio de Janeiro: Em casa de editores Eduardo e Henrique Laemmert

Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
50	1869	PINTO, Alfredo Moreira. <i>Elementos de Geografia moderna.</i>	Rio de Janeiro
51	1870	LACERDA, Joaquim Maria de. <i>Elementos de Geografia physica, politica e astronomica como estampas coloridas para as classes inferiores da instrução secundária.</i> 256 p.	Rio de Janeiro: H. Laemmert
52	1870	LACERDA, Joaquim Maria de. <i>Tratado elementar de geographia.</i>	Rio de Janeiro: Livreria B. L. Garnier
53	1870	SILVA, Vasco de Araújo e. <i>Noções de Geografia para uso das escolas de instrução primária.</i> 127 p.	Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio
54	1870	MARQUES, Cezar Augusto. <i>Diccionario historico-geographico da provincia do Maranhão.</i>	Maranhão: Typ. do FRIAS, rua da Palma n° 6
55	1871	ALMEIDA & SÁ, Luiz de França. <i>Compendio de geographia da provincia do Paraná,</i> adaptado ao ensino da mocidade brasileira e acompanhado de 130 notas instrutivas.	Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert
56	1871	ESPINDOLA, Dr. Thomaz do Bom-Fim. <i>Geographia alagoana ou Descrição Physica, Politica e Historica da Provincia das Alagoas.</i> 2ª edição. Muito aumentada e cuidadosamente correcta.	Maceio: Typographia do Liberal – Rua Augusta n° 19
57	1872	ARANHA, Pedro Venceslau de Brito. <i>Compendio de corographia do Brasil para uso das escolas de instrução primaria.</i> 72 p.	Lisboa: Rolland & Semiond
58	1872	GOES, Antonio Francisco de Assis. <i>Epítome da geographia e historia do Imperio do Brasil.</i>	Petrópolis: Typ. Do mercantil de B. Pereira Sodré
59	1873	PINTO, Alfredo Moreira. <i>Noções de geographia astronômica.</i>	Rio de Janeiro: Serafim Jose Alves
60	1873	AGUIAR, Luiz Antonio da Costa. <i>Geographia Physica para uso da juventude de todas as classes da Sociedade. Escrito em língua inglesa pelo tenente Maury e traduzido.</i> 200 p.	Rio de Janeiro: Paris: B. L. Garnier
61	1873	LIMA, Arcelino de Queiroz. <i>Compendio elementar de Geografia geral e especial do Brasil.</i>	Ceará
62	1873	MACEDO, Joaquim Manoel de. <i>Noções de Corografia do Brasil.</i> 2 volumes.	Rio de Janeiro: tip. Franco-americana

Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
63	1873	<i>Lições de geographia do Brasil aos alumnos do Insitituto dos Surdos-Mudos.</i>	Rio de Janeiro: Typ. Univ. de Laemmert
64	1874	PINTO, Alfredo Moreira. <i>Elementos de geographia moderna</i> , 2ª edição.	Rio de Janeiro: Typ. de Serafim Jose Alves – editor
65	1875	CANEZZA, L. H. <i>Lições de Geografia e Cosmografia, redigidas segundo o último programa de instrução pública para exames desta matéria.</i>	Rio de Janeiro: Serafim José Alves
66	1875	PINHEIRO, Manuel Pereira de Moraes. <i>Elementos de Geografia universal, geral do Brasil e especial de Pernambuco, para a infância escolar da provincia de Pernambuco.</i>	Recife: Typ. Do Jornal do Recife
67	1876	SANTOS, Presalindo de Lery. <i>Curso elementar de geographia moderna.</i>	Rio de Janeiro: Serafim José Alves
68	1876	PEREIRA, Jeronymo Sodrê. <i>Compendio de geographia elementar, especialmente do Brazil.</i>	Salvador: Imprensa econômica
69	1877	LOPES, Luiza Candida Oliveira. <i>Lições de geographia particular do Braszl. Inº 8. Acompanha este trabalho um lindo mapa do Brasil.</i>	Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo – editor
70	1877	MACEDO, Joaquim Manoel de. <i>Lições de Corografia do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II.</i> 294 p.	Rio de Janeiro: B. L. Garnier
71	1877	PINHEIRO, Manuel Pereira de Moraes. <i>O Atlas elementar de Geografia do Sr. J. e. da Silva Lisboa.</i>	Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife
72	1878	SILVA, José Joaquim da. <i>Tratado de Geografia descritiva especial da provincia de Minas Gerais.</i> 177 p.	Juiz de Fora: G. C. Dupin, Tip. do Farol
73	1878	ZALUAR, Augusto Emilio. <i>Noções elementares de geographia compiladas para uso das escolas primarias.</i>	Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Companhia
74	1878	MARQUES, Cezar Augusto. <i>Dicionario historico, geografico e estatístico do estado do Espirito Santo.</i>	Rio de Janeiro
75	1880	ALBUQUERQUE, Salvador Henrique de. <i>Compendio de chorografia universal, especial do Brasil e da provincia de Pernambuco.</i>	Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert



Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
76	1880	BITTENCOURT, José Correia de Mello. <i>Elementos de Geografia física, contendo a descrição especial de cada país e organizados segundo o atual programa e exames Gerais da instrução pública.</i> 2ª edição. 128 p.	Rio de Janeiro
77	1880	GEIKIE, Archibald. <i>Geographia Physica.</i> Tradução e adaptação de Carlos Jansen.	Rio de Janeiro e São Paulo: H. Laemmert & Cia.
78	1880	RIBEIRO, Hilário. <i>Geographia da provincia do Rio Grande do Sul: adaptada às classes elementares e adornada com mappas coloridos.</i>	Pelotas: Editora Carlos e Pinto & Comp.
79	1881	PINTO, Alfredo Moreira. <i>Noções elementares de Geografia do Brasil.</i>	Rio de Janeiro: Serafim José Alves
80	1881	PINTO, Alfredo Moreira. <i>Noções elementares de corografia do Brasil, para uso das escolas primárias.</i>	Rio de Janeiro: Cruz Coutinho
81	1881	PINTO, Alfredo Moreira. <i>Noções de Geografia Universal.</i>	Rio de Janeiro
82	1881	MARTINS, Henrique Augusto Eduardo. <i>Elementos de cosmografia.</i> 96 p.	Porto Alegre
83	1881	CORAZZI, David. <i>Geographia Geral. Biblioteca do povo e das Escolas.</i>	Lisboa: Empresas Rosas Romanticas
84	1882	MELLO, Barão Homem de e BUENO Francisco Antonio Pimenta. <i>Atlas do Imperio do Brazil</i> Organizado e gravado Por: Claudio Lomellino de Carvalho.	Editado por Angelo Agostini e Paulo Robin
85	1882	SILVA, Viriato Augusto. <i>Chorographia do Brasil.</i>	Lisboa- Portugal
86	1882	CORAZZI, David. <i>Chorographia do Brazil. Biblioteca do povo e das Escolas.</i>	Lisboa: Empresas Rosas Romanticas
87	1883	AHRONS, Guilherme. <i>Princípios de geographia matemática.</i> 76 p.	Porto Alegre: Gundlach
88	1883	CARVALHO, Joaquim José. <i>Breves noções de geographia e corografia do Brasil. Formuladas de acordo com o novo programa de exames gerais preparatórios.</i> 127 p.	Rio de Janeiro
89	1883	FRAZÃO, Manoel José Pereira. <i>Noções de Geografia do Brasil, para uso da mocidade brasileira.</i> 198 p.	Rio de Janeiro: Typ. Esperança de J. d'Aguiar & C.



Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
90	1883	LACERDA, Joaquim Maria de. <i>Atlas universal de Geografia para uso das escolas e instrução do povo, compreendendo 32 mapas, primorosamente gravados e coloridos de todos os países do mundo.</i>	Rio de Janeiro
91	1883	MARTINS, Henrique Augusto Eduardo. <i>Corografia do Brasil – Pontos escritos de Geografia.</i>	Porto Alegre: Rodolfo José Machado editor
92	1883	PINTO, Alfredo Moreira. <i>Geografia das províncias do Brasil.</i>	Rio de Janeiro. Livraria Nicolau Alves
93	1883	CORAZZI, David. <i>Diccionario de geographia universal.</i>	Lisboa: David Corazzi
94	1884	LACERDA Joaquim Maria de. <i>Curso Methodico de geographia physica, politica, historica, comercial e astronomica, composto para uso das escolas brasileiras.</i>	Rio de Janeiro: Laemmert & Cia.
95	1884	LACERDA, Joaquim Maria de. <i>Compêndio de história sagrada, seguido de uma pequena Geografia sagrada: obra ordenada por 115 estampas e um mapa da palestina.</i> 216 p.	Rio de Janeiro: B. L. Garnier
96	1884	VASCONCELLOS, Ezequiel Benigno de. <i>Pontos de Geografia do Brasil Segundo o novo programa para os exames preparatórios.</i>	Rio de Janeiro
97	1884	WAPPAEUS, J. E. <i>Geografia física do Brasil.</i> 470 p.	Rio de Janeiro: Leuzinger
98	1884	AZURARA, João José Pereira de. <i>Pequena geographia do Brazil (methodo intuitivo) para uso des alumnos do curso primario do Externato Azurara.</i>	Santos: Tip. do Diário de Santos
99	1884	ANÔNIMO (Autor); LORSIGNOL, G. (Ilustrador). <i>Novo Atlas Universal.</i>	Paris/Lisboa: Editora Guillard, Aillaud & Cia.
100	1884	MELO, Barão Homem de; GAMA, Luís Felipe de Saldanha da; BUENO, Francisco Antônio Pimenta; DERBY, Orville Adalbert. <i>A Geografia física do Brasil.</i>	Rio de Janeiro
101	1884	MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. <i>Taboas de chronologia e geographia histórica.</i>	Rio de Janeiro

Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
102	1884	NERY, Raymundo Agostinho. <i>Noções Gerais de geographia universal, contendo particularmente a geographia do Imperio do Brasil e da província do Amazonas, acompanhados de 17 figuras no texto.</i>	Paris/Lisboa: Guillard, Aillaud & Cia.
103	1884	LOBO, José Theodoro de Souza. <i>Geographia elementar.</i>	
104	1885	BURGAIN, José Julio Augusto. <i>Geografia pátria elementar.</i>	Rio de Janeiro: B. L. Garnier
105	1885	CARVALHO, Joaquim José. <i>Noções elementares de geographia do Brasil para uso dos alunos do curso primário do Colégio Amorim Carvalho e das escolas no corpo militar da polícia da corte.</i> 74 p.	Rio de Janeiro
106	1885	SILVA, Vasco de Araújo e. <i>Noções de Geografia geral.</i> 118 p.	Porto Alegre: Rodolfo José Machado
107	1885	SÁ & MENEZES, Estácio de; PINHEIRO JUNIOR, Luiz Leopoldo Fernandes. <i>Lições elementares de Geographia segundo o methodo Gaultier.</i>	Rio de Janeiro: B.L. Garnier
108	1885	PINTO, Alfredo Moreira. <i>O Brazil em 1885: geographia das provincias do Brazil.</i> 2ª edição.	Rio de Janeiro: Livraria Nicolau-Alves
109	1886	VILLA-LOBOS, Raul. <i>Compêndio elementar de corografia do Brasil.</i> 168 p.	Rio de Janeiro: Typografia Mont'Alverne
110	1887	CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. <i>Pequena Geografia da província do Pará.</i> 85 p.	Pará
111	1887	CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. <i>Corografia do Pará.</i>	Pará
112	1887	LACERDA, Joaquim Maria de. <i>Pequena Geografia da infância para uso das escolas primárias.</i>	Rio de Janeiro: B.L. Garnier
113	1887	LACERDA, Joaquim Maria de. <i>Resumo de corografia do Brasil, revisto e aumentado e adoptado ao novo programa de exames por L. L. F. Pinheiro.</i>	Rio de Janeiro: B.L. Garnier
114	1887	PARANÁ, Sebastião. <i>Esboço geográfico das provincias do Brasil.</i>	Rio de Janeiro: Pinheiro & Cia.
115	1888	BASTOS, Lindolpho de Siqueira. <i>Noções elementares de Geografia geral e do Brasil, especialmente da província do Paraná. Compiladas para uso das escolas desta província.</i> 96 p.	Rio de Janeiro

Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
116	1888	CAVALCANTI, José de Albuquerque. <i>Corografia da província do Ceará.</i>	Rio de Janeiro: Imprensa Nacional
117	1888	LACERDA, Joaquim Maria de. <i>Novo Atlas universal da infância, contendo 19 cartas e numerosos planos de cidades, organizado pelo Dr. Joaquim Maria de Lacerda, etc. acompanhado de um texto explicativo sobre cada carta por L. L. Fernandes Pinheiro.</i>	Rio de Janeiro: Paris. H. Garnier
118	1888	SOBREIRA, João Gonçalves Dias. <i>Geographia especial do Ceará aprovado pelo conselho superior da instrução pública para servir de compêndio nas escolas primárias e secundárias da província, 2ª edição. 49 p.</i>	Ceará
119	1889	PARANÁ, Sebastião. <i>Esboço geográfico do Paraná. 146 p.</i>	Rio de Janeiro
120	1889	SELLIN, Alfred W. <i>Geographia geral do Brasil.</i>	Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & C.
121	1889	NOGUEIRA, Manuel Tomaz Alves. <i>Compendio de geographia e chorographia do Brasi. acompanhado de tres mappas e de um indice alphabetico.</i>	Leipzig: F. A. Brockhaus
122	1890	DIÉGUES JUNIOR, Manoel Balthazar Pereira <i>Compendio de Geographia e Cosmographia.</i>	Maceió: Typ. D'A Ordem
123	1890	VILA-LOBOS, Raul. <i>Noções Astronomia.</i>	Rio de Janeiro: Typ. da Côrte, de Pierer. Stephan Geibel & Cia.
124	1891	PINTO, Alfredo Moreira. <i>Rudimentos de Chorographia do Brazil.</i>	Rio de Janeiro: Editora: Francisco Alves
125	1891	ESPIRITO SANTO, Eleutherio Roberto Tavares do. <i>Noções geográficas e históricas do Estado de Pernambuco, 6ª edição.</i>	Recife: Typ. da Província
126	1892	NOVAES, Carlos. <i>Geografia primária composta para uso das escolas primárias. 162 p.</i>	Rio de Janeiro: Francisco Alves
127	1893	COUTINHO, Tancredo Leite do Amaral. <i>Geografia elementar, adaptada às escolas públicas primárias. 2ª edição correta e aumentada. 178 p.</i>	Rio de Janeiro: Francisco Alves

Continuação

Nº DE ORDEM	EDIÇÃO IDENTIFICADA E LOCALIZADA ANO	AUTOR/TÍTULO	LOCAL/ EDITORA
128	1894	BRASIL FILHO, Thomaz Pompeo de Souza. <i>Lições de Geografia do Ceará.</i>	Fortaleza
129	1894	CUNHA Raimundo Cyriaco Alves da. <i>Geografia especial do Pará, aprovado para uso das escolas primárias.</i> 89 p.	Pará: Typographia e Encadernação de V. Travessa
130	1895	ANDRADE, Manoel Candido da Rocha. <i>Almanak do estado de Alagoas para o ano de 1896.</i> Contém, além de muitas informações úteis, uma notícia geográfica da província das Alagoas.	Alagoas
131	1895	RAMOS, Antonio Manuel dos. <i>Compendio de Geographia.</i>	Porto: Livraria Portuense de Lopes
132	1895	ARAÚJO, Francisco Lentz. <i>Geographia do Estado de Minas Geraes: seguida de noções de história do mesmo Estado.</i>	Rio de Janeiro: Francisco Alves
133	1896	SAAVEDRA, João Clemente de Carvalho. <i>Elementos de geographia, adaptados ao novo programa do curso dos lyceu.</i>	Porto: Typ. da Empreza litteraria e Typographica
134	1898	MARTINS, Henrique Augusto Eduardo. <i>Geografia do Estado do Rio Grande do Sul.</i>	Porto Alegre: Livraria Franco & Irmão
135	1898	SALLABERRY, Carlos Jorge. <i>Licoes de geographia geral: Geografia especial.</i>	Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos – editor
136	1898	MAGALHÃES, Basilio de. <i>Lições de Geographia geral.</i>	São Paulo: Typographia Aurora
137	1898	GAMA, Domicio da. <i>Atlas universal de geographia physica e política.</i>	Paris: Rio de Janeiro: Garnier
138	1899	PARANÁ, Sebastião. <i>Corografia do Paraná.</i>	Coritiba: Tip. Da Livraria Econômica de Aníbal, Rocha & Cia.
139	1899	RECLUS, Elisee. <i>Estados Unidos do Brazil: Geographia, ethnographia, estatística.</i>	Rio de Janeiro: Paris: H. Garnier Livreiro Editor.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Desses manuais editados entre 1851 e 1899, aproximadamente 54% foram publicados no Rio de Janeiro e 27,5% foram publicados nas seguintes províncias: Bahia, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Sul, Pará, Ceará, Alagoas, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, isto é, dez dentre as vinte províncias do Império. Isso indica que havia um mercado editorial crescente consolidado nesse período e, embora a Corte tivesse a maior parte das publicações,

existia uma produção editorial nas províncias que não podia ser desprezada. No entanto, deve-se considerar que o fato das casas de edição se concentrarem na capital do Império, não significa que fora uma produção exclusiva da Corte ou das províncias mais próximas, São Paulo e Minas Gerais, à Província do Rio de Janeiro. Pelo contrário, a maior parte dos autores provinha das demais províncias do Império, de onde trazia o seu talento literário e a experiência como professores dos liceus e colégios. Entre eles, Francisco Nunes de Souza<sup>73</sup>, de Santa Catarina; Sebastião Paraná, do Paraná, Pedro José de Abreu, da Bahia; Antonio Francisco de Assis Goes<sup>74</sup>, de Minas Gerais; Salvador Henrique de Albuquerque<sup>75</sup>, Paraíba; Cândido Mendes de Almeida e Cezar Augusto Marques<sup>76</sup>, do Maranhão; Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e Alexandre José de Mello Moraes<sup>77</sup>, de Alagoas; Thomaz Pompêo de Souza Brasil e José de Albuquerque Cavalcanti do Ceará. Muitos desses já haviam publicado primeiro os seus programas de aula para os liceus e colégios das suas próprias províncias de origem, as edições posteriores ou mesmo a publicação de outras obras ocorreram na Corte.

Não é coincidência que, na Corte, instalou-se, ao longo do século XIX, as principais casas editoras da Europa e muitas delas tiveram um papel fundamental na produção de manual didático. Entre as principais, as francesas Garnier & Laemmert e Suíça Leuzinger, segundo estudos de Anibal Brangança e Marcia Abreu (2010) e Laurence Hallewell (2005). Embora existisse, na província de origem dos autores, atividade editorial, como foi o caso da *Typographia* do Frias no Maranhão; *Typographia* de M. F. de Faria em Pernambuco; *Typographia Commercial* de F. da Costa Junior no Pará; *Typographia* do *Echo do Sul* de P. B. de Moura, no Rio Grande do Sul; *Typographia* do *Liberal* em Alagoas; *Typographia* de Paiva e Companhia, o Ceará e da *Typographia* do *Diário* na Bahia. No dizer de Hallewell (2005, p.

---

<sup>73</sup> Francisco Nunes de Souza nasceu em Santa Catarina, foi professor, dedicou-se às ciências físicas. Autor de um estudo crítico em 1855 que apontou um maior número da população global e, por consequência, para um percentual elevado de escravos. E, por isso, protagonizou um conflito na *Revista Guanabara*, com o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que defendia posição contrária. Ver: LIMA, Ivana Stolze. *A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil*.

<sup>74</sup> Antonio Francisco de Assis Goes nasceu em Mariana, Minas Gerais, foi professor de gramática portuguesa e latina e diretor de colégios. Segundo Blake (1883), Antônio Goes publicou pela imprensa periódica de Petrópolis sobre a instrução pública, a guerra do Paraguai e política.

<sup>75</sup> Salvador Henrique de Albuquerque nasceu na província da Paraíba em 1813, foi professor, Major da guarda nacional, membro correspondente do IHGB, sócio fundador e efetivo do instituto arqueológico e geográfico Pernambucano.

<sup>76</sup> Cezar Augusto Marques nasceu em 1826 na Província do Maranhão foi médico, autor da tese intitulada *Clima e moléstias mais frequentes na província do Maranhão*, secretário da inspetoria geral de instrução pública, oficial da ordem da Rosa, comendador da Ordem da Conceição de Vila Viçosa e cavaleiro da Ordem de Cristo. Era sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto de Medicina do Rio de Janeiro, do IHGB, do Instituto Literário Maranhense, do Ateneu maranhense, do Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense, do Instituto Arqueológico Pernambucano e do Instituto Arqueológico Alagoano. Escreveu o dicionário histórico geográfico do Maranhão e da Província do Espírito Santo.

<sup>77</sup> Alexandre José de Mello Moraes nasceu em Maceió, em 1816, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1882. Foi médico, geógrafo do Maranhão e da Província do Espírito Santo.

127), “a nata intelectual do país era atraída pela Corte e suas editoras que gozavam de um prestígio nacional que inexistia em qualquer outro centro”. O que na prática significava, além do reconhecimento pessoal e possibilidade de ascensão social, era o interesse desses autores de compartilharem, em escala nacional, as qualidades e os feitos das províncias, com autoafirmação e distinção. Assim divulgavam os recursos naturais, enfatizavam suas potencialidades econômicas ou apresentavam o seu nível de cultura e progresso e civilidade, como se verifica nos trechos a seguir:

Aspecto do País. – A grande extensão do território não permite fazer uma descrição exata do aspecto deste país, pois que varia em proporção: com tudo ele e mais baixo que montanhoso, e oferece um dos quadros mais tocantes e encantadores: a Natureza reúne nesta Província tudo quanto e grande, sublime, e maravilhoso. (CERQUEIRA & SILVA, 1833, p. 2).

Pelos diversos trabalhos, que em diferentes épocas publicou o senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, de saudosa memória, é o Ceará uma das províncias melhor estudadas e conhecidas, sob o ponto de vista histórico, físico e político.

[...]

É preciso, pois, acompanhá-la nas varias manifestações de progresso e bem acentuar a marcha ascendente em que tem ido, a partir daquela época. (CAVALCANTI, 1888, s/p).

Pode afirmar-se que não ha um país que mais luxuriante vegetação encerre, nem mais vastos tesouros minerais do que este território.

O ouro, a prata, o ferro, o chumbo, o sal gema, o sal de Glauber, o nitrato de potassa, o kaolim, o mármore mais fino; ônix, ágatas, topázios, cristais, granitos, tudo finalmente quanto o reino mineral tem produzido encontra-se, n'este abençoado e futuroso solo, onde ha centenas de léguas quadradas contendo o melhor carvão de pedra e jazidas de ferro que nada devem ás da Suécia.

[...]

Eis ligeiramente, palidamente delineado o vasto quadro das riquezas naturais da província do Rio Grande do Sul, tradicional pelo ardor e patriotismo de seus filhos, a mais guerreira de todas, a pátria da bravura e da liberdade; vasto laboratório para as futuras conquistas que hão de realizar as artes industriais e manufaturas, as letras e ciências que engrandecem os homens e as nações. (RIBEIRO, 1880, p. 11).

Os trechos extraídos dos manuais de ensino de *Corografia paraense* de Ignacio Accioli de Cerqueira Silva e a *Corografia do Ceará* de José Pompeu de A. Cavalcanti, bem como a *Geografia do Rio Grande do Sul* de Hilário Ribeiro, demonstram o desejo desses autores em engrandecer as suas províncias. E, particularmente, no caso de Cavalcanti (1888) e Ribeiro (1880), que buscavam demonstrar a ascensão das suas províncias e a esperança no futuro.

A proposta de enaltecer a província era uma intenção explícita daqueles autores, mas só conseguiriam atingir seus propósitos, caso os livros tivessem possibilidade de circular nas demais províncias do Império. A publicação de uma casa editorial da Corte era fundamental para que isso ocorresse. Esse pode ser um dos fatores que favoreceu a leitura de obras que serviram, inclusive, de referências para outros autores. Foi o caso de Frazão (1883), já mencionado no primeiro capítulo, e mesmo o Senador Candido Mendes (1868), que recorreu aos autores de compêndios e manuais escolares para compor o seu *Atlas do Império*. Entre as obras e autores que compõem o Atlas, estão o José Saturnino da Costa Pereira e seu *Dicionário topográfico do Império do Brazil*; Adrien Balbi e o *Tratado de Geografia Universal*; Mello Moraes e Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva em *Ensaio Corográfico e Imperio do Brasil*; e Tomás Pompeu de Sousa Brasil e o *Compendio Elementar de Geografia Geral e especial do Brasil*.

O mesmo ocorreu em escala nacional, basta verificar as obras de Geografia e corografia sobre o Império que eram destinadas às exposições internacionais que o Brasil participava<sup>78</sup>. Assim se refere Joaquim Manoel de Macedo, em *Noções de corographia do Brasil*, livro encomendado pela Comissão Superior da Exposição Nacional de 1873, realizada em Viena e que se transformaria, em 1877 nas *Lições de Corografia do Brasil* para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II.

A cessação do trafico bárbaro de escravos levou a especulação á procurar legitima e honrosa outros horizontes animadores do emprego do capital. Primeiro e altamente benéfico resultado do extermínio do crime nefando o progresso material começou logo á sorrir ao país e á felicitá-lo: as estradas de ferro e o telégrafo elétrico estenderão e estendem seus trilhos e seus fios civilizadores dos empórios do litoral para os corações e as amplidões fertilíssimas do interior: a indústria explora a riqueza; a luz do gás ilumina as cidades principais que ganham tempo e ouro na facilidade, rapidez e cômodo dos melhores carros de transporte, os quais acabam com a distância dos arrabaldes. (MACEDO, 1873, p. 25, 26).

Os séculos vindouros podem, neste mesmo solo, assistir ao desenvolvimento e expansão de milhares de gerações, oferecendo ao mundo o espetáculo de uma civilização adiantada e de uma atividades, que jamais consiga esgotar os recursos da terra, que lhe coube em partilha! (MACEDO, 1873, p. 89).

As citações de Macedo (1873) deixam clara a propaganda de uma nação civilizada e promissora. Ao contrário das primeiras narrativas do espetacular e do pitoresco expressas nas

---

<sup>78</sup>O Brasil participou das seguintes exposições internacionais: Londres (1861); Paris (1867); Viena (1873); Filadélfia (1876); Buenos Aires (1882); Amsterdã (1883); São Petesburgo (1884); Antuérpia (1885) e Paris (1889). Organizou exposições nacionais (1861, 1866, 1872, 1875, 1881 e 1888).

crônicas e relatos de viagens. Macedo vem mostrar o rompimento com o passado escravista e cria, na forma escrita, uma imagem do Brasil, que muito difere daquela registrada nas pinturas da natureza extravagante e exótica, que se tornaram símbolos da nação brasileira na Europa.

Ao propor outros símbolos para Nação, Macedo se distanciou das representações da vida cotidiana, particular e privada. Enfatizava o vasto território e os seus recursos inesgotáveis, ao mesmo tempo em que, destacava o progresso material, característica das nações modernas e civilizadas da Europa. No trecho a seguir, percebi que com relação às questões educacionais, o autor foi enfático ao colocar o Brasil em muitos aspectos no mesmo nível das nações europeias.

É certo que no Brasil a educação dada à mulher ainda não a prepara calculadamente para torná-la da altura intelectual e moral da sua grandiosa missão social, como primeira e absoluta diretora do espírito e dos sentimentos, como rainha da infância, e alma dos corações dos futuros cidadãos, que serão os responsáveis pelos destinos da pátria: mas onde é que na Europa já se educa a mulher sob este transcendente ponto de vista?... em semelhante assunto o desmazelo brasileiro é o desmazelo europeu.

Entretanto tal qual o mundo civilizado a adota, e constituo, a instrução e educação da mulher se espalha e se desenvolve na capital e nas províncias do Brasil em escolas publicas e gratuitas, e em colégios particulares, que estão sujeitos á zelosa fiscalização moral do governo. (MACEDO, 1873, p. 209).

As exposições internacionais serviram como palco para divulgar às nações desenvolvidas que o Império brasileiro estava *pari passu* com o mundo civilizado. Um meio que facultava afirmação e distinção perante às inúmeras nações criadas no século XIX. Para Celeste Zenha (2006), o desejo de o Brasil fazer parte da comunidade das nações civilizadas fez com que o Estado brasileiro se apropriasse das instituições herdadas do projeto civilizatório português já iniciado e empreendido pelo Estado no início do século XIX. E embora antigas imagens tivessem sido mantidas enquanto símbolo da Nação como a floresta virgem e o ouro, havia necessidade de enfatizar e, mesmo, romper com as imagens que pudessem refletir o atraso, no caso do escravismo, dos índios selvagens e das epidemias. Por isso, havia preocupação em enfatizar a imagem de uma Nação que apresentasse traços de civilidade em suas instituições, seu território, cidades e entre a população. E, nesse sentido, ao construir uma nova representação de Brasil, veio a necessidade de criar novos símbolos e dar positividade aos símbolos já existentes. O que aconteceu com a redefinição do papel do índio no passado da Nação e a produção da literatura nacional. A presença de Gonçalves Dias e José de Alencar marcam esse momento de construção do nacional. O primeiro por trazer o



índio como raça integrante da identidade nacional; o segundo, em o *Guarani*, ao sugerir uma sociedade, segundo Alfredo Bosi (1994), luso-tupi.

Nesse processo, nasceu igualmente a tensão nacionalismo e romantismo, que, por um lado, trouxe o universalismo das luzes, ancorado na ciência e nos ideais de modernidade. E, por outro, o vínculo com as tradições e os costumes do passado.

Ao destacar os projetos para o futuro, o que indicava, ao menos, o esforço que estava sendo efetuado pelo Estado em transformar-se em uma Nação desenvolvida. E, por isso, foi necessário enraizar o vínculo com a terra. Nesse sentido, o IHGB foi fundamental, pois tinha o papel de construir o passado territorial, cultural e social. Mas também, de empreender esforços um programa nacionalista e pudesse projetar o Brasil para o futuro. Tomando emprestadas as palavras de Bosi (2012), o IHGB no século XIX era uma instituição eclética, ao mesmo tempo, ilustrada e romântica.

Esse esforço pode ser compreendido, no exemplo a seguir, quando Candido Mendes de Almeida (1868), em seu *Atlas do Império do Brasil*, afirma que o Brasil está preparado para receber os homens de todas as nações para desfrutar dos recursos inextinguíveis da terra, que chamou de “herança” divina.

Felizmente podemos acolher com os braços bem abertos todos os que nos demandarem: inesgotáveis são as riquezas do nosso solo.

Façamos, se for possível, cada vez mais conhecidas as nossas formosas plagas, convidemo-los de um modo Cortez e animador, a virem auxiliar-nos no amanhã deste grande e opulento patrimônio. (ALMEIDA, 1868, p. 7).

Ao afirma que o Brasil pode “acolher com os braços bem abertos”, Almeida (1868) quer dizer que o Brasil, por ter conhecimento e controle de seu território, reúne os caracteres necessários para o desenvolvimento da Nação. Uma sociedade harmônica e a figura do território brasileiro com o solo prenhe de riquezas combinado com o desenvolvimento e o progresso manifestado na urbanização das cidades e nas estradas de ferro foram circunstanciais para desfazer a imagem de uma sociedade bárbara e atrasada. Além disso, *O Atlas do Império do Brasil* traz ao público escolar e demais interessados, nos conhecimentos geográficos sobre a nação, as definições objetivas das fronteiras do Brasil com os países de América Latina, uma forma de autoafirmação por alteridade. E, por ter sido lançado durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), cumpriu um papel simbólico importante ao Estado, visto que podia apresentar à sociedade brasileira elementos de justificativa de defesa do território

nacional perante às nações estrangeiras. Passou a ser de conhecimento público que o Império Brasileiro tinha uma jurisdição, que o “povo” teria o dever de defender.

Classificou-se, também, a produção de cada década, com objetivo de determinar qual foi o período de maior ocorrência das publicações. O quadro 3 a seguir indica os anos em que os textos escolares foram produzidos. Nele correlaciono a quantidade de manuais de Geografia por década no século XIX.

**Quadro 3 – Ano de publicação dos manuais didáticos de Geografia**

<b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE DE LIVROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Década de 1800	1	0,72%
Década de 1810	1	0,72%
Década de 1820	4	2,87%
Década de 1830	10	10,20%
Década de 1840	5	3,60%
Década de 1850	14	10,07%
Década de 1860	15	10,89%
Década de 1870	24	17,26%
Década de 1880	47	33,81%
Década de 1890	18	12,9%
Total	139	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Aproximadamente 62% dos manuais didáticos de Geografia do século XIX foram publicados entre os anos de 1850 e 1890 (QUADRO 3). Nesse período, ocorreram as grandes transformações políticas, sociais e econômicas no Império, em âmbito nacional e regional: O fim de um conjunto de revoltas populares nas províncias<sup>79</sup>, que favoreceu a consolidação da unidade territorial do Estado brasileiro, e a proibição do tráfico de escravos que abriu novas possibilidades de investimento em mão de obra incentivada pela política de imigração de outras nacionalidades no Brasil, segundo estudos de Leslie Bethell (2012). No plano econômico, proveniente da produção cafeeira, a principal matriz modernizadora, concentrava-se no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, não só o poder político, mas o financeiro. Os

<sup>79</sup>A última grande revolta de uma província foi a revolta Praieira que ocorreu entre 1848-1850. No período regencial (1831-1840), grandes províncias separaram-se do Brasil: a Bahia (1835), Pará (1835-1840) e Rio Grande do Sul que proclamou uma República que se manteve independente até 1845, conforme Naiemer Ribeiro de Carvalho (2012) e Sérgio Buarque de Holanda [et al] (2004).

efeitos da modernização com a abertura da primeira estrada de ferro (1854) e da instalação do cabo telegráfico que ligou o Brasil à Europa (1874) são exemplos das transformações, que se operaram no território brasileiro na segunda metade do século XIX.

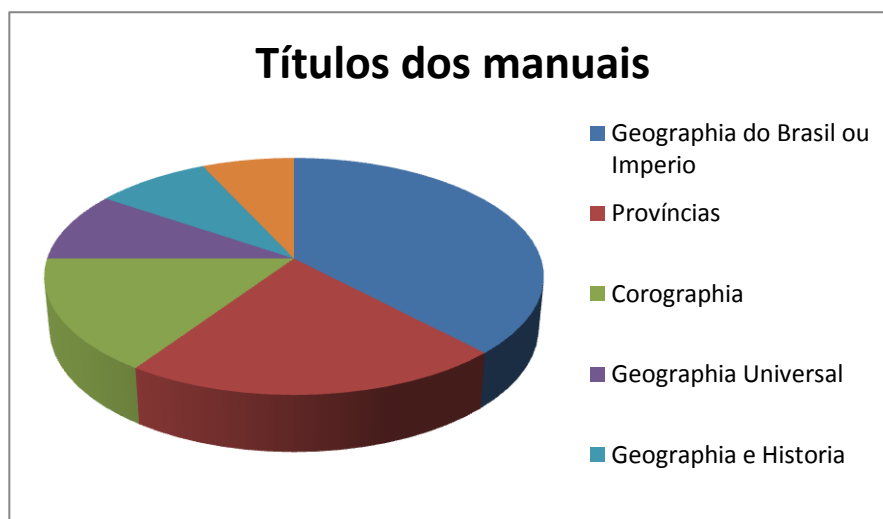
As províncias também foram beneficiadas com o processo modernizador em curso, especialmente com os investimentos estrangeiros com a instalação dos bancos comerciais. Segundo Marcelo de Paiva Abreu e Luiz Aranha Correa do Lago (2010), entre 1865-1885, o investimento no Brasil triplicou e quase 80% do capital investido, sobretudo de capital inglês, foi destinado à construção da rede ferroviária brasileira. Podem ser identificados quatro empreendimentos ferroviários de impacto nas províncias do nordeste e no sentido sudeste-sul do Brasil: a Estrada de Ferro Recife ao São Francisco (1858), a Estrada de Ferro Bahia-São Francisco (1863), A Estrada de Ferro Minas-Rio (1884) e a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (1867), que foram fundamentais para a expansão da fronteira agrícola no interior de São Paulo e Paraná. Também houve investimento em serviços urbanos: linhas de transporte, água, gás e esgoto no Rio de Janeiro; gás, em Salvador, São Paulo, Santos, Fortaleza, Belém e Porto Alegre.

Esses fatores econômicos foram responsáveis pelo aumento da força de trabalho e da classe média urbana, conforme Emília Viotti da Costa (2010), e pela ampliação do mercado consumidor, que conseqüentemente favoreceu o mercado editorial de livros. Mercado esse que já vinha sendo estimulado pelas instituições culturais do império, com destaque para os liceus e colégios que indicavam as obras que deveriam ser utilizadas em seus programas de estudos. E, pelas próprias casas editoras que atraíam seus leitores com os seus catálogos, nos anúncios, nos jornais ou em táticas comerciais consideradas ousadas para o período. Alessandra El Far (2010) demonstra, por exemplo, as estratégias e capacidade empresarial de David Corazzi, livreiro-editor da Biblioteca do Povo e das Escolas, em colocar no mercado publicações de interesse geral e de divulgação científica, de acordo com Gisele Martins Venancio (2012), com preços baixos.

Além de classificar os livros didáticos por período em que eles foram publicados, ordenei as obras também por tema. Registrei, portanto, a maior ocorrência temática de manuais referentes à Geografia do Brasil ou do Império brasileiro, com 40%, das publicações, seguido do tema referente à Geografia ou Corografia das províncias, que contam com 25 manuais, o equivalente a 25% do total.

O gráfico 1, a seguir, ilustra a distribuição dos títulos dos manuais escolares de Geografia do século XIX:

**Gráfico 1 – Títulos dos manuais didáticos de Geografia**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse panorama (GRAF. 1) serve para nos oferecer uma ideia inicial de como a Geografia era conhecida ou apresentada nas escolas secundárias, primárias e normais durante o século XIX. É indispensável, entretanto, destacar que a Corografia tinha o objetivo de descrever o Brasil e as províncias, no que tange aos aspectos físicos, humanos, cronológicos e históricos, e era composta, portanto, por saberes ditos históricos e geográficos. A narrativa cronológica permitia trazer o estatuto jurídico à ideia de Brasil para apresentar, em seguida, os contornos territoriais e os elementos naturais do território, o que Demétrio Magnoli (1997) definiu como “O corpo da pátria”. Com esses dados quantitativos, já se pode questionar, ao menos, no que trata dos manuais didáticos de Geografia, a afirmativa de Veríssimo Pereira (1906) de que a Geografia no Império era dedicada exclusivamente aos estudos da Europa.

Com relação à autoria, verifiquei se quem escrevia eram brasileiros ou estrangeiros e se as obras eram traduzidas, bem como a ocupação de seus autores.

Para pesquisar a autoria dos manuais didáticos e investigar a profissão ou ocupação dos autores, utilizei as informações que constavam nos próprios manuais ou as referências dos dicionários bibliográficos em teses e dissertações que mencionavam ou eram dedicadas aos autores. A partir de então, classifiquei em quatro grandes grupos. No primeiro grupo, há aqueles relacionados diretamente ao ensino, ou seja, professores ou lentes, diretores e fundadores de escola. No segundo, relacionei os profissionais liberais de formação acadêmica: advogados, médicos e engenheiros. No terceiro, políticos e militares, entre eles, constam deputados, senadores e militares de alta patente. E, por fim, no quarto grupo, sócios, membros

ou correspondentes do IHGB e sociedades geográficas internacionais, no qual é possível conhecer o quantitativo de cada área. O quadro 4 abaixo sintetiza tais ocorrências:

**Quadro 4 – Profissão/ocupação dos autores dos manuais escolares**

<b>PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS AUTORES DOS MANUAIS ESCOLARES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>GRUPO 1 - Relacionados diretamente ao ensino e a escola</b>	
Professor, Lente sem definição de área	19
Professor ou lente de Geografia	17
Professor de Corografia	04
Professor de matemática	04
Professor de gramática	03
Fundador ou Diretor de colégio	07
Subtotal	54
<b>GRUPO 2 - Advogados, Médicos, Engenheiro</b>	
Advogado	08
Médico	09
Engenheiro	07
Subtotal	24
<b>GRUPO 3 - Militar, Políticos</b>	
Militar	07
Senador	03
Deputado	07
Políticos	01
Subtotal	18
<b>GRUPO 4 - Sócios, membros ou correspondentes do IHGB ou sociedades geográficas Internacionais</b>	
IHGB	17
Sociedades Geográficas	04
Subtotal	21
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>117</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

O número total geral do quadro 4 não corresponde ao número de autores e coautores dos manuais didático relacionados no quadro 2. Isso ocorreu porque não foi possível encontrar fontes que fornecessem de forma precisa a ocupação ou a profissão de todos os autores e coautores. Também houve autores que foram classificados em dois ou mais grupos.

Foi o caso de Salvador Henrique de Albuquerque, professor e membro do IHGB e de Cândido Mendes de Almeida, professor de Geografia, sócio do IHGB e Senador. Entretanto, mesmo com essa disparidade numérica, pude observar que a maioria dos autores estiveram ligados diretamente ao ensino, com destaque para os professores. Isso indica que a formação docente ou processo de profissionalização passava pela elaboração de pontos para as aulas e de textos que seriam utilizados pelos alunos. Esses chegavam mais elaborados à publicação e à comercialização. A autoidentificação, por parte dos autores, que adjetivavam determinada disciplina, demonstra uma preocupação com o campo ou área a que se vinculavam. Assim, embora não houvesse a formação acadêmica na área de Geografia, existiam professores para ensinar essa matéria e tinham clareza do significado da disciplina. Como exemplos, Cândido Mendes de Almeida, que se referiu à Geografia para explicar as razões do *Atlas do Império* na introdução da obra da seguinte forma: “Cultivamos em outra época a Geographia, ocupando por espaço de 14 anos uma cadeira desta disciplina no Lycêo de nossa província natal, a do Maranhão [...]” (1868, s/p).

Afirmou Thomaz do Bom-Fim Espíndola<sup>80</sup>, ser lente catedrático de Geografia, história e cronologia do Liceu de Maceió, em 1871, na folha rosto de seu manual escolar: “Geographia Alagoana ou descrição physica, politica e historica da província das Alagoas”. Em 1877, Manoel Pereira de Moraes Pinheiro<sup>81</sup> declarou-se professor de Geografia do ginásio pernambucano e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, sob pseudônimo de Estácio de Sá e Menezes, revelou ter lecionado Geografia por muitos anos em vários colégios das províncias de Minas Gerais e São Paulo, no prólogo da terceira edição do seu livro: *Lições Elementares de Geographia segundo o Methodo Gaultier*<sup>82</sup>.

Essas informações permitiram concluir, ao contrário do que se deduzia, que a maioria dos manuais para o ensino de Geografia era de autores brasileiros. Principalmente, aqueles dedicados à Geografia ou à Corografia do Império. Muitos desses manuais foram produzidos pelos próprios professores que ministravam as aulas. Embora muitos autores utilizassem

---

<sup>80</sup> Thomaz do Bom-Fim Espíndola nasceu em 1832 e faleceu no ano de 1899, em Alagoas. Médico e professor. Foi presidente interino da Província de Alagoas, por pouquíssimo tempo em duas ocasiões, em 1867, quando era presidente da Câmara Municipal da capital da Província e, em 1878, quando ocupava o cargo de 1º Vice-Presidente. Escreveu, junto com Rui Barbosa e Ulysses Machado Pereira Viana, a reforma do ensino secundário e superior, em 1882, parecer e projeto.

<sup>81</sup> Manoel Pereira de Moraes Pinheiro nasceu na Província de Pernambuco no ano de 1832. Contista, foi autor de obras didáticas, bacharel em ciências sociais e jurídicas, advogado, professor, jornalista, político, cavaleiro da Ordem da Rosa

<sup>82</sup> A primeira edição de *Lições de Geografia* data de 1860. Entretanto, por estar mais conservada e legível, foi utilizada a quarta edição de 1885, consta que foi aumentada e melhorada por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior, sobrinho do autor e continuador de sua obra. Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior foi responsável, também, por dar continuidade, atualizando e ampliando, os manuais escolares do Dr. Joaquim Maria de Lacerda.

como referência manuais estrangeiros, não significava que existia uma adesão direta às suas ideias. O cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1885), ao declarar que adotava o compêndio do Abade Gaultier, enfatizou, mesmo que o método de Gaultier fosse o mais vantajoso, segundo ele, “a sua experiência” mostrava que, para atingir melhor as finalidades a que se propunha, ensinar a Geografia, era necessário realizar modificações. Ao publicar as *Lições de Geographia* ele justifica no prólogo da terceira edição as alterações necessárias para um melhor ensino no Brasil.

[...] Colocamos a Cosmografia em primeiro lugar, porque entendemos que o seu conhecimento deverá preceder a qualquer outro.

Suprimimos as noções históricas, porque assentávamos que eram elas demasiado perfunctórias para cabal lição; servindo, aliás, para sobrecarregar a memória dos alunos. [...]

Substituímos pelas recapitulações as perguntas e respostas. Outrora muito em voga, e hoje quase que totalmente desterradas das obras elementares.

Pelo que diz respeito á exatidão, podemos asseverar aos leitores que consultávamos o que de melhor e mais moderno chegou ao nosso conhecimento em assuntos de Geografia, estatística, etc. [...]. (SÁ & MENEZES, 1885, s/p).

Na ausência de um compêndio para essa finalidade, o professor, a partir dos conteúdos dos exames preparatórios exigidos pelos Estatutos das Escolas Superiores ou Academias do Império, desenvolvia os pontos neles apresentados, transformando-os em textos e em livros e, posteriormente, os publicava. Esse foi o caso dos compêndios de Thomas Pompeo, Bazilio de Quaresma Torreão e de professores como Alffoso José de Oliveira<sup>83</sup>, que ao dedicar ao leitor o seu *Compendio de Geographia Universal* (1836), justifica que o seu objetivo em redigir o manual era para suprir a falta de um “compendio de Geografia, chronologia” e para livrar quem estudava do enfadonho método das “postillas”.

Mesmo com referência a “Postilhas”, não foi encontrado nenhum documento que se assemelhasse a tal material. Corroborando com Jeane Silva (2012), é provável que tenha sido mais utilizado nas aulas de história do que nas aulas de Geografia. Na relação de livros presente no relatório da diretoria de instrução de 1867, constam os compêndios que deveriam ser adotados:

---

<sup>83</sup>Alfonso José de Oliveira foi professor substituto do Liceu de Pernambuco.

Geografia – compendio do Senador Padre Thomaz Pompeo de Souza Brasil – última edição.

Historia – manual de estudos para a preparação do Bacharelado em Letras – Historia do Brasil do Doutor Macedo.

Retórica – lições elementares de eloquência nacional por Freire de Carvalho – 6ª edição.

Análise – vida de S. Francisco Xavier, por João de Lucena – padre.

Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria – compêndio do conselheiro Ottoni.

Latim – gramática de Castro Lopes para exercícios. Gramática resumida do Padre Antonio Pereira e Novos métodos do mesmo autor.[Selectæ Latinæ Sermonis. Virgilio, Horacio, Cícero, Tito Lívio.]

Francês – gramática de Emilio Sevene.

Tradução – selecta francesa, e Charles André na parte poetica.

Inglês – gramática de Constancio.

Tradução – resumo da historia de Roma pelo Dr. Goldsmith – class – Book.

Filosofia – curso de filosofia por E. Barbe última edição.

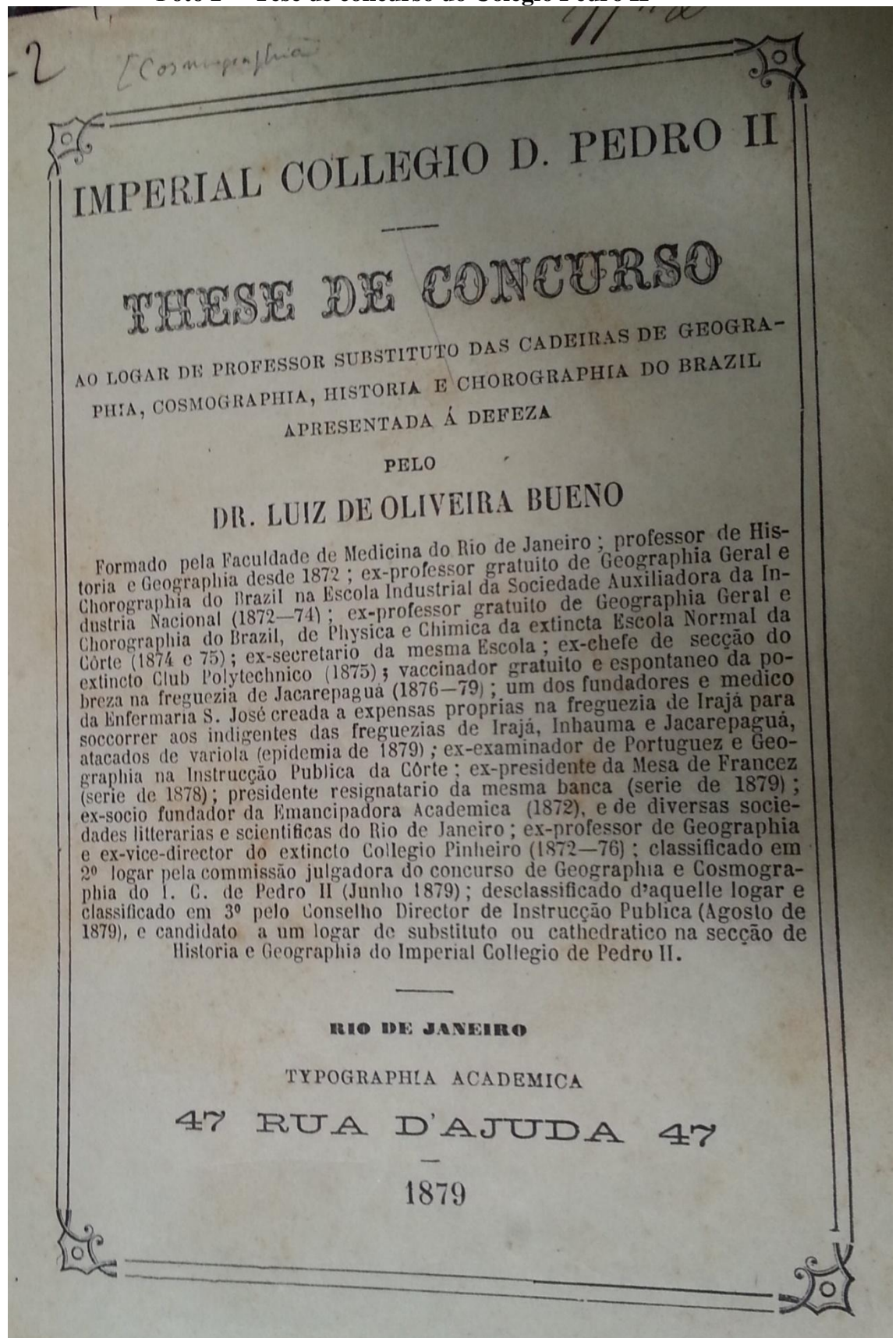
Diretoria Geral da Instrução Pública no Ouro Preto 1º de outubro de 1867. Firmino Antonio de Souza Junior. Confere, Pinto de Souza. (APM-SP- 1199, doc. 6069).

De todos que constam da relação, a matéria de história é a única que indica um manual de estudo de preparação para o bacharelado. Mesmo assim, no que diz respeito à história do Brasil, há indicação do manual do Dr. Macedo, possivelmente o *História do Brasil* publicado para uso dos alunos do Colégio Pedro II, em 1861.

O ato de escrever era uma tarefa comum aos professores de Geografia de instituições escolares no século XIX. Esse fato pode ser comprovado através das teses que os professores elaboravam para concorrer, via concurso público, à vaga de determinada cadeira. A rigor, após a aprovação, essas teses eram publicadas. (RABELO, 1832; BUENO; BARRETO; XAVIER, 1879). Em seguida, é possível visualizar a foto 2 da contracapa de uma tese do Dr. Luiz de Oliveira Bueno.



Foto 2 — Tese de concurso do Colégio Pedro II



Nota: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Fonte: Autoria própria.

Esse era o modelo de apresentação das teses exigidas (FOTO 2) para concorrer a uma vaga de professor do Colégio Pedro II. Nas folhas seguintes, vem a indicação do ponto 3, Cosmografia, sistemas de Ptolomeu, Copérnico e Tycho-Brahe — Leis de Kepler — Atração e repulsão. Embora, não tenha nenhum exemplar que pudesse comprovar, é possível que algumas dessas *teses* tenham se transformado em livros de consulta e até mesmo manuais escolares. Porém constituiria uma precipitação considerar esse tipo de publicação como manual escolar.

Os professores e mesmo os alunos eram estimulados a publicar, como se pode observar a seguir no relatório sobre o estado da instrução pública na Província de Minas Gerais que o Conselheiro Carlos Carneiro de Campos apresentou ao diretor geral em 1859:

Com o fito (entre outros fins) de **excitar uma salutar emulação entre os alunos** das diversas aulas secundarias, publicas, ou particulares da província, recomendei aos diretores gerais quaisquer trabalhos literários que alguns dos mesmos por ventura tivessem produzido na intenção ou **desejo de os verem publicados**, afim de que fossem eles dados oportunamente á publicidade, acrescentado que o mesmo destino teriam também os que fossem remetidos pertencentes aos professores; e em consequência desta exigência somente foram remetidos e publicados os seguintes:

Trabalho em filosofia – de alguns alunos do colégio Ayuruocano;  
Trabalhos em Geografia – do Lente desta ciência do mesmo colégio;  
Trabalho na língua francesa – de alguns alunos do Liceu Mineiro;  
Trabalho em filosofia ia – do Lente desta ciência e de retórico de S. João d’El-Rei; [...]. (ARQUIVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, 1859, s/p. Grifos meus).

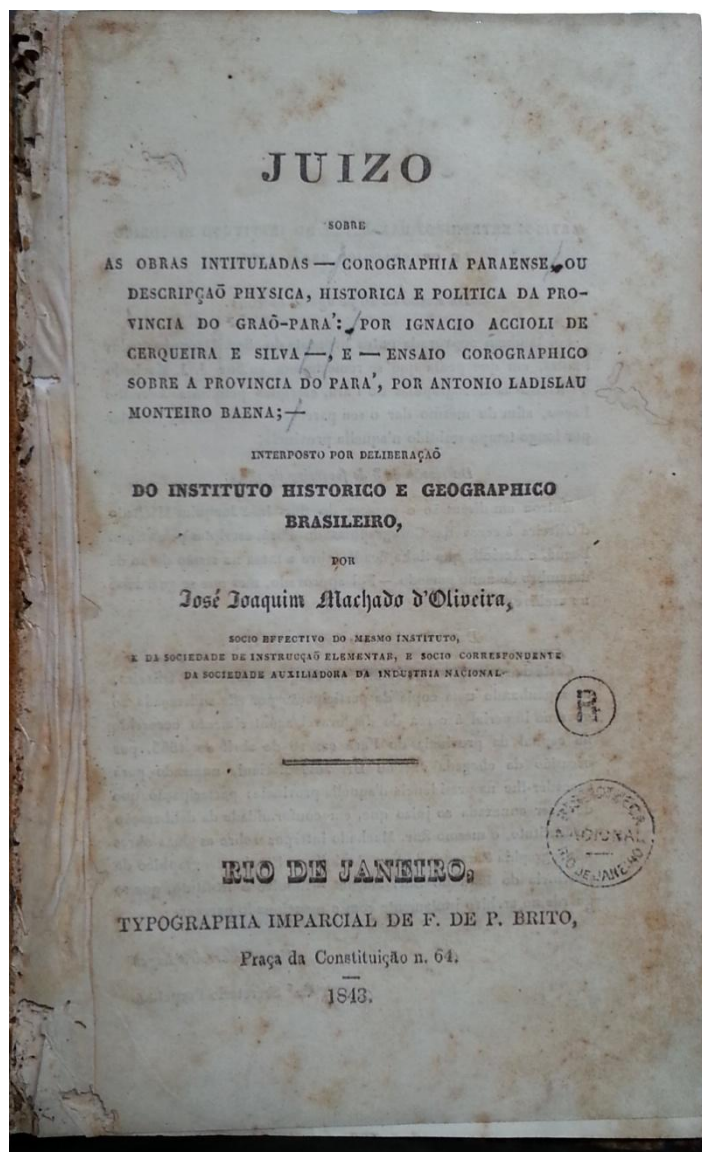
Como se observou, a produção escrita dos professores, no século XIX, era mais comum do que se imaginava, embora tivesse manuais escolares que continham orientações aos professores, muitos deles eram autores dos próprios livros. Sabe-se que os mais utilizados eram os manuais que apresentavam uma chancela, especialmente quando esses eram aprovados pelos conselhos de instrução pública das províncias e o IHGB. Alguns até aprovados por mais de uma província, como foi o *Compendio de Geographia Elementar – Especialmente do Brazil* (1884), do Dr. Jeronimo Sodre Pereira<sup>84</sup>. Seu manual, além de ter sido aprovado e adotado para uso das escolas na Bahia, teve seu reconhecimento dos Conselhos de instrução pública das províncias do Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e pelo Município Neutro.

---

<sup>84</sup> Jeronimo Sodre Pereira nasceu em Salvador no ano de 1840 e faleceu em Santo Amaro, em 1909. Foi lente catedrático da cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina e de História do Liceu da Bahia.

Havia textos escolares que recebiam pareceres e estes podiam inclusive ser publicados como, por exemplo, *Juizo sobre as obras intituladas Cogrophia Paraense, ou descripção physica, histórica e política da provincia do Grão-Pará*<sup>85</sup>, de autoria José Joaquim Machado de Oliveira<sup>86</sup>, publicado em 1843(FOTO 3).

**Foto 3 — Contracapa do Juizo sobre as Obras *Corographia Paraense* e *Ensaio corographico sobre Província do Pará***



Nota: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.  
Fonte: Autoria própria.

<sup>85</sup>O parecer é referente às obras: *Corografia paraense ou descrição física, histórica e política da província do Gram-Pará*, de Ignácio Accioli de Cerqueira Silva, publicada em 1833 e *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, publicada em 1839.

<sup>86</sup>José Joaquim Machado de Oliveira nasceu em São Paulo no ano de 1790 e faleceu em 1867. Militar, estudioso de letras, história, geografia e ciências naturais, comendador da ordem de São Bento de Aviz, cavaleiro da Ordem do Rosa, cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, sócio do IHGB, sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria. Foi presidente das províncias do Pará, Alagoas, Santa Catarina e Espírito Santo.

Na apresentação do livro, o autor esclarece por que optou por escrever sobre as duas obras. Em suas palavras, seria demorado e fasticioso escrever um volume para cada um dos livros, considerando que os dois tratam da mesma matéria.

Tendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão de 26 de agosto deste ano me nomeado para interpor o meu parecer acerca da Corografia Paraense, do Senhor Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, e do Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, do Sr. Antônio Ladislau Monteiro Baena, venho apresentar-vos o juízo que pude formar destas duas obras, que descrevem a história daquela província, a que presidi por tempo de dois anos; e isto depois de minucioso exame, e comparação com as diversas obras, memórias, cartas geográficas e apontamentos que possuo sobre aquele país [...]. (OLIVEIRA, 1843, p. 5).

Ao se apresentar como avaliador das obras, Machado de Oliveira destaca que as obras descrevem a história da província. Isso configura mais uma mostra da vinculação da Corografia com a matéria de história, mesmo que para fazer uma corografia não significasse narrar somente os acontecimentos históricos. O autor faz questão de deixar claro o seu conhecimento sobre a província. Primeiramente, por ter sido presidente, durante dois anos, e segundo, por expor o método utilizado em sua análise, afirmando o uso da comparação com outras obras e os seus próprios apontamentos. Resultado, provavelmente, de seu exame prévio sobre a província. Essa possibilidade de confrontação indica que os autores, ao publicarem seus manuais, não ficariam imunes às críticas. O peremptório julgamento de Machado de Oliveira poderia inviabilizar a adoção do manual e mesmo uma futura reedição<sup>87</sup>. Embora não tenha registro de segunda edição dessas obras, não significa que os autores deixaram de publicar outros livros, inclusive do mesmo gênero. Ignácio Accioli, entre outros textos, publicou, *Ensaio Corographico do Império do Brasil*, em coautoria com Alexandre José de Mello Moraes, em 1853. E Antônio Baena, segundo Blake (1883, pp. 236-237.), escreveu e publicou memórias, discursos e biografias. Nos trechos seguintes, pode-se verificar as críticas.

#### Seção I

Estatística, Física e Descritiva.

#### Topografia

Esta parte a mais essencial do país físico é em ambas as obras deslocada da sua legitima posição, e distribuída em porções segregadas pelas diversas subdivisões em que se retalhou a descrição da superfície da província, segundo a antiga organização territorial, que já devia ser desprezada em

<sup>87</sup>A primeira edição do *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* foi de 300 exemplares.

1833, visto que a sua obra foi impressa em 1839, e no fim dela vem anexa a ata do governo que trata desse objeto. [...]

[...]

Nada há mais incerto e vago do que o resultado que se tem análise das posições geográficas consignadas pelas duas obras que foram sujeitas ao meu exame. Além de se notarem omissões essenciais neste ramo, que tornam incompleto e embaraçoso, e de ter-se desprezado quase todas as longitudes, dando-se às poucas as omissões, e em alguns erros, que denunciam ou a pouca exatidão dos dados que teve o seu autor ou lhe foram ministrados, ou inaptidão em coordená-los e classificá-los conforme as regras da ciência: apresentei alguns exemplos. [...]

Omitiu a Corografia alguns dos rios da província, que pelo seu longo curso e volume fazem-se salientes no seu sistema fluvial, como entre outros de não menor importância são: Juruá que se lança no Amazonas pela margem austral entre o Yutahy, e o Yuruá, e vários afluentes caudais do Madeira, e do mesmo Amazonas, que desembocam entre Cameté e Gurupá; e subtraíu a outros de suas próprias localidades como são, o Camará e o Guaná que afluem no Amazonas a O. Porús, e que o autor os designa a L. deste rio, &c., &c.

[...]

Observa-se na Corografia uma espécie de anacronismo, ou deslocação pela ordem que segue na descrição dos rios, porque, começando a descrevê-los pelos afluentes originários, não estabelece a identidade do curso e extensão dos dois rios entre os quais já foram designados e por isso conhecidos, senão entre o último que foi descrito e o que se segue, e que ainda não fora mencionado.

Na avaliação de Machado de Oliveira fica evidente o peso quase exclusivo que dedica aos equívocos e omissões dos autores. E, embora tenha chamado as obras de descrição histórica, os seus apontamentos mais contundentes referem-se aos fatores geográficos e elementos geográficos. Quando trata topografia, por exemplo, menciona a falta de precisão dos autores com relação à localização e à existência de rios fundamentais para formação do sistema fluvial da província.

Nesse caso, é importante que se destaque que o papel do IHGB era fundamental, nomeando pareceristas para avaliar as obras, sobre o Império e as províncias, incluindo aquelas dedicadas às escolares, fato que não ficou restrito à matéria de História e de Corografia. O manual do Senador Pompeo também passou pelo crivo do IHGB, em 1853, recebeu segundo consta da declaração do Secretário do IHGB, Sr. Joaquim Manoel de Macedo nos seguintes termos:

O Instituto recebeu ainda um exemplar do *Compendio de Geografia* do seu digno membro o Sr. Dr. Thomaz Pompeo de Souza Brasil, e sujeitou-o ao exame e estudo de um dos nossos consócios, com a opinião do qual se conformou, fazendo-lhe merecidos elogios. (p.583).

O fato de muitos professores autores escreverem e publicarem não significa que era uma tarefa simples, considerando que não é apropriada a informação de que os autores realizavam meras cópias. Após uma observação cuidadosa, posso afirmar que existia um critério, não se deve dizer rigoroso, mas, certamente, pode-se considerar detalhado, sobretudo, quanto à concepção, organização e seleção dos conteúdos que compõem os manuais. Noto uma preocupação em definir, porém, pouco clara, para o que se compreende por Geografia. Em *Noções Elementares de Geographia*, de 1878, Augusto Emílio Zaluar explica que a sua Geografia é destinada ao ensino elementar nas escolas primárias e que a parte referente ao Brasil foi extraída de documentos oficiais “moderníssimos” e do trabalho: *O Império do Brasil na exposição universal de 1876 na Philadelphia*.

O autor atribui prioridade ao estudo do país em uma referência ao território brasileiro e, para justificar a importância, utilizou as seguintes palavras, “ao dar maior desenvolvimento as notícias do Paiz, pois é conveniente que se principie a conhecer e a estudar as cousas de casa antes que se saibão as estranhas” (1878). Da mesma maneira, no *Compendio de Geografia da província do Paraná*, de 1870, Luiz França Almeida e Sá dirige-se ao leitor.

Não publico novidades, pelo contrario, o que se encontra n’este livro é o que consta da **legislação provincial e relatório da presidência, e das explorações feitas n’esta esperançosa província.**

O que fiz apenas foi resumir todos os dados existentes, e consigna-los n’este meu primeiro trabalho, facilitando assim o estudo da Geografia desta importante região.

Se tiver ele algum mérito e merecer a vossa aceitação, terei com isso grande prazer; se, porém assim não acontecer, resta-me a boa vontade com que o empreendi. ( s/p. Grifos meus).

Nessa obra, o autor é enfático ao revelar as fontes utilizadas para compor o seu livro — legislação provincial, relatórios e exposições feitas na província. E não obstante a afirmativa de que o seu trabalho foi o de apenas resumir os dados existentes não se pode desconsiderar a sua importância e nem a qualidade da fonte por ele escolhida. Apesar de considerar que, ao trazer as informações contidas na legislação, o autor realiza apenas uma operação de transcrição, o mesmo não ocorrerá com os relatórios nem com os resultados das explorações provinciais. Nesse caso, o procedimento de selecionar e organizar as informações existentes significa um processo elaborado de escolhas e omissões. Dessa forma, ao ressaltar



determinados aspectos da província, do Império ou até quando escolhe como irá iniciar o estudo da Geografia, sua opção é orientada pela forma de como irá ensinar.

A escolha de Almeida e Sá (1870) foi iniciar o seu livro com o que chamou de termos geográficos — em uma seleção mais específica dos termos de Geografia física. Dessa maneira, o autor inicia pela descrição da paisagem, do relevo, de suas formas e, depois, das dimensões. Constrói uma Geografia que parte do espaço natural em uma concepção presente na filosofia antiga, conforme Bertrand Russell (2001)<sup>88</sup>, espaço como oposição entre o cheio e o vazio, espaço como “lugar” que deve ser ocupado. Há, portanto, nessa operação de escrita, uma forma elaborada, o que difere substancialmente da cópia.

A rigor, como já apontado nesta pesquisa, a maioria dos manuais que circularam no Brasil no século XIX era de autores brasileiros e grande parte sobre a Geografia do Brasil, como mostra o quadro 5 a seguir.

**Quadro 5 – Obras escritas por autores estrangeiros ou traduzidos em língua portuguesa**

ANO	TÍTULO	AUTOR/ORIGEM	TRADUTOR
1809	<i>Atlas de Géographie et historique.</i>	C.F. Delamarche (França)	Original em idioma francês
1827	<i>Tratado completo de cosmographia e geographia historica physica e commercial, antiga e moderna.</i>	J. P. C. Casado Giraldes (Portugal)	Original em idioma português
1835	<i>Tratado elementar de Geografia astronómica, física, histórica ou política, antiga e moderna.</i>	Don José de. Urcullu (Portugal)	Original em idioma português
1838	<i>Tractado de geographia universal, physica, historica e politica.</i>	Adrien Balbi 1782-1848 (Itália)	Caetano Lopes de Moura
1845	<i>Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil.</i>	J. C. R. Milliet Saint-Adolphe (França)	Caetano Lopes de Moura
1850	<i>Resumo de geographia geral antiga e moderna. Curso de estudos elementares.</i>	Camilo Trinocq (França)	Sem referência ao tradutor
1854	<i>Chorographia do Brazil.</i>	João Felix Pereira (Portugal)	Original em língua portuguesa;
1859	<i>Lições de geographia.</i>	Louis Édouard Camille Gaultier (França)	Sem referência ao tradutor
1859	<i>Compêndio resumido de Geografia.</i>	Carlos Von KOZERITZ (Alemanha)	Original em idioma português;

<sup>88</sup> Em RUSSEL, *História do Pensamento Ocidental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Continuação

ANO	TÍTULO	AUTOR/ORIGEM	TRADUTOR
1861	<i>Tratado de Geografia elementar; física, histórica, eclesiástica e política do Império do Brasil.</i> In. 8º (escrito em colaboração com Malte Brun).	Dr. J. G. Amedeo Moure Malte-Brun (França)	Caetano Lopes Moura
1863	<i>Lições históricas e geográficas do Brasil, extraídas dos melhores autores.</i> 86 p. In. 8º.	Joaquim Frederico Kiappe da Costa Rubim (Portugal)	Original em idioma português (autor – Português)
1863	<i>Noções geographicas e administrativas da provincia de Minas Geraes.</i>	Gerber, Henrique (Alemanha)	Original em Língua portuguesa (autor – Alemão)
1872	<i>Compendio de corographia do Brasil para uso das escolas de instrução primaria.</i>	ARANHA, Pedro Venceslau de Brito (Portugal)	Original em língua Portuguesa.
1873	<i>Geografia física para uso da juventude de todas as classes da Sociedade.</i>	Maurý Matthey F. (Estados Unidos da América do Norte)	Luiz Antonio da Costa AGUIAR (original escrito em idioma inglês)
1878	<i>Noções elementares de geographia compiladas para uso das escolas primarias.</i>	Augusto Emilio Zaluar. (Portugal)	Original em Língua Portuguesa
1880	<i>Geographia Physica.</i>	Sir Archibald, Geiki (Escócia)	Carlos Jansen
1883	<i>Princípios de geographia matemática.</i>	Guilherme Ahrons (Alemanha)	Original em língua portuguesa.
1884	<i>Geografia física do Brasil.</i> 470 p.	J. E. Wappaues (Alemanha)	João Capistrano de Abreu (original escrito em Alemão)
1889	<i>Geographia geral do Brasil.</i>	Sellin, Alfred W. (Alemanha)	João Capistrano de Abreu (original escrito em Alemão)
1895	<i>Compendio de Geographia.</i>	Antonio Manuel dos Ramos (Portugal)	Original em língua portuguesa
1896	<i>Elementos de geographia, adaptados ao novo programa do curso dos lyceu.</i>	João Clemente de Carvalho Saavedra (Portugal)	Original em língua portuguesa
1899	<i>Estados Unidos do Brasil: Geographia, ethnographia, estatística.</i>	Elisse Reclus (França)	B. F. Ramiz Galvão

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os manuais traduzidos de outros países e também vindos de Portugal (QUADRO 5) têm a mesma origem dos países que estabeleciam relações comerciais com o Brasil.

No entanto, o peso das relações não correspondiam proporcionalmente às traduções e importação dos manuais escolares. De acordo Bethell (2012), o percentual de importações dos



países parceiros do Brasil era a seguinte: a Inglaterra 40%, França 15%; Portugal 8%; Alemanha 7%. Ao comparar esses dados com a proporção de manuais traduzidos e os de Portugal, encontrou: Portugal 36%, França 27%, Alemanha 23%. Isso evidencia que nem sempre as relações econômicas definiam as relações culturais.

Ao contrário do que se compreendia, as traduções dos manuais didáticos não eram, em sua maioria, obras francesas. As fontes revelam um número bastante expressivo das traduções de autores alemães e de manuais portugueses, em comparação aos franceses. E, ainda, revelou a existência de obras de autores italiano, estadunidenses e escoceses.

No quadro 5, é possível refutar a afirmativa de Rocha (1996, p.62) de que “foi da França que “se” transplantou” no Brasil “o ideal de educação, o modelo *de* organização escolar, a forma, bem como os conteúdos, adotados pelas disciplinas”. Para ele, a Geografia que era ensinada nas escolas brasileiras reproduziu quase que integralmente o currículo das escolas francesas. Até mesmo os compêndios escolares eram franceses. Assevera, ainda, que “inúmeras gerações estudaram Geografia pelas páginas de *Baccalaureat* e *Atlas Delamneche*”<sup>89</sup>, afirma também que, quando surgiram os compêndios nacionais, estes tentavam a todo custo se aproximar das publicações francesas, isso quando não era mera tradução.

A conclusão de Rocha (1996) está fundamentada nas informações dos trabalhos de Maria de Lourdes Haidar (1972) e nas representações que foram criadas em torno do secundário brasileiro, sobretudo do Colégio Pedro II. Quanto à indicação do *Baccalaureat*, não há indícios de que ele tenha sido utilizado nas aulas de Geografia e, conforme afiança Jeane Silva (2012), embora estivesse indicado para o ensino de História e Geografia, é provável que só deve ter sido utilizado nas aulas da disciplina de História.

Entre os manuais adotados pelo Colégio Pedro II, também não foi identificada essa hegemonia francesa. A maioria deles é de autores brasileiros, com exceção dos *Atlas Delamarche* e o *Pequeno Atlas Geral*, como se observa no quadro 6 a seguir.

---

<sup>89</sup> Indicado no Decreto de 24 de janeiro de 1856 apud Haidar (2008, p. 120).

Quadro 6 – Manuais adotados no Colégio Pedro II

ANO	TÍTULO	AUTOR/ORIGEM	TRADUTOR
1856	<i>Manual du baccalauréat</i>	Obra não encontrada	Geographia e Historia antiga e idade média
1856	<i>Atlas Delamarche</i>	Delamarche	Geographia e Historia antiga e idade média
1858	<i>Atlas Delamarche</i>	Delamarche	Geographia
1858	<i>Compendio Elementar de Geographia</i>	P. Pompeo	Corographia e história do Brasil
1862	<i>Postillas impressas do professor</i>	Obra não encontrada	Geographia
1862	<i>Atlas Delamarche</i>	Delamarche	Geographia
1862	<i>Compendio de Geographia</i>	P. Pompeo	Corographia e história do Brasil
1877	<i>Pequeno Atlas Geral</i>	Edição Alillaud	Geographia
1877	<i>Elementos de Geographia moderna</i>	Pedro de Abreu	Geographia
1877	<i>Atlas Delamarche</i>	Delamarche	Geographia
1877	<i>Elementos de Cosmographia</i>	Pedro de Abreu	Cosmographia
1877	<i>Compendio de Corographia do Brazil</i>	Que for aprovado pelo governo	Corographia do Brazil
1877	<i>Atlas do Império do Brazil</i>	Cândido Mendes de Almeida	Corographia do Brazil
1878	<i>Elementos de Geographia moderna</i>	Pedro de Abreu	Geographia
1878	<i>Atlas Delamarche</i>	Delamarche	Geographia
1878	<i>Elementos de Cosmographia</i>	Pedro de Abreu	Cosmographia
1878	<i>Noções de Corographia do Brazil</i>	Dr. Joaquim Manoel de Macedo	Corographia do Brazil
1878	<i>Atlas do Império do Brazil</i>	Cândido Mendes de Almeida	Corographia do Brazil
1882	<i>Pequena Geographia</i>	Joaquim Maria de Lacerda	Noções de Geographia
1882	<i>Elementos de Geographia moderna</i>	Pedro de Abreu	Programa de Geographia
1882	<i>Elementos de Cosmographia</i>	Pedro de Abreu	Cosmographia
1882	<i>Lições de corographia do Brazil</i>	Dr. Joaquim Manoel de Macedo	Corographia do Brazil
1882	<i>Atlas do Império do Brazil</i>	Cândido Mendes de Almeida	Corographia do Brazil

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das reflexões da pesquisa de doutorado de Elenice Zuin (2007), pode-se ter uma noção da importância do estudo dos manuais didáticos para a história de uma disciplina. Conforme Zuin (p. 33): “O currículo a ser seguido nas escolas muitas vezes é determinado

pela voz dos autores de manuais escolares, que ditam quais tópicos serão excluídos, quais serão selecionados e suas sequências seguidas.”

A análise dos manuais didáticos vem mostrar que muitas vezes o currículo das escolas era determinado pelos autores dos compêndios escolares. Zuin (2007) irá demonstrar em sua tese que “nos livros e manuais didáticos estão presentes os valores a ser transmitidos em determinado momento histórico” (p. 41).

Albuquerque (2009) fez a mesma identificação a respeito dos livros didáticos dos séculos XIX e início do XX dos Estados da Paraíba e Pernambuco. A autora destacou que, na maioria das vezes, os livros que seguiam as orientações legais eram impressos em poucos meses depois da vigência de uma lei. Zuin nos chama a atenção para um fato muito significativo, isto é, aquele que legislava sobre o ensino podia ser o autor do livro didático e professor. É o caso de Thomas Pompeo de Sousa Brasil que, além de senador e membro do IHGB, foi autor de livro didático e professor do Liceu do Ceará. E com Joaquim Manuel de Macedo, que era escritor, foi professor do ensino secundário, secretário do IHGB e autor de manuais escolares de história e corografia. Ele transformou a sua Corografia, inicialmente encomendada para exposição internacional, em 1877, em Viena, num manual escolar para Colégio Pedro II, em 1878, instituição que lecionava.

E, nesse sentido, o capítulo seguinte será destinado ao estudo sobre os conteúdos ou saberes que estiveram presentes nessa farta publicação de textos dedicados ao ensino de Geografia durante o século XIX.

### CAPÍTULO III – A GEOGRAFIA ESCOLAR NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Este capítulo consta de duas partes: a primeira em que analiso as concepções de Geografia e os conteúdos que estão presentes nos livros didáticos e que a difere de outras disciplinas. E, a segunda, onde trato sobre como os autores apresentavam as suas obras seus elementos considerados principais e de que forma legitimavam o diálogo com o leitor: os alunos, que estudavam, e os professores que adotavam os livros. Para isso, utilizei os manuais de Geografia Universal, Geografia do Império, Geografia das Províncias e Corografia de vários autores publicados em diferentes décadas do século XIX. Dediquei atenção especial aos manuais utilizados em Minas Gerais.

Início dessa forma com o *Compendio de Geographia Universal* (1824), de Bazilio Quaresma Torreão, que traz a definição de Geografia como a ciência da descrição do Globo terrestre e foi dividida em três partes: a Geografia astronômica, física e política. O autor afirma que a Geografia pode ser uma descrição matemática, física e política da Terra. Torreão (1824) principia o seu *Compendio de Geografia Universal* pela Geografia astronômica. Começa com o Céu, passa pelo sistema de Copérnico<sup>90</sup> até chegar às dimensões da Terra e o uso do globo terrestre.

Para Luiza Cândida de Oliveira Lopes, em *Lições de Geographia particular do Brazil* (1877), a Cosmografia é a ciência que trata da descrição do mundo. Na concepção de Lopes, “mundo é tudo aquilo que Deus criou”. A Geografia, portanto, é a parte da cosmografia que se ocupa da descrição da terra. A autora dedica a sua obra ao estudo da Geografia do Brasil, valendo-se de apenas uma pequena introdução a título de “lição de noções preliminares”, aliás, um fato comum a quase todos os manuais de Geografia do século XIX, analisados nesta *Tese*. Em noções preliminares ou noções gerais, os autores apresentam as definições dos principais termos utilizados na obra. São os significados de *Geografia* com seus adjetivos, o significado do termo *Terra, Globo, superfície, esfera*. Expressões que basicamente definem os aspectos fisiográficos.

Da mesma forma que Lopes (1877), Alfredo Moreira Pinto, em *Chorographia do Brasil*<sup>91</sup> (1881), a Geografia, que está nos domínios da cosmografia, o conhecimento da terra e

---

<sup>90</sup> O sistema Heliocêntrico de Nicolau Copérnico foi fundamental para o estudo da geografia, considerando que pelo movimento da Terra ao redor do Sol, a posição da Terra e a incidência da radiação solar são responsáveis pela constituição dos fatores determinantes do clima. E estes pela distribuição das espécies animais e vegetais.

<sup>91</sup>De acordo com Jeane Medeiros Silva (2012), esse manual foi editado até a primeira década do século XX. Na edição de 1895, consta que foi premiado pelo júri da Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro em 1883. E pelo júri da exposição de objetos escolares, em 1887, recebendo o diploma de 2ª classe, e em 1888, quando recebeu o diploma de 1ª classe.

de seus habitantes, diferente de Torreão (1824), Pinto (1881) divide a sua obra em seis partes principais. A **Geografia astronômica** — que estuda o volume e a divisão geométrica da terra e o lugar no sistema solar, bem como as suas relações com os outros corpos celestes. A **Geografia física**, que trata da descrição das diversidades da conformação exterior do globo, da divisão das terras e dos mares, da natureza do solo e do clima. Da distribuição das águas e dos reinos: animal, vegetal e mineral. A **Geografia política**, que tem por objeto acompanhar a transformação do mundo terrestre, determinar o agrupamento das nações e a divisão dos Estados; descrever as divisões convencionais da terra, a população, o governo, a religião; mencionar o que há de mais saliente e curioso no trabalho do homem, assinalando seus mais notáveis monumentos. A **Geografia econômica**, que estuda as produções próprias de cada país, principais indústrias, viação férrea e canais, linhas telegráficas, de navegação, etc.. A **Geografia histórica**, que enumera as transformações por que os países passaram, os povos que os habitaram em diferentes épocas, os diversos nomes que receberam, etc.. E a **Corografia**, que é a descrição de um país ou de um estado.

No século XIX, não havia consenso entre as concepções de Geografia nos livros e entre os autores desses manuais escolares analisados. Porém a questão considerada central, comum aos manuais, era a descrição física, política ou econômica das partes do mundo, pela Geografia geral. Assim como a descrição pormenorizada dos países pela Geografia particular e das províncias ou através da Corografia. Essa definição foi igualmente acolhida, fora do ambiente escolar, admitida nas sociedades geográficas e presente nos dicionários da época (SILVA & PINTO, 1832; BLUTEAU; SILVA, 1889). Logo, o que irá distinguir e definir a Geografia como disciplina será a forma de organização e distribuição dos conteúdos nos manuais, nos programas e nas aulas. Nesse caso, posicionei o debate na distinção entre Geografia e Corografia para explicar algumas tensões políticas da “recente nação” brasileira.

De certa forma, a Geografia e a Corografia conservam particularidades que estão além da diferença de significado, que a rigor mais as aproxima do que as distancia, mas têm origens distintas. Pode-se afirmar que a Geografia é uma das ciências que tem sua matriz na antiguidade. E é comum encontrar nos textos de iniciação ao estudo da Geografia, na parte que narra a sua história, o tema: Geografia na antiguidade. Autores como Jan Broek (1981); Nelson Werneck Sodré (1982); Manuel Correia de Andrade (1992); Jacques Sheibling (1994); Antoine Bailly e Robert Ferras (2006) consideram *Heródoto*, o pai da história e também o pai da Geografia. Esses autores, ainda, consideram Estrabão, que descreveu o mundo conhecido, e Cláudio Ptolomeu, que aperfeiçoou os métodos de projeção de mapas e introduziu palavras como: “paralelo e meridiano; latitude e longitude” no vocabulário, os principais

sistematizadores da Geografia. Além disso, foram unânimes ao atribuir como obra geográfica os textos clássicos de Homero: a *Ilíada* e a *Odisséia*. Para eles, a Geografia é um saber que faz parte de uma longa tradição na sociedade ocidental.

Com o Renascimento, além da revolução promovida pelo sistema Heliocêntrico de Copérnico<sup>92</sup>, foi possível a retomada do pensamento geográfico da antiguidade. A Geografia de Ptolomeu foi traduzida para o latim e produziu um impacto significativo entre os homens cultos, seja da nobreza, clero ou da burguesia nascente. No início do século XVI, as obras de *Cláudio Ptolomeu Alexandrino, La Geographia di Claudio Tolomeo Alessandrino, por Girolamo Ruscelli, em 1561*<sup>93</sup>. E o *Tratado da Sphera com a Theorica do Sol e da Lua*, traduzido do latim pelo Doutor Pedro Nunes, cosmógrafo do Rei Dom João III, em 1537. A influência de Ptolomeu na Idade Média favoreceu o caminho para a descoberta do novo mundo. E teve seu ponto alto nas viagens à Índia e às Américas, empreendidas pelas explorações dos portugueses e espanhóis.

O tratado de Geografia de Ptolomeu, composto por oito livros, traz conceitos teóricos sobre a construção de globo, projeções para mapas, coleta de dados e coordenadas geográficas. No livro II e III, há um catálogo com aproximadamente 8000 localidades, com indicações de latitude e longitude em graus e apresenta detalhes topográficos. No livro VII, contém a descrição de um mapa do mundo, com os oceanos mais importantes. E, no final do tratado ou livro VIII, traz princípios da cartografia e dos métodos matemáticos, geográficos e astronômicos, bem como legendas nos mapas da Europa, Ásia e África.

Na concepção Ptolomaica, a Geografia é uma imitação gráfica da terra ou da parte conhecida da terra. Pode se afirmar que ao redescobrir a “obra de Ptolomeu” no século XV e XVI, redescobre-se, ao mesmo tempo, o que seria o objeto de preocupação dos geógrafos, a análise da posição e natureza dos lugares. De acordo com Besse (2006), uma preocupação igualmente dos antigos historiadores latinos e gregos. Dessa maneira, para se obter uma melhor descrição da paisagem (Landschaft) era necessário articular escalas e definir vizinhanças e percursos, o que na prática significa localizar os lugares. Segundo Besse (2006, p. 21), além da posição relativa, “a Landschaft se define por um conjunto de propriedades, naturais e humanas, cujo inventário constitui sua qualidade ou sua natureza própria”. Para

---

<sup>92</sup>A contribuição de Copérnico com a teoria Heliocêntrica foi fundamental para compreensão dos fatores que terminam a distribuição da radiação solar na Terra e, por consequência os fenômenos climáticos decorrentes.

<sup>93</sup>Obra que foi traduzida novamente por Giordano Ziletti, em 1573-1574. Existem inúmeras traduções do tratado de Ptolomeu, porém consulte a tradução que foi citada e está disponível no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional.

esse autor a paisagem traduz visual e imaginariamente a promoção da Geografia como discurso específico, distinto da cosmografia, consagrado à descrição da terra universal.

Os autores no século XVI, mesmo quando se referiam às regiões utilizavam o termo *Geografia*. A partir do século XVIII e XIX, a expressão Corografia ficou mais presente nos títulos publicados, principalmente em Portugal e no Brasil.

Na Idade Média, Bernard Varenius, em sua obra *Geografia Geral*<sup>94</sup>, publicada originalmente em 1650, estabelece a distinção entre Geografia Geral e Especial ou Particular.

[...] Golnitzius diz: Geografia deve ser explicada externamente e internamente, mas estes termos são impróprios e mal escolhidos, Universal e particular, são muito mais pertinentes. Chamamos de Geografia universal que considera toda a Terra em geral, e explica suas propriedades sem levar em conta determinados países. E a Geografia especial ou particular, que descreve a constituição e situação de cada país, por si só, que é dupla, ou seja, Corografia, que descreve os países de uma extensão considerável, ou topografia, de um lugar ou pequeno pedaço de terra<sup>95</sup>. (VARENIUS, 1734, s/p).

Na visão de Varenius (1734), a Geografia Geral tinha a função de examinar as questões físicas da Terra e deveria ser explicada por leis, ao contrário da Geografia Especial, que por envolver o homem, tornava-se imprevisível e deveria ser descritiva. O conhecimento Geográfico atravessou a idade média com uma representação objetiva quanto ao seu objeto de estudo, todavia não deixou de ser um saber prático, considerando que o conhecimento geográfico esteve a serviço dos viajantes, descobridores tornando, por conseguinte, o geógrafo um explorador por excelência. Para Wooldrige e East (1967):

[...] os progressos das explorações e descobertas são análogos, quanto à sua natureza, se não em matéria de grau, aos “levantamentos regionais” das comunidades primitivas. Conduzem a um conhecimento cada vez maior do meio. A navegação e os estudos topográficos desenvolveram-se pari passu com o alargamento dos horizontes geográficos, e somente eles o tornaram possível. Por essas razões constituiu norma, no passado, que ainda não desapareceu de todo, considerar o geógrafo essencialmente como um explorador. (WOOLDRIGE & EAST, 1967, p. 17).

<sup>94</sup> Foi consultada a versão digitalizada de *System of General Geography: Explaining the nature and properties of the earth*. London: Printed for Stephen Austen, at the Angel and Bible, in. St. Paul's Church-Yard, 1734. Traduzida para o Inglês da obra original em Latin por Issac Newton e o Dr. Jurin.

<sup>95</sup> [...] Golnitzius says, *Geography is to be explained externally and internally; but these terms are improper, and ill chosen, Universal and particular being much more pertinent. We call that universal geography which considers the whole Earth in general, and explains it's Properties without regard to particular countries: But especial or particular geography describes the constitution and situation of each single country by itself; which is twofold, viz chorographical, which describes countries of a considerable extent; or topographical, which give a View of some place or small tract of the Earth.*

Essa atribuição do geógrafo foi amplamente aceita, ao levar em conta que a função do geógrafo era se lançar aos grandes descobrimentos explorando e, especialmente, mapeando as regiões descobertas. Não sem motivo, que no início do século XIX, as sociedades geográficas começam a surgir na Europa, inauguram outro caráter colonialista, pois associava as técnicas e métodos dos levantamentos dos diferentes lugares ao discurso científico e às diversas maneiras de popularização do conhecimento.

A Corografia, diferente da Geografia, não se constituiu como um saber prático, mas um método de descrição de uma região ou país. É razoável, portanto, compreender a Corografia, como um tipo de descrição de uma parte da superfície da terra ou a descrição em grande escala de uma determinada região. Essa avaliação, entretanto, permite-nos entender o uso da expressão *Corografia* e a razão do seu uso. Francisco da Silveira Bueno (1973), no *Dicionário escolar da língua portuguesa* define a Corografia como parte da Geografia que estuda particularmente um país ou território de importância considerável. No *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda (1999, p. 559), a definição de Corografia é o estudo ou descrição geográfica de um país, região província ou município. E, de acordo com o dicionário de Antônio Houaiss (2009), o termo Corografia inscreve-se na rubrica de cartografia e Geografia, tem a sua origem datada de 1542 e quer dizer descrição ou representação de um país, região ou área geográfica particular, num mapa ou carta, que explicita visualmente, através de código as suas características mais notáveis. No entanto, no século XVI, as referências que apareciam nos tratados eram aos cosmógrafos, àqueles que faziam os mapas para o Rei e aos Geógrafos, os estudiosos da Geografia, ou aqueles que descreviam a terra. E, nesse caso, entendo que não era usual ou mesmo inexistente a figura do corógrafo. Uma expressão que, aliás, só identifiquei na apresentação das *Noções de Chorographia do Brasil*, feita por Joaquim Manoel de Macedo, em 1873, quando referiu-se a Aires de Casal.

A Corografia, além de ser uma operação metodológica para descrição de um lugar é uma opção. A estratégia de dar visibilidade às características mais notáveis de uma região, tornou-se parte da Geografia: a Geografia regional.

Nas noções preliminares de Chorographia do Ceará, em 1888, José Pompeu de A. Cavalcanti, seguindo a mesma ideia, define Corografia como a descrição de uma parte limitada da terra, como um Estado ou uma província. E, quando a descrição ficava restrita a uma cidade ou vila, afirmava que se tratava da topografia. No entanto, ao propor que a Corografia se dividisse em física e política e ao declarar que a Corografia física trata das divisões naturais do território, dos acidentes da superfície, das produções e dos fenômenos da



atmosfera e do clima, o autor recorre a fatores especialmente tidos como geográficos. Da mesma forma com que opera a definição de Corografia política ao atribuir o estudo das divisões territoriais, a população, as questões morais, religiosas e costumes dos habitantes, bem como quando trata do comércio, agricultura e indústria, inclui, ainda, enquanto atribuição da Corografia política o estudo da riqueza, das vias de comunicação e da história.

A menção ao Estado indica que a referência feita por Cavalcanti (1888) está relacionada ao Império Brasileiro, soberano e com poder centralizado. Quando faz menção à província, o autor considera como uma unidade do Império, com autonomia política limitada, tendo em vista que o seu território era regido pelo representante do governo central.

O termo *província* era utilizado no século XIX, ao mesmo tempo para designar o território sob domínio de uma nação, fosse denominada região, estado ou país. O lugar onde vivia uma coletividade, que compartilhava uma unidade cultural e territorial.

A compreensão que se tem é de que nesse período, era forte a tensão entre a delimitação imposta por uma ordem jurídica e política que define o Estado e a unidade cultural de um povo, reforçada e apoiada na diferença entre o natural e o estrangeiro, o que define a Nação. E, nesse sentido, o IHGB teve um papel fundamental na construção da história e da Geografia nacional, principalmente criando uma história social, cultural e territorial do Brasil.

Constatarei que os autores de manuais didáticos utilizam a expressão *país* em muitas referências feitas às províncias. Hilário Ribeiro (1880), por exemplo, em seu manual escolar, refere-se ao Rio Grande do Sul, da seguinte forma:

Pode firmar-se que não há um país que mais luxuriante vegetação encerre, nem mais vastos tesouros minerais do que este território.

[...]

Eis ligeiramente, palidamente delineado o vasto quadro das riquezas naturais da província do Rio Grande do Sul, tradicional pelo ardor e patriotismo de seus filhos, a mais guerreira de todas, a pátria da bravura e da liberdade; vasto laboratório para as futuras conquistas que hão de realizar as artes industriais e manufaturas, as letras e ciências que engrandecem os homens e as nações. (p. 11).

Ao destacar a grandeza da província e a bravura do povo, o autor não o faz em nome da unidade nacional do Império. A ideia é estabelecer a distinção entre as demais províncias e destacar, sobretudo, a identidade de um povo guerreiro que teve como marca a luta pela

liberdade<sup>96</sup>. Ao rememorar a bravura do povo do Rio Grande do Sul, Ribeiro (1880) propõe mais a autoafirmação da região do que a consolidação do Estado Nacional Imperial.

Compreender esse dualismo entre a Geografia e a Corografia foi fundamental para a entrada no debate sobre a concepção de Geografia nacional e regional do século XIX. E, mais, para a compreensão de como esses saberes espaciais eram tratados nas escolas das províncias do Império Brasileiro. E, no caso, particular que trarei, no capítulo IV, da Geografia nas escolas da Província de Minas Gerais.

Autores como Joaquim Manoel de Macedo, nas *Lições de Corographia do Brasil*, de 1877, Manoel José Pereira Frazão, em *Noções de Geographia do Brasil* (1883), e José Júlio Augusto Burgain, em *Geographia Patria Elementar* (1885), trazem a concepção de que o país é uma unidade territorial sob a tutela de um chefe supremo e que a província é a unidade pertencente ao país. Para esses, a nação brasileira deveria ergue-se sobre a consciência de uma unidade territorial que se expressava na monarquia e na figura do Imperador. Um movimento que já vinha sendo articulado desde a década de 1830 em torno de instituições, criadas e controladas pelo poder central, como o IHGB e o Colégio Pedro II. E, com as primeiras obras históricas, *História Geral do Brasil* (1854; 1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen, *Lições de História do Brasil* (1861), de Joaquim Manoel de Macedo, e nas obras literárias<sup>97</sup> de Gonçalves Dias e José de Alencar, que tiveram o objetivo de moldar a nação.

Note-se que a Corografia apresenta uma peculiaridade, é a descrição pormenorizada de uma região, província ou país, e, por isso, a Corografia podia significar um trabalho menor, ou no entender Moreira (2008), a Corografia era um estágio meramente taxonômico e descritivo da Geografia. A descrição, portanto, seria a primeira etapa na compreensão geográfica e mesmo histórica, um estágio que antecede a análise pela comparação e a distribuição dos fenômenos geográficos próprios da Geografia científica.

Em a *Geographia Alagoana ou descrição physica, política e historica da provincia das Alagoas*, o Dr. Thomaz do Bom-Fim Espindola (1871) oferece indícios do que seria a transição da Corografia à Geografia regional.

---

<sup>96</sup> Hilário Ribeiro se refere à Revolta da Farroupilha que ocorreu no período regencial, quando houve uma reação à manutenção da hegemonia política do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Consistiu no estabelecimento da autonomia política e econômica do Rio Grande do Sul. O que ocorreu em 1836, com a proclamação da República Rio Grandense. Porém, o governo farroupilha só se efetivou com a instalação da República de Piratini no ano de 1838 e quando os farroupilhas ocuparam Laguna e proclamaram a República Catarinense ou Juliana em 1839. Para esse tema ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985; ENEGEL, Magali Gouveia In. VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

<sup>97</sup> *Últimos contos – Poesia de Gonçalves Dias*, publicado em 1851, e *O Guarani*, em 1857, de José de Alencar.

A Geografia além de sua especialidade científica é um grande auxiliar das demais ciências naturais, e a história, na frase de Cícero, é o facho da verdade, a mestra da vida, e, na de Laménais — a lâmpada colocada á entrada do futuro para dissipar uma parte das trevas que o envolvem.

Isto posto, se os preliminares da ciência desafiam

o espírito a aproximar-se com deleite ao alcance do estudo superior, é evidente que a Geografia e a história provincial servirão de fanais, lhe alumiarão as veredas da Geografia e história geral.

O estudo da Geografia e história do país natal é hoje uma necessidade reconhecida por todas as nações que podem ser indigitadas como modelos á imitação, - a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos do Norte —; e por isso têm elas inserido em seus planos de estudo a obrigação de enriquecer a inteligência da juventude, já preparada pela instrução primaria, dos conhecimentos da Geografia e história natal.

Nada por sem dúvida é mais censurável do que não conhecer o homem a sociedade em que vive, a terra em que pisa, ou em que viu a primeira luz do mundo, a história dessa sociedade e dessa terra. (p.5).

Essa diferença é significativa para tratar os conteúdos que constituíram o que denomina-se: Geografia. Pois, a nomenclatura da cadeira que compõe o programa escolar ou o título que consta nos manuais não foi suficiente para constituição de uma disciplina escolar, denominada Corografia. Antes disso, é preciso que o seu objeto de estudo, o seu conteúdo tenha sido reconhecido socialmente, o que parece não ter ocorrido com a Corografia. E, embora tivesse uma vasta publicação de manuais escolares, teve curta duração nos programas escolares e esteve associada à Geografia, no caso de Minas Gerais, e à História, no caso do Colégio Pedro II. Na legislação mineira consta do programa aprovado pela Lei Província 960, de 1858, no artigo 15, aparece a exigência de: *Noções de Geographia, physica e politica, relativas á America e Chorographia do Brazil*. Nos demais programas, até o final de década de 1880, não aparece essa exigência da Corografia. E no Colégio Pedro II, a Corografia e História do Brasil, aparecem em seu programa de ensino para o ano de 1858 e 1862, mas não se configurou como uma cadeira. O livro indicado para a matéria era *Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil* do Senador Pompeo. No programa de 1878 e 1882, a Corografia aparece como matéria, mas é ministrada na cadeira de História do Brasil. Com isso, conclui, assim como Goodson (1990; 1998; 2002), que a Corografia não passou pelos processos de constituição uma disciplina. Pode-se afirmar que a Corografia esteve isolada e não ganhou legitimidade acadêmica.

### 3.1 Os compêndios adotados em Minas Gerais

Os compêndios de Geografia<sup>98</sup>, que foram utilizados no Colégio Imperial Pedro II e indicados aos Liceus e Colégios das Províncias do Império, explicam de forma consistente o papel da Geografia na escola do século XIX. Os dois livros constam das listas de indicação em instituições mineiras no Século XIX<sup>99</sup>: um deles adotado no Liceu Mineiro, no ano de 1867 e o outro, no externato de Uberaba, em 1887. Trata-se do *Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil*, de Thomaz Pompeo de Souza Brasil, editado pela primeira vez em 1856 e com aprovação do IHGB, em sessão do dia 1º de julho de 1853<sup>100</sup>, e do *Curso Methodico de Geographia Physica, Politica e Astronomica* do Dr. Joaquim Maria de Lacerda, editado em 1880, com sua segunda edição em 1881.

Nesta pesquisa, utilizei as edições de 1864 do *Compendio Elementar de Geographia* do Senador Pompeo e a de 1884 do *Curso Methodico de Geographia* do Dr. Lacerda, ao ter em vista que os documentos datados de 1867 e 1887, sugeriam a adoção da última edição desses manuais. Na análise, procurei distingui-los de outros manuais do século XIX e os destacar pelas nomenclaturas, temas e conteúdos que identifiquei para época como constituintes da disciplina escolar Geografia. A minha primeira reflexão foi sobre a distinção entre a Corografia e a Geografia, presentes nos compêndios e manuais didáticos e, a partir de então, busquei compreender como a Geografia se constitui enquanto disciplina escolar moderna.

A respeito dos conteúdos dos manuais, Joaquim Lacerda divide o *Curso Methodico*, além das noções preliminares, que contêm as definições geométricas, cosmografia e dos termos relativos à Geografia, em três grandes partes, que são subdivididas em seções. A primeira parte é a **geographia geral**, que contém cinco seções e oferece uma descrição física e política de cada uma das cinco partes do mundo. Na descrição física, tem-se declarados os limites, a posição, a superfície, o aspecto geral, o clima, as produções, os países, os mares, os golfos, os estreitos, as ilhas, as montanhas, os lagos, os rios, etc. de cada um dos cinco continentes. Da mesma forma, ocorre quanto à descrição política, pois trata da importância do estudo da população, raças, línguas, religiões e formas de governo. A segunda parte dedica em cinco seções distribuídas em 277 páginas a **geographia particular**, onde o autor descreve

<sup>98</sup> *Compendio elementar de Geographia geral e especial do Brasil*, de Thomaz Pompeo de Souza Brasil, 1864, 4ª edição, e *Curso Methodico de geographia physica, politica, historica, comercial e astronomica, composto para uso das escolas brasileiras*, 1884.

<sup>99</sup> APM. SP\_1199 – MG 69 e IP. 1-3 cx. 3, pac. 44. Fundo de Instrução Pública.

<sup>100</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 3. Terceira parte.

cada país, em especial, expõe sobre história geográfica, limites, posição, superfície, população, raça, língua, religião, governo, divisão administrativa, aspecto geral, clima, produção, indústria, comércio, instrução pública, vias de comunicação, cidades principais, possessões. A Geografia do Brasil, com 53 páginas é tratada na seção 4, que é dedicada aos países da América. Lacerda (1884) apresenta o Império do Brasil com os seguintes tópicos: História, Posição, Limites, Superfície, População, Religião, Governo, Divisão Administrativa, Divisão eclesiástica, Divisão judiciária, Aspecto geral; Bahias e portos; Ilhas; Cabos; Montanhas; Lagos; Rios; Clima, Produções; Comércio; Estrada de Ferro; Outras vias de comunicação e Instrução pública. No que tange especificamente às Províncias, o autor utilizou a seguinte sequência: História; Limites; Superfície; População; Divisão; Aspecto e clima; Produções, Representação e Topografia.

A **Cosmographia**, que o autor informou ter dado particular atenção, vai, segundo ele, enriquecida de grande número do que ele mesmo chama “curiosidades e interessantes problemas<sup>101</sup>”.

O *Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil* do Senador Pompeo (1864), com 556 páginas, também é dividido em três partes. Temos a primeira delas que contém dezoito capítulos, em que trata das noções gerais que é a “*sciencia Geographia*” e suas “*sciencias acessorias*”: *Cosmographia, Astronomia, Geologia, Mathematica, Topographia e Ethonographia*. A segunda parte, chamada de descritiva, é dividida em cinco grandes seções e trata da descrição geral dos cinco continentes e particular das regiões e seus países. Cada seção é subdividida em Geografia geral e particular. Em todas as seções, a parte destinada a Geografia geral tem dois capítulos, um dedicado à descrição política e outro à descrição física de cada um dos continentes. A parte particular tem a mesma sequência, variando somente o número de capítulos reservados a cada seção, com exceção da Oceania, que só tem a parte dedicada à Geografia geral. Nesse caso, a Europa tem dezessete capítulos; a Ásia, nove; a África, seis; e a América, nove.

A terceira parte, a maior do manual, com 202 páginas, tem o título “Imperio do Brasil e America Meridional”, que contém 29 capítulos exclusivamente dedicados ao Brasil e que estão distribuídos em uma única seção. A estrutura utilizada por Brasil (1864), para apresentar o Império do Brasil, é a seguinte: Capítulo 1 – Fundação, Posição, dimensão, limites, climas e salubridade; Capítulo 2 – Serras, cabos, ilhas, portos e lagos do Brasil; Capítulo 3 – Rios e Afluentes do Brasil; Capítulo 4 – Produções naturais, mineralogia, fitologia e zoologia do

---

<sup>101</sup>Entre as curiosidades, há o Calendário e, quanto aos problemas, o autor enumera 26 com sugestão de solução, todos a respeito do tema Cosmografia.

Brasil; Capítulo 5 – Indústria agrícola; Manufatura e Comercial do Brasil; Capítulo VI – Governo, Organização política, População e Religião do Brasil; Capítulo VII – Organização administrativa, Finanças, Forças, Correio e instrução publica do Brasil e Capítulo VIII – Divisão eclesiástica, judiciária e civil do Brasil. E, na parte que corresponde as Províncias Brasil (1864), apresenta para cada uma delas os seguintes temas: Fundação; Posição Astronômica; Limites; Dimensões; Clima e salubridade; Aspecto físico, Orográfico, Hidrográfico, Natureza do solo e produção; Indústria e comércio; Movimento comercial; Navegação; Rendas públicas, População; Representação nacional; Força pública; Instrução pública; Divisão civil, Divisão judiciária; Divisão eclesiástica e Topografia.

Nota-se que a preocupação dos autores, pelo menos no que estava expresso em suas obras, é a afirmação do país onde há uma nação civilizada e mostrar através do território uma unidade que permite ao Brasil não ser somente uma nação desenvolvida, porém a mais influente do mundo. Conforme Lacerda (1884):

[...] o estudo da Geografia vai tomando um desenvolvimento imenso em todos os países civilizados, que a consideram com razão um dos conhecimentos mais importantes e essenciais para prosperidade e força de uma nação, julgamos que também no Brasil, que se ufana de ser a primeira nação em todos os sentidos da America do Sul e uma das mais civilizadas do globo, este estudo deveria tomar maior incremento e não contentar-se com pequenos compêndios[...]. (p 6.).

A epígrafe de Cousin do manual de Pompeo, já citada no primeiro capítulo, e o trecho extraído da introdução do livro de Lacerda (1884) expressam a intenção da obra desses dois autores para a construção e afirmação do Brasil como uma nação civilizada. E, nesse anseio, tanto Pompeo quanto Lacerda propõem um manual que reúna as condições necessárias para esse fim.

Por isso, esses autores, mesmo que tenham seguido o caráter descritivos de outros escritores, introduziram novas reflexões e novos métodos aos seus trabalhos. Na introdução do *curso methodico*, o Lacerda, por exemplo, enfatiza a importância das noções preliminares quando destaca que é

absolutamente indispensável para a inteligência da Geografia, a saber: algumas definições geométricas, ligeiras noções de Cosmografia, definições dos termos relativos à Geografia, principais produções do globo, e classificação dos homens quanto às raças, religiões, estado de civilização e formas de governo. (1884, p. 5).

Dessa forma, é dedica uma parte importante de seu manual para explicar a relação entre a Geografia e as outras ciências, principalmente a Astronomia, pela Cosmografia, e a Matemática, pela Geografia.

A expressão “olhar o céu, medir a terra<sup>102</sup>” traz em seu significado uma relação estreita entre a Astronomia/Cosmografia e a Geografia/cartografia. Um saber que é comum a esses conhecimentos é o saber matemático, principalmente a geometria. A rigor, palavra que tem a mesma raiz de Geografia. Seu significado etimológico resulta dos termos *geo* (terra) e *métron* (medir). Grosso modo, quer dizer medir a terra, assim com a Geografia significa descrever a terra. No *Diccionario da Lingua Brasileira*, de 1832, de Luiz Maria da Silva Pinto, no verbete *Geometria*, tem a seguinte definição: “Geometria, s. f. Parte da Matemática, que trata da grandeza, razões, e proporções das linhas, figuras, sólidos, e superficies.”

Para Varenius (1734, p.2, tradução minha): “Geografia é aquela parte da matemática mista, a qual explica o Estado da Terra e suas partes, dependendo da quantidade, por exemplo, sua Figura, Lugar, Magnitude e Movimento, com as aparências celestiais.”<sup>103</sup>

Isso demonstra que há uma fronteira tênue entre esses dois saberes, visto que ambos têm uma afinidade, o espaço. A geometria, com a medição da área, delimita os contornos e atribui as distâncias; a Geografia descreve a paisagem, defini localizações e classifica os elementos que compõem o quadro natural, político e econômico. Essa preocupação de orientação espacial indica que o estudo e o ensino foi uma preocupação premente das nações no século XIX. A Geografia na escola, portanto, reforçaria esse caráter moderno, tanto do Império quanto das províncias. A Geografia como ciência do presente e do futuro, a modernidade, o desenvolvimento e o progresso. E a vinculação com a matemática reforça o *status* científico da Geografia.

No *Compendio Elementar de Geographia* (1864), o Senador Pompeo, ao fazer citações e dar créditos às pesquisas realizadas por Humboldt e Lecqoc<sup>104</sup>, referidas nas páginas 56 e 61, mostra o seu conhecimento sobre autores e temas e seu acesso às publicações de estudos realizados no exterior, mesmo os mais recentes da época. A forma utilizada pelo Senador Pompeo ao se apropriar dessa literatura científica internacional não é somente um recurso retórico. Nas referências aos autores estrangeiros, Pompeo traz as citações com comentários e análises comparativas, próprias de um pesquisador. Essa é outra constatação

<sup>102</sup> Frase da entrada do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); título da exposição permanente e do mesmo museu, bem como do catálogo publicado da exposição publicado em 2011.

<sup>103</sup> Do original: “Geography is that part of mixed mathematics, which explains the State of the Earth, and it’s parts, depending on quantity, viz it’s Figure, Place, Magnitude, and Motion, with the celestial appearances.”

<sup>104</sup> O Francês Henri Lecoq é autor de *Éléments de géologie et d’hydrographie*.

que me leva a não aceitar a ideia de que os manuais didáticos de Geografia do século XIX eram simples cópias das produções europeias. O mesmo pode-se dizer em relação ao uso de dados estatísticos como fonte e do resultado das expedições científicas realizadas no Império, que, aliás, foram utilizadas por Thomaz do Bom-fim Espindola (1871) e Luiz de França Almeida e Sá (1871), com destaque para as empreendidas pelo IHGB. Thomas Pompeo(1864), mesmo consciente do estado do Brasil em relação aos países da Europa e aos Estados Unidos da América do Norte, fazia questão de mostrar o Brasil como uma nação em progresso, como pode-se observado no trecho a seguir: “[...]o Brasil ainda é novo para a civilização, mas não atrasado pelo que respeita aos talentos, e meios de adquirir instrução. Muitas de suas cidades possuem homens estudiosos, museus, bibliotecas, sociedades científicas, que publicam revistas estimáveis.” (POMPEO, 1864, p. 373).

Esse trecho remete à ideia de que a nação brasileira, embora nova, já reunia atributos das nações civilizadas ao congregar instituições científicas e culturais próprias dos países desenvolvidos.

Os trabalhos de Humboldt muito contribuíram para redefinirem o papel da Geografia no século XIX. E o conhecimento de Pompeo sobre esses trabalhos é uma prova da estreita relação dos autores brasileiros, com o que era produzido na Europa em termos de ciência, em uma época em que as pesquisas de Humboldt não eram utilizadas na maioria dos manuais e compêndios didáticos no Brasil e até mesmo no exterior.

No século XIX, muitos textos para fins escolares ainda conservavam aquela forma de descrição da paisagem sem critérios comparativos e sem organização sistemática, como ocorreu com os textos descritivos apresentados nas Corografias. Em razão disso, autores como Bernardo Isler (1973), Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (1999), Genylton Rocha (1996), tinham em conta que os manuais de Geografia escolar do século XIX eram apenas uma mera reprodução dos compêndios europeus, principalmente dos franceses. Aliás, uma concepção compartilhada por Maria de Lourdes Haidar (2002) e Circe Bittencourt (2008). Todavia, devo destacar que essa forma de produção de manual didático descritivo oferece ampla possibilidade de reflexão. Houve cópias e transcrições de textos considerados clássicos e desconhecidos do público leigo, mas isso não significa exatamente um problema. Na verdade, no século XIX, eram muito comuns traduções, reproduções e transcrições, inclusive foram objeto de estudo de Lúcia Maria Bastos Neves e Tania Maria Bessone Ferreira (2010), que identificaram uma legislação incipiente e nenhuma fiscalização. As cópias de textos, em muitas áreas, acabavam por ser um serviço útil, principalmente, para um público que não tinha acesso às produções originais.



Na quarta edição do *Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil* (1864), o autor informa aos leitores: “Para a revisão desta edição, recorreremos aos mais modernos tratados da Geographia, revistas, annuaes estatísticos para os paizes europeus; e para o Brasil, além das memórias, e escriptos publicados pelo Instituto[...]”<sup>105</sup> (BRASIL, 1864, p.VII ).

Se os cursos de Geografia do ensino secundário eram uma passagem para o ensino superior, o mesmo não se pode dizer sobre os manuais didáticos. O *curso methodico* de Lacerda, por exemplo, na sua 9ª edição de 1910, tinha a seguinte inscrição: “curso superior”. Embora tivesse sido produzido para as escolas brasileiras, o manual foi utilizado nos cursos superiores. Uma vez que, já em 1880, havia lançado *Elementos de Geografia Physica, Politica e Astronomica*, destinado a uso das classes da instrução secundária, e *Geografia da Infância*, destinado a uso das escolas primárias, também de 1880. Ao que parece, a edição de 1910 foi a continuação do que se pode dizer de uma série que compunha textos para o ensino de Geografia da escola primária ao nível superior.

Nas obras, tanto do Dr. Lacerda quanto do Senador Pompeo, constam os saberes geográficos e a informação de que foram produzidos para serem ensinados nas escolas de ensino secundário, a partir dos programas curriculares para o Colégio Pedro II e os liceus das províncias.

A adoção desses manuais, nas instituições da Província de Minas Gerais, mais do que atender a uma exigência ou seguir um modelo orientado pelo Colégio Pedro II, significava que as instituições mineiras estavam sintonizadas com o projeto de construção da nação em curso, sendo muitas vezes seu principal agente.

No que tange a composição política ao comparar o número de quarenta e nove senadores mineiros levantados por Luiz Fernando Saraiva (2008), com o número total de senadores e das outras províncias, contatei que Minas Gerais foi a província de maior número de senadores durante o Império. E, levando, em conta que o Senado tinha uma grande importância para a política nacional, conclui-se que a participação dos mineiros não ficava restrita, simplesmente, ao cumprimento das ações do poder central, uma vez que grande parte das decisões políticas passava pelos mineiros. O mesmo serve para os Ministros e os Conselheiros de Estado, segundo Maria Fernanda Vieira Martins (2005), o percentual de Conselheiros no *Terceiro Conselho de Estado* do Império (1842-1889), vinculados à província mineira foi de 18% por cento. Para José Murilo de Carvalho (2010), o conselho

---

<sup>105</sup> Referência ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

reunia a elite política do Império e citando Joaquim Nabuco afirmava que “o Conselho era o cérebro da Monarquia”

E, portanto, adotar os manuais indicados ao Colégio Pedro II era colocar-se como protagonista, ao invés de coadjuvante. Tanto que foram poucas as publicações, no século XIX, de manuais escolares dedicados à Província de Minas Gerais, considerando que o importante para elite dessa província era o conhecimento do território brasileiro. Cito apenas as *Noções geográficas e administrativas da provincia de Minas Geraes*<sup>106</sup> (1863), de Heinrich Gerber<sup>107</sup>, e *Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*, de José Joaquim da Silva, em 1878.

A impressão que tenho foi que a Geografia na Província de Minas Gerais no século XIX não reivindica uma identidade regional, como faziam outras províncias do Império.

No entanto, foram realizados inúmeros estudos e publicações de Geografia, Geologia e História sobre a Província de Minas Gerais<sup>108</sup>, desde o século XVIII, com Joaquim José da Rocha, autor da *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais (1780)* e os mapas do Rio das Mortes, Sabará (Rio das Velhas), Vila Rica (Ouro Preto) e Serro Frio. Em 1837, Raimundo José da Cunha Mattos publica *Corografia Histórica da Provincia de Minas Gerais*, em 1860, Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld *Atlas e relatório concernente a exploração do Rio São Francisco*. Essas obras foram referências para estudiosos da Geografia e autores de manuais escolares que levavam através das suas obras os conteúdos ali existentes. No compêndio de Brasil (1864), o autor menciona, em nota, a opção de Gerber, na classificação do sistema orográfico da província:

(2) O Sr. Gerber reduz a dois a orografia desta província, subdividindo em vários grupos: 1º sistema, da serra do Espinhaço a que pertencem os quatro grupos da Mantiqueira, Serro Frio, Itacolomi, Itacambira. 2º Sistema, da serra geral das vertentes com os seguintes grupos: Serra das Vertentes, Canastra, Matta da Corda, Pyrenêos. (p. 504).

<sup>106</sup> A obra *Noções geográficas e administrativas da provincia de Minas Geraes*, foi considerada manual escolar pelo seu uso e não por ter sido elaborada com esse fim.

<sup>107</sup> Heinrich August Anton Gerber nasceu em 23 de agosto de 1831, em Hannover, na Alemanha, e faleceu no ano de 1920. Estudou na Escola Politécnica de sua cidade natal de 1847 a 1852. Trabalhou no escritório de arquitetura do seu professor Conrad Hase, em Hannover e arredores. Depois, passou uma longa temporada no exterior, trabalhando em Paris com o arquiteto Ignaz Hittorf na reforma de La Concorde, em Madri. Gerber trabalhou como engenheiro, sobretudo em projetos, orçamentos e levantamentos topográficos de estradas e rodagem. Em 1864, apresentou um novo plano do sistema viário da província, em substituição ao plano de 1835.

<sup>108</sup> Entre os principais estudos e publicações deve-se registrar: *Noticias e reflexões estadísticas a respeito da província de Minas Gerais* (1825); *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, de Saint-Hilaire (1830); *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* de Burton, Richard, publicado em 1869; *Diccionario geographico das Minas do Brazil*, de Francisco Ignacio Ferreira, publicado em 1885, com 154 páginas dedicadas à Minas Gerais.

E, no Atlas de Almeida (1868), consta os esclarecimentos do autor com relação as suas fontes de consulta. Seguem os trechos:

Província de Minas Gerais

Desta Província colhemos o seguinte material sobre modo importante:

Carta topográfica e administrativas da Província de Minas Gerais erigida sobre os documentos mais modernos

[...]

[...] Carta da Província Brasileira de Minas Gerais, levantada por ordem do Governo Provincial nos anos de 1836 à 1855 com auxilio das antigas cartas, novas demarcações, observações especialmente sob a direção do Engenheiro Cível H. G. Fernando Halfeld, traçada e desenhada por Frederico Wagner, Gotha 1865.

[...] Planta do arraial de S Luzia, e de suas imediações, etc. levantadas por H.G. Fernando Halfeld [...]

7º Planta topográfica da mesma cidade levantada por H. Gerber, em 1862, Rio de Janeiro, 1863.

9º Atlas do relatório concernentes à exploração do rio São Francisco desde a cachoeira do Piraporas até o Oceano Atlântico, levantado por Ordem do Governo de S. M. o Imperador o Senhor D. Pedro II, pelo Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld em 1852, 1853 e 1854. Rio de Janeiro, 1860.

[...] Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás pelo Brigadeiro Raimundo J. da Cunha Mattos.

[...] Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais, por Henrique Gerber. (p. 25).

A elite mineira participava efetivamente das decisões do Império, a frase “A história da Corte é a história da nação” remete à elite política do Império que professava os mesmos interesses e ideais em defesa da unidade nacional. Mesmo havendo divergências no campo interno com disputas e pelos interesses provinciais, havia certa unidade ideológica para garantir um projeto nacionalista e centralizador do Império. E, nesse processo, a participação da elite mineira é incontestável. Pessoas como Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>109</sup> e Honório

---

<sup>109</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos nasceu em Vila Rica no ano de 1795. Curso direito na Universidade de Coimbra. Foi juiz de fora de Guaratinguetá. A partir de 1825, escreveu para *O Universal* de Ouro Preto e integrou o grupo de jovens liberais que se opusera ao governo de D. Pedro I. Foi deputado geral de 1826 a 1837, senador de 1838 a 1850, conselheiro de Estado de 1842 a 1850, ministro da Fazenda em 1831-1832, ministro da Justiça e do Império de 1837 a 1839, ministro do Império em 1840. Em 2 de dezembro de 1837, assinou o decreto que criou o Colégio Pedro II, a mais importante instituição de educação secundária do Império a qual deveria servir de modelo para as demais. Para Bernardo Vasconcellos à instrução pública, importância fundamental na organização social brasileira. Ver: GOUVEIA, Magali Engel. Bernardo Pereira Vasconcelos. In. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*, 2002.

Carneiro Leão<sup>110</sup>, grandes representantes das elites mineiras, faziam parte dessa “sociedade de cortes<sup>111</sup>” a qual se referiam, segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993).

Porém, o fato de existir poucas publicações com finalidades dedicadas exclusivamente à Província de Minas Gerais não quer dizer que o ensino sobre tal província era negligenciado, ao contrário. Tanto nos programas quanto nos exames e provas, foi possível constatar que havia uma preocupação com a Geografia de Minas. Principalmente no ensino primário e nas escolas normais, conforme mostrarei no capítulo quatro.

### 3.2 Os manuais

Níkítin morava a meia versa da casa dos Chelestov, em um apartamento de oito cômodos, que alugava por trezentos rublos anuais, juntamente com seu colega, o professor de Geografia e história, Hipolit Hipolítitch, que ainda não era um homem velho de barba pouco grisalha, nariz arrebitado, feições meio rústicas que não sugeriam inteligência, como se vê em trabalhadores braçais, mas sim bondade, estava sentado sozinho diante da mesa e corrigia os mapas dos alunos, quando Níkítin voltou para casa. O mais importante e o necessário, para ele, no estudo da Geografia era saber desenhar mapas e, quanto à história, conhecer a cronologia; passava a noite inteira sentado a corrigir, com lápis azul, os mapas dos alunos e alunas, ou a montar quadros cronológicos.

(Anton Tchekhov, *O Assassinato e outras histórias*, p. 29).

Os manuais didáticos integram dois discursos distintos e complementares. Um referente ao seu próprio texto, o conteúdo da própria matéria escolar, e outro, ao discurso pedagógico, que é constituído por notas explicativas, questionários, resumos, exercícios propostos que indicam quais e como os conhecimentos deveriam ser apreendidos pelos alunos.

O professor Hilário Ribeiro, autor do manual escolar *Geografia da Província do Rio Grande do Sul* (1880), ao apresentá-lo foca as suas críticas nos métodos de ensino que primam pelo modelo que, segundo ele, há o uso de extensa nomenclatura que se baseia no sistema de decorar. Para Ribeiro (1880):

<sup>110</sup> Honório Carneiro Leão nasceu em Jacuí, Minas Gerais, no ano de 1801. Formado em direito pela Universidade de Coimbra. Foi deputado geral por vários mandatos. Foi senador e integrava a bancada de oposição ao governo de Dom Pedro I ao lado de Evaristo da Veiga e Bernardo Vasconcellos entre outros. Foi Ministro da Justiça em duas ocasiões (1832) e (1843) e presidente das províncias do Rio de Janeiro (1843) e Pernambuco (1849). Carneiro Leão foi um dos políticos mais influentes do Império, considerado inclusive um dos maiores estadistas.

<sup>111</sup> A autora refere-se ao modelo hierárquico e centralizador, que garantia a manutenção de privilégios de grupos dominantes que orbitavam o Imperador, independente de títulos nobiliários.

E' tempo de pensarmos que a criança nasceu para a sociedade e que sobre ela vai pesar uma missão ainda mais difícil e gloriosa que a nossa.

Emancipemo-la o quanto antes d'essa tutela que a torna um ente passivo, sem liberdade de ação e pensamento; condenada a ser um mero e servil recipiente de palavras e regras, de uma metafísica convencional e absurda em todas as idades.

Será decorando simplesmente uma extensa nomenclatura de cidades e vilas, ou de rios e lagos sem a menor importância geográfica, que terão os meninos uma ideia exata do mundo, da sua pátria e do seu berço natalício? Outros são os destinos da geográfica.

Ella deve influir simultaneamente sobre o caráter e sobre o espírito da criança, revelando-lhe sentimentos novos e elevados, rasgando-lhe vastos horizontes à iniciativa e ao trabalho, à inteligência e ao coração. E' unicamente sob este ponto de vista que deve ser encarada, não só esta ciência, senão todas as disciplinas da escola primaria. ( s/p).

A crítica pode muito bem ser aplicada ao método Gaultier, que tinha claramente uma proposta à memorização e por apresentar de maneira explícita que tem a uma estrutura de perguntas e respostas em uma proposição de diálogo ou arguição entre o mestre e o discípulo. Como pode ser comprovado na citação do trecho do livro *Lições de Geografia* (GAUTIER, 1838), abaixo:

#### LIÇÃO PRELIMINAR

##### TERMOS PRINCIPAES DA GEOGRAPHIA. – DIVISÃO DA TERRA.

MESTRE. Que cousa é a Geógrafa?

DISCIPULO. É uma ciência, que ensina o nome e a situação dos diversos países e nações da terra.

E que é o que significa a palavra Geografia?

Significa descrição da terra.

Que figura tem a terra?

É sensivelmente redonda, e tem a forma d'um globo ou d'uma bola. (página 1)

#### LIÇÃO XIV

##### BRAZIL

##### NOÇÕES HISTÓRICAS, CLIMA, PRODUÇÕES, GOVERNO E POPULAÇÃO.

MESTRE. Dizei algumas particularidades sobre a história do Brasil desde o seu descobrimento até que foi reconhecido potencia independente.

DISCIPULO. O Brasil, vasta região da America meridional, colocada em grande parte debaixo do tropico de Capricórnio [...]. (p. 323.).

Hilário Ribeiro (1880) não foi o único com essa preocupação. Sá e Menezes, em 1885, propôs um método alternativo de ensino de Geografia, quando optou por reformular a sequência utilizada pelo Abade Gaultier, como pode ser observado no trecho seguinte:

Lecionamos por muitos anos Geografia em vários colégios das províncias de Minas e São-Paulo, adotando sempre por compendio o do Reverendo Padre Gaultier, cujo método nos pareceu levar vantagem aos de todos os outros. A experiência, porém mostrou-nos a conveniência de modificar esse método, para torná-lo mais confiável ao fim a que nos propúnhamos. Dessas modificações resultou o presente livrinho, que oferecemos à mocidade estudiosa da nossa terra.

Colocamos a Cosmografia em primeiro lugar, porque entendemos que o seu conhecimento deverá preceder a qualquer outro.

Suprimimos as noções históricas, porque assentamos que eram elas demasiado perfunctórias para cabal lição: servindo, aliás, para sobrecarregar a memória dos alunos. [...]. (SÁ & MENEZES, 1885, Prólogo da terceira edição).

Essa declaração de Sá e Menezes indica que mesmo o manual fosse considerado o condutor dos conteúdos, houve casos de que os professores reelaboraram e reorganizaram os seus próprios programas.

O exemplo que ilustra essa afirmativa é a *Geografia da Província do Rio Grande do Sul* (1880). Nesse manual que traz oito mapas coloridos, o autor adota a estrutura de perguntas e repostas, mas se utiliza das informações dos mapas nas atividades. Propõe aos alunos que observem os mapas e elabora as perguntas a partir deles, de forma que os alunos são obrigados a consultá-los para responder às questões. Como exemplo, a seguir o Mapa Orográfico e Hidrográfico da Província do Rio Grande do Sul (MAPA 1):



Mapa 1 – Mapa Orográfico e Hidrográfico da Província do Rio Grande do Sul



Nota: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.  
Fonte: RIBEIRO, 1880, p.15.



A proposta de atividade consiste em observar o mapa e responder as questões referentes à segunda lição, conforme descrito a seguir, proposta por Ribeiro (1880):

#### SEGUNDA LIÇÃO

Sistema orográfico da Província

Que representa este mapa?

*A orografia e hidrografia da província.*

Qual é o seu sistema orográfico?

É a cordilheira *Oriental* ou *Serra do Mar*, mais conhecida na província por *Serra*

*Geral* ou *Coxilha Grande*.

Qual é a *direção* da Serra Geral?

Corre paralelamente à costa do mar e entra pelo norte da província entre as cabeceiras do rio Pelotas com as do Mampiluba até ao paralelo de 29° 30' mais ou menos, em que deixa sua primeira direção quase NE. e SO.; prolonga-se para O., inclina-se em certos pontos para NÓ. e vai abater-se nas proximidades do Uruguai, lançando suas águas setentrionais para este rio o Pelotas.

Do município da Cruz Alta dirige-se para o sul a grande serra denominada *Albardão* ou *Coxilha Grande*, que em seu desenvolvimento pelo interior da província toma diferentes denominações locais, indo abater-se na margem septentrional do Rio da Prata, depois de ter dividido as águas do Uruguai das do Rio Grande. (p. 16).

Como se vê, há uma intenção pedagógica de Ribeiro (1880) em utilizar as informações do mapa para responder as questões da lição. Um recurso que diferia de outros manuais, tendo em vista a sua preocupação em que os alunos não decorassem simplesmente a lição.

Além do cuidado com as definições preliminares da Geografia, dos termos geográficos e com os métodos de ensino, havia, por parte dos autores, um debate sobre a concepção do papel da Geografia que deveria ser ensinada. O que significava que eles buscavam os pré-requisitos necessários à matéria que deveria ser ensinada. Nesse sentido, José Saturnino da Costa Pereira, em 1836, argumentava sobre a necessidade dos conhecimentos da Astronomia e dos ramos da Matemática. Conhecimentos esses que permitiam aos alunos realizarem operações simples de cálculo de distâncias, marcação de pontos de latitude e longitude e escala cartográfica.

Na apresentação do seu livro, *Lições de geographia particular do Brazil*, Luiza Candida de Oliveira Lopes (1877) deixou evidente o interesse pelo o ensino de Geografia nas escolas primárias. Essa mesma inquietação fora compartilhada por Pereira(1876), que



escreveu para os alunos do ensino primário. A autora manifesta o desejo de escrever o compêndio que, segunda ela, fosse “apropriado” às crianças.

Quando me dispus a preparar a presente obrinha, não tive em vista granjear um nome na literatura de meu país.

Apenas o desejo de prestar um serviço à mocidade brasileira me levou a tal empresa.

Notei sempre como falta sensível nas escolas primarias o não haver um compendio de Geografia do Brasil apropriado á inteligência das crianças.

Que nas escolas de instrução primaria não se obriguem os alunos a estudar a Geografia universal, é razoável, mesmo porque seria exigir muito de tão pouco; mas que os meninos não tenham ao menos um ligeiro conhecimento da Geografia particular do país é falta que devia de há muito ter sido remediada.

Se esta primeira edição não satisfizer completamente o meu intento, é possível que em segunda o meu livrinho melhor se acomode ao fim a que se propõe.

É o meu primeiro ensaio sobre obras didáticas; e, se o auxilio do governo não me faltar, como espero, essa animação será um poderoso estímulo para o progresso desta minha empresa.

Aos meus ilustrados colegas peço, desde já, desculpa pelas lacunas que encontrarem nesta obrinha; e conto ser d'elas absolvida, atenta a fraqueza de meu sexo e apoucados conhecimentos e inteligência de que disponho. Os defeitos que entrarem, rogo-lhes me comuniquem para ciência minha e utilidade da obra.

Os conselhos de Instrução da Província do Rio e da Côrte para cujas escolas, especialmente preparei este livrinho, dar-lhe-hão o valor que merecer.

A autora. (s/p).

No entanto, existiam autores que escreviam somente para suprir uma falta do livro dedicado à educação primária, como declarou Eudoro Berlink (1868), que havia escrito o *Compêndio de Geographia da Provincia do Rio Grande do Sul*, somente para suprir uma lacuna.

Essas informações reforçam que o ensino dedicado às crianças era prioritariamente de Geografia elementar do Brasil e das províncias.

No prólogo da primeira edição de *Geographia elementar especialmente do Brasil*, em 1876, Jeronimo Sodré Pereira, sobre o objetivo que guiava seu trabalho, afirmou que daria uma cor nacional ao que chamou de “nosso paiz”. Destacando a importância do ensino de Geografia sobre o Brasil.

### 3.3 O uso dos manuais

Há indícios de que a demanda dos manuais de Geografia destinados fundamentalmente ao ensino de Geografia esteve além dos interesses do público escolar.

No caso das notas de rodapé, que formam uma parte importante nas duas obras de Pompeo (1864) e de Lacerda (1880), os autores esclarecem que têm como objetivo aclarar algumas dificuldades do texto. Nelas, contêm notícias preciosas que não podem ser excluídas, pois, sem elas, não seria possível aos alunos aprenderem. Lacerda, particularmente, inclui também uma explicação sobre o uso dos tipos que ele utiliza. O tipo maior para as coisas necessárias, indispensáveis, e que o estudante de Geografia deveria saber. O uso do menor para as coisas que considera menos importantes aos escolares, mas que são dirigidas aos estudiosos que desejam adquirir um conhecimento mais perfeito da Geografia e das ciências auxiliares. Essa opção é também pedagógica na medida em que o tipo definia ou qualificava o seu uso. O que importa, entretanto, é reconhecer que havia uma intencionalidade em atingir um público para além da escola. Não é possível afirmar que existiam estudiosos que desejassem se aprofundar nos conhecimentos geográficos, porém existe a possibilidade de que alguns manuais escolares fossem acessados por indivíduos letrados interessados em Geografia, seja universal ou do império.

A organização e a seleção dos conteúdos foi outro componente considerado na análise. Os conteúdos dos manuais didáticos como definidos e definidores da Geografia escolar. Foram possíveis de identificar nas atividades escolares dos alunos, no uso dos manuais didáticos. No trecho a seguir, tem-se a demonstração de uma aluna que compara entre dois autores a definição das bacias hidrográficas na Província de Minas Gerais.

Os Rios da Província de Minas

Segundo Pompêo acha-se o sistema hidrográfico de Minas dividido em três bacias a do norte que lança suas águas para o rio de São Francisco, a do Sul para o rio Grande ou Paraná e a leste para os rios Doce, Mucuri, São Mateus, Jequitinhonha e Paraíba. Segundo Gerber está o sistema dividido em 9 bacias, sendo as nove referidas e mais o rio Pardo e o de Itabapoana.

Christina A. de Queiroga

Ouro Preto 6 de dezembro de 1876.(APM, 1876).

As referências da aluna a “Pompêo”<sup>112</sup> e Gerber<sup>113</sup> indicam não somente a utilização

<sup>112</sup> Thomaz Pompêo De Sousa Brasil.

<sup>113</sup> GERBER, Henrique. *Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863. Este livro foi classificado como escolar pelo seu e não o por

do manual didático na escola como também esses autores revelaram uma metodologia de aprendizagem, nesse caso, a comparação. Essa preocupação em identificar entre uma concepção e outra indicou que a Geografia no século XIX não pode ser interpretada como uma mera descrição e reprodução dos conteúdos sugeridos pelos livros e pelos programas oficiais. O tema “Rios da Província de Minas” demonstra, também, que a Geografia não se dedicava exclusivamente ao estudo por meio dos manuais de Geografia geral dos manuais estrangeiros ou os traduzidos em língua portuguesa.

Nos manuais, encontram-se presentes as finalidades da Geografia escolar na segunda metade do século XIX. Essas propostas foram realizadas por aqueles que, além de escritores foram professores, legisladores e editores. As obras, por conseguinte, são impregnadas de ideais de civilidade e modernidade. Podem ser consideradas como uma primeira iniciativa de produção nacional de manuais de Geografia, não só pelo anúncio feito pelos autores na introdução de cada uma delas, mas também por serem as únicas referências encontradas sobre o estudo de Geografia escolar. Assim, contrariando a antiga tese de que os manuais didáticos eram traduções do *Baccalaureat*<sup>114</sup>. Isso também pode ser comprovado em análise das provas e exames dos alunos e licenciamento dos professores durante o Império. Esses exames indicam quase, em sua totalidade, os conhecimentos específicos sobre o território brasileiro e vale ressaltar que nem todas as informações constavam nos clássicos manuais de Geografia universal.

Esses conteúdos serão tratados no capítulo seguinte, a partir das fontes documentais produzidas pelas instituições de ensino da Província de Minas Gerais do Século XIX. Uma análise para compreensão da Geografia escolar nas escolas mineiras e o seu papel na construção da Geografia brasileira.

---

concepção.

<sup>114</sup> O *Baccalaureat* foi criado na França em 1807, é uma qualificação que a aluno recebe no fim dos estudos do ensino secundário e um critério de acesso ao Ensino Superior. Ele é composto por um programa de estudo das disciplinas que se constitui em roteiro para que os estudantes realizem os exames anuais.

## CAPÍTULO IV – O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Neste capítulo, que dá título a esta tese, mostrarei como a Geografia se configurava na escola mineira na segunda metade do século XIX. A fonte de pesquisa utilizada são os documentos do APM, especificamente as provas e pareceres; exames de alunos, atas de concurso de professores, atestados e programas de ensino. Esses documentos foram pesquisados em três fundos: Instrução Pública, Presidência da Província de Minas Gerais e Seção Provincial.

O Fundo de Instrução Pública (IP) reúne documentos da Diretoria Geral de Instrução Pública de 1827-1859, da Agência Geral de Instrução Pública de 1859-1860 e da Inspetoria Geral de Instrução Pública de 1871-1891. Esse acervo é composto por documentos referentes à coordenação e à inspeção do ensino público na Província de Minas Gerais e está organizado em três séries: 1. Correspondência recebida; 2. Correspondência expedida; 3. Documentação interna<sup>115</sup>. Na série correspondência recebida que está organizada em sete subséries, pesquisei a subsérie 1. Presidência da Província, 2. Círculos literários; 3. Escolas oficiais e particulares. Na série correspondência expedida, consultei as subséries 1. Escolas oficiais e Particulares e 2. Círculos literários. E, na série Documentação interna, pesquisei as subséries 2. Tabelas, mapas e listas, 3. Provas e pareceres e 4. Atas de exame.

O Fundo Presidente de Província (PP) reúne documentos da Secretaria de Governo da Província de Minas Gerais de 1821-1889 e Secretaria da Presidência da Província de 1823-1889. Ele é composto por documentação referente à administração provincial. Esse fundo, também com três séries e 54 subséries. Na pesquisa, utilizei a série 1. Correspondência recebida e subsérie 42, Instrução Pública.

O Fundo Seção Provincial (SP) reúne documentos da Secretaria de Governo da Província de Minas Gerais de 1821 a 1889. O acervo é composto por documentos que tratam de diversos assuntos, inclusive de instrução pública, e estão organizados em ordem cronológica.

No que se refere à província mineira, há indícios da disciplina Geografia mesmo antes da Lei nº 60 de 07 de março de 1837. É possível que aulas de noções gerais de Geografia tenham sido, antes, ministradas no seminário do Caraça. De acordo com Mourão (1959), o currículo do seminário era constituído por: música, poesia portuguesa e latina, francês, **Geografia**, retórica, matemática, filosofia e física. O quadro 7 a seguir mostra a Geografia

---

<sup>115</sup>O documentos IP da série 3, subsérie 4, estão encadernados. Os demais estão organizados em caixas. Quando cito o documento, a ordem é a seguinte: IP, Caixa, a pacotilha e o número do documento.

presente nas leis e o que demonstra a preocupação dos legisladores em garantir a sua existência dessa disciplina na escola.

**Quadro 7 – Leis Mineiras que mencionam a matéria Geografia – 1854-1880**

ANO	LEI / REGULAMENTO	GEOGRAFIA / CONTEÚDOS
1854	Regulamento 27, Lei nº 516.	Geografia na criação do Liceu Mineiro Colégio Duval e Dalle.
1857	Regulamento nº 41, Lei nº 791 20/06/1856.	Obrigatoriedade da materia de Geografia nos exames.
1859	Lei Provincial nº 960 de 5 de junho de 1858.	Geographia Universal e Chorographia do Brasil no Ensino Público secundário. No art. 15: Noções de Geographia, physica e politica, relativas á America e Chorographia do Brazil. Criação de cadeira nas povoações mais importantes.
1859	Lei Provincial nº 960 de 5 de junho de 1858. Art. 26 e Art. 27.	Geographia Universal e Chorographia do Brasil. Criação de cadeiras nos Externatos das Cidades de <b>S. João d'El Rei</b> e de Diamantina.
1859	Lei Provincial nº 960 de 5 de junho de 1858. Art. 85. Sobre prova oral e escrita aparece pela primeira vez explícito os conteúdos.	Geographia universal.
1860	Lei nº 1064 de 04 de outubro de 1860.	<b>Geographia</b> , e Historia, e reunirá duas destas matérias de ensino em uma só Cadeira.
1867	Lei nº 1.267 de 2 de janeiro de 1866, determina, que na instrução primaria e secundaria da província.	Manutenção da cadeira de Geografia.
1872	Regulamento nº 62. Capítulo 2 – Art. 115.º Escola normal, matérias ...	Elementos da historia e geographia do Brazil, principalmente da provincia de Minas. Noções geraes de geographia e historia. Geographia e historia do Brazil.
1872	Capítulo 5. Da instrução secundaria. Art. 131.	<b>Geographia</b> e historia.
1879	Regulamento nº 84 de 21 de março de 1879. Art. 27. As escolas primarias. Escolas Normaes... as seguintes materias ...	Noções de geographia geral e <b>geometria</b> do Brazil (3 lições por semana). Elementos de geographia, <b>historia do Brazil</b> , principalmente de Minas.
1879	A instrucção secundaria	Historia universal e geographia. E a aula de geographia no 4º anno e história universal no 5º.
1880	Lei nº 2543 de 6 de dezembro de 1879 Art. 1º O lyceo de Artes e Officios do Serro se destina especialmente á educação profissional de meninos desvalidos.	Historia e geographia do Brazil no 3º anno.

Nota: Acervo APM, Livro das Leis Mineiras.

Fonte: Autoria própria.

No ano de 1859, pela Lei nº 960, há uma definição mais detalhada do que se ensinava em Geografia e no ano de 1872, Regulamento 62 da Lei nº 1769 de 1871, em seu art. 38, define o que deverá ser ensinado nas escolas primárias: “*o ensino primário nas escolas publicas deve compreender: 6.º Elementos da historia e Geografia do Brasil, principalmente da provincia de Minas*” E, no capítulo quarto, do regulamento 62 de 1872 referente à escola Normal, o art. 115 determina que será ensinado no 2º ano: noções gerais de Geografia e historia, Geografia e historia do Brasil, principalmente de Minas, a leitura refletia da constituição política do Império. Em 1879, no Regulamento 84, tem-se elementos de Geografia, história do Brasil, principalmente de Minas e é mantido para a escola normal as matérias noções de Geografia geral e geometria do Brasil.

Os legisladores mineiros reconheciam a importância da Geografia para a sociedade e a colocaram como conhecimento de povos cultos. Em um trecho, referente à importância das matérias, no relatório do Conselheiro Carlos Carneiro de Campos apresentado ao diretor geral de instrução em março de 1859<sup>116</sup>, ao mencionar sobre a importância das matérias, ele afirma: “Nada direi sobre a Geografia em um tempo em que o vapor e a eletricidade tendem a converter o gênero humano em uma só família, e cujo conhecimento nos países cultos se julga necessário até às Senhoras;”.

O trecho do relatório do Conselheiro Carlos Carneiro de Campos (1859) destaca a importância da Geografia às mulheres, isso pode ser um indicativo de que a matéria deveria ser ensinada desde a infância. Afinal, eram elas as responsáveis por cuidar da educação das crianças. No entanto, constatei o registro de que as mulheres tiveram aulas de Geografia a partir da década de 1870, através das provas das escolas normais. A partir desse período, houve maior presença da mulher no magistério, foi o que revelaram as Atas de exame de submissão às cadeiras de instrução primária do APM. Nessas atas, averigui tanto as submissões quanto aprovações de mulheres. Isso pode ser identificado como processo de “feminização do Magistério primário em Minas Gerais”, conforme Magda Lúcia Chamon (1996). Considerei o aumento do número de candidatas que solicitou e realizou exames de habilitação, fato verificado, principalmente após a década de 1880<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> *Relatorio sobre o Estado da Instrucção Publica na provincia de Minas Geraes* que ao Illm. Exm. Sr. Conselheiro Carlos Carneiro de Campos apresentou ao Director Geral da mesma Instrucção, Rodrigo José Ferreira Brettas em março de 1859. (APM-Fundo Instrução Pública, Relatórios).

<sup>117</sup> APM-IP 2/2 CAIXA 01 – Assunto: seleção, concurso e exame; IP 90 de 1883 – Assunto: habilitação, Ata de exame; IP 1/3 CAIXA 01 de 1880-1887, Assunto: concurso, ata de exame e parecer; IP 1/3 CAIXA 08 de 1888-1889, requerimento e exame suplementar de geografia; IP 1/3 CAIXA 27, de 1887, Assunto: Exame da escola Normal de São João Del Rei.

#### 4.1 A Geografia e as instituições mineiras

No quadro 8 seguinte, apresento a relação de escolas em funcionamento no período e a cadeira de Geografia dos anos de 1840 a 1888, organizado por instituição, local, ano funcionamento e documento onde localizei a informação.

**Quadro 8 – Geografia nas instituições de ensino mineiras – 1840-1888<sup>118</sup>**

<b>INSTITUIÇÕES DE ENSINO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>ANO E DOCUMENTO DE REFERÊNCIA</b>	<b>CADEIRA/ MATÉRIA DE ENSINO</b>
Colégio de Nossa Senhora da Assunção	Ouro Preto	1840-1860 Relatório	Geografia
Colégio de Congonhas do Campo	Congonhas do Campo	1852 Relatório	Geografia
Liceu Mineiro	Ouro Preto	1854 e 1859 Relatórios	Geografia e História
Colégio Rousin	Mariana	1852-1856 Relatório	Geografia e história
Colégio Emulação Sabarense	Sabará	1854-1856 Relatório	Geografia
Colégio Itabirano ou Franklin	Itabira do mato Dentro	1854 Relatório	Geografia
Colégio Aiuruocano	Aiuruoca	1854-1861 Relatório	Geografia e História
Colégio Barbacense	Barbacena	1857 Relatório	Geografia e História
Colégio Dalle	São João Del Rei	1854 Relatório	Geografia e História
Colégio Duval	São João Del Rei	1854 Relatório	Geografia e História
Colégio de Pitanguí	Pitanguí	1854 Relatório	Geografia
Colégio Uberabense	Uberaba	1854-1857 Relatório	Geografia e História
Colégio de Minas Novas	Minas Novas	Relatório	Geografia
Colégio Piranguense (de 1854 a 1857)	Piranga	1854 Relatório	Geografia
Atheneu de São Vicente de Paulo	Diamantina	1854 Relatório	Geografia
Colégio Mar D’Espanha	Mar D’Espanha	1856 Relatório	

<sup>118</sup> APM- Documentos consultados — IP 1/42 PAC. 73; Relatório de presidentes de província, ano de 1859 e Relatório Presidente de Província 11/03/1856; IP 1/3 CX 3, PAC 11, Estatuto; IP 3/2 CX 4 PAC 10 e PAC 12, Mapa e folha de empregados; IP 1.3 Caixa 3, PAC 6, Estatuto; IP 3/2 CX 5 PAC 47, PAG 1; IP 3/3 CX 16 PAC PAC 40, DOC 01; IP 3/3 CX 17 PAC 03 DOC. 10; IP.3-2 Cx.05- PAC 49, PAG. 01; IP 1.3 caixa 3. PAC 17; Relatório Presidente de Província de 1868.

(Continuação)

<b>INSTITUIÇÕES DE ENSINO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>ANO E DOCUMENTO DE REFERÊNCIA</b>	<b>CADEIRA/MATÉRIA DE ENSINO</b>
Colégio Baependiano	Baependi	1856 Relatório	Geografia
Externato de Sabará	Sabará	1868	Geografia
Externato de São João Del Rei	São João Del Rei	1868 Relatório	Geografia
Colégio Natal	Monte Alegre	1876 Estatuto	Geografia
Colégio de Instrução Primária e Secundária	Campanha	1888 Estatuto	Geografia
Colégio Rio-Verdense	Campanha	1876 IP 3/2 CX 4 PAC 10 e PAC 12	Geografia/disciplina dos preparatórios
Externato de Diamantina	Diamantina	s/d Mapa de professores do Externado e da escola Normal	Geografia e História
Externato e escola normal de Paracatu	Paracatu	1885 Relação dos professores que lecionam	Geografia e História do Brasil
Externato e escola normal da cidade de Campanha	Campanha	1885 Relação dos professores	Geographia e Historia do Brasil no 3º ano
Liceu e escola normal de Ouro preto	Ouro preto	1882 Prova	Comosgraphia
Escola normal de São João Del rei	São João Del rei	1884 Prova	Geografia
Escola normal de Paracatu	Paracatu	1885 Mapa de professores	Geografia
Externato de Paracatu	Paracatu	1885 Mapa de professores	Geografia
Colégio Veiga	Campanha	1888 Estatuto	Geografia

Fonte: Autoria própria.

O quadro 8 mostra como a matéria ou cadeira de Geografia escolar foi nomeada entre 1854 e 1880. Destaquei três aspectos importantes. O primeiro quanto à nomenclatura: Geografia; Geographia Universal; Elementos de Geografia; Noções de geographia geral e do Brazil e Noções de Geographia, physica e politica, relativas à America e Geografia de Minas Gerais; Noções de Geografia geral e geometria do Brasil; Geografia do Brasil, principalmente de Minas Gerais.

Nota-se que há uma concentração das instituições escolares na área central e indica uma dispersão para as regiões mais próximas ao centro de poder político. Essas novas áreas



são exatamente a Zona da Mata Mineira e o centro-oeste. Apenas quatro instituições ficam de fato distantes da capital da província. O Colégio Uberabense situado no sudoeste; o Colégio de Minas Novas ao norte, o Externato e a Escola Normal de Paracatu a oeste.

Em *Ouro, Terra e Ferro – Vozes de Minas* (2005), José Murilo de Carvalho, metaforicamente, marca três períodos distintos da economia e da sociedade mineira. Segundo o autor, a voz do ouro marca: a liberdade; a voz da terra: a tradição; e a voz do ferro: o progresso. A primeira corresponde ao início do século XVIII, com seu término, em meados do século XIX, quando a atividade aurífera e de diamantes diminui substancialmente e a atividade agrária ocupou o lugar. Um retrato que pode ser lido em *O Garimpeiro*, romance de Bernardo Guimarães escrito em 1872, narra a ruína do Major que investiu toda a sua fortuna adquirida na lavoura em um garimpo improdutivo e a saga do personagem Elias, na busca de diamantes no sertão mineiro. Por analogia, esse estudo (1854-1889) corresponde, em parte, ao período da voz da terra que compreende aos meados do século XIX e meados do século XX. Para Carvalho (2005), a Minas da terra é caracterizada pela economia da terra, a lavoura e a pecuária, estável e imóvel, que é o oposto a Minas do ouro, marcada pela economia do ouro, instável e móvel, portanto, uma da tradição e a outra da liberdade.

Esse período, marcado pela decadência da mineração, foi significativo do ponto de vista das relações econômicas, políticas e sociais. Extração do ouro e o diamante, motor da economia no século XVIII, logo, uma atividade concentrada na paisagem urbana deu lugar a atividade agrária. O gado e a lavoura, referência da voz da terra levou à ocupação de novas áreas, em uma atividade econômica, desconcentrada. Essas novas áreas ficavam entre o centro mineiro e São Paulo, o Sul, o Sudoeste e a Zona da Mata Mineira, região de maior expansão econômica, a partir da década de 1850. Ao verificar os valores do percentual das exportações da Zona da Mata, comparado com o total da província. Jorsalete Magalhães Soares (2009) chegou aos seguintes números: em 1859-1860 foi de 34,2%; em 1865-1866 de 44,9%; em 1870-1871, foi de 61,9% e em 1885-1886, o percentual foi de 69,9%. Esses valores referem-se basicamente às exportações de café.

O peso da economia agrícola repercutiu, igualmente, para a dispersão da população urbana, proporcionou uma desconcentração gradual no território mineiro, ao mesmo tempo em que ocorria a diminuição da densidade populacional urbana da região central, Comarcas de Ouro Preto, Rio das Mortes, Rio das Velhas, além de aumentar a das demais regiões da Província de Minas Gerais, principalmente as Comarcas de Muriaé, Rio Verde, Paraibuna e Rio Pomba. Essas transformações, no entanto, não foram acompanhadas pela transferência do poder político da região central. Conclusão confirmada pela tese de Luiz Fernando Saraiva,

em 2008, intitulada: *O Império em Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata Mineira 1854-1893*. O autor informa que dos 49 senadores do Império, 33 ou 67,34% pertenciam à região central; seis à região sul; cinco do Norte da Província e apenas três senadores estavam ligados à Zona da Mata.

Através dos três períodos: Ouro, Terra e Ferro, foi possível relacionar as etapas de conformação do território mineiro. O que a rigor se deu em um processo gradativo e heterogêneo.

A concentração das atividades econômicas e culturais na antiga e tradicional área de mineração não é de se estranhar. A região das Minas já havia conquistado desde o século XVIII um nível de urbanização que as distanciava significativamente das demais Comarcas da província mineira e de inúmeras capitais das províncias do Império.

A consulta me permitiu analisar as deliberações da esfera do poder público. Verifiquei em que nível as exigências legais com as orientações dadas à Corte e às províncias do Império eram atendidas pelas instituições escolares mineiras. No caso do ensino de Geografia, constatei que muitas normas da Corte foram acatadas pelos legisladores das províncias e seguidas pelas instituições de ensino. No entanto, consultei sobre como se operava o ensino, nas práticas concretas, com o objetivo de estabelecer uma distinção entre as finalidades reais e as finalidades de objetivo (CHERVEL, 1990).

#### **4.2 O ensino de Geografia na Província de Minas Gerais**

De acordo com Chervel (1990), há dois fatores que definem uma disciplina, a nomenclatura e os conteúdos por elas abordados. A nomenclatura da cadeira variou bastante no período, digo quanto aos adjetivos que acompanhavam o substantivo Geografia. Muitas vezes passou a ser definido como um campo específico de estudo e, posteriormente, viria a ser transformado em disciplina universitária. A Corografia, portanto, não se tornou uma disciplina autônoma, esteve na confluência da Geografia e da História e, quando estudada, podia ser considerada como conteúdo de ensino das duas disciplinas.

Apresento, portanto, um conjunto de provas e exames de Geografia com diferentes adjetivações e os conteúdos expressos nesses documentos. Considerei a distinção feita por Valente (2006) entre exames e provas. Os “exames são aqueles” organizados e realizados por bancas e comissões julgadoras e as “provas são aquelas” elaboradas, aplicadas e corrigidas pelos próprios professores da disciplina.

Com relação às provas e exames, encontrei ainda três adjetivações<sup>119</sup>:

1. Geografia do Brasil.
2. Geografia geral do Império.
3. Geografia geral e especial.
4. Geografia geral e particular.
5. Geografia geral da Europa.
6. Geografia de Minas Gerais.
7. Geografia universal.
8. Geografia astronômica.
9. Noções de Geografia.
10. Geografia e Cosmografia.

O estudante ou candidato, porém, ao nomear a prova colocava Geografia Geral, o seu conteúdo ou ponto sorteado a ser dissertado. Nesse caso, vinha a Geografia e, em seguida, o conteúdo.

A seguir apresento cinco provas de Geografia para demonstrar os conteúdos que eram estudos da disciplina.

### **Prova de Geografia 01**

Prova de Geografia

Ponto 7º (Geografia Geral). Divisões, orografia e hidrografia da Europa.

A Europa divide-se em Ocidental e Oriental e esta em Boreal, Central e Meridional. A parte Oriental compreende a Rússia, Turquia, Ilhas Jônicas e os Principados Danubianos Servia Valachia e Moldávia. Parte Ocidental subdividida em Boreal. Compreendendo a Noruega e Suécia, Dinamarca e Inglaterra. Centra. Compreende a França, Áustria, Alemanha, Prússia, Holanda, Bélgica e Suíça. Meridional – Compreende as penínsulas Hispânica e Itálica. Banham as costas da Europa 12 mares grandes e 9 menores. Os primeiros são o Ártico ao Norte, o Atlântico ao Oeste e o Mediterrâneo ao Sul. Os pequenos são os seguintes o Branco formado pelo Ártico, o Báltico e do Norte pelo Atlântico e pelo Adriático, Jônico, Arquipélago Marmara, Negro e Azul pelo Mediterrâneo.

- Golfos – O de Botânia, Finlândia e Riga no Mar Báltico, Bahia de Biscaia no Atlântico, Lião, Genova, Tarento e Salânica no Mediterrâneo.

- Estreitos – Leager Bach e Categati no Mar do Norte, o Lunda, o grande e o pequeno Belt, o Canal da Mancha entre a Inglaterra e a França, Canal de S. Jorge entre as duas Ilhas; Messina, Otranto, Dardanellos, Constantinopla e Essikale.

- Rios – Os principais são os seguintes: O Ural, notável porque troca o limite da Europa, o Danúbio e Tejo que atravessam a Espanha e Portugal; Garona,

---

<sup>119</sup> APM-IP 3/3 Caixa 15, 1888; IP 3/3 Caixa 19, 1888; IP 1/3 Caixa 23, 1889; IP 3/3 Caixa 16, 1889; IP 1/3 Caixa, 1880, IP 1/3 Caixa 21, 1886; IP 1/3 Caixa 32, 1887; IP 1/3 Caixa 13, 1884; IP 90, 1883; IP 96, 1889.

Lorena e Sene que atravessam a França e despejam no Mar do Norte, a Glomen na Noruega, Tamisa na Inglaterra, o Neva, Dissina de Riga no Báltico.

As Montanhas da Europa se dividem em 7 sistemas:

1º Sistema Hispânico que compreende as montanhas da antiga Hesperia, Portugal, Espanha e parte da França. Suas cadeias principais são os Pirineus entre a França e a Espanha, a cadeia Meridional ou Batica, onde estão a serra dos Gredos na Espanha e Estrela em Portugal.

2º Sistema Gallo-Francico – compreendendo as montanhas da França, como os Cerane e Norgues.

3º Sistema Alpico – que compreende os Alpes Peninos no Piemonte, Alpes de Voralberg no Tirol, cadeia do Jura entre a França e a Suíça, Alpes Bernesse na Suíça, cadeia dos Apeninos que atravessa a península Italiana.

4º Sistema Ilavo Helênico onde estão o Monte Negro, os Montes Thessalia e Grécia como o Olimpo e Parnaso.

5º - Sistema Heroínio Carpato – compreendendo as montanhas do Balkan ou Hemus, Athos ou Monte Santo.

6º - Sistema Britânico – Bem-Nevis na Escóssia e Cheviots na Grã-Bretanha.

7º Sistema Sardo Corsa – Monte Rotundo na Córsega.

A Europa conta um vulcão continental o Vesúvio, perto de Nápoles, nas ilhas muitos.

Ouro Preto, 12 de Junho de 1882.

Maria Justina da Conceição Lima. (APM-IP.3-3 Caixa 13, doc. p. 01, 01v e 02).

A descrição do continente europeu ocorre basicamente por três formas: Divisão localização, relevo e os principais rios. Atende aos primeiros métodos de localização e identificação dos lugares utilizados entre os povos e nações. A identificação dos elementos naturais, relevo e rios, servia como base para definir determinado domínio de um povo, indicava as fronteiras e os locais, estes indicavam a ocupação humana.

A prova sobre a Europa fazia parte dos conteúdos de Geografia Geral e o sétimo ponto indica que a sequência era a mesma aplicada aos externatos. Isso pode ser explicado, tendo em vista que os professores das Escolas Normais eram quase sempre os mesmos dos externatos. Foram confirmados pelo menos dois exemplos: o professor Eduardo Machado de Castro, lecionava Geografia e História no Liceu Mineiro e na Escola Normal da Capital, no ano de 1877<sup>120</sup>, e o professor Dr. Theodomiro Alves Pereira, lecionava no Externato e na Escola Normal de Diamantina no ano de 1882<sup>121</sup>.

Havia aqueles que lecionavam Geografia ou outras disciplinas, como Eduardo Antônio Roquette Tavares, professor de Geografia e História do Brasil da Escola Normal de Paracatu e professor de Latim no Externato da mesma cidade. Julio Roquette Tavares ensinava Português

<sup>120</sup> APM-IP 3/2 CAIXA 04, pac. 12, doc. 02.

<sup>121</sup> APM-IP 3/2 CAIXA 05, pac. 47, doc. 01.

e Geografia no Externato e geometria e desenho linear na Escola Normal (1885)<sup>122</sup>; também de Paracatu e o Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão, professor de Geografia e História do Brasil na Escola Normal de Campanha e professor de Matemática do mesmo externato, em 1886<sup>123</sup>.

Embora fossem indicados nos programas da escola primária e para as Escolas Normais, elementos de Geografia do Brasil e principalmente da província mineira (1872), o que consta é que o ensino de Geografia das mulheres era o mesmo dado aos homens. Elas recebiam, ao que parece, os mesmos conteúdos.

Na prova de Geografia de Maria Justina da Conceição Lima, o ponto sorteado foi o sétimo da citada prova 1 e a aluna deveria descrever a Europa. Ao analisar um conjunto de provas e exames de 1859 até 1889, observei a existência de temas bem mais amplos e compreendiam os conteúdos de elementos de Geografia, Geografia Geral, Geografia do Brasil e Cosmografia. Nas provas realizadas no Externato de Diamantina na mesma data, pode-se ter uma ideia de como era vasto o campo de conhecimentos que os alunos deveriam ter na matéria de Geografia.

## **Prova de Geografia 2**

### Prova de Geografia

A Geografia trata de descrição da superfície da terra.

A terra é uma bola ou esfera muito grande e solta que se move ao redor do sol e de seu eixo.

Chama-se também Globo terrestre ou Esfera terrestre.

A superfície da terra é a parte fora dela.

O eixo da terra é uma linha reta que a atravessa pelo centro ao redor da qual ela se move.

Os Polos são os dois pontos da superfície por onde passa o eixo. Um chama-se Polo Ártico ou do Norte e outro Polo Antártico ou do Sul.

O equador é círculo cuja circunferência passa pela superfície da terra – 90° graus de ambos os Polos.

A circunferência do equador tem o nome de linha equinocial ou de linha simplesmente, de ordinário toma-se pelo próprio equador. O equador divide a terra em dois hemisférios um que está o Polo Ártico chamado hemisfério Ártico, do Norte, Septentrional ou Boreal, e o outro em que está o Polo Antártico chama hemisfério Antártico ou do Sul, Meridional ou Austral.

Os meridianos são círculos cuja circunferência passam pelos Polos.

Os hemisférios formados por um meridiano com a frente para a parte onde está o Polo do Norte chama-se hemisfério Oriental e o que fica a esquerda hemisfério Ocidental.

Os paralelos são círculos cujas circunferências passam pela superfície da terra, e são paralelas á circunferência do equador.

<sup>122</sup>APM-IP 3/3 Caixa 05, pac. 49, doc. 01.

<sup>123</sup>APM-IP 3/3 Caixa 05, pac. 50, doc. 01.

Os trópicos são dois paralelos cujas circunferências distam da do equador 23° e 28’

O P. hemisfério Norte chama-se trópico de câncer e do hemisfério do Sul chama-se tropico de capricórnio.

Polares são outros dois paralelos cujas circunferências distam do Polo mais próximo 25°28’ O Polo hemisfério do Norte chama-se circulo polar ártico e do hemisfério do Sul circulo polar Antártico.

Toda a superfície da terra divide-se em cinco posições ou faixas chamadas zonas, a que fica entre os trópicos chama-se zona tórrida e é a mais quente; as duas que ficam entre os círculos polares e os Polos chamam-se zonas frias ou glaciais por serem muito frias e cheias de gelo; e as duas que ficam entre os trópicos e os círculos polares chamam-se zonas temperadas, por não serem tão quentes como tórridas, nem tão frias como as glaciais.

A superfície da terra consta de terras e águas. As terras são todas cercadas d’água e são todas ilhas, pois chama-se ilha as terras de todo cercadas d’água.

As três principais que excedem em tamanho as outras chamam-se Continentes que tem os seguintes nomes antigos, novo e novíssimo.

A superfície da terra divide-se em cinco partes América, Europa, Ásia, África e Oceania.

O continente novo com as ilhas próximas forma a America, o antigo com as ilhas também próximas forma a Europa, Ásia e África, o novíssimo ou nova Holanda com a multidão de ilhas derramadas por vastíssima extensão dos mares forma a Oceania. A America tem o nome de Novo mundo, a Europa, Ásia e África mundo antigo e a Oceania mundo marítimo.

Diamantina, 22 de julho de 1885.

Luiz Tito do Figueiredo Araujo. (APM-IP 3/3 CAIXA 05, pac. 22, doc. 15).

A prova 2 inicia com a definição de Geografia e em seguida descreve a forma da terra e o seu movimento em torno do Sol. A descrição dos fatores geográficos que são determinantes para o clima, considerando que a incidência solar sobre a superfície da Terra varia de acordo com o movimento que ela faz em relação ao sol. Determinando, portanto, as zonas climáticas. Posteriormente, o aluno descreve as cinco partes do mundo.

### **Prova de Geografia 3**

#### Prova de Geografia da África

Divisão – A África é uma das cinco partes do mundo a qual se divide em Septentrional ocidental, meridional, oriental e central.

A Septentrional compreende; a Barbacia que divide em império de Marrocos capital Marrocos; a Argélia capital Argel, a Regência de Tunis capital Tunis; Trípoli capital Trípoli; o Sahara ou grande deserto, cidades principais Agalby, Ghat e Aggades; o Egito capital Cairo; a Nubia cidades principais Hartum, Senaaes, Albyssinia capital Gondaso;

A ocidental compreende; a Senegambia cidades principais S. Luiz e Bathurst; Guiné cida principais Cumassia, Albaney e Benin; o Congo cidades principais S. Salvador e Hoanda.

A meridional compreende; a Cimbelasia ou Orampia, Hattentotia, a Colonia de Cabo Boa Esperança capital Cabo, as Republicas d'Orange e Fransvaaltica, a Catrasia marítima e a Costa de Sotala.

A oriental compreende; Moçambique capital Moçambique; Zaquebas cidades principais Mobança e Zanzilas; a costa de Ajan, de Adel cidades principais Berbesa e Zeila; a ilha de Madagascar e outras espalhadas pelo Oceano Índico.

A Central compreende; o Sudan cidade principais Segá, Tombuclu e Sahatú, e outras terras de negros e catres para o Sul.

Mares – Dos três oceanos que banham a África o Atlântico, o Indico e o Antártico são os dois primeiros que lhe formam os mares.

O Atlântico – Forma o Mediterrâneo que banha a Barbaria do Egito; o mar de Guiné que banha Guiné.

O Indico – Forma o canal de Moçambique entre Madagascar, a costa de Sofala e Moçambique, e o mar de Aman que banhas as costas de Ajan e de Adel.

Golfo – Os principais são os de Sidra ou Siste em Trípoli, os de Cabes e Tunis na Tunísia formados pelo Mediterrâneo; os de Benin e Biafra formados pelo mar de Guiné; o de Adem entre a costa de Adel, a Abyssinia e Arabia, o Egito, a Nubia e a Abyssinia formado pelo mar d' Aman; o de Suez entre o Egito e a Arábia formado pelo Arábico.

Estreitos – O de Gibraltar, e o de Bab-el-Mandeb entre a Abyssinia e Arábia.

#### LIMITES

Os principais são: ao Norte: o oceano Atlântico, o estreito de Gibraltar e o Mediterrâneo; a Leste: o Mediterrâneo, o Istmo e o golfo de Suez, o mar Arábico, o estreito de Bab-el-Mandeb, o golfo de Adem, o mar d' Aman e o oceano Indico; ao Sul: os oceanos Indico, Antártico e Atlântico; a Oeste o oceano Atlântico.

Diamantina, 23 de Julho de 1885.

Raymundo Pires Tavares da Silva. (APM-IP 3/3 Caixa 05, pac. 17.).

A prova 3 sobre a África tem uma especificidade referente às divisões, às fronteiras, aos principais mares e golfos. Isso se deve pela falta de melhores conhecimentos sobre o continente africano (por ser alvo dos impérios europeus), ainda no século XIX, com exceção, evidentemente, das áreas litorâneas do Norte e Nordeste.

Abaixo, a prova 04 de Geografia do Brasil mostra a localização e extensão. Define pelos limites o território e apresenta a sua população destacando a composição étnica, inclusive a raça proveniente da miscigenação.

#### **Prova de Geografia 04**

Geografia

Posição e Superfície. Limites, População, Governo, Religião, Divisão, Capitais Posição e superfície.

O Brasil está situado entre 5° 10' de lat. N 33° 45' de lat. S e entre 9° de longitude Or. E 32 de long.. Oc. do meridiano do Rio de Janeiro, ou 31° 11' de longitude Oc. do meridiano de Paris. Sua superfície regula por 300 mil léguas quadradas.

#### Limites

É limitado ao Norte pelo oceano Atlântico, Guiana Francesa, Holandesa e Inglesa, Estados Unidos da Venezuela e Colômbia. A Oeste pela Colômbia, república do Equador, Peru, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai e o oceano Atlântico, e leste pelo Oceano Atlântico.

#### População

Reputa-se em 11 milhões de habitantes brancos, índios e estrangeiros; negros, escravos e livres, aborígenes, selvagens e domesticados; e mistos ou provenientes do cruzamento das raças antecedentes.

#### Governo

O Império do Brasil, a todos os requisitos primeira nação da América Meridional, e segunda de toda America é uma monarquia representativa. A constituição reconhece quatro poderes: o moderador, o executivo, o legislativo e o judiciário, que são delegações da nação. O imperador por si exerce o poder moderador, por intermédio dos ministros o executivo, o legislativo pelas duas câmaras, a do senado vitalícia, e a dos deputados eleito de quatro em quatro anos. e o judiciário pelos juízes.

#### Religião

A Católica é a do Estado. Todas as demais são toleradas. A máxima parte da população indígena segue a religião Católica, menos os selvagens, que são fetichistas.

#### Divisão

O Brasil divide-se em 20 províncias as mais desiguais em extensão e população e um município neutro.

As províncias dividem-se em marítimas e interiores.

As marítimas pode-se dividir em 5 ao norte, 7 no meio e 4 ao sul. As do norte são: Pará, o Maranhão, Piauí, Ceará, e Rio Grande do Norte. As do meio são Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia,

Espírito Santo e Rio de Janeiro. As do Sul: S. Paulo, Paraná, S. Catarina e Rio Grande do Sul.

As centrais são: Amazonas, Mato-Grosso, Goiás e Minas Gerais.

#### Capitais

Amazonas, c. Manaus; Pará, c. Belém; Maranhão, c. S. Luiz; Piauí, c. Teresinha, Ceará, c. Fortaleza; Rio Grande do Norte; c. Natal; Paraíba, c. Paraíba; Pernambuco, c. Recife; Bahia, c. S. Salvador; Espírito Santo, c. Vitoria; Rio de Janeiro, c. Niterói, S. Paulo, c. S. Paulo; Paraná, c. Curitiba; S. Catarina, c. Desterro; Rio Grande do Sul, c. Porto Alegre, e Rio de Janeiro, c. do Império.

Diamantina, 22 de Julho de 1885.

Arthur de S. Brito Guiroga. (APM-IP 3/3 Caixa 05, pac. 22, doc. 16).



O ensino de Geografia do Brasil seguiu a orientação fiel que constava na *Constituição Política do Império do Brasil* de 1824. Ao comparar o conteúdo da prova 04, o texto da *carta magna* inicial. Título 1º: Do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dinastia, e Religião, nota-se que há uma similaridade, avaliando que, com exceção do item dinastia, constam da prova, quatro dos cinco condicionantes da constituição.

Nas provas, identifiquei três temas distintos que abarcam os conteúdos da disciplina de Geografia.

A prova 02 inicia-se com a definição da matéria, anuncia que irá tratar das questões gerais. Os conteúdos são primários, pois trazem basicamente a caracterização da terra, da forma, as linhas imaginárias que compõem os fatores condicionantes para a localização em qualquer ponto da superfície terrestre, bem como os fatores que definem as zonas climáticas. De forma, igualmente simples, o aluno informa que a superfície da terra tem uma parte continental e outra oceânica. E, por fim, descreve sobre as três maiores porções de terra, os continentes, e os classifica como antigo, novo e novíssimo.

#### **Prova de Geografia 05**

Império do Sul, montanhas, rios, lagos, estados, cidades principais, população, governo, possessões europeias.

A América do Sul compreende: O Brasil – capital Rio de Janeiro; o Paraguai, c. Assumpção; O Uruguai, c. Montevidéu; a República Argentina, c. Buenos Aires, a Patagônia; o Chile, c. S. Thiago; A Bolívia, c. La Paz; o Peru, c. Lima; o Equador, c. Quito; os Estados-Unidos da Colômbia, c. Santa Fé de Bogotá; os Estados-Unidos da Venezuela, c. Caracas; e as Goianas que são a Inglesa, c. Stabroech ou George-Toun, a Holandesa, C. Paramaribo e a Francesa, c. Caiena.

Montanhas – a cordilheira dos Andes na costa ocidental, a de Paracaima em Venezuela, a Tumucumaque nas Goianas, a Serra do Mar do Espinhaço e das Vertentes do Brasil.

Lagos os principais são: o Maracaíbo, em Venezuela, e o Titicaca no Peru e o dos Patos no Brasil.

Cidades principais – Rio de Janeiro; Bahia Pernambuco, Recife e outras mais no Brasil, Assumpção na republica do Paraguai, Montevidéu, Buenos Aires, S. Thiagot, La Paz, Lima, Quito, Santa Fé de Bogotá, Caracas, Strabock, Paramaribo e Caiena estas nas Goianas.

População – mais ou menos 35 milhões.

Governo – o Governo é geralmente republicano só o Brasil é Império.

Possessões européias – as únicas são as três Goianas.

Escola Normal de São João d’El Rei.

6 de dezembro de 1884.

Paulina Emilia d’Oliveira Horta Cardoso. (APM-IP 3/3 Caixa 17, pac. 03, doc. 10).

Havia conteúdos sobre a Europa, Ásia África e América nos livros e nos programas, embora tenham sido encontrados em menor quantidade nas provas e exames, não podem ser considerados menos importantes. Aliás, para um Império e uma nação que pretendiam ser civilizadas, havia a necessidade de conhecimento sobre o mundo. Sobretudo, nas escolas mineiras, os conteúdos destinados ao estudo da Geografia brasileira e a Geografia de Minas Gerais eram priorizados.

### 4.3 A Cosmografia e a Geografia Astronômica

A Cosmografia aparece, juntamente com a disciplina de Geografia, como matéria no programa oficial no ano de 1887, vinte e cinco anos após a legislação de ter sido definida no programa<sup>124</sup> do Colégio Pedro II, na reforma do ano de 1862, no 4º ano. Geografia e Cosmografia. Os conteúdos da Cosmografia eram os seguintes:

#### COSMOGRAFIA

- 1- Universo. Astros, sua divisão e aglomeração em grandes grupos ou nebulosas.
- 2- Estrelas, planetas, cometas, estrelas cadentes, bólidos e aerólitos.
- 3- Sistema de Ptolomeu e de Copérnico.
- 4- Leis de Kepler.
- 5- Atração e repulsão.
- 6- Figura, rotação e revolução da terra.
- 7- Círculos da esfera.
- 8- Estações.
- 9- Posições da esfera e dias.
- 10- Lua.
- 11- Eclipses.

(APM. *Livro das Leis Mineiras*. Decreto Nº 2.883 de 1862.).

Mas, antes disso, era ensinada, nas instituições escolares da Província de Minas Gerais, o conteúdo dessa matéria, mesmo que não houvesse o nome de Cosmografia. Em vista dos conteúdos do programa que consta no Regulamento nº 44 da Lei nº 960 de 1859.

ORAL. – Na exposição das theorias astronomicas e dos temmas applicados á esta sciencia, e generalidades sobre as grandes divizões Politicas e Physicas do globo, e na determinação da longitude e latitude d’um paiz dado em vista das Espheras ou Cartas Geographicas.

<sup>124</sup> Decreto nº 2.283 de fevereiro de 1862; No programa dos anos de 1876 e 1878, art. 9º do regulamento ao anexo ao decreto nº 6.130 de março de 1876; Decreto nº 6.884 de abril de 1878, consta que deveria ser ensinado nos 6º e 5º anos, Cosmografia e Corografia do Brasil e, no programa de 1881, § 1º do art. 2 do Decreto nº 8.227 de agosto de 1881, deveria ser ensinado Geografia, Cosmografia e Corografia do Brasil, no quarto ano.

ESCRITA. – E a exposição da situação geográfica do Brasil e topografia de suas Províncias, numero de seus habitantes e dos elementos de sua riqueza nos dois reinos orgânico e inorgânico. (APM. *Livros das Leis Mineiras*, Regulamento nº 44 da Lei nº 960, 1859).

E, na prova 6 indicada pelo ponto, o tema foi “Definições Gerais de Cosmografia”, datado de 1885.

### **Prova de Cosmografia 6**

Ponto nº 1

Definições gerais de Cosmografia.

Cosmografia é ciência que estuda a lei do Universo, porém considerado sobre as leis que viam nos espaços celestes.

Os corpos criados dividem-se em corpos orgânicos e inorgânicos. Todos os corpos q pelas noites serenas e claras vimos engastado na abóboda celeste são astros. Podemos considerá-los sobre os dois pontos de vista. Os que têm luz própria denominado estrelas ou sois, servindo de centro aos outros sistemas planetários.

Para facilitar o seu estudo, os astrônomos dividem os em grupos e constelações ou asterismo compreendendo determinado grupo de estrelas.

O número de estrelas conhecido até hoje sobem a 80.000.000 duzentos e vinte e quatro são as constelações designadas pelos nomes de heróis, deuses de animais, tais como Grande Cão, de Hercules, Escorpião, da Águia.

Estas estrelas são dividias em 16 grandezas, somando a sua base a densidade da luz, sendo o Sol o termo de comparação.

Das 80.000.000 de estrelas são aparentes 8.000 os quais forma os astros de 1ª a 6ª grandeza.

As estrelas são de todas as cores, podendo ser algumas varias ou temporárias. As que não têm luz própria são os planetas, planetoides.

Nove são os planetas que giram em torno do sol, a saber: Mercúrio, Júpiter, Netuno, Terra, Marte, Saturno, Urano, etc. e 192 são os esteroides que giram em torno do sol. Os cometas conhecidos até hoje são 210 – a saber: Fay, Halley, Enche, etc. O giro desses planetas em torno do sol é feito entre 3 e 72 anos. Os satélites ou luas que giram em torno dos planetas da família solar são 25 distribuído do seguinte modo. Terra, Lua, uma, Marte duas, Júpiter, quatro, Netuno oito, Saturno oito, etc.

Ouro Preto, 24 de Julho de 1885. (APM-IP 3/3 Caixa 15, pac. 20, doc. 3).

Os professores da cadeira de Geografia no século XIX deveriam ensinar também Corografia e Cosmografia, foi assim até no início do século XX, quando os conteúdos dessas matérias foram absorvidos definitivamente como temas históricos ou geográficos. A parte que trata das leis físicas presentes na Cosmografia passou a compor a cadeira de Ciências naturais e a Corografia se configurou, por um lado, em História das províncias e, por outro, em Geografia regional. Ao contrário do que acontecia no Colégio Pedro II, onde a Corografia esteve ligada à história, pois, em Minas Gerais, esteve vinculada à Geografia.

O programa do Regulamento nº 44 à Lei nº 960 de 1859 no art. 84 definia os pontos principais das matérias para os exames, oral e escrito para se ocupar uma cadeira no ensino primário ou secundário e nas escolas normais. Aqueles conteúdos eram exigidos aos professores candidatos e esses conteúdos eram temas das aulas das escolas normais. Como pode ser observado, abaixo, na lista que indica os nomes aos temas nos quais alunos e alunas deveriam ser submetidos.

#### Geographia e Cosmographia

##### Brasil – prova escripta

Aristides – America do Sul	pag. 40
D. Albertina – Sol	“ 123
D. Altina – Oceania	“ 42
D. Adelaide – Estações	.. “ 109
D. Elvira – Africa	“...35
D. Honorina – Asia	“...33
Joaquim Mafra – America do Norte	“...38
João Viegas – Eclipses	“...113
D. Maria Bahia – Lua	“...111

(APM-IP 3/3 Caixa 19, pac. 12, doc. 12, 1887).

Essa distribuição de temas e nomes indicam o que cada um dos alunos deveria responder.

Com relação à prova oral, os registros dos pontos e da prova escrita me permitiram uma visão aproximada sobre do que se tratava. Já a prova escrita registra um dos temas que compunha a lista citada.

### **Prova de Cosmografia 7**

#### Prova escrita de Cosmografia

##### Prova escrita

*Boa* – assinatura do professor Machado

##### Sol e a Terra

Sol é uma estrella luminosa centro de nosso systema planetario, para nós fonte de vida e calor.

É 600 vezes maior que todos os astros que giram em torno d'elle.

Tem dous movimentos, 1º em torno de si que faz em 25 dias; 2º em torno de um centro até hoje desconhecido. Faz parte da via Lactea approximando-se da constellação de Hercules. Os planetas que giram em torno d'elle são: Mercurio, Venus, Marte, Terra,

Jupter, Saturno, Urano, Nepturno e aos asteroides e come-

Tas. Tem varios eclipses, sendo, totaes, parciais e annelares com a

Lua também tem. O sol dista da terra 37 milhões de léguas.

Terra é o astro que faz parte do sistema solar, está colocada entre Venus e Marte, não tem luz própria os outros planetas seus irmãos. Tem dois movimentos; 1º, em torno de seu eixo produzindo os dias e as noites; 2º em torno do sol produzindo, o ano, as estações e as desigualdade dos dias e das noites. É cercada de oceano de gases chamadas atmosfera que sobe altura de 20 a 30 léguas, ai é que dão-se todos os fenômenos da física; quatro são as estações; primavera, outono, inverno e estio isto para os climas temperados e dos somente para às zonas tórridas e para os polos. (APM-IP 3/3 Caixa 16, pac. 40, doc. 1. 1889).

Geografia Astronômica considera a Terra como um corpo celeste ou em relação aos outros astros. Era frequente esse tema nas provas. No entanto, nas provas e pontos, aparece como Cosmografia. Esta, segundo Bluteau(1789) e Silva e Pinto(1832), é a descrição do mundo<sup>125</sup>. Os escritos escolares demonstram que, na Cosmografia, estudava-se os astros do universo, as principais leis — movimentos, atração e repulsão, posição — e da relação da Terra com outros astros do sistema solar.

Instruir-se, portanto, em Cosmografia ou Astronomia implicava em iniciar os estudos pela noções elementares ou noções gerais sobre as leis que regem a própria Terra, ao ter em vista que o significado de mundo para a cosmografia era o próprio Universo. O estudo da Astronomia é específico para os corpos celestes e a Cosmografia significava a descrição e a relação entre esses corpos. O elo de ligação comum que justifica a afinidade, entre os dois saberes, e que interessava à Geografia foi a linguagem matemática<sup>126</sup>. E, assim, a mesma afinidade entre a Geometria, medir a Terra; e a Geografia, descrever a Terra. O Thomaz do Bom-fim Espíndola (1871), ao dividir a Geografia em quatro partes, cita, como uma delas, a Geografia Mathemática ou Astronômica. E a define como a “que descreve a terra em relação aos astros, mostrando a sua figura, dimensões, posição e movimentos no sistema planetário, considerando como um astro” (p.10).

Uma típica prova de Cosmografia (Prova 7), que situa a Terra no sistema solar, mostra que está sujeita às mesmas leis do corpos celestes e que as implicações dessas leis, tais como os movimentos de rotação e translação produzem fenômenos sensíveis no planeta. E, por consequência, fenômenos que determinam diferenças nas paisagens do globo. Os

<sup>125</sup> Segundo Bluteau (1789), a Astronomia é a ciência que ensina o conhecimento dos astros, sua posição, movimento, fenômenos e Cosmografia — é a descrição do mundo. Para Silva e Pinto (1832), a Astronomia é a ciência do conhecimento e posição dos astros e Cosmografia é a descrição do mundo.

<sup>126</sup> A Geometria é a parte da Matemática que trata da grandeza, razões e proporções das linhas figuras, sólidos e superfícies.

conhecimentos sobre a esfericidade da Terra associada às leis de Kepler<sup>127</sup> são necessários para a compreensão dos movimentos de rotação e translação, o que permite o entendimento sobre os dias e as noites e as estações do ano. Estudar, portanto, a cosmografia foi importante para compreensão de noções como: superfície, linha, ponto, esfera e círculo. Elementos que, para Wassily Kandinsky (2001), são essenciais para uma teoria das formas que serve para desenhar, pintar uma paisagem ou produzir um mapa. Essa teoria contém um princípio que ajuda na compreensão de conceitos como meridianos, paralelos, latitude e longitude, que associados à esfericidade da Terra proporcionaram a compreensão sobre as estações do ano e duração dos dias e noites.

Pode-se verificar que, quase na totalidade das provas de início de ano, constam os conteúdos referentes à cosmografia e às noções preliminares para a matéria Geografia.

### **Prova de Geografia 8**

#### Prova de Geografia

A Geografia trata da descrição da superfície da terra.

A terra é uma bola ou esfera muito grande e solta que se move ao redor do sol e do seu eixo.

Chama-se também Globo terrestre ou Esfera terrestre.

A superfície da terra é a parte = fora dela. O eixo da terra é uma linha reta que atravessa pelo centro ao redor da qual Ela se move. (APM-IP 3/3 CAIXA 5, pac. 2, doc. 15. 1885).

O exemplo do trecho da prova de Geografia indica outra etapa, o conteúdo já está acompanhado dos elementos que permitem produzir a paisagem da Terra, ou seja, a forma, a linha e a superfície. Assim descreveu Besse (2000, p. 23), “mais precisamente, a paisagem traduz visual e imaginariamente a promoção da Geografia como discurso específico, distinto da cosmografia, consagrado a descrição da Terra Universal”.

De acordo com Antônio Moraes Silva, na edição de 1890 do *Dicionário da Língua Portuguesa*, Cosmografia é a descrição astronômica do mundo. A mesma definição utilizada por Lacerda (1884) na segunda edição do *Curso Methodico de Geographia – Physica, Politica e Astronomica*.

---

<sup>127</sup> São três as principais leis de Kepler: a lei das órbitas elípticas, que define que as órbitas são circunferências, como se supunha até então, mas sim elipses; a lei das áreas que determina que os planetas se movimentam com velocidades diferentes, a depender da distância a que estão do Sol e a lei dos períodos que indica que existe uma relação entre a distância do planeta e o período que ele demora para completar uma revolução em torno do Sol (translação). Quer que quanto mais distante estiver do Sol mais tempo levará para completar sua volta. (HAWKING, 2005, p. 99-145).

A Cosmografia sempre esteve ligada à Geografia, foi mais recorrente na escola do que a Astronomia e passou a compor, no final do século XIX, o rol dos conteúdos das disciplinas de Ciências da natureza juntamente com a Física. A Cosmografia tornou-se a parte descritiva da Ciência da Astronomia e esteve na origem dessa ciência, conforme Abraão de Moraes (1994). Mas ela sempre foi de interesse da Geografia, ao ter em vista que os cosmógrafos, matemáticos e astrônomos eram encarregados da localização dos lugares, de estabelecerem as distâncias entre eles e de confeccionarem mapas. Os jesuítas, Domingos Capassi e Diogo Soares, confirmam essa relação. Esses astrônomos e matemáticos, nomeados por Dom João V em 1729, fizeram inúmeros mapas, realizaram o levantamento das latitudes e longitudes e “confeccionaram uma tabuada das latitudes dos principais portos, cabos e ilhas do mar do sul na América austral e portuguesa” (MORAIS, 1994 p. 115).

#### **4.4 Os conteúdos de Geografia nos concursos para professores**

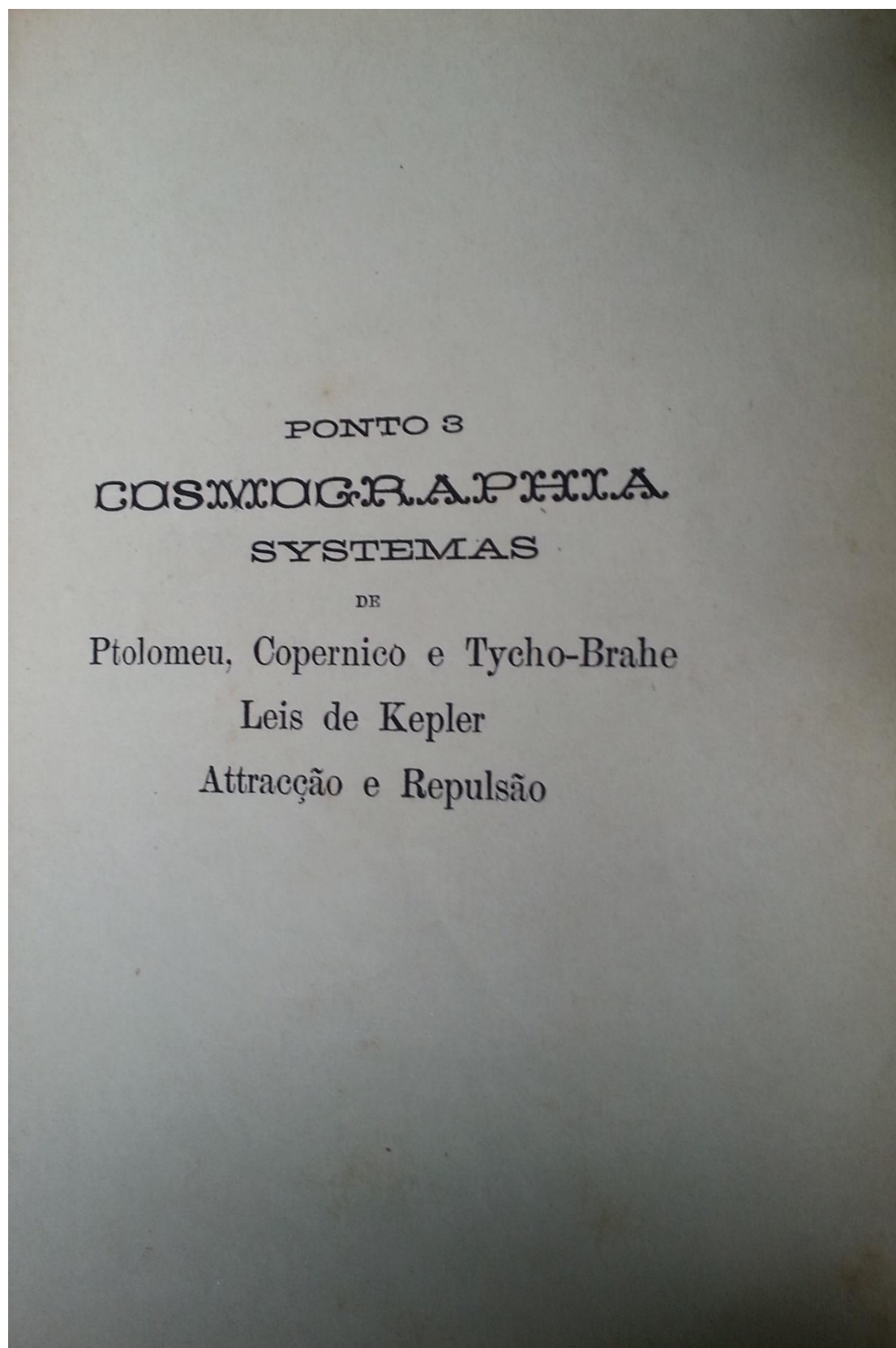
Na literatura sobre a história da Geografia, a concepção recorrente é que não havia professores de Geografia no Século XIX, tendo em vista que os primeiros cursos superiores para essa finalidade só foram existir na década de 1930. Outro argumento que reforça essa concepção é que sequer existia uma cadeira de Geografia. No de Engenheiros Geógrafos da Escola Politécnica<sup>128</sup> (1994), a Geografia era apenas exigida para acesso a uma vaga na Escola de Engenharia, o candidato deveria ter cursado e aprovado na matéria de Geografia dos preparatórios.

No entanto, ao olhar a institucionalização da Geografia pela “escola”, foi possível encontrar elementos que caracterizam a profissão docente. Um desses elementos são as teses exigidas para admissão na cadeira de Geografia, pelo menos desde a década de 1870. A seguir, apresento três teses de concurso público para vaga no Colégio Pedro II, do ano de 1879. A primeira de Luiz de Oliveira Bueno, com o título *Cosmografia, sistemas de Ptolomeu, Copernico e Tycho-Brache, leis de Kepler, atração e repulsão* (FOTO 4).

---

<sup>128</sup> O título de engenheiro geógrafo era dado aos alunos que concluíssem o primeiro ano do curso de engenheiro civil, que tinha duração de três anos de estudo.

Foto 4 — Folha de rosto da Tese concurso Colégio Pedro II (01)



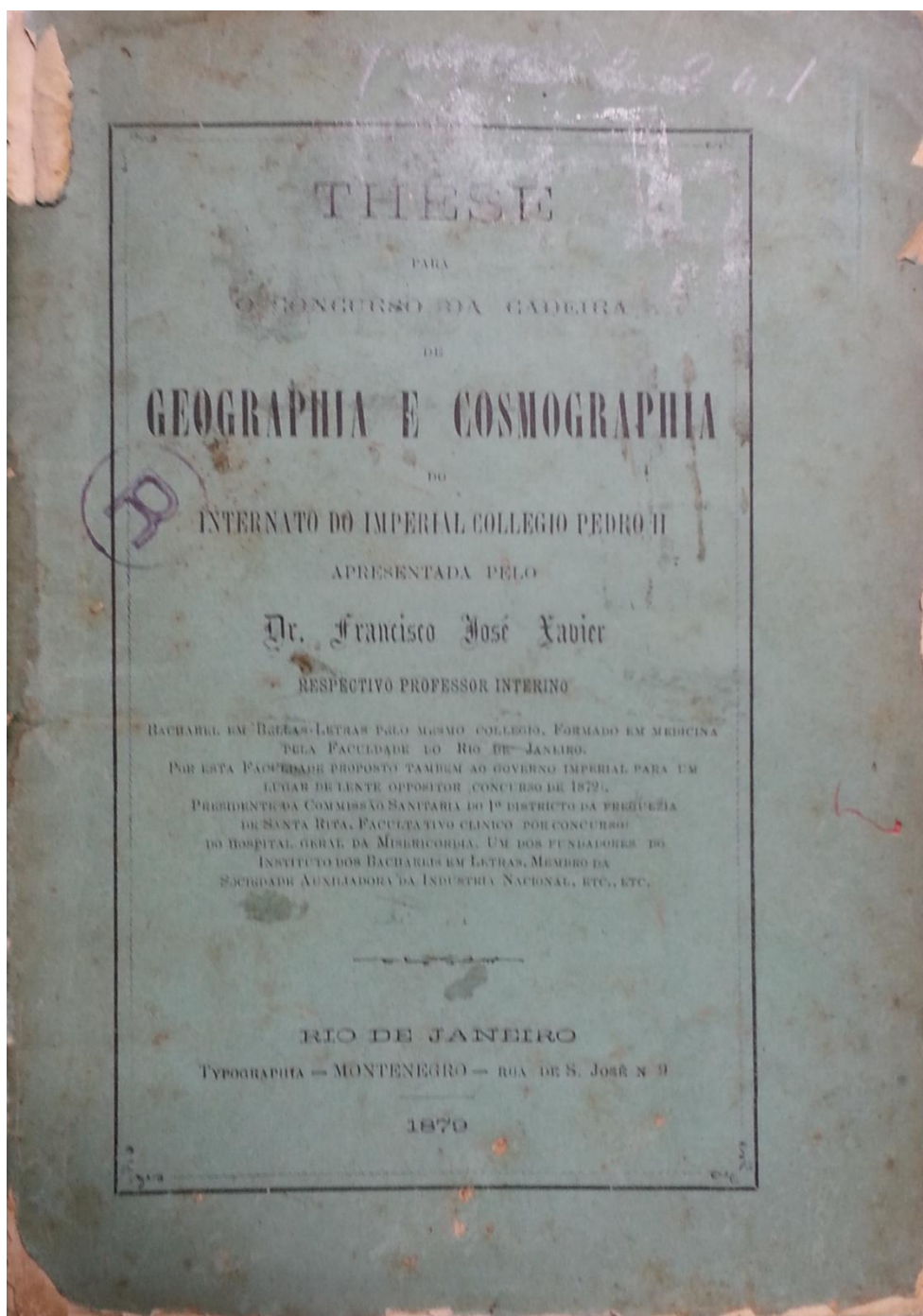
Nota: BUENO, 1879, folha de rosto.

Fonte: Autoria própria.



A segunda tese (FOTO 5) de autoria do Dr. Francisco José Xavier teve o ponto de Geografia: A Terra.

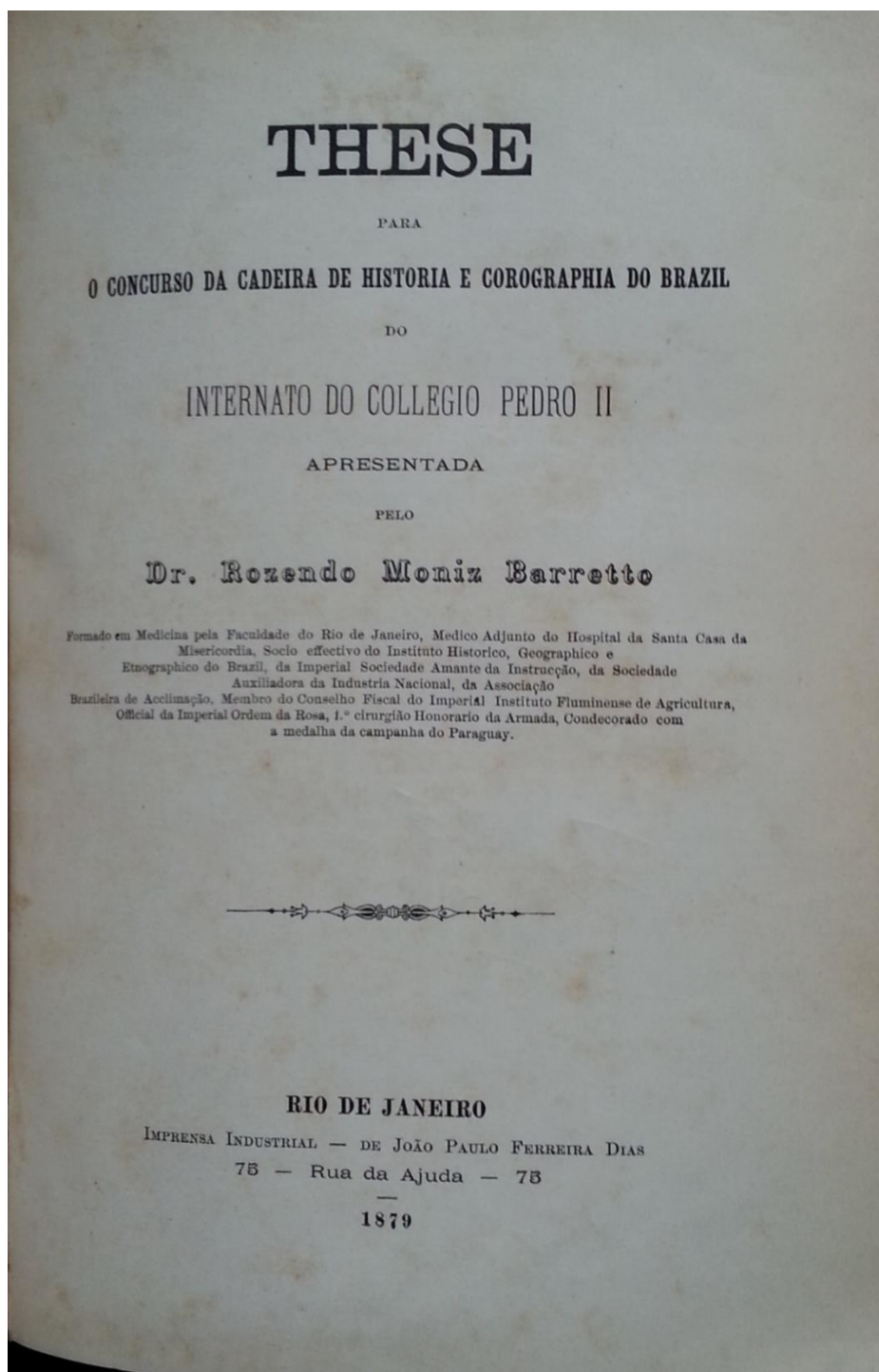
**Foto 5 — Capa da Tese concurso Colégio Pedro II (02)**



Nota: XAVIER, 1879, capa.  
 Fonte: Autoria própria.

E a terceira tese (FOTO 6), de autoria de Rozendo Muniz Barreto, que elaborou: *Progressos do Brazil no seculo XVIII até a chegada da familia real*, para concorrer à vaga da cadeira de história e Corografia do Brasil do Colégio Pedro II.

**Foto 6 – Tese concurso Colégio Pedro II (01)**



Nota: BARRETO, 1879, contracapa.  
Fonte: Autoria própria.

Para se ter ideia da importância de uma tese, deve-se ter a clareza que ela definia, nas áreas de medicina e direito, se o profissional seria médico e advogado ou apenas bacharel.

Outros elementos que caracterizavam o professor eram as licenças e os concursos públicos para o exercício do magistério. As evidências que apresento indicam que na Província de Minas Gerais, no século XIX, por exemplo, não bastava ser Engenheiro, Médico, Advogado ou Bacharel para assumir uma vaga de professor de Geografia.

Os programas (1872; 1879) indicam que na Escola Normal e nas escolas primárias deveriam ser ensinados Elementos de Geografia do Brasil, principalmente da Província de Minas Gerais e noções de gerais de Geografia (QUADRO 7). Para as escolas secundárias, a obrigatoriedade era, em linhas gerais, a Geografia Geral e a Geografia do Brasil. Porém, ao analisar as provas, constatei a presença de conteúdos de Geografia Geral ou Universal nas escolas normais. Todavia, as indicações dos pontos e as provas e os exames mostram que havia uma prioridade quanto aos temas de Geografia do Brasil e especial da Província de Minas Gerais, desde a década de 1850. Nos poucos exercícios de alunos que encontrei, há indícios de que eram atividades de memorização, apareceram os temas referentes Geografia do Brasil e de Minas Gerais. A seguir, como exemplo, uma atividade proposta.

### **Atividade 1**

Minas Gerais

PP124 CX\_18 Doc.21

Em que léguas quadradas é avaliada a Província de Minas?  
Em 20.000 léguas quadradas.

Qual é o primeiro grupo da Serra da Mantiqueira com as diferentes denominações locais?

É a Serra de Itajubá do Peru, do Itatiaia, do Bom Jardim, da Ibitipoca e do Sapateiro.

Quais são os picos mais altos relativos ao 2º grupo da serra do Itacolomi?

São a serra da Piedade e o Itacolomi, o pico da Itabira do Campo e o pico da Itabira do Mato-dentro.

Quais são as Cidades mais notáveis dentro dessa Província?

São: Ouro Preto, Queluz, Mariana, Itabira, Serro, Ponte Nova, S. Barbara, Montes Claros, Diamantina, São Romão, Januária, Sabará, Pitangui, Leopoldina, Ubá, Paranaíba, Mar de Espanha, Barbacena, Rio-Preto, Pouso Alegre, Aioruoca, Pará, Oliveira, São João de El-Rei, Jaguarí e Campanha.

Quais são os principais rios da Província?

São o Rio Grande do Paraná, o de São Francisco, o Jequitinhonha, o Pardo o Mucuri, o Paraíba e o Rio Doce.

Quantas léguas quadradas compreende a bacia do Itabapuaana?  
Compreende 80 léguas.

Quais são os principais tributáveis do Rio Grande?

São. O rio Angati, Aiuoroca, o das Mortes, o Jacaré, o Lambari, o Sapucaí Grande, o Uberaba, o S. Ignácio, O Mogiguari, o Sapucaí Mirim e o Paranaíba.

Quais as fontes minerais há na Província [...]  
São Termas.

Quais são mais notáveis?

São as termas sulfurosa de Caldas, as águas virtuosa de Campanha e Lambari, a fonte de Caxambu em Baependi, a água Santa da Serra de São José de El-Rei e diversas águas férreas em muitos pontos da Província, como seja a água férrea termal da Itabira. (APM- PP1 24 CAIXA 18, doc. 21).

Pela forma que a atividade foi proposta, inferi que os exercícios escolares apresentavam a mesma forma das provas.

Da maneira que os exames dos professores acompanhavam os conteúdos que estavam nos programas de ensino das escolas.

Os conteúdos detalhados dos exigidos aos professores candidatos no artigo 84, do Regulamento nº 44 à Lei nº 960, é uma evidência da prioridade, principalmente nas provas escritas de Geografia do Brasil.

Os exames dos professores eram de diferentes naturezas. Além dos concursos públicos para ocupar uma vaga de professor efetivo e de licenciamento, havia também exames para que professores e professoras de primeiro grau comprovassem habilitação em matérias que eram incluídas em novos regulamentos. Esse foi o caso da professora interina da cadeira de primeiro grau da Freguesia de Sant'Anna do Rio de São João Acima, D. Isabel Alves Moreira Sobrinho. Conforme consta a seguir, na Ata de exame, a professora foi submetida ao exame das matérias que do artigo 27, do Regulamento 84 da Lei de 1879.

### **Ata de exame (1)**

Ata de exame que foi submetida D. Isabel Alves Moreira Sobrinho como opositora à cadeira de instrução primária da freguesia de Sant'Anna do Rio de São João Acima, termo do Pará.

Aos nove dias do mês de outubro de mil oitocentos setenta e nove, na Imperial cidade de Ouro Preto, em uma das salas do edifício onde funciona a Inspeção Geral de Instrução Pública perante p Sr. Bel. Antônio Joaquim Barbosa da Silva, Inspetor Geral e os examinadores nomeados Bel. Henrique de Magalhães Sales e Eduardo Machado de Castro, Professores da Escola Normal, compareceu a Isabel Alves Moreira Sobrinho, Professora interina da cadeira de 1º grau na freguesia de Sant'Anna do Rio de São João Acima, como opositora a mesma cadeira a fim de se mostrar habilitada nas matérias do Artigo 27, números de 1 à 4 do Regulamento 84. E principiando o ato às onze horas da manhã, terminou às duas e meia da tarde, depois de que retiraram-se da sala a examinada, conferenciaram os examinadores sobre o mérito. E tendo em vista o parecer julgaram a candidata habilitada. Do que para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Ilmo. Inspetor Geral de Instrução Pública e pelos examinadores. (IP 13, p. 161v e 162).

Dois anos antes de participar da banca examinadora para conferir habilitação à professora Isabel Sobrinho, o próprio Eduardo Machado de Castro que fora submetido ao exame quando foi candidato à vaga para lecionar História e Geografia do Liceu Mineiro. Isso mostra que esses exames, embora não houvesse a exigência de tese, eram realizados de forma criteriosa, seguindo os procedimentos legais. Desde o anúncio até a etapa final com o registro da ata do exame. Abaixo, tem-se um exemplo anúncio para preenchido de vagas para cadeira de Geografia e História do Liceu Mineiro e de português para o Externo de Sabará.

[...] De ordem do Ilmo. Sr. Dr. inspetor geral da instrução publica da província de Minas, se faz publico para conhecimento dos interessados, que no dia 10 de Abril p. futuro, ás 10 horas da manhã, em uma das salas em que funciona esta repartição, terá começo o exame dos opositores ás cadeiras de Geografia e história do Liceu Mineiro, e de português do externato da cidade de Sabará.

Secretaria da inspeção geral da instrução publica no Ouro Preto, 26 de Março de 1877.

O Secretario, HENRIQUE DIAS DA SILVA BRAGA. (*DIÁRIO de Minas*, 1878).

Em muitos casos, inclusive, havia exigência atestando de aptidão para candidato concorrer à vaga de uma cadeira em instituição pública. Conforme se pode observar no conteúdo do documento texto abaixo, em resposta a uma exigência da Inspeção Geral de Instrução.

#### **Ofício à Escola.**

De ordem do Sr. Inspetor Geral, satisfazendo seu pedido constante do ofício, que lhe dirigiu em data de 29 de Janeiro do findo remeto-lhe os inclusos documentos, a saber – atestado do Vigário dessa cidade, certidão de exame de Geografia nº 884. Idem de História nº 888, publica forma de certidão de batismo e folha corrida, os pertencem ao cidadão José Rodrigues de Miranda

Chaves e foram remetidos a esta repartição em ofício dessa Diretoria datado de 19 de Agosto do ano passado para a inscrição daquele cidadão, como candidato a cadeira de História do Brasil, Geografia e Cosmografia da Escola Normal dessa cidade.

Deus Guarde a V.S.<sup>a</sup>

Ilustríssimo Senhor Diretor da Escola Normal de Uberaba, 1885. (APM- IP 2/1 Caixa 03, doc. 39).

Além disso, era sorteado o ponto o qual os candidatos deveriam realizar os exames oral e escrito. A banca era formada por professores de instituições de ensino secundário e presidida, normalmente, pelos Inspectores Gerais de Instrução Pública. A Ata de exame seguinte que registrou a aprovação de Eduardo Machado é uma constatação dessa afirmativa:

### **Ata de exame (2)**

Ata de exame a que foi submetido a aptidão a cadeira de Geografia e História do Liceu Mineiro Eduardo Machado de Castro.

Aos dez dias do mês de Abril de mil oitocentos e setenta e sete, em uma das salas do edifício que funcionava a Inspeção Geral da Instrução Pública, sob a presidência do ilustríssimo Senhor [...] Doutor Inspetor Geral, Leonidas Mascarenhas Toledo Silva, sendo os examinadores os cidadãos Carlos C. Copsey e Ovídio João Paulo de Andrade, de conformidade com as instruções de quatro de setembro de mil oitocentos e sessenta e oito, teve lugar o exame do candidato á cadeira de Geografia e História do Liceu Mineiro, principiando pela prova escrita de História, a qual terminou as duas e meia horas, depois de entregue e sublinhada a prova escrita, no dia 11 houve interrupção por causa do exame oral dos candidatos de Português do Externado de Sabará; no dia doze ás onze horas, teve começo a prova escrita de Geografia e a oral de História, que terminaram ás três horas da tarde, depois de entregue e sublinhada a prova escrita; no dia treze finalmente começou a prova oral de Geografia, às onze horas, terminado-se a uma. Depois confidencialmente por segredo sobre o mérito das provas escritas e orais em apresentaram os seguinte parecer: \_ Os abaixo assinados, examinadores, do Senhor Eduardo Machado de Castro, candidato á cadeira de Geografia e História, tendo em vista as provas orais e escrita por ele exibidas, resolveram aprová-lo nas referidas matérias, do qual para constar lavrou-se este parecer. O.P. 13 de abril de 1877. Carlos C. Copsey. – Ovídio J. P de Andrade. E para constar lavrou-se a presente Ata em que se assinam o mesmo ilustríssimo Dr. Presidente do ato e os examinadores – [...] a fiz escrever e subscrevi.

Leonidas Mascarenhas Toledo Silva

Ovídio J. P de Andrade

Carlos C. Copsey. (APM-IP 13, p. 124v e 125).

A Ata de exame do candidato Eduardo Machado de Castro descreve todo processo de seleção, inclusive revela uma particularidade, a interrupção do concurso, em face da prova

oral, da disciplina de português do externato de Sabará. Em outra ata<sup>129</sup>, a do Candidato Manoel Joaquim de Lemos, opositor à cadeira de Geografia no ano de 1873, do mesmo Liceu Mineiro há uma distinção. No parecer de aprovação está explícito “que seja aprovado plenamente”, ao contrário de Eduardo Machado de Castro, simplesmente, aprovado.

As atas, porém, não informam os pontos do exame<sup>130</sup>. Nesse caso, inclui uma referência de uma prova escrita e oral de 1875, para obtenção de título de professor, pontos 5 e 14. O ponto 5 trata da forma de governo do Brasil e o ponto 14 é sobre Minas Gerais: limites superficiais, aspectos do clima, salubridade. População e Capital.

Verifiquei que o exame para os professores prezava pelos conteúdos referentes ao Brasil e no caso da Província de Minas Gerais. Os exames que seguem são evidências de uma preocupação com o território brasileiro em primeiro lugar e depois com a província mineira. Esse destaque vem, também, contrariar a tese de que a Geografia brasileira, do Século XIX, era prioritariamente geral ou universal.

## Prova 9

Prova de Geografia  
Geografia do Brasil

Império do Brasil – Limites – Posição astronômica – Superfície – População raças humanas, – produção dos três reinos da natureza. Religião sistema de governo – divisão política administrativa e judiciária – sistema hidrográfico e orográfico.

Posição astronômica

O Império do Brasil está situado na parte mais oriental da América Meridional, está a 5° da lat. Setentrional 33° Meridional entre 37°. 79° ocidental de Paris e 9° oriental e 32 ocidental do Rio de Janeiro.

Limites

Limita-se ao Norte com o oceano Atlântico, as Goianas Francesa, Holandesa e Inglesa e com a República da Venezuela nova Granada ou Colômbia. A L e S.E com o oceano Atlântico. Ao Sul com as Republicas do Uruguai e Argentina. A O com as Republicas Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru e Equador.

Superfície

Tem 1.300 léguas de Costa desde o Cabo Orange até a foz do Arroio Chuí, 805 léguas de N. a S. da Serra de Paracaima nas nascentes do rio Mahui as fronteiras do Chuí e 826 de L. a O. de Cabo Frio as nascentes do rio Mapes com uma superfície com de 29 léguas quadradas ou 9000 de hectômetros quadrados.

<sup>129</sup> APM-IP 13, p. 78 e 78v

<sup>130</sup> Embora o número de provas, exames e de Atas do APM seja significativo, não foi possível encontrar exames e Atas que correspondessem a um mesmo candidato.

#### População

É habitado por 12.000.000 de habitantes pouco mais ou menos.

#### Raças humanas

Consta de div raças, sendo as principais três que são a europeia africana e a indígena ou americana, Entre estas três distingue uma outra que é uma mistura da europeia com a Africana ou Americana e a outra cor dão o manu de mameluco ou mestiço.

Produção dos três reinos da natureza. É abundante em todos três, principalmente nas do reino mineral; porque tem dado imensas minas de ouro prata diamante e muitas preciosidades.

#### Religião

A religião do Estado é a Católica Apostólica Romana.

#### Sistema de Governo

É a monarquia representativa constitucional.

Divisão administrativa judiciária e política.

O Império é dividido em 20 Províncias, cada uma delas é dividida em Comarcas, e cada Comarca em Municipalidades formando cada província digo elegendo cada Província seu número mais ou menos considerável de Senadores, Deputados gerais e Provinciais. Cada província tem um Chefe de Policia cada município um delegado e cada Freguesia um subdelegado; há também em cada Município uma Câmara Municipal e juízes de Paz em todas as Freguesia.

#### Sistema Hidrográfico

É todo território brasileiro cortado por números e caudalosos rios formam estas três ou quatro bacias uma ao N. que pertence ao Amazonas o maior rio do mundo outra ao S. que pertence ao rio da Prata outra ao centro que pertence ao rio S. Francisco e finalmente outra a S.E de rios secundários, como Belmonte Doce Mucuri.

#### Sistema orográfico

Três grandes cadeias atravessam todo Império de Norte a Sul com diversas ramificações e denominações: sendo uma destas cadeias central que é denominação de Espinhaço nascem Minas outra oriental chamada do mar e outra ocidental chamada das Vertentes que nasce nos limites do Ceará e atravessa as Províncias de Minas Goiás e Mato-Grosso. Para o Sul apresenta imensas planícies; porém a Leste e centro inúmeras cordilheiras, ao que parece ser o Império todo mais montanhoso que plano.

Cidade de Ouro Preto 12 de novembro de 1872.

Francisco Silvestre Maia Gregorio de Campo. (IP3/3 Caixa 12, doc. 2).

Havia, do mesmo modo, pareceres contrários à aprovação de candidatos, atestado de permanência para professores substitutos ou interinos e também pareceres de reprovação. Um exemplo foi o parecer emitido em nove de maio de 1873, que reprovou o candidato Luis Sauveissean, conforme consta a seguir na Ata de exame 3:



### Ata de exame 3

Ata de exame a que foi submetido o súbdito Francês Louis Savissean único candidato a cadeira de Geografia e História do Liceu Mineiro.

Aos oito dias do mês de maio do ano de mil oitocentos e setenta e três nesta Imperial cidade de Ouro Preto, capital da Província de Minas Gerais, no edifício em que funciona o Liceu Mineiro presentes o Sr. Dr. Venancio Jose de Oliveira Lisboa, presidente da Província, o Ilmo. Sr. Antônio de A. Martins Inspetor Geral Interino, presidente da ato e os examinadores nomeados Bel. Camillo Augusto Maria de Britto e Ovídio João Paulo de Andrade, as dez horas do dia teve lugar a começo dos exames escrito e oral de Geografia e História, a que foi submetido o súbdito Francês Louis Savissean único candidato que se apresentou, e sendo arguido sobre as matérias que candidatou-se a respectivo ensino. As três e meia horas da tarde terminaram-se o exame, depois que retirando-se o examinando, os examinadores conferenciando sobre o mérito das provas exibidas pelo mesmo foram acordes em dar o seguinte parecer: Nos abaixo assinados, Ovídio João Paulo de Andrade e Camillo Augusto Maria de Britto, examinadores de Geografia e História, tendo procedido ao exame sobre estas matérias, a que submeteu-se Lois Sauvissean, somos de parecer, que em face da prova oral e escrita, não tem a necessária ciência para ser julgado habilitado nas supramencionadas **disciplinas**. Liceu Mineiro no Ouro Preto, 9 de Maio de 1873. – Ovídio João Paulo de Andrade, Camillo Augusto Maria de Britto. E para constar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Ilmo Inspetor Geral Interino presidente do ato e pelos examinadores. E eu Henrique Dias da Silva Braga, oficial maior servindo de secretario a escrevi e subscrevi. (APM – IP 13, p. 66 e 66v).

É curioso que no parecer dos examinadores, eles mencionam a Geografia e a História como disciplinas<sup>131</sup>, em um tempo que segundo Chervel (1990) não era usual o termo *disciplina* quando se referia à matéria de ensino: “No seu uso escolar, o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar” não designam, até à fim do século XIX mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem [...]”.(CHERVEL, 1990, p178.).

Como consta no parecer de 1873, é evidente que o Ovídio Andrade e Camillo Britto, referem-se às ciências Geografia e História como disciplinas e não como matéria de ensino. Embora não tenha encontrado outra fonte de que já existisse a referência à disciplina como sinônimo de matéria de ensino, tem-se aqui um indício da relação entre disciplina e matéria específica. E não somente disciplina como “a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso”, como definiu Chervel (1990).

Verifiquei que, no parecer, ao citar “supramencionadas disciplinas”, os pareceristas deixam evidente que se tratava de uma expressão que definia aquilo que deve se ensinado, o

<sup>131</sup> Ver também: APM-PP 1/42, Caixa 15, pac. 33, doc. 01 e 02.

que exige a identidade de um ramo específico do saber. Isso Fernando Gil (2000) chamou de segmentação e compartimentação do saber.

Percebe-se que, em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, a Geografia ganhava configurações evidentes de uma disciplina autônoma. No sentido de apresentar um dos pressupostos que a sustentava epistemologicamente, pois, além da capilaridade no currículo escolar das instituições da província, era legitimada por se tratar de um saber essencial ao conhecimento território, fosse da província ou do Império.

## CAPÍTULO V— CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] tese de doutoramento, se constitui de um trabalho *original* de investigação, com o qual o candidato deve demonstrar ser um estudioso capaz de **fazer progredir a disciplina a que se dedica**.

[...]

Porque se trata precisamente de investigação *original*, em que é necessário saber com segurança aquilo que disseram sobre o mesmo assunto outros estudiosos, mas em que é preciso sobretudo **«descobrir» qualquer coisa que os outros ainda não tenham dito**.

Quando se fala de «descoberta», especialmente no domínio dos estudos humanísticos, não estamos a pensar em inventos revolucionários como a descoberta da divisão do átomo, a teoria da relatividade ou um medicamento que cure o cancro: podem ser descobertas modestas, sendo também considerado um resultado «científico» um novo modo de ler e compreender um texto clássico, a caracterização de um manuscrito que lança uma nova luz sobre a biografia de um autor, uma reorganização e **uma releitura de estudos anteriores conducentes ao amadurecimento e sistematização das idéias** que se encontravam dispersas noutros textos. Em todo o caso, o estudioso deve produzir **um trabalho que, em teoria, os outros estudiosos do ramo não deveriam ignorar, porque diz algo de novo**.

(Umberto Eco. *Como se faz uma tese em ciências humanas*, 2007, p. 28-29. Grifos meus).

Esta tese exigiu um esforço de reflexão em dois campos, na história da Educação, principalmente, a história das disciplinas escolares e na história da Geografia. Todavia, se, por um lado, consegui expressar o que disseram os principais estudiosos do campo da história da Geografia escolar, por outro, reconheço algumas limitações que tive no campo da história da Educação. Contudo, acredito ter mantido o carácter original da pesquisa. Ao menos, apresento um trabalho que oferece inúmeras possibilidades de reflexão, especialmente no que diz respeito à metodologia de pesquisa e à escolha e uso das fontes.

Na tentativa de ampliar o leque de documentos em condições de análise, sabia do risco que incorreria em realizar uma pesquisa panorâmica, considerando que o volume de dados que foram produzidos poderia levar à generalização de alguns temas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a temática formação de professores e os manuais escolares dedicados à geografia de Minas Gerais. Mesmo assim, avalio que o mérito da minha pesquisa está no cumprimento da exigência, referida na epígrafe: “*um estudo capaz de fazer progredir a disciplina*” de Geografia.

A intenção central foi estudar a Geografia na Província de Minas Gerais a fim de encontrar particularidades do ensino de Geografia nessa província. No entanto, a pesquisa

revelou a impossibilidade de desvincular o ensino de Geografia na província mineira, com o ensino de Geografia no Brasil. E, da mesma forma, revelou não ser coerente compreender a história da Geografia brasileira sem considerar o lugar que essa disciplina ocupou nas províncias, ou seja, nas diferentes regiões do Império. No caso de Minas Gerais, verifiquei que, ao invés de uma especificidade regional, existiam elementos para se compreender a Geografia no âmbito nacional. Posto que, além de cumprir o exigido pela legislação imperial, diferenciava-se por iniciativas que variam entre o ensino de Geografia às mulheres e a exigência do saber a respeito dessa disciplina nos concursos para secretário das repartições públicas.

No que tange a circulação das ideias, é interessante saber que o Colégio Pedro II foi idealizado e fundado por Bernardo Pereira Vasconcellos, segundo Escragolle Doria (1997), Ministro do Império que nasceu, viveu e estudou na Província de Minas Gerais. O padre Leandro Rebello Peixoto e Castro, superior do Seminário do Caraça, também elaborou o regimento e teve participação na construção do currículo do Colégio Pedro II, quando foi vice-reitor no período de 1838-1839. Bom lembrar que não foi o único do Colégio do Caraça que teve a oportunidade de levar a sua experiência à outra província do Império. D. Pedro Maria de Lacerda, fundou, em 1883, o Colégio Salesianos de Niterói, capital da província do Rio de Janeiro, havia sido estudante (1844-1848) e professor no seminário no final da década de 1850 até 1860.

Abordar a história da Geografia na Província de Minas Gerais, portanto, significou reposicionar as concepções metodológicas das análises consideradas regionais, no sentido de que o todo não se faz sem as partes. Permitiu ampliar as compreensões sobre a Geografia, em escala nacional, sobretudo, por desestabilizar as antigas concepções que afirmavam que a Geografia escolar era produto de um saber maior, científico e acadêmico. Desestabilizou, além disso, a ideia de exclusividade do Colégio Pedro II, como pioneiro e único modelo de excelência para o ensino de Geografia.

Os resultados dessa operação teórico metodológica tencionaram as compreensões recorrentes no campo da história da Geografia escolar.

A primeira dessas compreensões foi a ideia de prescrição e transposição como únicas possibilidades de investigação da disciplina escolar. O que encontrei foi uma relação dialética, entre o prescrito e a prática, ao abandonar o enfoque único do currículo como prescrição, já que concentrei a investigação na disciplina escolar. Por isso, a conclusão de que a Geografia ensinada nas escolas não foi uma expressão pura das ciências chamadas de referência ou, como chamou Chevallard (2001), transposição didática, mas uma criação histórica da própria

escola. Seja por sua finalidade ou pelo que chamo de reelaboração dos conhecimentos produzidos por agentes externos à escola, no caso da Geografia, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as expedições científicas e as sociedades literárias e científicas.

A segunda compreensão ocorreu ao deslocar o foco das atenções às influências exteriores e, ao mesmo tempo, combinar a análise ao nível da prescrição e da prática, pois assim, foi possível demonstrar que a Geografia, em Minas Gerais, no século XIX, ocupava um lugar privilegiado entre os conhecimentos escolares. Observei a presença constante da disciplina de Geografia nos diferentes níveis de ensino: primário, secundário e nas escolas normais. Um registro que foi atestado nas diferentes fontes: provas e exames utilizados nesta pesquisa, além da legislação que legitimaram o discurso da Geografia.

Na escola, o reconhecimento social da disciplina, entretanto, era manifestado no conhecimento do território brasileiro e do mundo. Esse saber tornou-se sinônimo de Geografia.

As críticas ao saber mnemônico e as representações criadas entorno de uma Geografia despreocupada com a pátria e a nação não correspondiam à realidade. Os dados indicam que havia uma intenção evidente no conhecimento a respeito dos limites internos do território brasileiro, bem como de suas riquezas e cultura do seu povo.

Ao analisar as fontes produzidas pela escola, encontrei respostas mais precisas às antigas perguntas. Talvez a principal delas tenha sido quais os conteúdos eram ensinados nas aulas de Geografia no final no Século XIX?

Os dados revelaram que a preocupação era com o conhecimento referente à geografia do Brasil, entretanto, não eram negligenciados os saberes elementares da ciência geográfica e os vastos conhecimentos sobre a geografia universal.

Os conteúdos relativos à província mineira também ficaram evidentes, sobretudo porque eram tratados nas escolas normais e no ensino primário.

Nesta pesquisa, identifiquei que, em grande medida, o conteúdo era organizado e selecionado pelos professores que elaboravam e produziam manuais escolares. Além de poder reafirmar que a legislação não era o fator determinante no ensino, pois, em muitas ocasiões, ela legitimava os desejos da sociedade. No caso, da Geografia, por exemplo, práticas ocorriam nas escolas e só depois tornavam-se leis. A presença da Corografia e os conteúdos de cosmografia ilustram essa afirmativa. Afinal, muito antes da existência da lei, já eram ensinadas nas escolas.

Com o intuito de chamar atenção às concepções sacralizadas, dirigi as críticas feitas ao trabalho de Rocha (1996; 2000; 2007) e Vlach (1988; 2010) de maneira enfática. Porém, as

críticas deste trabalho vão ao encontro de pesquisas que participam da mesma concepção, como Sousa Neto (2000) e Albuquerque (2012).

A insistência em reforçar que uma lacuna nas pesquisas em história da Geografia tem o objetivo de mostrar que existem operações teórico-metodológicas que abordam uma Geografia diferente daquela que foi conhecida até hoje. O que esta pesquisa mostrou foi que a lacuna permanece, justamente, porque os pesquisadores, da área de ensino ou não, desconsideram a história da Geografia escolar como a história da própria Geografia.

Tanto Vlach (1988; 2010) quanto Rocha (1996; 2000; 2007) exerceram um papel fundamental na história da Geografia, porque preencheram parte dessa lacuna ao se dedicarem ao estudo da Geografia escolar. No entanto, analisaram a Geografia escolar considerando a institucionalização dessa disciplina, a partir da ciência de referência, sobretudo, da Geografia lecionada na universidade nas décadas de 1930 e deixaram outra lacuna. Pois, embora admitissem a existência do ensino de Geografia no século XIX, que seus trabalhos tiveram como ponto de partida o Colégio Pedro II, não reconheceram a existência de uma disciplina autônoma sem que houvesse a sua correspondente em nível superior.

Um dos argumentos que, no século XIX, sustentava essa concepção era que o ensino de Geografia foi pouco significativo, esteve ancorado na tese de que não existiam professores de Geografia, pois não existiam cursos superiores na área.

As pesquisas que tiveram como base as críticas a Aires de Casal e sua obra, *Corografia brasileira*, e o mito de que não havia uma produção do conhecimento Geografia reforçaram a ideia da existência de uma Geografia modesta, de modelo francês e orientada a partir do Colégio Pedro II.

Ao realizar a pesquisa “A Geografia escolar na Província de Minas Gerais”, mesmo reconhecendo os limites desse trabalho, venho advertir que, segundo a produção dos manuais didáticos e a presença dessa disciplina na escola, a Geografia não era modesta como se imaginava; dado a circulação desse saber no mundo civilizado e entre a sociedade letrada. Não há um modelo francês e ao considerar o papel político de Minas Gerais durante o Império, tão pouco pode-se afirmar que a orientação da Geografia brasileira era exclusividade do Colégio Pedro II.

Não sei se de fato eu consegui mostrar as finalidades reais da disciplina de Geografia em Minas Gerais no século XIX. Porém, ao compreender o processo de escolarização nas instituições mineiras, identifiquei, também, as contribuições da Geografia escolar para a construção da ideia de Brasil, bem como compreender as noções de território e nação que passaram a integrar-se aos saberes pedagógicos, que se transformaram em um elemento

significativo da cultura escolar no século XIX.

Mesmo reconhecendo os limites desta pesquisa, acredito ter contribuído para acrescentar informações profícuas às reflexões já existentes, sobre a história da Geografia escolar, evitando, pelo menos, as longas interseções dos estudos desta temática no campo da história da Geografia. Dessa forma, além de oferecer novas reflexões para o conhecimento do tema, deixo algumas pistas para futuros pesquisadores desejosos de investigar a história da Geografia na Província de Minas Gerais ou nas demais regiões que julgarem importantes.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa (2010). A economia brasileira no império, 1822-1889. Texto para discussão n. 584. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Economia, 2010. Disponível em: <[www.econ.puc-rio.br](http://www.econ.puc-rio.br)>. Acesso em: 01 ago. 2012.

ABREU, Pedro José de. *Elementos de Geographia Moderna para uso dos alumnos do imperial Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1863.

AB'SÁBER, Azib Nacib. Tempos e espaços na mira de um historiador. In. D'INCAO, Maria Angela (Org.). *História e Ideal*. Ensaio Sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora Unesp, Secretaria de Estado e Cultura; Editora Brasiliense, 1989.

AGUIAR, Luana Maria; COUTO, Marco Antônio Campos. Panorama da produção de trabalhos sobre ensino nos Encontros Nacionais de Geografia. *Anais do 9º ENCONTRO DE PRÁTICA DE ENSINO*: Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói/RJ, 2007. CD-ROOM.

AGUIAR, Luiz Antonio da Costa. *Geographia Physica para uso da juventude de todas as classes da Sociedade*. Escrito em língua inglesa e traduzido pelo tenente Maury . Rio de Janeiro; Paris: B. L. Garnier, 1873, 200 p.

AHRONS, Guilherme. *Princípios de geographia matemática*. Porto Alegre: Gundlach, 1883. 76 p.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. *Lugar: conceito geográfico nos currículos pré-ativos – relação entre saber acadêmico e saber escolar*. 2004. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. A Autoria de Livro Didático de Geografia em Pernambuco no Século XIX: uma relação entre a legislação e a elaboração. In. *Terra Livre*, v. 2, p. 163-171, 2009.

\_\_\_\_\_. Um debate acerca da origem da geografia escolar no Brasil. In. *Anais do III ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO e I ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

ALBUQUERQUE Salvador Henrique de. *Noções de geographia para uso das escolas Pernambuco*: Typ. Universal, 1846. 45 p.

\_\_\_\_\_. *Compendio de chorografia universal, especial do Brasil e da provincia de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1880.

ALDE, Lorenzo. Os inventores da História. *Revista de história. com. br*. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/os-inventores-do-brasil>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.



ALMEIDA, Felipe Pessanha de. A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Justiça – Arquivo Nacional. Cadernos MAPA n.6 Memória da Administração Pública Brasileira, 2013.

ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro de. *Mandando Adotar*: livros didáticos e história da geografia no Rio Grande do Sul para escolas elementares (1896-1902). 2007. Mestrado (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ALMEIDA & SÁ, Luiz de França. *Compendio de geographia da provincia do Paraná*, adaptado ao ensino da mocidade brasileira e acompanhado de 130 notas instrutivas. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – volume II – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ANAIS do I ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, São Paulo. 1999.

\_\_\_\_\_. II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo – 9 a 12 de novembro de 2009.

\_\_\_\_\_. III ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO e I ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – 05 a 10 de novembro de 2012.

ANDRADE, Manoel Candido da Rocha. *Almanak do estado de Alagoas para o ano de 1896*. Contém, além de muitas informações úteis, uma notícia geográfica da Província das Alagoas. Alagoas, 1895.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia: Ciência da Sociedade*. Uma introdução à análise do Pensamento Geográfico. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1992.

ANÔNIMO (Autor); LORSIGNOL, G. (Ilustrador). *Novo Atlas Universal*. Paris/Lisboa: Editora Guillard, Aillaud & Cia, 1884.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: editora Itatiaia, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia – Geral e do Brasil*. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Moderna, 2010.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito. *Compendio de corographia do Brasil para uso das escolas de instrução primaria*. Lisboa: Rolland & Semiond, 1872. 72 p.

ARAUJO & SILVA, Domingos de. *Dicionário histórico e geográfico da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Em casa de Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

ARAUJO, Francisco Lentz. *Geographia do Estado de Minas Geraes: seguida de noções de história do mesmo Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1895.

ARCHELA, Rosely Sampaio. *Análise da cartografia brasileira*. Bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997. 2000. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

\_\_\_\_\_. *NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

\_\_\_\_\_. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

\_\_\_\_\_. *NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

\_\_\_\_\_. *NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

\_\_\_\_\_. *NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

*ATLAS e relatório concernente a exploração do Rio São Francisco. Desde a Cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico*. Levantado por ordem do Governo de S. M. I. Senhor Dom Pedro II. Pelo Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld em 1852, 1853 e 1854. Rio de Janeiro: Lithographia na Provincia Imperial, 1860.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

AZURARA, João José Pereira de. *Pequena geographia do Brazil (methodo intuitivo) para uso dos alumnos do curso primario do Externato Azurara*. Santos, São Paulo: Typ. do Diário de Santos, 1884.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Typ. Santos & Menor. 1839 [digitalização da Biblioteca do Senado, 2004].

BALBI, Adrien. *Tractado de geographia universal, physica, historica e politica*. Paris: Casa J. P. Aillaud, 1838.

BARRETO, Rozendo Muniz. *Tese para o concurso da cadeira de história e corografia do Brasil do internato Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1879.

BARROSO, Dr. José Liberto. *A instrução publica no Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1867.

BEAUREPAIRE, Jacques Antonio Marcos de. *Compendio de geographia universal, contendo a divisão particular de todas as regiões do mundo conhecido, e com especialidade, do império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1835.

BERLINK, Eudoro Brasileiro. *Compendio de Geographia da provincia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. Do Deutsche Zeitung, 1863.

BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra*. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In. *História do Brasil nação: 1808-2010*. Volume 2: A construção da nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar – 1810-1910*. São Paulo: Autentica Editora, 2008. Coleção História da Educação.

BITTENCOURT, José Correia de Mello. *Elementos de geografia física, contendo a descrição especial de cada país e organizados segundo o atual programa e exames Gerais da instrução pública*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1880.128 p.

BLAKE, Augusto Victoria Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Volume 1.

\_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Volume 2.

\_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Volume 3.

\_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Volume 4.

\_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. Volume 5.

\_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Volume 6.

\_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Volume 7.

BOLIGIAN, Levon. *A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia*. 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *A cartografia nos livros didáticos e programas oficiais no período de 1824 a 2002: contribuições para a história da cartografia escolar no Brasil*. 2010. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, São Paulo.

BORGES, Francisco José. *Epitome da Geographia e Historia do Brasil*. Rio de Janeiro, 1862.

BOSI, Alfredo. Cultura. In. CARVALHO, José Murilo (Coord.). *A construção do nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In. ORTIZ, Renato (Org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n. 39, Editora Ática, São Paulo, 1983.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp; Ministério da Cultura Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes de. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 2009.

BRANDÃO, Antônio Pinto da Costa de Souza. *Noções preliminares de geographia em forma de dialogo, com especial aplicação ao Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Francesa, 1852. 74 p.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. *Compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil*. Rio de Janeiro: Brandão e Irmãos, 1864.

\_\_\_\_\_. *Elementos de Geographia oferecida à mocidade cearense*. Fortaleza: Typographia de Paiva e Companhia, 1851. 276 p.

BRASIL FILHO, Thomaz Pompeo de Souza. *Lições de geografia do Ceará*. Fortaleza, 1894.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BROEK, Jan O. M. *Iniciação ao Estudo da Geografia*. Tradução de Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 8. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – FENAME – Fundação Nacional de Material Escolar, 1973.

BUENO, Luiz de Oliveira. *These do concurso ao lugar de professor substituto das cadeiras de geographia, cosmographia, história e chorographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Imperial Collegio D. Pedro II, 1853. [Cosmografia, systemas de Ptolomeu, Copérnico e Tycho-Brache, leis de Kepler, atração e repulsão].

BURGAIN, José Julio Augusto. *Geografia pátria elementar*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.

BURGAIN, Luiz Antonio. *Novas lições de geographia elementar sem decorar por meio de exercícios*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradução de David Jardim Junior. São Paulo: Ed. Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CALLOGERAS, João Baptista. *Compendio de geographia e historia, seguido de um breve epítome sobre os globos e seus círculos por João Henrique Freese*. Rio de Janeiro, 1868.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 2. ed. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva (Org.). *Correspondência do Senador Pompeo*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1960. Coleção História e Cultura. Volume 3.

CANEZZA, L. H. *Lições de Geografia e Cosmografia, redigidas segundo o último programa de instrução pública para exames desta matéria*. Rio de Janeiro: Serafim José Alves, 1875.

CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciência em la geografia contemporânea*. Barcelona: Barcanova, 1988.

CARVALHO, Alcione Luis Pereira. *Geomorfologia e geografia escolar: o ciclo geográfico Davisiano nos manuais de metodologia do ensino (1925-1993)*. 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. Teoria Geomorfológica e Geografia Escolar no Brasil. In. OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (Org.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Joaquim José. *Breves noções de geographia e corografia do Brasil. Formuladas de acordo com o novo programa de exames gerais preparatórios*. Rio de Janeiro, 1883. 127 p.

CARVALHO, Joaquim José. *Noções elementares de geographia do Brasil para uso dos alunos do curso primário do Colégio Amorim Carvalho e das escolas no corpo militar da polícia da corte*. Rio de Janeiro, 1885. 74 p.

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, Terra e Ferro – Vozes de Minas. In. GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizontes: Editora UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem – A elite imperial; Teatro das sombras – A província imperial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil nação: 1808-2010*. Volume 2: A construção da nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. *Geographia do Brazil: A construção da nação nos livros didáticos de geografia da primeira república*. 2012. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

CASAL, Aires de. *Corographia Brasílica*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1945. Edição fac-símile de 1817.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasilica*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1976.

CASSAB, Mariana. A produção em história das disciplinas escolares pela escrita de pesquisadores brasileiros. *Revista Brasileira de História da Educação*. Sociedade Brasileira de História da Educação, n. 23, 272 p., maio-ago. 2010.

CAVALCANTI, José Pompeu de A. *Chorographia da Provincia do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

CAVALCANTI, Luiz Paulino. *Geographia elementar*. Pernambuco, 1846.

CHAMON, Magda Lúcia. *Relações de Gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)*. 1996. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

CHOPPIN, A. Pasado y presente de los manuales escolares. In. BERRIO, J. R. *La cultura escolar de Europa*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p 107- 221.

CERQUEIRA & SILVA, Ignacio Accioli de. *Corographia paraense ou descrição física, histórica e política da Provincia do Gram-Pará*. Typografia do Diário: Bahia, 1833.

\_\_\_\_\_; MORAES, Alexandre Jose de Mello. *Ensaio Corographico do Imperio do Brasil, oferecido e consagrado a sua majestade o senhor D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Typ. Dois de Dezembro de Paula Brito, 1853. 353 p.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In. *Revista Teoria & Educação*, n. 2, 1990.

CHEVALIER, Jean-Pierre. Enseigner la France em géographie aux jeunes écoliers (1788-2008). *L'enseignement de la géographie de la France*. L'information géographique recherche et enseignement. Paris: Armand Colin, setembro de 2008. Volume 72.

CHEVALLARD, Yves. *La transposición didáctica Del Saber Sabio Al Saber Enseñado*. Argentina: Aique, 1991.

CHIZZOTTI, Antônio. *As origens da instrução pública no Brasil*. 1975. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. Portugal: Edições 70, 2006.

COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno. *O ensino de Geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971*. 1985. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, São Paulo.

CORAZZI, David. *Chorographia do Brazil. Biblioteca do povo e das Escolas*. Lisboa: Emprezas Rosas Romanticas, 1882.

\_\_\_\_\_. *Diccionario de geographia universal*. Lisboa: David Corazzi, 1883.

\_\_\_\_\_. *Geographia Geral. Biblioteca do povo e das Escolas*. Lisboa: Emprezas Rosas Romanticas, 1881.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Lisboa: Imprensa Oficial, 2009. Obras completas 11. Tomo I e II.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUTINHO, Tancredo Leite do Amaral. *Geografia elementar, adaptada às escolas públicas primárias*. 2. ed. Correta e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1893. 178 p.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Corografia do Pará*. Pará, 1887.

\_\_\_\_\_. *Geografia especial do Pará, aprovado para uso das escolas primárias*. Pará: Typographia e Encadernação de V. Travessa, 1895. 89 p.

\_\_\_\_\_. *Pequena geografia da província do Pará*, 1887. 85 p.

CUSTÓDIO, Vanderli. Do colégio Pedro II à Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro: destigmatizando geografias. In. BONFIM, Paulo Albuquerque; SOUZA NETO, Manuel Fernandes (Orgs.). *Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.

DE BIAGGI. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira: os mapas como um meio de delimitar o território. 3º SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA – Agenda para a História da Cartografia Iberoamericana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

DELAMARCHE, C. F. e. *Atlas de Géographie et historique*. Paris: Chez l'auteur, 1809.

DIÉGUES JUNIOR, Manoel Balthazar Pereira *Compendio de Geographia e Cosmographia*. Maceió: Typ. D'A Ordem. 1890.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002. Coleção História.

DORIA, Escragnolle. *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo - 1837-1937*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

ECO, Umberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 28 e 29.

EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In. BRAGANÇA; ABREU (Orgs.). *Impresso no Brasil – dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-fim. *Geographia Alagoana ou descrição Physica, Política e História da provincia de Alagoas*. 2. ed. Maceio: Typographia do Liberal, 1871.

ESPÍRITO SANTO, Eleutherio Roberto Tavares do. *Noções geográficas e históricas do Estado de Pernambuco*, 6. ed. Recife: Typ. da Província, 1891.

FARIA FILHO, Luciano Mende de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos-metodológicos de um programa de pesquisa. In. LOPES & MACEDO (Orgs.). *Disciplinas e integração curricular: História e Políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexos em torno de alguns pressupostos e desafios. In. BENCONSTA, Marcus Levy (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas – itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. História da educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In. *História da Educação – desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da UFF, 2009.

\_\_\_\_\_. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In. FONSECA, Thais Nivia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2003.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, Antônio Irlen; Vidal, Diana Gonçalves e Paulino, In. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. Educação e Pesquisa. Vol. 30, n. 1. São Paulo, 2004.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ensino de história. *SAECULUM Revista de História*. [13]; João Pessoa, jul/dez. 2005.

FERRAZ, Claudio Benito Oliveira. *O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira 1913 a 1945*. 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

FERREIRA, Francisco Ignacio. *Diccionario geographico das Minas do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa. *Os exercícios nos livros didáticos de geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930)*. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & Ensino de História*. 2. ed. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. História da Educação e História Cultural. In. VEIGA, Cinthia Veiga; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. (Orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2003.

FORQUIN, Jean-Charle. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte, 2007. 255p.



FRAZÃO, Manoel José Pereira. *Noções de Geografia do Brasil, para uso da mocidade brasileira*. Rio de Janeiro: Typ. Esperança de J. d'Aguiar & C., 1883. 198 p.

FREESE, João Henrique. *Compendio de Geografia e Historia seguido de um breve epítome sobre os Globos e seus circulos, e de uma tabela cronologica dos principais acontecimentos da história do Brasil, desde o seu descobrimento, até a coroação de S.M.I. o Sr. D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Typ de J. E. S. Cabral, 1842.

FREITAS, Joaquim Pedro Correia. *Noções de geografia e história do Brazil para uso das escolas primarias da província do Pará*. Pará: Typ. Commercial de F. da Costa Júnior, 1863.

FURTADO, Junia Ferreira. Trajetórias de Franceses em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de. *Franceses no Brasil: Séculos XIX-XX*. São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. Um cartógrafo rebelde? Joaquim José da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do museu paulista*. Vol.17, n.2, São Paulo, Jul./Dez. 2009. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142009000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200009)>. Acesso em: 20 set. 2012.

GALVÃO, Ignácio Aprígio da Fonseca. *Introdução da corografia Brasilica, da parte que trata da Bahia*. Bahia, 1826.

GAMA, Domicio da. *Atlas universal de geographia physica e política*. Paris: Rio de Janeiro: Garnier, 1898.

GÂNDAVO, Pedro. *História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia LTDA, 2000.

GASPARELLO, Arlette M. *Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. 2002. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. A pedagogia da nação nos livros didáticos de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920) *Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*. História e memória da educação brasileira. Natal, RN, 3 a 6 de novembro de 2002.

GAUDIO, Rogata Soares. Del. *Concepções de nação e estado nacional dos docentes de geografia - Belo Horizonte no final do segundo Milênio*. 2006. Tese (Doutorado). Faculdade Educação — Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

GAULTIER, Abade. *Lições de Geografia*. Paris: Livraria Portugueza de J.P. Aillaud, 1838.

GEIKIE, Archibald. *Geographia Physica*. Tradução e adaptação de Carlos Jansen. Rio de Janeiro; São Paulo: H. Laemmert & Cia, 1880.

GERBER, Henrique. *Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863.

\_\_\_\_\_. *Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais*. Organização e estudo crítico de Friedrich Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

GERARDO, Víctor Gómez. La enseñanza de la geografía y los textos escolares em la segunda mitad Del siglo XIX. In. LADESMA, Xavier Rodríguez (Coord.). *Pasado em construcción – la historia y sus procesos de enseñanza aprendizaje*. México: Universidad Pedagógica Nacional, 2010.

GIL, Fernando. Disciplina. *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa – Casa da Moeda, 2000. Volume 42, Conhecimento.

GIRALDES, J. P. C. Casado. *Tratado completo de cosmographia e geographia historica physica e commercial, antiga e moderna*. Pariz: em casa de Fantin, Livreiros; Rey e Gravier Livreiros e Aillaud, Livreiro, 1827.

GOES, Antonio Francisco de Assis. *Epítome da geographia e historia do Imperio do Brasil*. Petrópolis: Typ. Do mercantil de B. Pereira Sodré, 1872.

GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (Org.). *Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial. (Brasil, 1822-1889)*. Vitória: EDUFES, 2011. Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil. Sociedade Brasileira de História da Educação.

\_\_\_\_\_; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

GOODSON. Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *El cambio en el currículum*. Barcelona: Octaedro, 2000.

\_\_\_\_\_. *Historia del Curriculum. La construcción social de las disciplinas escolares*. Barcelona: ediciones Pomares-Corredor, S/A. 1998.

\_\_\_\_\_. *Tornando-se uma disciplina acadêmica: padrões de explicação e evolução*. Teoria & Educação, 2, 1990.

GOMES, Pedro do Nascimento. Geografia escolar nos currículos: o lugar da resistência em Fortaleza (1901-1919). In. *Anais do III ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO e I ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

GONÇALVES, Amanda Regina. A geografia escolar como campo de investigação: história da disciplina e cultura escolar. *Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociais – Universidad de Barcelona*. Volume XVI, n. 905. 2011.

GUIMARÃES, Bernardo. *O Garimpeiro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. s/d. Coleção clássicos brasileiros.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Brasil Império*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005.

HAWKING, Stephen. *Os Gênios da Ciência – sobre os ombros de gigantes*. Tradução Marco Moriconi. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005. p. 99-145.

HOLANDA, Sérgio Buarque de [et al.]. *O Brasil Monárquico*. Volume 4: Dispersão e unidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Objetiva, 2009.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Normas de apresentação tabular*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

ISLER, Bernardo. *A geografia e os estudos sociais*. 1973. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. São Paulo.

JULIÁ, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In. *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KANDINSKY, Wassily. *Ponto e linha sobre plano – contribuição à análise dos elementos da pintura*. Tradução Eduardo Brandão (a partir da tradução original francesa de Suzanne e Jean Leppien). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KNAUSS, Paulo; RICCI, Cláudia; CHIAVARI, Maria Pace. *Brasil: Uma cartografia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

KOZERITZ, Carlos Von. *Compendio resumido de Geografia*. Pelotas, 1859.

LACERDA, Joaquim Maria de. *Atlas universal de geografia para uso das escolas e instrução do povo, compreendendo 32 mapas, primorosamente gravados e coloridos de todos os países do mundo*. Rio de Janeiro, 1883.

\_\_\_\_\_. *Curso methodico de geographia physica, politica e astronomica*. Rio de Janeiro, 1880.

\_\_\_\_\_. *Curso Methodico de geographia physica, politica, historica, comercial e astronomica, composto para uso das escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1884.

\_\_\_\_\_. *Compêndio de história sagrada, seguido de uma pequena geografia sagrada: obra ordenada por 115 estampas e um mapa da palestina*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884. 216 p.

\_\_\_\_\_. *Elementos de Geografia physica, politica e astronomica como estampas coloridas para as classes inferiores da instrução secundária*. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1870. 256 p.

\_\_\_\_\_. *Novo Atlas universal da infância, contendo 19 cartas e numerosos planos de cidades, organizado pelo Dr. Joaquim Maria de Lacerda, etc. acompanhado de um texto explicativo sobre cada carta por L. L. Fernandes Pinheiro*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1888.

\_\_\_\_\_. *Pequena geografia da infância*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1880.

\_\_\_\_\_. *Resumo de Chorographia do Brazil*. Por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor, 1887.

\_\_\_\_\_. *Tratado elementar de geographia*. Rio de Janeiro: Livreria B. L. Garnier, 1870.

LACOSTE, Ives. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra*. Campinas: Papirus, 1985.

LAGES & SILVA, Rita Cristina Lima. *O ensino de Francês na instrução pública em Minas Gerais em 1831 e 1855*. 2007. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

LAUBSTEIN, Geórgia Stefânia Piceli. *História da disciplina geografia – contribuições da memória de uma educadora*. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, São Paulo.

LEÃO, Manoel do Rego Barros de Souza. *Elementos de Geographia, compilados de diversos autores*. Recife, 1858.

LEITE, Ângelo Filomeno Palhares. *A formação da cultura filosófica escolar mineira no século XIX – uma filosofia de compêndio: um estudo sobre a disciplina de filosofia no liceu mineiro (1854-1890)*. 2005. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte.

LEMOS & SÁ, Jorge Maria de. *Elementos de geographia*. Maranhão, 185?.

LERY, Jean. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2006.

LIMA, Arcelino de Queiroz. *Compendio elementar de Geografia geral e especial do Brasil*. Ceará, 1873.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. Revista *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 334-356. Disponível: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/Topoi%2007/topoi7a5.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi%2007/topoi7a5.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2013.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. Rio de Janeiro: Editora Brasília, s/d.

LIMA, Maria das Graças de. O debate político e o ensino de geografia: a conjuntura entre 1891 e 1930. *Anais do II COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO*. Universidade Federal de Uberlândia: 2010.

LOBO, José Theodoro de Souza. *Geographia elementar*. 1884.

LOPES, Lucineide Fábila Rodrigues. *A região nordeste nos livros didáticos de geografia: uma análise histórica*. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de João Pessoa. Paraíba.

LOPES, Luiza Candida Oliveira. *Lições de geographia particular do Brazil. In° 8. Acompanha este trabalho um lindo mapa do Brasil*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo editor, 1877.

LORA, María Esther Aguirre. La geografía emigra a la escuela. Apuntes sobre a la configuración de um campo disciplinar. Siglo XIX (1825-1898). In. LAFARGA, Luz Elena Galván; MOCTEZUMA, Lucía, Martínez (Orgs.). *Las disciplinas escolares y sus libros*. México: Universidad Autónoma Del Estado de Morelos, 2010.

LOURENÇO, Claudinei. *A natureza no ensino de Geografia de 1º e 2º graus: perguntas ao passado*. 1996. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

LUMINATI et al. (Org.); CAIO PRADO JR. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: Edusp; FAPESP; AGB, 2008.

MACEDO, Joaquim Manoel. *Lições de Corographia do Brazil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

\_\_\_\_\_. *Lições de Historia do Brazil para uzo dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, 1861.

\_\_\_\_\_. *Noções de Corografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Franco-americana, 1873. 2 volumes.

MACHADO, Lia Osório. In. SOUSA NETO, Manoel Fernandes de et al. *Terra Brasilis. Geografia: disciplina escolar*. Rio de Janeiro: *Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Ano 1, n. 1, Jan./Jun. 2000.

\_\_\_\_\_. *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, os espaços vazios e a idéia de ordem*. In. CASTRO, Iná Elias et al. *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

MAGALHÃES, Basilio de. *Lições de Geographia geral*. São Paulo: Typographia Aurora, 1898.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Editora Moderna, 1997.

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. *Taboas de chronologia e geographia histórica*. Rio de Janeiro, 1884.

MARTINS, Henrique Augusto Eduardo. *Corografia do Brasil – Pontos escritos de geografia*. Porto Alegre: Rodolfo José Machado editor, 1883.

\_\_\_\_\_. *Elementos de cosmografia*. Porto Alegre, 1881. 96 p.

\_\_\_\_\_. *Geografia do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Franco & Irmão, 1898.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 2005.

MARQUES, Cezar Augusto. *Diccionario historico-geographico da provincia do Maranhão*. Maranhão: Typ. do FRIAS, 1870

\_\_\_\_\_. *Diccionario historico, geografico e estatístico do estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1878.

MATTOS, Gregório de. Crônica do Viver Baiano Seiscentista. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/cronica-do-viver-baiano-seiscentista-de-gregorio-de-matos.-pdf/view>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

MATTOS, Ilmar. Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAURY, Aguiar. *Geographia Physica*. Rio de Janeiro: Garnier, 1873. Tradução de A. da Costa.

MEDEIROS, Edna Maria Ribeiro de. *A geografia nas propostas curriculares 1930-1992*. Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

MELO, Adriane Ávila. *Trajetórias do ensino de geografia no Brasil: 1978-1996*. 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

MELO, Adriany de Ávila; VLACH, Vânia Rúbia Farias; SAMPAIO, Antônio Carlos Freire. História da Geografia escolar brasileira: continuando a discussão In. VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia. *Anais do COLUBHE – UFU*, 2006, v. 1 p. 1-12.

MELO, Barão Homem de; BUENO, Francisco Antonio Pimenta. *Atlas do Imperio do Brazil*. Organizado e Gravado por Claudio Lomellino de Carvalho. Editado por Angelo Agostini e Paulo Robin: 1882.

\_\_\_\_\_; GAMA, Luís Felipe de Saldanha da; BUENO, Francisco Antônio Pimenta; DERBY, Orville Adalbert. *A geografia física do Brasil*. Rio de Janeiro, 1884.

MENDOZA, Josefina Gómes; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. *El pesamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A geografia no Brasil (1934-1977) Avaliação e Tendências*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Instituto de Geografia, 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Notas sobre a identidade e institucionalização da Geografia no Brasil*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 166-176.

MORAIS, Abraão de. A astronomia no Brasil. In. AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria*”: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João Del-Rei (1824-1831). 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro – as matrizes clássicas originárias*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. Volume 1

\_\_\_\_\_. *O pensamento geográfico brasileiro - matrizes brasileiras*. São Paulo: Contexto, 2010. Volume 3.

MOURÃO, Paulo Krüger Correa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte, 1959.

MOUNUL, Najla da Mehanna. *O ensino de geografia no projeto educacional de Rui Barbosa*. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

MOURA, Caetano de Lopes. *Tratado de geografia universal, física, histórica e política*. 1858

MOURE, J. G. Amedeo; Malte Brun. *Tratado de geographia elementar, physica, histórica, ecclesiastica e política do Imperio do Brasil*. Paris: V. J. P. Aillaud, Moulomn & C., 1861.

MÜLLER, Charles. Rapports sur les manuscrits de la géographie de Ptolémée. *En. Archives des missions scientifiques et littéraires*, 2e sér, 4, Paris: Imprimerie Impériale, 1867. [digitalizado]

NERY, Raymundo Agostinho. *Noções Gerais de geographia universal, contendo particularmente a geographia do Imperio do Brasil e da província do Amazonas, acompanhados de 17 figuras no texto*. Paris; Lisboa: Guillard, Aillaud & Cia., 1884.

NEVES, Leonardo Santos. *Organização do ensino secundário em Minas gerais no século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

NEVES, Lucia Maria Bastos P.; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *Privilégios ou direitos? A questão autoral entre intelectuais e homens de Estado no Brasil do século XIX*. In. BRANGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp; Ministério da cultura Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

NOGUEIRA, Manuel Tomaz Alves. *Compendio de geographia e chorographia do Brasil. acompanhado de tres mappas e de um indice alphabetico*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1889.

NOVAES, Carlos. *Geografia primária composta para uso das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1892. 162 p.

NOVAES, Ínia Franco de. As trajetórias da geografia e seus reflexos nos primeiros anos de escolarização no Brasil. *Anais do VI ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA – Concepções e fazeres da Geografia na Educação: Diversidade em Perspectiva*. Uberlândia, Minas Gerais, Jul. de 2007.

NUNES, Dr. Pedro. *Tratado da Sphera com a Theorica do Sol e da Lua*. Lisboa, Oficina de Germão Galhardo, 1537.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1997.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. *A cartografia escolar e o ensino de geografia no Brasil: um olhar histórico e metodológico a partir do livro didático (1913-1982)*. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba.

OLIVEIRA, Cesar Alvarez Campos de. *Geografia e ensino no Brasil e em Cuba: um estudo histórico-geográfico comparado*. 2007. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, J. J. Machado d'. *Geographia da provincia de S. Paulo*. São Paulo: Imprensa da Provincia de São Paulo – Typ. Imparcial de J. R. Azevedo Marques, 1862.

OLIVEIRA, Mizael Fernandes de. *A institucionalização da geografia escolar e sua espacialidade nos oitocentos (1843-1889) na província capixaba*. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo.

PACHECO, José Praxedes Pereira. *Breves noções para se estudar com methodo a geographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do autor e de todos os livreiros, 1857.

PARANÁ, Sebastião. *Corografia do Paraná*. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica de Aníbal, Rocha & Cia, 1899.

PEREIRA, Diamantino Alves Correia. *Origens e consolidação didática na geografia escolar brasileira*. 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Jeronymo Sodré. *Compendio de geographia elementar, especialmente do Brazil*. Salvador: Imprensa econômica, 1876.

PEREIRA, João Felix, *Chorographia do Brazil*. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Compendio de Geographia elementar para uso das escolas brasileiras*. (com estampas). Rio de Janeiro: Typ. de R. Ogier, 1836.

\_\_\_\_\_. *Diccionario topographico do Imperio do Brasil, contendo a descrição de todas as províncias em geral, e particularmente de cada huma de suas cidades, villas*. Rio de Janeiro: Typographia R. Ogier & C., editores, 1834.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A geografia no Brasil. In. AZEVEDO, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.



PEREIRA, Manoel Antônio Martins Pereira. *Breve noticia corographica do Imperio do Brasil*. Recife: Typ. Universal, 1855.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna*. 3. ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Brasilense, 1985.

PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In. FERRI, M. G. e MONTROYA, S. (Coords.). *História das Ciências no Brasil*, Vol. I. São Paulo: Edusp, 1979.

PESSOA, Rodrigo Bezerra. *Um olhar sobre a trajetória da geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a geografia atual*. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba.

PEZZATO, João Pedro. *Ensino de geografia: histórias e práticas cotidianas*. 2001. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2001.

PINHEIRO, Antônio Carlos. *Trajatória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de geografia no Brasil -1972-2000*. 2005. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Geociência. São Paulo.

\_\_\_\_\_. *O Ensino de Geografia no Brasil: Catálogo de Dissertações e teses 1967/2003*. Goiânia: Editora Vieira, 2005.

PINHEIRO, Manuel Pereira de Moraes. *Elementos de Geografia universal, geral do Brasil e especial de Pernambuco, para a infância escolar da provincia de Pernambuco*. Recife: Typ. Do Jornal do Recife, 1875.

\_\_\_\_\_. *O Atlas elementar de Geografia do Sr. J. e. da Silva Lisboa*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1877.

PINTO, Alfredo Moreira. *Atlas texto. Chorographia do Brasil (para uso dos Gymnasios e Escolas Normaes)*. Rio de Janeiro;São Paulo: Livraria Classica de Alves e Cia., 1881.

\_\_\_\_\_. *Chorographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Cia., 1895.

\_\_\_\_\_. *Elementos de geografia moderna*. Rio de Janeiro, 1869.

\_\_\_\_\_. *Elementos de geographia moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. de Serafim Jose Alves editor, 1874.

\_\_\_\_\_. *Geografia das províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1883.

\_\_\_\_\_. *Noções de geografia Universal*. Rio de Janeiro, 1881.

\_\_\_\_\_. *Noções de geographia astronômica*. Rio de Janeiro: Serafim Jose Alves, 1873.

\_\_\_\_\_. *Noções elementares de corografia do Brasil, para uso das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1881.

\_\_\_\_\_. *Noções elementares de Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Serafim José Alves, 1881.

\_\_\_\_\_. *O Brazil em 1885: geographia das provincias do Brazil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau-Alves.

\_\_\_\_\_. *Rudimentos de Chorographia do Brazil*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1891.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

POLONI, Delacir Aparecida Ramos. *A política educacional no Brasil e o ensino de geografia: caminhos e descaminhos*. 1998. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. *Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos*. 9. ed. ver. ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. 93 p. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao\\_monografias.pdf](http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_monografias.pdf)> Acesso em: 31 jul. 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

RABELO, Dacio de Lira. *O Nordeste: Pernambuco centro e origem de toda civilização nordestina*. 1832. These apresentada a concurso para provimento da cadeira de geographia do Brasil e noções de cosmographia da Escola Normal de Pernambuco. Recife [Imp. Industrial].

RAMOS, Antonio Manuel dos. *Compendio de Geographia*. Porto: Livraria Portuense de Lopes, 1895.

REBELLO. Domingos José Antônio. *Corographia ou abreviada historia geographica do Imperio do Brasil*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1829.

RECLUS, Elisee. *Estados Unidos do Brazil: Geographia, ethnographia, estatística..* Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1900. Tradução B.F. Ramiz Galvão.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFIA BRASILEIRO. Tomo XVI (Tomo 3 da Terceira Série). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853.

RIBEIRO, Hilário. Mappa Orographico e Hydrographico. *Geographia da provincia do Rio Grande do Sul: adaptada ás classes elementares e adornada com mappas coloridos*. Pelotas: Editora Carlos e Pinto & Comp., 1880. p. 15.

RIBEIRO, Maria Luísa S. R. *História da Educação Brasileira. A organização escolar*. Coleção universitária. 4. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1982.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *A trajetória da Geografia no Currículo escolar brasileiro*. 1996. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. A Influência Francesa no processo de Institucionalização da Geografia Escolar no Brasil. In: CAPEL, CARDOSO, Horacio; AMORIM, Carlos Augusto de Amorim; MAIA, Doralice Satyro; TONINI, Ivaine Maria; ALMEIDA, Maria Geralda de; ATAIDE, Ruth Maria da Costa. (Org.). *Territorio, Ciudad y Educacion*. 1. ed. Barcelona, Espanha: APEC - Asociacion de Invzstigadores y Estudiantes en Cataluna, 2007, v. 1, p. 197-214.

\_\_\_\_\_. Delgado de Carvalho e a Orientação Moderna no Ensino da Geografia Escolar Brasileira. In: SOUSA NETO, Manoel Fernandes de et al. *Terra Brasilis*. Geografia: disciplina escolar. Rio de Janeiro: *Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Ano 1, nº 1, Jan./Jun. 2000.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia moderna na sala de Aula: Rui Barbosa e Delgado de Carvalho e a renovação do ensino de geografia no Brasil. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, vol. 8, núm. 15, 2009, p. 75-94, Universidade Federal do Ceará.

\_\_\_\_\_. Uma Breve História da Formação do Professor de Geografia no Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, v. 15, p. 129-144, 2000.

ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de geografia elementar, oferecido ao governo de S.M.I e por ele aceito para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1838. 142 p.

ROMANELLI, Otaiza O. *História da Educação no Brasil*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

RUBIM, Joaquim Frederico Kiappe da Costa. *Lições históricas e geographicas do Brasil, extraídas dos melhores autores*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1863. 86 p.

RUSCELI, Girolano. *La Geographia di Claudio Tolomeo Alessandrino nuovamente di Greco in italiano da Girolamo Ruscelli*. Venetia, Vincenzo Valgrisi, 1561.

RUSSELL, Bertrand. *História do Pensamento Ocidental – As aventuras dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SAAVEDRA, João Clemente de Carvalho. *Elementos de geographia, adaptados ao novo programa do curso dos lyceu*. Porto: Typ. da Empreza litteraria e Typographica, 1896.

SÁ & MENEZES, Estácio de; PINHEIRO JUNIOR, Luiz Leopoldo Fernandes. *Lições elementares de Geographia segundo o methodo Gaultier*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. *Dicionário Geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Traduzido por Caetano Lopes de Moura. Paris: J. P. Aillaud, 1845.

SAINT-HILAIRE, Aguste de. *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

SALLABERRY, Carlos Jorge. *Licoes de geographia geral: geografia especial*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos editor, 1898.

SALVADOR, Frei Vicente. *Historia do Brasil (1500-1627)*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editores-proprietários Weisflog irmãos, 1906. Nova edição revista por Capistrano de Abreu. Biblioteca Digital Brasileira-USP. Disponível em: <[www.ihgb.org.br/trf\\_arq.php?r=rihgb2011numero0453.pdf](http://www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb2011numero0453.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2013.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O Currículo da disciplina escolar história no colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica a história dos estudos sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011.

SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In. D'INCAO, Maria Angela (Org.). *História e Ideal*. Ensaio Sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, Secretaria de Estado e Cultura e Editora Brasiliense, 1989.

SANTOS, Presalindo de Lery. *Curso elementar de geographia moderna*. Rio de Janeiro: Serafim José Alves, 1876.

SANTOS, Vera. Maria dos. *A geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do Século XIX ao Século XX*. 2004. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe.

SARAIVA, Luiz Fernando. O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social — Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro.

SCABELLO, Andréa Lourdes Monteiro. *Carlos Miguel Delgado de Carvalho: a iconografia como recurso didático. Um estudo de caso – Geografia do Brasil (1913)*. 2004. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

SCHEIBLING, Jacques. *Qu'est-ce que la Géographie?* Paris: Hachette, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SELLIN, Alfred W. *Geographia Geral do Brasil*. Tradução de Francisco Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & C, 1889.

SENE, José Eustáquio de. *As reformas educacionais após a abertura política no Brasil e na Espanha: uma análise crítica do ensino médio e da geografia*. 2009. Tese (Doutorado): Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Alexandra Lima da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870-1924)*. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro.

SILVA, Elaine Queiroz. Com Fé e Orgulho. A Nação e a Ideologia Nacional em *Geografia do Brasil* de Moisés Gicovate. In. *Anais do III ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO e I ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012a.

SILVA, Jeane Medeiros. *A bibliográfica didática de geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930 ...)*. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. *A construção dos sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso*. 2006. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Juiz de Fora: G. C. Dupin, Typ. do Farol, 1878. 177 p.

\_\_\_\_\_. *Tratado de geografia descritiva especial a Província de Minas gerais*. Belo Horizonte: Coleção Mineiriana – Série clássicos, 1997.

SILVA, Maria Ediney Ferreira da. *O Nordeste nos livros didáticos de Geografia 1905-1950*. 2012. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SILVA, Vasco de Araújo e. *Noções de geografia geral*. Porto Alegre: Rodolfo José Machado, 1885. 118 p.

\_\_\_\_\_. *Noções de geografia para uso das escolas de instrução primária*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1870. 127 p.

SILVA, Viriato Augusto. *Chorographia do Brasil*. Lisboa- Portugal, 1882.

SOARES, Josarlete Magalhães. *Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira*. 2009. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SODRE, Nelson Werneck. *Introdução à Geografia – geografia e ideologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

SOUZA, Francisco Nunes de. *Geographia historica, fysica e politica do Brasil*. Guanabara III, 1854.

\_\_\_\_\_. *Noções elementares de geographia astronomica, fysica e politica, redigidas segundo um novo plano metódico, teórico e prático, e adaptadas para servir de compêndio nas academias, liceus, etc., como para ministrar os rudimentos de geografia propriamente dita, sem auxílio e dependencia de professor*. Rio de Janeiro, 1845.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia LTDA, 2001.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. *Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras?* In. *Paradigmas da Geografia Parte II. Terra Livre*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 17, p. 119-137, 2º semestre de 2001.

\_\_\_\_\_. O Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. In. SOUSA NETO, Manoel Fernandes de et al. *Terra Brasilis*. Geografia: disciplina escolar. Rio de Janeiro: *Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Ano 1, nº 1, Jan./Jun. 2000.

\_\_\_\_\_. *Por uma história do pensamento geográfico no Brasil*. Inforgeo; 18/19, Lisboa: Edições Colibri, 2006, p. 155-158.

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Porto Alegre: L&PM Editores, Coleção Pocket, 2008.

SOUZA, Thiago Tavares de; PEZZATO, João Pedro. Educação, geografia e escola: geografia escolar e as influências pedagógicas institucionais até a década de 1960. *Anais do II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO*. Departamento de Geografia: Universidade de São Paulo: 2009.

\_\_\_\_\_. Geografia escolar no Brasil, de 1546 até a década de 1960. In. GODOY, Paulo R. Teixeira de (Org.). *História do Pensamento geográfico e epistemologia no Brasil*. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2010.

TAMBARA, Elomar. *Bosquejo de um Ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas: Seiva Publicações, 2003.

TAVARES, José da Silva. *Elementos de geographia e cosmographia*. Pariz, 1851.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Historia da engenharia do Brasil*. 2. ed. revista e ampliada. Vol. II, século XX. Rio de Janeiro: Clavero Editoração Assessoria e Marketing Ltda – Clube de Engenharia, 1994.

TCHEKHOV, Anton. *O Assassinato e outras histórias*. São Paulo: Cosacnaif, 2003. p. 29.

THEVET, Fr. André. *Singularidades da França Antártica, o que outros chamam de America*. Prefácio e nota prof. Estevão Pinto. Edição Ilustrada. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Bahia; Porto Alegre: Imprensa Nacional, 1944. *Brasiliana eletrônica* – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

THIBAUT, José Vicente. *Geographia elementar metodica do Brasil, para uso das aulas do ensino primário*. Rio Grande do Sul: Typ. do Echo do Sul de P. B. de Moura, 1862.

THOMAZ, Pompêo de Souza. *Compendio elementar de Geographia geral e especial do Brasil*. 4. ed. Ceará, 1864. Disponível em: < <http://terrabrasilis.revues.org/283>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

TORREÃO, Bazilio Quaresma. *Compendio de geografia universal, resumido de diversos autores e oferecido a mocidade brasileira*. Londres: L. Thompson na off, 1824.

TRINOCQ, Camilo. *Resumo de geographia geral antiga e moderna Curso de estudos elementares*. Rio de Janeiro: Girard e Christen, 1850.

VAINFAS, Ronaldo (Coord.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Dos *exames* para as *provas* e das *provas* para os *exames*: Contribuição à história da avaliação escolar em matemática. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Sociedade Brasileira de História da Educação. Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 05 a 08 de novembro de 2006.

VARENIUS, Bernard. *Géographie Générale*. Paris: Chez Vincent e Lottin, 1755. (versão digitalizada).

VARENIUS, Bernard. *System of General Geography: Explaining the nature and properties of the earth*. London: Printed for Stephen Austen, at the Angel and Bible, in St. Paul's Church-Yard. Traduzida para o Inglês da obra original em Latin por Issac Newton e o Dr. Jurin, 1734.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia da Independencia do Brasil* - anotada pelo Barão do Rio Branco e por uma Comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 3. ed. revisada e anotada pelo prof. Helio Viana. São Paulo, 1957.

VASCONCELLOS, Ezequiel Benigno de. *Pontos de Geografia do Brasil Segundo o novo programa para os exames preparatórios*. Rio de Janeiro, 1884.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: Instruindo as elites. In. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. II – Século XIX. 2. ed. Petrópolis: 2005.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. *Imperial Collegio de Pedro II: portal das idéias educacionais européias para o ensino secundário brasileiro:1838-1878*. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Aricle%20vechia.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Aricle%20vechia.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação e instrução na Província de Minas Gerais. In. GONDRA, José Gonçalves e SCHNEIDER, Omar (Org.). *Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial. (Brasil, 1822-1889)*. Vitória: EDUFES, 2011. Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil. Sociedade Brasileira de História da Educação.

\_\_\_\_\_. *História da Educação*. São Paulo: editora Ática, 2007.

VENANCIO, Giselle Martins. *Pontes sobre Atlântico. Ensaio sobre as relações editoriais e intelectuais luso-brasileiras (1870-1930)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2012.

VERISSIMO, José. *A Educação Nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

VILLA-LOBOS, Raul. *Compendio elementar de chorographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert & Cia., 1890.

\_\_\_\_\_. *Compêndio elementar de corografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Mont'Alverne, 1886. 168 p.

\_\_\_\_\_. *Noções Astronomia*. Rio de Janeiro - Typ. da Côrte, de Pierer. Stephan Geibel & Cia, 1890.

VIÑAO, Antônio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação da Sociedade Brasileira de História da Educação*. Tradução: Marina Fernandes Braga. 15 setembro/dezembro de 2008, nº 18.

VLACH, Vânia Rúbia Farias. *A propósito do ensino de geografia: em questão o nacionalismo patriótico*. 1988. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. O ensino de geografia no Brasil: uma perspectiva historiográfica. In. VESENTINI, José William (Org.). *O ensino de Geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2004.

\_\_\_\_\_. Ensino de geografia e história do pensamento geográfico: notas a respeito do papel da idéia de território no Brasil. (1822-1934). In. BONFIM, Paulo Albuquerque e SOUZA NETO, Manuel Fernandes (Org.). *Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.

URCULLU, D. José de. *Tratado elementar de geografia astronómica, física, histórica ou política, antiga e moderna*. Porto: Imprensa de Alvares Ribeiro, 1836.

XAVIER, Francisco José. *These para o concurso da cadeira de Geographia do Internato do Imperial Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: Typographia, Montenegro, 1879. 56 p.

WAPPAEUS, J. E. *Geografia física do Brasil*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1884. 470 p.

WOOLDRIDGE, S.W.; EAST, W. Gordon. *Espírito e propósitos da Geografia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

ZALUAR, Augusto Emilio. *Noções elementares de geographia compiladas para uso das escolas primarias*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Companhia, 1878.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. *A relação conteúdo-método no ensino de geografia-estudo sobre o desenvolvimento da ciência geográfica e sua repercussão em programas de ensino no Brasil (período de 1978/90)*. 1996. Mestrado (Dissertação) Universidade Federal de Goiás.

ZENHA, Celeste. O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX: a paisagem como símbolo da nação. In. DUTRA, Eliane de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, Nação e Edição. O lugar dos Impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas no século XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

ZUSMAM, Perla B. O Instituto Histórico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Continuidade e rupturas no marco do projeto geográfico imperial. In. SOUZA, Maria Adélia et. Al. *O novo mapa do Mundo - Natureza e Sociedade de Hoje: Uma leitura Geográfica*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1993.



ZUSMAN, Perla Brígida; PEREIRA, Sergio Nunes. Entre a ciência e a Política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. In. SOUSA NETO, Manoel Fernandes de et al. *Terra Brasilis*. Geografia: disciplina escolar. *Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Rio de Janeiro. Ano 1, nº 1, Jan./Jun. 2000.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. *Por uma nova Arithmética* – um saber métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil no oitocentos. 2007. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

## ARQUIVOS

Arquivo Histórico do Exército;  
Biblioteca Nacional de Portugal;  
Biblioteca Nacional;  
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

## FONTES

*DIÁRIO de Minas*. N. 980. Anno VI. Ouro Preto, 05 de março de 1878. Propriedade de J. F. de Paula Castro. Typographia de Paula Castro. Ouro Preto. Rua das Mercez. N. 1.

### Notação IP 3/3

ARQUIVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – IP 146. Atas e Exames. São João Del Rei – 1855 – 1892.

ARQUIVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – Subsérie 4. ATAS (instalação de escolas, congregação de professores, exames de visita de inspetores). 1850-1888.

ARQUIVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – IP 3/3 caixas 12 a 16. Ouro Preto 1872-1889.

ARQUIVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – IP 3/3 caixas 17 a 21. São João Del Rei – 1884 – 1889.

### NOTAÇÃO IP 3/4

ARQUIVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – ATAS IP  $\frac{3}{4}$  Caixa 19. Comarca Rio das Mortes 1836 – 1888.

ARQUIVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS APM – IP  $\frac{3}{4}$  Caixa 10. Comarca Ouro Preto – 1871-1888.

MINAS GERAIS, APM – Atas de exames dos alunos da Escola Norma de Ouro Preto. IP 120; IP 129 E IP 138. 1872 – 1903

### NOTAÇÃO IP 1/42

ARQUIVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Relatório da diretoria de instrução pública.  
– Códice IP 1/42, caixa 14 pac. 73.

### **Inventário do Fundo Presidente de província**

Série 1: Correspondência Recebida.  
Subsérie 42. Instrução Publica.  
1844/03/05 – 1889/10/31. PP 1/42 Caixas 14 a 48.

### **Decretos e Leis**

BRASIL. *Constituição Política do Imperio do Brazil*, 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BRASIL. Decretos 1824-1899. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2883-1-fevereiro-1862-555416-publicacaooriginal-74642-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BRASIL. Decretos e regulamentos do Colégio Pedro II, 2012; DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio Pedro Segundo, 1837-1937*. INEP: Brasília, 1997.

APM. *Livro das Leis Mineiras*. Tomo XX - PARTE 2.<sup>a</sup> FOLHA Nº 1. Regulamento nº 27 – Lei nº 516. 1854.

APM. *Livro das Leis Mineiras*. Tomo XXXIX – PARTE 2.<sup>a</sup> FOLHA Nº 1. Regulamento nº 44 à Lei nº 62. 1872.

APM. *Livro das Leis Mineiras*. Tomo XXXVII – PARTE 2.<sup>a</sup> FOLHA Nº 1. Regulamento nº 60. 1871.

APM. *Livro das Leis Mineiras*. Tomo XXV – PARTE 2.<sup>a</sup> FOLHA Nº 1. Regulamento nº 44 à Lei nº 960. 1859.

OURO PRETO. DIRECTORIA GERAL DA INSTRUCÇÃO PUBLICA NO OURO PRETO, 1º de outubro de 1867. Firmino Antonio de Souza Junior. Confere, Pinto de Souza.

OURO PRETO. SECRETARIA DA THESOURARIA DE FAZENDA DE MINAS GERAES em 7 de julho de 1866. – O official maior, José Pereira Ribeiro. *Diário de Minas*, nº 35, quarta-feira, 11 de julho de 1866.

### **SITES:**

<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>  
<http://www.brasiliana.com.br/>  
<http://www.brasiliana.usp.br/>  
<http://www.uned.es/manesvirtual/BibliotecaManes/>  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/>